

Resenha do livro “educação como prática de liberdade” de Paulo Freire *Review of the book "education as a practice of freedom" by Paulo Freire*

Submetido em: 10/11/2021

Aprovado em: 15/11/2021

v. 1, n. 12 p. 01-05, dez. 2021

DOI: 10.51473/rcmos.v1i12.203

1

Henrique de Oliveira Moreira

Educação como Prática da Liberdade foi escrito em 1967, durante o exílio de Paulo Freire no Chile. O período retratado enfatiza que a sociedade brasileira estava em transição naquele momento e parece que ainda não conseguiu fazer a travessia, devido ao curto período que o país vive uma incipiente e imatura democracia. O livro tem 157 páginas que estão divididas em quatro capítulos e apêndice que demonstra com bastantes detalhes todo o método de alfabetização elaborado por Freire.

Freire mostra a busca de uma educação de massa que seja a busca pela liberdade, destituída da alienação que as elites pretendem. Questiona que tipo de educação deve ser almejada: educação alienante para o homem-objeto ou educação libertadora para o homem-sujeito. Sendo que o homem-sujeito implicaria na sociedade-sujeito, consciente de suas ações, sempre pautado na autorreflexão e na reflexão sobre o tempo e o espaço.

Seu trabalho fundamenta-se na exposição de seu método de alfabetização de jovens e adultos de forma bem detalhada, evidenciando sua enorme capacidade filosófica e sua atuação política a partir de sua prática educacional. Essa obra, que aparece dividida em quatro capítulos, foi escrita durante seu período no exílio no Chile, ao mesmo tempo em que participou do desenvolvimento de vários projetos baseados em seu método.

No primeiro capítulo, A Sociedade Brasileira em Transição, há um tema bastante importante que é o do assistencialismo que torna o homem passivo, uma vez que não permite que ele participe do processo de sua própria recuperação e não permite a tomada de consciência tão necessária para a emersão do processo de massificação. Essa atitude paternalista remonta aos resquícios da sociedade escravocrata que sempre tratou os homens

simples como animais, como posse. Aqui vale salientar que o termo homem se refere a homens e mulheres. Essa herança foi e, de certa maneira, ainda é acolhida por parte dos políticos que disputavam o poder na década de 1960.

Diante dessa força opressora, seria impossível ao homem sentir-se no mundo, integrado ao meio em que vive, refletindo sobre seu existir; enfim, não seria protagonista de sua História e de sua Cultura. Apenas seria massa de manobra perante aqueles que estavam preocupados meramente com o poder.

No capítulo 2, denominado Sociedade Fechada e Inexperiência Democrática, Freire expõe seus argumentos sobre a sociedade fechada e sobre a inexperiência democrática do Brasil. Como o país é fruto dos grandes latifúndios, onde o senhor mandava e era dono de tudo, inclusive das pessoas; os escravos não tinham voz. Mostrando, mais uma vez, que o projeto para essa *Terra Brasilis* é a exploração que visa riquezas materiais, apenas.

Não houve, e ainda parece não haver, um projeto sério de criar uma nação livre, ativa e pensante. Os cidadãos não eram chamados para participarem dos debates para solução de problemas comuns e, dessa forma, deveriam permanecer no marasmo, esperando que as decisões fossem tomadas sem sua análise.

A vinda da Corte para o Rio de Janeiro em 1808, derrocou em um processo de europeização do Brasil. Era um momento em que a burguesia, em alta, começa a tomar espaço dos grandes latifundiários. Contudo, não havia a preocupação com o povo. Era uma mudança de direção, com eles dirigidos. E nessa luta pela sobrevivência, foi-se criando uma sociedade em que seus membros estão prontos a obter vantagem, mesmo que se tenha que prejudicar o coletivo.

Contudo, por volta da época em que o livro foi escrito, houve uma crescente evolução do processo de urbanização, em que as pessoas deixavam as zonas rurais em busca de melhores condições de vida nas grandes cidades que começavam a se industrializar. A partir de algumas mobilizações, há também registros de algumas experiências de participação popular, que demonstram que o país tendia a sair da situação alienada em que estava.

Por não existir um projeto de construção de uma nação, segundo Paulo Freire, os educadores têm papel preponderante na luta contra a massificação (desejo da classe dominante que pretende manter o *status quo*). Nesse sentido, o capítulo três, Educação *versus* Massificação faz uma análise da Educação tradicional e as práticas que eram aplicadas na escola. Freire, humanista que era, sempre pensando na libertação do homem, sugere que a

elite deveria se conscientizar da sua responsabilidade para com o país e promover uma educação capaz de libertar o brasileiro desse estado de letargia, através de uma educação que encarasse os problemas com o intuito de se encontrar soluções objetivas, de uma educação que se baseasse no diálogo e na ciência; para assim fazer a passagem da transitividade ingênua para a transitividade crítica. Dessa forma, seria possível que as pessoas fossem promovidas à participação ativa nas diferentes esferas em que vive, ou seja, na escola, nos sindicatos, no bairro, nas associações, dentre tantas outras.

Há de se concordar que a educação deve deixar de ser “verbosa”, fora da realidade subjacente dos indivíduos. Deve ser transformadora na medida em que fará a superação do analfabetismo, que atualmente é mais caracterizado pelo analfabetismo funcional, e elevar a democracia a um patamar mais efetivo e participativo.

Os educadores, segundo o autor, devem tratar os assuntos com a profundidade devida, deixando de ser superficiais em suas análises; e isso requer capacidade de análise crítica e amor para desenvolver nos estudantes o gosto pela pesquisa, pela indagação, pela crítica e pela ciência.

No último capítulo, há uma reflexão sobre a relação entre Educação e Conscientização, como o próprio subtítulo demonstra. O escritor refuta fórmulas prontas e acredita que deve haver a interação respeitosa entre educador e estudante para a saudável troca de saberes entre eles. Ainda detalha o trabalho executado nos Círculos de Cultura, onde o Professor ganhava novo conceito: era o Coordenador dos debates; ao invés de aulas, havia diálogo; o aluno era um participante do grupo; e os pontos eram substituídos por uma programação compacta, reduzida e codificada em unidades de aprendizado. Os debates eram programados de acordo com a sugestão do grupo. Ainda, é mostrada a experiência de Angicos em que 300 adultos foram alfabetizados em 45 dias. O método utilizado por Paulo Freire é mostrado em detalhes e mostra que a alfabetização vai além da simples memorização de termos desconexos da realidade, mas requer apropriação consciente da técnica em uma atitude curiosa, criativa, criadora e recriadora. É possível perceber que Paulo Freire pensava numa educação libertadora, baseada no amor e no diálogo, porém, infelizmente, após o Golpe Militar de 1964, o projeto foi interrompido e não teve o devido reconhecimento durante a ditadura.

O apêndice traz imagens produzidas pelo pintor Vicente de Abreu (uma vez que as originais de Francisco Brenand foram tomadas) que foram associadas a 10 situações que

possibilitam a compreensão do conceito de cultura e demonstram como esse conhecimento vai sendo construído. Também apresentam as 17 palavras geradoras que constituíram o *curriculum* dos Círculos de Cultura do Estado do Rio e da Guanabara, tendo como base a palavra favela.

Trata-se, realmente, de um dos textos mais filosóficos do autor e que reflete sobre o lugar do homem no mundo e sobre como a educação é capaz de libertá-lo para que ele possa agir de maneira consciente. O tema tratado ainda é bastante atual. Basta analisar o comportamento da elite que, distanciada dos problemas sociais, deseja a manutenção da alienação para conseqüente manutenção de seus privilégios. Sempre distorcendo a realidade, colocando-se como protetora da sociedade, quando na verdade quer a continuidade da massificação. Para isso demonizam aqueles que tentam defender a dignidade e a liberdade. Certamente, a sociedade brasileira ainda não se libertou das amarras opressoras que tanto a prejudica. Atualmente, vê-se o corte de verbas que seriam destinadas à educação, a disseminação de *fake news*, exaltação da ignorância e da violência por parte de políticos e grupos de empresários mal-intencionados que realmente não demonstram preocupação com o cidadão brasileiro.

O livro traz uma reflexão bastante incisiva: “É preciso existir e não apenas viver.” De certa forma, ultrapassa os limites do âmbito educacional e parte para o campo espiritual, enfatizando que a religião deve religar o ser humano ao seu Criador, ao invés de ser mais uma ferramenta para aliená-lo. Deve sempre mostrar que o homem é capaz de transcender o tempo e recriar, modificar o meio em que vive. É capaz de refletir sobre sua condição no espaço-tempo, diferentemente dos animais.

Infelizmente, o homem tem sido educado para ser acomodado e não para integrar-se, fazer parte do todo e à medida que perde a capacidade de escolha, apenas aceita o que é imposto, acomodando-se por não ter liberdade e perde a capacidade criadora. Sendo a opressão esmagadora, reduz o homem a um animal incapaz de integrar-se, mas apenas capaz de ajustar-se e de acomodar-se ao que lhe é imposto. Dessa forma, é urgente a utilização das faculdades intelectuais em detrimento das instintivas e emocionais para a integração do homem capaz de entender as mudanças e participar ativamente delas.

Freire enxergava uma “sociedade fechada” que parece ainda não ter conseguido se transformar em uma “sociedade aberta”. Essa mesma sociedade parece que ainda não conseguiu ter tal esclarecimento, pois sempre que aparece um pensador, que reflete sobre suas

ações criticamente e busca a ascensão da sociedade, é tratado como um radical no sentido pejorativo da palavra, ou como comunista. Apesar de sempre trazer em seus textos, as palavras educação, liberdade, cultura, autonomia; Paulo Freire tem sido criticado pelo atual governo como sendo um fator prejudicial à educação brasileira.

Realmente é uma obra que incita os profissionais da educação fazerem a passagem do campo dos professores para o dos educadores (ou coordenadores, como sugere o autor em seu Método de Alfabetização). Os docentes precisam mudar o foco do paradigma da ensinagem para o paradigma da aprendizagem, o que significa não centrar a ação educativa no professor, mas entender que a aprendizagem é um processo contínuo que vai além de um único caminho e deve considerar os conhecimentos e vivências dos estudantes. A educação deve se basear, também, no respeito aos caminhos que se apresentam no decorrer da experiência entre as pessoas.

Professor, nesse sentido, é aquele que detém o conhecimento e, de cima para baixo, apenas expõe comunicados a seus alunos, impõe a eles limites e condições. Em contrapartida, o educador dialoga, questiona e se deixa ser questionado através da própria maneira de se comportar. O educador está sempre aprendendo e nunca deve se contentar com o patamar alcançado. Uma vez que as pessoas, a sociedade, os métodos e as relações mudam, ele não pode ficar estagnado, considerando-se detentor de toda a verdade e, Paulo Freire, com todo seu conhecimento e humildade, traz à tona que a educação deve ser baseada no amor, no diálogo, no respeito às diferentes experiências e nas constantes reflexões sobre o ato educativo.

Referências

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da Liberdade**. 49.^a ed. São Paulo: Paz e Terra. 2021.

Relatório sobre o documentário A Educação Proibida, dirigido por German Doin e Verónica Guzzo e com Produção da Asociación Civil Redes de Pares/Reevo.

Report on the documentary The Forbidden Education, directed by German Doin and Verónica Guzzo and produced by the Civil Asociación Redes de Pares/Reevo.

Submetido em: 10/11/2021

Aprovado em: 15/11/2021

v. 1, n. 12 p. 01-04, dez. 2021

DOI: 10.51473/rcmos.v1i12.204

1

Henrique de Oliveira Moreira

A Educação Proibida é um documentário produzido em 2012, na Argentina, que vai construindo uma percepção sobre o que é e o que deveria ser a educação através da participação de educadores do Chile, do Peru, do Uruguai, da Argentina, da Colômbia e da Espanha; e da apresentação de alguns conceitos de pensadores como Rudolf Steiner e Montessori. O filme inicia fazendo um paralelo entre *O mito da caverna*, de Platão e o modelo tradicional de ensino, insinuando que talvez estejamos num mundo de sombras no que condiz à educação.

Um pensamento bastante recorrente durante a apresentação é que é preciso entender e transformar a realidade. Sabe-se que há muitas escolas para diversos tipos de públicos (ricos, pobres, operários, classe média...), mas poucas se dedicam a buscar a excelência educacional. Contudo, todas aspiram a um ideal de escola comum, mesmo sem oferecer a resposta de que contribuem para o desenvolvimento individual e coletivo dos cidadãos.

Logo no início, há um professor hipotético (provavelmente de Sociologia, pois é o que está escrito no quadro negro) dizendo que havia proposto uma redação aos alunos sobre o percurso deles na escola e o resultado é que os estudantes não se sentem ouvidos pelos pais, nem pelos professores e logo em seguida há a sugestão de que o fracasso não é dos alunos, mas do sistema que oferece escolas desinteressantes e entediantes que se preocupam com o cumprimento curricular meramente; baseando-se no mérito, na postulação de conhecimentos formais, estimulando a competição, a discriminação e o egoísmo.

É mostrado que as escolas não mudaram tão rapidamente como outras partes da sociedade e, em grande medida, ainda se tem uma educação que tenta padronizar as pessoas

que são únicas e deveriam ser respeitadas as suas singularidades. A escola não se preocupa com a história individual dos estudantes e isso mostra um pouco da deficiência dos cursos formadores de professores, pois também não os ensinou a ter uma visão holística dos indivíduos. As escolas funcionam como isolantes e adestradores do comportamento humano e não permitem que os estudantes digam o que pensam ou que pensem autonomamente.

São apresentados também alguns conceitos sobre a educação na antiguidade clássica grega, dizendo que a instrução obrigatória naquela época seria para os escravos ou para os militares, modelada na dor e no sofrimento, enquanto para os homens livres e ricos eram oferecidas a reflexão, a conversação e a experimentação livre. Ressalta, ainda, que no século XVIII, na Prússia (1760) especificamente, é que surgiram as escolas públicas, gratuitas e obrigatórias que, com princípios iluministas, fomentavam a disciplina, a obediência e o regime autoritário; seguindo os moldes do poder Absolutista que queria um povo dócil e obediente para servi-lo nas guerras.

Essa visão se propagou pela Europa e América, perpetuando a divisão de classes e objetivando a manutenção do *status quo*. Ainda hoje, a escola continua sendo usada para formar mão de obra para as fábricas e indústrias, ou seja, visando o lucro e conservando a estrutura que interessa à elite. Tanto é verdade que, no início do século XX, os próprios donos das fábricas incentivaram a criação das escolas para que os pais pudessem ter onde deixar os filhos, sempre seguindo o padrão mecanicista das linhas de produção, fragmentando o saber na tentativa de atender um currículo preestabelecido.

Esse sistema obriga o professor a respeitar o programa com certa rigidez militar, o que desumaniza a todos, ao tratá-los como homogêneos. Se tal modelo não atende as individualidades, logo, é um modelo de exclusão em que tudo o que for diferente deve ser proibido. Ao contrário, deve-se entender a Educação como um processo em que todos os aprendizados acontecem e, para isso, é necessário que se tenham educadores dispostos a ajudar a criança a se desenvolver, respeitando as necessidades dela e não dos modelos pré-estabelecidos. O ambiente a ser oferecido deverá contribuir para que os estudantes possam pensar, raciocinar, criar, imaginar autonomamente. É preciso permitir que possam se expressar da maneira mais conveniente a elas. A mera repetição transforma os alunos em repetidores, dentro de um processo maçante que dificulta o aprendizado e, por isso, deve-se buscar a compreensão e não a memorização para a construção do conhecimento. Uma vez que o aprender depende da relação entre o aprendiz e o ambiente, o aspecto lúdico contribui para o

aprendizado efetivo. Em um contexto apropriado, erros e equívocos são bem-vindos, quando há reflexão, quando o próprio aluno consegue visualizar o erro, assim como os pares podem auxiliar também.

No filme, alguns educadores propõem que o professor e o conteúdo devem deixar de querer ser protagonistas para deixar a criança ser a construtora de seu próprio caminho no seu próprio tempo, assim o educador deve prover somente o necessário para que os estudantes sejam criadores de seu próprio caminho.

Indicam ainda que o amor e o respeito são necessários em todo o desenvolvimento da vida, ao contrário do castigo e da ameaça que afastam o ser do que ele realmente é e contribuem para que suas ações vão sendo controladas pelo medo. O educador deve cuidar do viver alegre da criança e observar com ternura o que elas pedem e o que querem, pois mostram o caminho. Nessa direção, o estímulo e a motivação não são necessários, pois elas mesmas podem instintivamente se automotivar e encontrar seus dons. A escola deve entender que todos são diferentes e que os ritmos de aprendizagem também são diferentes, que há inteligências múltiplas, que todos são originais como indivíduos. É preciso uma educação holística para desenvolver um ser humano equilibrado, entendendo que educação integral não é o acúmulo de atividades, mas a busca pelo desenvolvimento holístico em que tudo se relaciona com tudo.

A escola deve servir como base de experimentações científicas, artísticas, culturais, humanas. É preciso ter carinho, amor e paciência – é preciso escutar, entender para que se sintam queridos, reconhecidos e que aprendam a expressar suas emoções e conhecerem a si mesmos. A escola deve ensinar a tomar decisões diante das escolhas, respeitando seu próprio tempo e seus interesses. A liberdade deve começar na escola que deve mostrar a possibilidade de autonomia e independência e isso gerará responsabilidade. Em um novo modelo educacional, o professor não indica o que os estudantes devem fazer. Ao invés disso, mostra a eles que são capazes de dirigir suas vontades, propiciando a eles uma participação ativa em suas escolhas. O professor gerencia, escuta, dá espaço para o desenvolvimento, não impõe, mas propõe.

Em alguns modelos, há a abolição da estrutura de poder e os problemas são analisados conjuntamente e as decisões levam em consideração a opinião de todos. Assim como o currículo deve ser construído por todos, as regras de convivência seguem o mesmo princípio.

Há assembleias para discussão de todos os assuntos, desde pequenos conflitos até a escolha dos educadores; o que fortalece a cultura do diálogo, da troca e do respeito ao outro.

O documentário propõe a oferta de vários cenários para que se possa construir o que for mais adequado para cada um, não impondo limites espaciais para se educar. Nesse contexto, o professor não dá aula, mas acompanha o processo de aprendizagem, como um guia que cria possibilidades. O educador deve cuidar dos estudantes, abandonar a onipotência, ser humilde e ser capaz de observar. Deve ainda questionar o que acredita para mudar e estar em contínuo processo de autodesenvolvimento. Deve amar e ser feliz no trabalho e estar disposto a aprender com as crianças.

Outro tópico importante é a citação da participação ativa das famílias na construção do aprendizado. Com liberdade, respeito e amor, a participação dos pais é fundamental, pois são responsáveis por toda a formação do ser que estão criando.

A mensagem final é que o amor é a coisa mais importante, pois o conhecimento virá com o decorrer da vida. Foram mostradas algumas escolas de diferentes países onde cada uma tem um modo diferente de entender a educação com a intenção de mudar. Apostam a aprendizagem como um intercâmbio vivo, uma educação viva, enfatizando que não há um método correto. O que há é o chamamento para o despertar para uma nova educação com o anseio de criar pontes para o alcance de novas formas de educar. Sugere-se adequar a pedagogia ao momento atual, aos alunos, aos professores, quebrar os paradigmas e abolir o que não faz sentido.

Referências

Documentário, **A educação proibida**. Argentina, 2012, 115 min. Direção: Germán Doin
Roteiro: Germán Doin, Verónica Guzzo, Julieta Canicoba; Juan Vautista. Fotografia: Sandra Grossi. Montagem: Germán Doin e Verónica Guzzo. Produção: Daiana Gomez, Verónica Guzzo, Franco Iacomella; Cintia Paz. Disponível em: <http://cirandadefilmes.com.br/br/filme/29-A-Educacao-Proibida>. Acesso em 02 jul. 2021.

Teorias críticas do direito e formação dos direitos trabalhistas das mulheres

Critical theories of law and the formation of women's labor rights

Submetido em: 24/11/2021

Aprovado em: 27/11/2021

v. 1, n. 12 p. 01-13, dez. 2021

DOI: 10.51473/rcmos.v1i12.222

1

Ana Letícia Domingues Jacinto

Resumo

O feminismo como movimento social apresenta inúmeras expressões e formas de atuação e ele se vê em sua relação ao Direito. A crítica feminista ao Direito é vasta e plural, apresentando diferentes formas de interpretá-lo, seja como ferramenta de luta para as mulheres, seja como expressão máxima de subordinação das mulheres na lógica patriarcal. Assim, tendo em vista os diferentes pontos de vista observáveis no desenvolvimento do feminismo, a partir do início do século XX, buscaremos identificar as formas de atuação do movimento feminista brasileiro em relação às normas trabalhistas em formação à época, trazendo à tona as mulheres e suas ações que disputaram os sentidos da regulamentação das relações de trabalho proposto por Getúlio Vargas a partir de 1930.

Palavras-chave: Feminismos. Crítica feminista ao Direito. Direitos trabalhistas.

Abstract

Feminism as a social movement presents countless expressions and forms of action and the same is seen in its relation to Law. The feminist critique of the Law is vast and plural, presenting different ways of interpreting it, either as a tool of struggle for women, or as a maximum expression of women's subordination in the patriarchal logic. Thus, in view of the different points of view observable in the development of feminism, from the beginning of the 20th century, we will seek to identify the forms of action of the Brazilian feminist movement in relation to the labor norms in formation at the time, bringing up women and his actions that disputed the meanings of the regulation of labor relations proposed by Getúlio Vargas from 1930 onwards.

Keywords: Feminisms. Feminist critique of law. Labor rights.

1 Introdução

O presente artigo parte das críticas feministas ao Direito, buscando compreender como diferentes expressões do feminismo se correlacionam também de modos distintos com o

Direito, seja utilizando os meios legais como instrumentos de melhoria de vida das mulheres, seja negando essa capacidade.

Uma vez compreendidas as formas como o Direito é interpretado e utilizado pelas diversas correntes feministas, buscaremos identificar, a partir da história do feminismo brasileiro, em quais momentos as ações das mulheres foram sentidas na construção de direitos trabalhista, com especial atenção ao início do século XX, até 1937, período de grande urbanização e consolidação da indústria e, portanto, de disputas em torno de uma legislação do trabalho.

2 Direito e feminismo

Em “*El sexo del derecho*”, Olsen (1990), nos apresenta importante contribuição para pensar o Direito, argumentando que, uma vez que o pensamento ocidental se fundamenta em dualismos (racional/irracional; razão/emoção; objetivo/subjetivo; entre outros), o Direito pode também ser pensado através da sistemática dualista.

Ocorre que, esses dualismos são sexualizados, havendo distinção entre parte feminina e parte masculina, e uma hierarquia, a privilegiar a metade masculina, sendo o Direito identificado como o lado masculino dos dualismos (OLSEN, 1990).

Assim, argumenta que o Direito se supõe racional, objetivo, abstrato e universal, assim como se supõe serem os homens; em oposição às mulheres que, historicamente, são tidas como irracionais, subjetivas, sentimentais, e que foram excluídas da constituição do Direito moderno:

As práticas sociais, políticas e intelectuais que constituem o direito foram, durante muitos anos, realizadas quase exclusivamente por homens. Dado que as mulheres foram excluídas por muito tempo das práticas jurídicas, não é surpreendente que as características associadas às mulheres não sejam muito valorizadas na lei. Por outro lado - numa espécie de círculo vicioso - o direito é considerado racional e objetivo, entre outras coisas, porque é valorizado e, por sua vez, é tão valorizado porque é considerado racional e objetivo.¹ (OLSEN, 1990, p. 3, tradução nossa)

É por isso que o Direito se converte em um dos principais focos da crítica feminista, uma vez que, construído pelos homens, é reflexo e serve de proteção aos valores e interesses masculinos (JARAMILLO, 2000).

¹ Las prácticas sociales, políticas e intelectuales que constituyen el derecho fueron, durante muchos años, llevadas a cabo casi exclusivamente por hombres. Dado que las mujeres fueron por largo tiempo excluidas de las prácticas jurídicas, no sorprende que los rasgos asociados con las mujeres no sean muy valorados en el derecho. Por otra parte –en una especie de círculo vicioso–, se considera que el derecho es racional y objetivo, entre otras cosas, porque es valorado y, a su vez, es tan valorado porque se lo considera racional y objetivo. (OLSEN, 1990, p. 3)

Desse modo, para o movimento feminista, o Direito constitui um objeto controverso, visto ou como instrumento de melhoria da condição da mulher, ou como expressão perigosa da cultura masculina (FACCHI, 2005).

No artigo “*El pensamiento feminista sobre el Derecho*”, Alessandra Facchi (2005) ensina que, assim como o desenvolvimento e configurações atuais do movimento feminista são vastos e plurais, assim também é o pensamento feminista em relação ao Direito, “em cuja esfera o encontramos novamente com pressupostos epistemológicos, linguagens, perspectivas, diferentes escolhas éticas e políticas”² (FACCHI, 2005, p. 27, tradução nossa).

Olsen (1990) apresenta que, dentre a pluralidade do movimento feminista, distintos são os posicionamentos das diferentes vertentes em relação ao Direito. É o caso do reformismo legal, que objetiva a correção do Direito para atender às demandas das mulheres, numa visão otimista acerca de sua potencialidade para a melhoria de vida das mulheres.

Outro ponto de vista, diferente do reformismo, identifica o Direito como ideologicamente opressor para as mulheres, vez que parte da estrutura de dominação masculina e não acredita em seu potencial em benefício das demandas femininas (OLSEN, 1990).

Nesta perspectiva e, buscando romper com a hegemonia masculina, os estudos sobre gênero, representam formas de análise e investigação com uma nova perspectiva de leitura, baseada no gênero:

A adoção de pontos de vista femininos, bem como dos interesses e valores a eles vinculados, teve ampla aplicação até mesmo na ciência jurídica. Nessa área, a reflexão teórica é constantemente confrontada com as instâncias que partem do movimento de mulheres e se movem em uma relação contínua com as medidas judiciais e legislativas, influenciando-as e recebendo deles estímulos.³ (FACCHI, 2005, p. 30, tradução nossa).

Assim, partindo dessa perspectiva, investigaremos acerca das figuras de mulheres militantes no período e das movimentações do movimento feminista ocorridos na formação da legislação brasileira.

² (...) en cuyo ámbito os reencontramos con presupuestos epistemológicos, lenguajes, perspectivas elecciones éticas y políticas diferentes” (FACCHI, 2005, p. 27).

³ La adopción de puntos de vista femeninos, así como los intereses y valores vinculados a aquellos, há tenido aplicaciones amplias incluso en la ciencia jurídica. En este ámbito, la reflexión teórica se confronta constantemente com las instancias que vienen desde el movimiento de las mujeres y se mueve em relación continua com las medidas judiciales y legislativas, influyendo sobre ellas y recibiendo de ellas estímulos (FACCHI, 2005, p. 30).

2.1 Feminismos e Direito trabalhistas brasileiro

Nosso interesse por encontrar pistas do movimento feminista no período de formação dos Direitos trabalhistas no Brasil, nos remete, primeiramente para o início do século XX, mais especificamente a partir da década de 1920, marcada pelo surgimento da primeira onda feminista.

Na obra “Uma história do feminismo no Brasil” Céli Regina Jardim Pinto (2013), apresenta que esta primeira fase foi caracterizada por ter sido um movimento elitizado, formado por mulheres de classe alta que, em sua condição privilegiada, puderam entrar em contato com as pautas feministas dos Estados Unidos e da Europa, tendo como principal representante Bertha Lutz, fundadora da Federação Brasileira para o Progresso Feminino.

Tendo como pauta principal o sufrágio feminino, essa primeira etapa do feminismo brasileiro se utiliza do Direito como ferramenta, buscando a reforma legal para igualdade entre homens e mulheres, e, como elucida Lino (1986): “Bertha Lutz opta por uma luta pelo voto feminino por crer que através da conquista de direitos políticos as mulheres conseguiriam instrumentalizar seu progresso pessoal e o reconhecimento social de sua atuação”. (LINO, 1986, p. 56).

Em *As ideias feministas no Brasil (1918-1932)*, Sonia Cristina da Fonseca Machado Lino (1986) elucida que, muito embora o movimento feminista brasileiro não tenha se identificado com nenhuma corrente ideológica e política, se aproximou do discurso liberal, em busca de sua autojustificação. Assim, pode apresentar suas propostas de forma ampla e globalizante, revestida de uma aparente neutralidade (LINO, 1986).

De acordo com Olsen (1990), essa estratégia reformista se baseia na aceitação do Direito como racional, objetivo e universal que, assim deixa de ser ao negar direitos para as mulheres, uma vez que estabelece distinções irracionais entre homens e mulheres.

Ocorre que, contemporaneamente, muitas são as críticas feministas à cultura liberal e suas falsas ideias de universalidade e neutralidade, uma vez que o “sujeito universal” corresponde ao grupo dominante e, portanto, à perspectiva masculina (FACCHI, 2005).

Apesar disso, Facchi (2005) apresenta que, de modo geral, esta primeira etapa do feminismo no século XX, é caracterizada pela busca de igualdade entre homens e mulheres, pautada pela eliminação das discriminações formais entre os sexos e assim, o tratamento igualitário seria a meta final (OLSEN, 1990).

Em termos econômicos e políticos, o início do século XX, se caracteriza, entre outros fatores, tanto pela miséria social, alta inflação e carestia da vida, quanto pela forte modernização da economia e absorção de trabalhadores rurais pela indústria.

Além disso, a década de 1930 é marcada pela ascensão do governo corporativista e de conciliação de classes de Getúlio Vargas que se propôs a regulamentar as relações de trabalho no país, tendo como uma de suas primeiras ações, a fundação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Ainda no Governo Provisório, através do Decreto n. 19.770, Vargas regulamentou os direitos e deveres da organização coletiva de trabalhadores que podiam agora “defender (...) os seus interesses de ordem econômica, jurídica, higiênica e cultural, todas as classes patronais e operárias, que, no território nacional, exerceram profissões idênticas, similares ou conexas, e que se organizarem em sindicatos”.

Neste ponto, destaca-se fato bastante exemplificativo da crítica feminista ao direito, criado e aplicado por homens, muitas vezes para proteção de interesses masculinos. Isso porque, conforme apresentado por Gláucia Fraccaro (2016), na década de 1930, a União dos Operários em Fábricas de Tecido (UOFT), era representado pela liderança José Righetti, que tinha como uma de suas pautas “que os lugares ocupados hoje por mulheres nas indústrias fossem, numa porcentagem crescente, de mês a mês, ocupados por homens, até a extinção total do elemento feminino nas indústrias” (FRACCARO, 2016, p. 55).

Cumprе salientar que o setor têxtil, era considerado nicho de mercado da mão-de-obra feminina, vez que as mulheres chegavam a ocupar até 85% (oitenta e cinco por cento) dos postos de trabalho. No entanto, a situação era entendida de modo prejudicial aos homens trabalhadores:

Tendo em conta ainda que nas seções de tecelagem só aceitam mulheres, contribuindo desta forma para avolumar cada vez mais o número de homens desempregados, oferecendo assim um espetáculo ao mesmo tempo ridículo, vergonhoso e revoltante: o de ver a mulher na fábrica e o marido em casa cuidando dos serviços domésticos e levar as crianças ao portão das fábricas para serem amamentadas (FRACCARO, 2016, p. 54)

Também nesta época, contemporâneo ao feminismo liberal de Bertha Lutz, destaca-se a existência de corrente feminista formada por mulheres trabalhadoras, ideólogas de esquerda, tendo a exploração do trabalho como papel central, interseccionando teses feministas às ideologias anarquistas e comunistas.

Nesta vertente, diferentemente do feminismo liberal, para as operárias e mulheres de movimentos de esquerda “a questão de gênero era percebida como um aspecto organizador dos elementos estruturantes das desigualdades presentes nas relações de trabalho” (PINTO, 2003, p. 34), como explicitado por este manifesto da União das Costureiras, Chapeliras e Classes Anexas do Rio de Janeiro, no ano de 1920:

Vós que sois os precursores de uma era onde possa reinar a igualdade para todos, escutai: tudo que fazeis em prol do progresso, militando no seio das nossas associações de classe, não basta!

Falta ainda alguma coisa, absolutamente necessária e que concorrerá mais eficazmente para o fim desejado por todos os sofredores. É a Emancipação da Mulher, Homens Conscientes!

Se refletirdes um momento, vereis quão dolorida é a situação da mulher, nas fábricas, nas oficinas, constantemente amesquinhada por seres repelentes e vis.

Trabalhadores!

A obra da União das Costureiras, Chapeliras e Classes Anexas é a obra iniciadora da emancipação da mulher (União das Costureiras, Chapeliras e Classes Anexas do Rio de Janeiro, 1920)

Interpretando esse manifesto de mulheres, que já identificavam a desigualdade particular no caso da mulher trabalhadora, Pinto (2003) elucida que “essas anarquistas, na contramão dos movimentos libertários da época, chamavam a atenção para as diferenças” e, com isso trazem os primeiros indícios de “uma luta que só ganha espaço e legitimidade no fim do século, a do reconhecimento da especificidade da opressão, isto é, que os oprimidos não são oprimidos da mesma forma” (PINTO, 2013, p. 35). Diferentemente do movimento proposto por Bertha Lutz, para as trabalhadoras, o discurso reformista não tinha a significação proposta pelas feministas das classes altas.

Especialmente em relação aos direitos políticos, já exercidos pelos homens operários, pouco influenciariam em suas condições de vida material, vez que, antes do direito ao voto lutavam pela “sobrevivência econômica e manutenção no emprego dentro de condições de trabalho amplamente desfavoráveis e sem nenhuma legislação que lhes desse um mínimo de garantias” (LINO, 1986, p. 85).

De acordo com Revoredo (2006), o feminismo socialista encontra na relação entre capitalismo e patriarcado o surgimento das condições para exploração das mulheres e ainda que:

Nessa concepção, o trabalho reprodutivo da mulher no ambiente familiar - preparar alimentos, cuidar dos filhos etc. -, que serve para reproduzir a força de trabalho

produtiva, é um elemento determinante da condição subalterna da mulher.⁴
(REVOREDO, 2006, p. 360, tradução nossa).

Como representantes brasileiras do feminismo classista, destaca-se a atuação de Maria Lacerda de Moura, escritora feminista colaboradora da imprensa operária, através do jornal A Plebe, na qual denunciava o papel subordinado das mulheres trabalhadoras. Maria Lacerda identificou no reformismo legal uma potencialidade para melhoria de vida das mulheres, e por isso, foi próxima da atuação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e de Bertha Lutz por algum tempo, até que se afastou pelo caráter elitizado do movimento encabeçado por Bertha (LINO, 1986).

Também Patrícia Galvão (Pagu), se destaca à época como representante do feminismo de classe. Militante próxima de trabalhadoras, trabalhadores e sindicatos, Patrícia Galvão foi a primeira presa política do Brasil, em 1931, durante uma greve ocorrida em Santos, São Paulo.

Também escrevia à imprensa alternativa, na coluna “A mulher do povo” no jornal “O homem do povo”, organizado por Oswald de Andrade, portando-se contrária a movimentos que excluía a classe trabalhadora:

Excluída a grande maioria de pequenas burguesas cuja instrução é feita nos livrinhos de beleza, nas palavras estudadas dos meninos de baratinha, nos gestos de artistas de cinema mais em voga ou no ambiente semifamiliar dos coquetéis modernos – temos a atrapalhar o movimento revolucionário do Brasil uma elitezinha de “João Pessoa” que sustentada pelo nome de vanguardistas e feministas berra a favor da liberdade sexual, da maternidade consciente do direito do voto para “mulheres cultas” achando que a orientação do velho Maltus resolve todos os problemas do mundo.

Essas feministas de elite, que negam os votos aos operários e trabalhadores, sem instrução, porque, não lhes sobra tempo do trabalho forçado a que se tem que se entregar para a manutenção dos seus filhos, se esquece que a limitação de natalidade quase que já existe mesmo nas classes mais pobres e que os problemas da vida econômica e social ainda estão para ser resolvidos. (Jornal O Homem do Povo, de 27/03/1932)

Nos escritos de Patrícia Galvão, identifica-se o reconhecimento de diferentes mulheres, com diferentes necessidades. Neste sentido, Facchi (2005) elucida que a crítica aos modelos dominantes, tem contribuído para a necessidade de levar em conta não apenas as diferenças de gêneros, mas também as diferenças entre as mulheres, desmitificando também a existência de uma “mulher universal”, falsamente universal e neutra, despossuída de cultura, religião, orientação sexual, raça ou classe.

⁴ Bajo esta concepción, el trabajo reproductivo de las mujeres em el ámbito familiar – preparar los alimentos, cuidar a los hijos, etc -, que sirve para reproducir la fuerza de trabajo productivo, es un elemento determinante de la condición subordinada de aquellas (REVOREDO, 2006, p. 360).

Conforme anteriormente relatado, a primeira onda do movimento feminismo no Brasil, surgido a partir de 1920, teve como principal expoente, Bertha Lutz e a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, e a luta pelo sufrágio feminino, a porta de entrada das mulheres na luta por direitos. Apesar disso, é certo que, a questão dos direitos trabalhistas das mulheres não pode ser deixada à margem de suas manifestações. Neste sentido, é a redação de um dos fins perseguidos pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino que em seu estatuto propõe “obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino” (LINO, 1986).

No entanto, especialmente na fase inicial do movimento, a visão das feministas em relação às trabalhadoras tinha uma perspectiva de inferioridade, de diferenciação entre trabalho intelectual e trabalho manual e assim “apesar da preocupação expressa nos estatutos da FBPF com as mulheres trabalhadoras em termos legais e educacionais, o que dava o tom do discurso da organização era uma visão paternalista com relação a mulher operaria.” (LINO, 1986, p. 60).

Ademais, Lino (1986) nos informa que, ao menos na fase inicial do movimento feminista, a eventual necessidade de proteção à trabalhadora, era justificada pela sua vitimização como trabalhadora, uma vez que forçada ao trabalho, se afastava de sua missão natural de mãe e esposa. Assim, se identifica uma das características desta primeira etapa do feminismo que, como trazido por Facchi (2005), rechaça como fator de opressão os papéis que tradicionalmente são atribuídos às mulheres.

Exemplo dessa visão quanto ao trabalho feminino, é a participação de Bertha Lutz no 9º Congresso da Aliança Sufragista Feminina Internacional, ocorrida em Roma em 1923, na qual Bertha apresentou um relatório sobre a condição da mulher do Brasil, e, ao tratar sobre a questão do trabalho, identificou a existência de “uma condição de igualdade entre homens e mulheres”, apesar de assumir que elas não podiam exercer atividade profissional sem o consentimento do marido” (FRACCARO, 2016, p. 70).

Nesta afirmação, o feminismo liberal de Bertha Lutz se caracteriza pela ausência do confronto e do enfrentamento da opressão exercida pelos homens. Porém, uma vez que o Código Civil de 1916, vigente à época exigia o consentimento do marido para o trabalho da mulher casada, já se assumia a diferença na força de trabalho feminina.

Ocorre que, conquistado o voto feminino, em 1932, as problemáticas surgidas no âmbito trabalhista e que haviam ficado à margem das preocupações de muitas feministas até então, passam a tomar espaço importante.

A nova posição assumida especialmente por Bertha Lutz, acompanha os passos assumidos pelo governo de Getúlio Vargas, uma vez que “as demandas do movimento operário estavam em plena discussão na sociedade, greves e organizações políticas estavam em evidência, bem como o Estado brasileiro desenvolvia políticas específicas para resolver as ‘questões sociais’” (FRACCARO, 2016, p. 120) e assim, a partir de 1930 a atuação feminista se voltou para o terreno trabalhista.

Prova disso, foi o memorial enviado ao ministro do trabalho, Lindolpho Collor em 1931, contendo centenas de assinaturas de trabalhadoras, no qual se reivindicava “medidas de proteção à mulher que trabalha na indústria, medidas estas que, apesar dos nossos mais ingentes esforços, em dez anos de luta, ainda não conseguimos alcançar” (FRACCARO, 2016, p. 123).

Neste aspecto, importante destacar que Facchi (2005) nos apresenta que, logo no início do movimento feminista, se constatou que a mera igualdade formal era capaz de produzir efeitos negativos, ao não levar em conta as condições de vida das mulheres, além de “os recursos econômicos de que dispõem, as condições culturais a que estão sujeitos, as relações de poder e a divisão do trabalho na família”⁵ (FACCHI, 2005, p. 31).

Assim, busca-se não apenas a igualdade formal com a concessão dos exatos mesmos direitos aos homens e as mulheres, mas sim, normas que levem em consideração as existências de diferenciações entre os sexos, característica do chamado feminismo liberal social (JARAMILLO, 2000).

Em 17 de maio de 1932, o Decreto 21.417 foi assinado, regulamentando o trabalho das mulheres na indústria e no comércio, representando um documento bastante contraditório, vez que, entre outros pontos, prevendo a licença maternidade e o retorno ao posto de trabalho ao fim da licença, pauta amplamente perseguida pelas mulheres, permite a redução do salário neste período, portanto:

O Estatuto da Mulher fornecia, pois, subsídios às justificativas empresariais dos baixos salários e do desemprego feminino, legitimando um comportamento dos empreendedores que o feminismo visava a destruir através do princípio de salário igual para trabalho igual e através da equiparação geral dos sexos. (PENA, 1981)

Em 1934, a nova Constituição prevê a igualdade salarial sem distinção de sexo ou idade, no entanto, não revogou o Código Civil de 1916 que, como anteriormente relatado, proibia as mulheres de praticarem atividades profissionais, receberem heranças ou alienar bens sem a

⁵ (...) los recursos económicos de los que disponían, los condicionamientos culturales a los que estaban sujetas, las relaciones de poder y la división del trabajo dentro de la familia (FACCHI, 2005, p. 31).

autorização do marido. Por isso, em 1936, Bertha Lutz, que assumiu a cadeira de deputada após o falecimento de seu titular Cândido Pessoa, efetuou vinte e duas emendas legislativas, muitas delas denunciando a distorção legal com a manutenção do Código Civil e outras para a revisão do Estatuto da Mulher (FRACCARO, 2016).

No entanto, através do golpe pela implantação do Estado Novo em 1937, a ditadura varguista acarreta a perda da força tanto dos movimentos sociais de trabalhadores, quanto das feministas próximas ao poder, conforme elucidada Lino (1986):

num golpe de Estado fecha o Congresso e institui o Estado Novo sufocando entre as vozes operárias, artísticas, liberais e comunistas, as vozes feministas cujo trabalho de mais de uma década de organização centrara-se na obtenção de uma cidadania tão frágil que um só golpe retirou de homens e mulheres de diferentes setores sociais. (LINO, 1986).

Assim, após o refluxo dos movimentos sociais e do movimento feminista, em 1943 foi aprovada a Consolidação das Leis do Trabalho que, assim como demais documentos legais anteriores, se mostrou contraditório para os interesses das mulheres trabalhadoras.

É o que se apresentou por exemplo, com a equiparação salarial, não apenas exigidos em cargos de mesma função, mas também levando em conta critérios como rendimento e qualidade do trabalho, o que, por óbvio, acabava por escancarar as portas para a discriminação salarial (PENA, 1986).

Neste mesmo sentido, o trabalho noturno, autorizado para trabalhadoras de alguns segmentos (telefonista, radiofonia ou radiotelegrafia, em serviços de enfermagem, em casas de diversão, bares, hotéis, restaurantes ou para as que ocupassem cargos de direção), mediante apresentação de atestado de bons antecedentes, fornecido pela autoridade competente, e de capacidade física e mental, passado por médico oficial. Assim, Maria Valéria Junho Pena (1986) alerta que, “dito de outra maneira, as mulheres deveriam provar que não era loucas ou prostitutas para que trabalhassem à noite”.

Considerações finais

O presente trabalho teve como objetivo investigar as ações do movimento feminista brasileiro no início do século XX, especialmente em relação à legislação trabalhista, em formação à época.

Conforme estudos que tratam sobre feminismo e Direito, a relação da crítica feminista com o Direito é de longa data, caracterizando-se por diferentes perspectivas e modo de atuação,

ora entendendo o Direito como ferramenta na luta pela igualdade das mulheres, ora entendido como expressão máxima da opressão exercida pelos homens.

Através de nossas investigações acerca do movimento feminista no início do século, foi possível identificar que no cenário brasileiro também se observou a existência de diferentes perspectivas. É o caso do feminismo liberal clássico, tendo Bertha Lutz e a Federação Brasileiro pelo Progresso Feminino como a principal representação, vez que creditavam à necessidade de igualdade formal a situação da mulher, inclusive da mulher trabalhadora, bastando seu reconhecimento (como o caso da liberdade para trabalhar independente do marido) como a solução para suas condições desiguais.

Ocorre que, seguido do feminismo liberal clássico, o feminismo liberal social identifica que apenas a igualdade formal não é suficiente para dar conta das diferenças entre homens e mulheres, exigindo tratamento diferenciado levando em conta a situação da mulher.

É do que se aproxima a mudança de postura do feminismo de Bertha Lutz que, após conquistado o voto feminino em 1932 e tendo em vista a efervescência das questões trabalhistas no cenário político, passa a atuar em favor de lei trabalhistas que respeitem as condições específicas da mulher trabalhadora, como é o caso da licença maternidade.

Além disso, também pode ser identificada, a existência do chamado feminismo socialista, tendo como principais expoentes Maria Lacerda de Moura e Patrícia Galvão (Pagu), mulheres que, alinhadas à luta operária, identificavam no direito a expressão burguesa e masculina comprometida com a subordinação das mulheres trabalhadoras. Nota-se assim, a existência de diferentes entendimentos e formas de atuação em relação aos direitos trabalhistas destinados às mulheres trabalhadoras.

Referências

FACCHI, Alessandra. El pensamiento feminista sobre el Derecho: un recorrido desde Carol Gilligan a Tove Stang Dahl. **Academia**: revista sobre enseñanza del derecho de Buenos Aires, ISSN 1667-4154, Año 3, n 6, 2005, p. 27-47.

FRACCARO, Glaucia. **Os direitos das mulheres**: organização social e legislação trabalhista no entreguerra brasileiro (1917-1937). Campinas, 2016.

HIRATA, Helena (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009.

JARAMILLO, Isabel Cristina. La crítica feminista al derecho. *In*: WEST, Robin. Género y teoría del derecho. Bogotá: **Ediciones Uniandes**, Instituto Pensar, Siglo del Hombre Editores, 2000.



REVISTA CIENTÍFICA
MULTIDISCIPLINAR O SABER
MULTIDISCIPLINARY SCIENTIFIC JOURNAL

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber. ISSN: 2675-9128.

LINO, Sonia Cristina da Fonseca M. **As ideias feministas no Brasil (1918-1932)**. Dissertação de Mestrado, UFPR, 1986.

OLSEN, Frances. El sexo del derecho. *In*: RUIZ, Alicia E. C. (comp.). **Identidad femenina y discurso jurídico**. Buenos Aires: Editorial Biblos, pp. 25-43.

PENA, Maria Valéria Junho. A revolução de 30, a família e o trabalho feminino. **Cad. Pesq. São Paulo**, v. 37: 78-83, mai. 1981

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

REVOREDO, Marisol Fernández. Usando el género para criticar al Derecho. **Derecho PUCP**; n. 59, 2006; 357-369.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade. **Coleção Sociologia Brasileira**, v. 4. Petrópolis: Vozes, 1979.

Impacto da inflação no poder de compra e a desvalorização da moeda

Impact of inflation on purchasing power and currency devaluation

Submetido em: 28/11/2021

Aprovado em: 01/12/2021

v. 1, n. 12 p. 01-23, dez. 2021

DOI: 10.51473/rcmos.v1i12.225

1

Lucas Gabriel Diogo Higino

Resumo

A inflação é caracterizada como aumento contínuo dos preços, provocada pela perda do poder de compra e a desvalorização da moeda. Partindo para uma esfera econômica quanto a situação financeira de um país, a liquidez de uma moeda está atrelada a política monetária adotada pelo governo vigente. Em conformidade com esses argumentos, esse trabalho teve como objetivo estudar a variação e as trocas de moeda no decorrer dos anos e a relevância do índice IPCA no orçamento das famílias. A pesquisa teve como base um levantamento bibliográfico com o apoio de artigos, livros e periódicos que já se delimitaram ao estudo desta problemática. Foi utilizado dados do IPCA, que é considerado o índice oficial da inflação do Brasil, medido e divulgado pelo IBGE. A pesquisa contém imagens, representadas através de tabelas demonstrando a trajetória e a evolução da moeda no Brasil. A inflação é definida como a elevação de preço dos itens básicos de consumo, por ser um que mede os preços de forma geral, a alta isolada de um determinado produto, bem ou serviço não pode ser considerada como inflação. Moeda brasileira ao longo dos anos passou por diversas alterações que afetaram a liquidez da economia e o poder aquisitivo dos consumidores. Esta pesquisa apresenta a problemática de como a moeda brasileira passou por mudanças ao longo, por causa dos índices inflacionários altos. Esse estudo se justifica na relevância do tema para a sociedade de forma geral, e não somente para profissionais da administração, contabilidade e economia. Através da análise e mensuração dos dados, obteve-se como resultado de que o poder de compra da população está concentrado em grande parte na aquisição de produtos e serviços básicos que compõe a cesta básica do IPCA. Por outro lado, quanto aos planos econômicos adotados no Brasil, todos eles tiveram em comum objetivo de estabilizar a economia, contendo a alta desenfreada nos preços

Palavras-chave: Inflação, Moeda, Poder de compra.

Abstract

Inflation is characterized as a continuous increase in prices, caused by the loss of purchasing power and currency devaluation. Starting with an economic sphere as the financial situation of a country, the liquidity of a currency is linked to the monetary policy adopted by the current government. In accordance with these arguments, this work aimed to study the variation and exchanges of currency over the years and the relevance of the IPCA index in household budgets. The research was based on a bibliographic survey with the support of articles, books and

periodicals that have already delimited themselves to the study of this issue. Data from the IPCA was used, which is considered the official inflation index in Brazil, measured, and released by the IBGE. The research contains images, represented through tables showing the trajectory and evolution of the currency in Brazil. Inflation is defined as the rise in the price of basic consumer items, since it is one that measures prices in general, the isolated rise of a particular product, good or service cannot be considered inflation. Brazilian currency over the years went through several changes that affected the liquidity of the economy and the purchasing power of consumers. This research presents the problem of how the Brazilian currency has undergone changes over the course of the high inflation rates. This study is justified by the relevance of the topic for society in general, and not just for professionals in administration, accounting, and economics. Through the analysis and measurement of the data, it was obtained as a result that the population's purchasing power is largely concentrated in the acquisition of basic products and services that make up the IPCA's basic basket. On the other hand, as for the economic plans adopted in Brazil, they all had the common objective of stabilizing the economy, containing the unbridled rise in prices.

Keywords: Currency, Purchasing Power, Inflation.

1 Introdução

Em uma ótica macroeconômica, entende-se, que o padrão de consumo das famílias está diretamente ligado a situação econômica em que o país se encontra. No cotidiano a palavra inflação é constantemente mencionada nos jornais ou noticiários. Inflação pode ser contextualizada como fenômeno caracterizado pela elevação dos preços, fazendo com que ocorra a desvalorização da moeda. Para Vasconcellos e Garcia (2019) a inflação é definida como alta contínua dos preços de bens e serviços, não se caracterizando como inflação a alta isolada de determinado bem ou serviços. O poder de compra caracteriza-se na capacidade aquisitiva dos agentes econômicos, ou seja, quanto recurso o consumidor tem em sua disponibilidade para adquirir um bem ou serviço, se comparado a inflação de um período com outro é perceptível a variação dos indicadores que mensuram o poder de compra da moeda nacional.

Partindo dessa explanação esse trabalho levanta o seguinte problema: a instabilidade e as mudanças da moeda brasileira ao longo dos anos, como fato gerador as constantes mudanças de política monetária, para o controle do índice inflacionário, e a variação e o peso da inflação, quanto a cesta básica de consumo das famílias brasileiras. O presente trabalho teve como objetivo estudar a variação e as trocas de moeda no decorrer dos anos e a relevância do índice IPCA no orçamento das famílias. A pesquisa justifica-se na ideia levar o pleno conhecimento não apenas para profissionais contábeis, administradores economistas e acadêmicos, mas

dirige-se a todas as camadas da sociedade. O poder de compra de uma moeda está vinculado à fatores como crise hídrica, choque de oferta e demanda, alta do dólar e a valorizando do petróleo, que tem o seu preço indexado ao mercado internacional. Para o desenvolvimento do presente trabalho, foi utilizado a pesquisa bibliográfica, através de levantamentos já existentes sobre o assunto e a construção de exemplo prático, através de dados disponibilizados pelo IBGE. Utilizou-se também figuras e gráficos como mensuração dos dados e informações coletadas.

À análise dos dados resultantes do foco principal da pesquisa, permitiu exemplificar como um período inflacionário pode desabilitar a economia. Tal fenômeno é evidenciado nas várias trocas de políticas de monetárias de substituição de moeda, todas elas tinham em comum objetivo, fazer com que a economia nacional voltasse a crescer. O trabalho estrutura-se em 4 capítulos, apresentando-se no primeiro a introdução com uma breve demonstração dele, no segundo é demonstrado a metodologia da pesquisa. No terceiro apresenta-se o referencial teórico, o no qual discorre-se a fundamentação para a base do desenvolvimento da pesquisa. No quarto apresentam-se os resultados e discussões acerca da pesquisa realizada, com o objetivo de responder a problemática proposta. Na sequência realizam-se as considerações finais.

2 Referencial teórico

2.1 Sistema Financeiro Nacional

O conceito de sistema financeiro nacional, para Neto (2021) pode ser entendido, como um conjunto de instituições, que tem como objetivo fazer a intermediação de recursos entre agentes superavitários (agentes econômicos que dispõe de recursos para emprestar) e deficitários (agentes que precisam tomar recursos emprestados). Foi constituído pela lei n 4.595, de 31 de dezembro de 1964 (Lei da Reforma Bancária), é composto por subsistemas normativos e de intermediação financeira. O subsistema normativo atribui as diretrizes e normas de atuação para as empresas, que visam operar no mercado financeiro. O subsistema de intermediação financeira tem como premissa procurar recursos no mercado financeiro, fazendo a ponte entre diversos agentes do mercado.

Agentes econômicos superavitários são todos que apuram fluxos de entrada de caixa (rendimentos) superiores aos seus fluxos de pagamentos. Os agentes deficitários são aqueles que incorrem em gastos de consumo e investimentos maiores que suas disponibilidades de caixa (NETO, 2021, p.43).

2.2 Conselho Monetário Nacional - CMM

O Conselho Monetário Nacional, de acordo com Neto (2021) é o órgão normativo superior do Sistema Financeiro Nacional, possui caráter normativo e não desempenha nenhuma função executiva. É o órgão responsável por garantir o bom funcionamento do sistema financeiro, e o controle da economia nacional. Dentre as suas principais atribuições destaca-se a de formular toda a política monetária e creditícia, tendo como objetivo atender os interesses da economia de um país. É composto por três representantes, são eles: Ministro da Fazenda, Ministro de Planejamento e o Presidente do Banco Central. Entre as principais atribuições do CMN, destaca-se fixar as diretrizes e as normas da política cambial, assim como regulamentar as operações de câmbio, visando ao controle da paridade da moeda e ao equilíbrio do balanço de pagamentos (NETO, 2021, p. 47).

2.3 Banco Central do Brasil - BACEN

O Banco Central do Brasil, segundo Carrete e Tavares (2019) é o responsável pelo controle da inflação e atua na regulação do montante de moeda em circulação. Foi criado pela Lei n 31/12/1964, é considerado como banco dos bancos, o banco central fiscaliza as instituições financeiras que atuam no mercado, para o cumprimento das normas de contabilidade e estatística, designadas pelo Conselho Monetário Nacional, com exceção, as instituições que atuam como Shadow Banking ou Sistema de “banco sombra”, essas instituições atuam de forma paralela ao Sistema Financeiro Nacional, pois não se sujeitam a nenhuma norma ou diretrizes. Entre as atribuições do Banco Central, destacam-se: emitir papel-moeda e moeda metálica, regular o mercado de câmbio atuando como depositário das reservas internacionais, controle do crédito, autoriza e fiscaliza o funcionamento das instituições financeiras e administra a dívida pública.

2.4 Casa da Moeda do Brasil - CMB

A Casa da Moeda Do Brasil foi criada no dia 8 de março de 1694, como diz Reis (2021) foi criada com o intuito de fazer a cunhagem das moedas de ouro em circulação na época, essas moedas eram de origem portuguesa ou espanhola. Inicialmente a Casa da Moeda surgiu na cidade de Salvador, mas logo depois, foi transferida para o Rio de Janeiro, passando também um breve período na capital do Pernambuco, Recife. Atualmente está situada no distrito industrial do Rio de Janeiro, tem a capacidade de produzir até 3 bilhões de cédulas e 4 milhões de moedas por ano. A Casa da Moeda além da produção do dinheiro em circulação no país, possui outras funções como imprimir selos postais, fiscais, federais, títulos da dívida pública federal e a fabricação de passaportes. Para produzir o dinheiro que circula no país, a Casa da Moeda, depende da autorização do Banco Central, que é orientado pelo governo, através do Conselho Monetário Nacional, basicamente, a Casa da Moeda só pode produzir o dinheiro de acordo com a necessidade da economia nacional.

O Banco Central define anualmente, junto com essa instituição, a quantidade de cédulas e moedas que devem ser produzidas. Ou seja, a CM fabrica o dinheiro e o Bacen emite, distribui e controla os meios circulantes (REIS, 2018).

2.5 Política monetária

A política monetária é definida como um conjunto de medidas adotadas por um governo de um determinado país, para controlar e monitorar o desenvolvimento da economia nacional. Essas medidas que são traçadas através dessas políticas monetárias abrangem a economia de maneira geral, os consumidores são os mais sentem, positivamente ou negativamente, quando o cenário vem bem ou mal, isso é evidenciado pelo consumo das famílias e o índice de inflação, que nada mais é do que a alta contínua dos preços. De acordo com Reis (2021) o principal foco das políticas monetárias é manter a estabilidade da economia, isso vai desde controlar a quantidade de dinheiro em circulação, estabelecer as metas de inflação para os respectivos anos. O Brasil, no que diz respeito a seu estado econômico, possui oscilações e volatilidades, sendo um ambiente propício para aplicar as políticas monetárias. Em países desenvolvidos é comum passar um grande intervalo de tempo, sem sofrer alterações macroeconômicas, na condução das suas políticas. Entre os anos de 2016 e 2018 o Brasil passou de uma política contracionista para uma expansionista. O país enfrentou um período de inflação, de 2014 a 2016, por causa das

políticas estimulantes de consumo que não gerava resultados satisfatórios para o bom funcionamento da economia. De acordo com Reis (2021), os principais tipos de políticas monetárias existentes no Brasil, são:

Open Market: mercado aberto em que os bancos realizam operações de compra e venda de títulos federais. Quando o governo efetua a compra de títulos, ele insere moeda na economia como incentivo a política expansionista. Ao ser efetuada a venda, é retirada moeda da economia e trocada por títulos. A venda de títulos faz parte de uma política restritiva, sendo utilizada para reduzir a liquidez da economia.

Taxa de redesconto: é o empréstimo concedido pelo Banco Central as instituições financeiras, por isso o título de “banco dos bancos”.

Deposito compulsório: recolhimento feito pelos bancos, direcionado ao Banco Central, podendo ser feito através de moeda ou em títulos federais.

2.6 Conceito, funções e tipos da moeda

De acordo com os estudos realizados por Vasconcelos e Garcia (2019) o conceito de moeda pode ser entendido como um meio de intermediação no mercado financeiro, conhecida popularmente quanto a seu uso para o pagamento de bens e serviços.

A aceitação da moeda é garantida por lei, pois a moeda possui curso forçado. Antes da criação da moeda, no mercado financeiro, o fluxo de trocas de bens e serviços era classificado como escambo, pois acontecia a troca direta de mercadorias por mercadoria. Ao longo do tempo metais preciosos assumiram a função da moeda, mas era levado em consideração fatores como limitação na natureza, durabilidade e resistência (VASCONCELLOS; GARCIA, 2019, p.191)

Para o controle da moeda em circulação o governo criou a cunhagem da moeda de onde se originou a moeda metálica. O atual papel-moeda teve sua origem na moeda-papel. Anos atrás as pessoas que tinham posse em ouro, por questões de segurança, confiavam as suas reservas em casas especializadas (embriões do atual sistema bancário) em que o ourives, sendo o profissional responsável por trabalhar com ouro e a prata, emitiam certificados de depósito de metais. “Como qualquer mercadoria, moeda tem seu preço e quantidade determinados pela oferta e demanda. A oferta de moeda de moeda é o suprimento para atender as necessidades da coletividade” (VASCONCELLOS; GARCIA, 2019, p.192).

Esses metais eram utilizados principalmente na aquisição de bens e serviços. Para Vasconcellos e Garcia (2019) as pessoas podiam fazer os devidos pagamentos com esses

certificados, por serem transferíveis, o novo detentor do título poderia retirar o montante do metal correspondente ao metal, com o ourives.

Por ser uma forma segura e confiável de pagamento, os certificados de metal passaram a ter livre circulação, tendo aceitação geral, pois possuíam lastro e podiam ser convertidos em ouro a qualquer momento. No decorrer dos anos o lastramento tornou-se menor que 100%, devido ao montante de ouro não utilizado que permanecia da mão do ourives. Surgiu então, a emissão da moeda-papel em benefício próprio, sem nenhum lastro. No século XVII surgiu os Bancos Comerciais Privados, esses bancos emitiam notas ou recibos bancários que logo passaram a circular, dando origem ao papel-moeda (VASCONCELLOS E GARCIA, 2019, p.192)

A moeda é definida como uma forma de pagamento, utilizada de forma legal para fazer transações. Segundo Neto (2021), a função básica da moeda é a troca de valores para aquisição de bens ou serviços, viabilizando o funcionamento da economia de um país. A moeda desempenha, algumas funções de suma importância para o bom funcionamento econômico.

À moeda atua como instrumento de troca, de acordo com Neto (2021) executando o intercâmbio de bens e serviços, serve também, como medida de valor, pois permite fazer comparações de distintos valores monetários. Outra função da moeda é servir de moeda de reserva de valor, permitindo a possibilidade de agentes econômicos pouparem recursos, para uso posterior. Essa função atribui a moeda liquidez absoluta, onde o agente econômico pode fazer a qualquer momento, a conversão imediata em ativos (financeiro ou real). Porém, essa característica, é afetada em um cenário de inflação, ocorrendo a diminuição do poder de compra a elevação dos preços.

A circulação da moeda, é caracterizada no passado, com garantia do lastramento em ouro. As moedas eram emitidas somente se possuíssem equivalência em ouro, como reserva, tendo como finalidade permitir a sua conversão. Através do crescimento das atividades econômicas e a expansão do mercado financeiro, tornou-se inviável fazer o lastro da moeda em ouro, por isso criou-se a moeda sem lastro, moeda fiduciária (NETO, 2021, p.10)

Com evolução dos sistemas financeiros no mundo de acordo com Neto (2021) o ouro passou de opção de investimento, a mercadoria, sem os tradicionais mecanismos de câmbio, os investidores passaram a ter autonomia para tomar decisões quanto a defesa de seus capitais, podendo escolher os melhores mercados para investimento.

Os mercados financeiros mais estáveis vêm oferecendo a seus investidores mecanismos atraentes para a segurança das operações e reduzir a especulação geral. Com isso, o ouro deixa de ser o único ou mais importante refúgio de capital diante das crises econômicas e instabilidades políticas, perdendo sua tradicional importância para outros ativos mais líquidos e estáveis (NETO, 2021, p.11)

As moedas, podem ser classificadas em três tipos, segundo Vasconcellos e Garcia (2019) são elas:

Moedas metálicas: são emitidas pelo Banco Central e constituem parcela da oferta monetária e facilitam as operações de pequeno valor como unidade monetária fracionada (troco);

Papel-moeda: também emitido pelo Banco Central, corresponde a parcela significativa da quantidade de dinheiro em poder da economia;

Moeda escritural: é representada pelos depósitos a vista (depósitos em conta corrente).

2.7 Plano Real

O Plano Real, foi um plano econômico, criado em 1994, durante o governo do presidente Itamar Franco de acordo com os estudos realizados por Reis (2018) o foco principal do Plano Real era a estabilização da economia nacional e promover o fim da hiperinflação, logo após um período de crise econômica no Brasil. Uma série de pacotes econômicos foram de relevância para a criação do Plano Real tais como, congelamento de preços e o Plano Collor, tentativas sem sucesso para estabilização da economia. As políticas econômicas anteriores ao Plano Real, fez com que o Brasil, no ano de 1994, a ter um índice de inflação de 46,58% ao mês. A adoção do real como moeda oficial, fez o Brasil atingir a estabilidade econômica, controlando a inflação consequentemente aumentando o poder de compra.

A alta constante dos preços fazia com que as pessoas perdessem a noção de preço dos itens, como por exemplo, o preço das bebidas por volta dos anos 1990, chegava a ter 5 casas numéricas. Por causa da desvalorização da moeda, o Brasil necessitou mudar a sua moeda oficial algumas vezes. Algumas dessas moedas, de acordo com os estudos realizados por Reis (2018) foram:

- **Cruzado** (1986);
- **Cruzado Novo** (1989);
- **Cruzeiro** (1990);
- **Cruzeiro Real** (1993).

As trocas contínuas de moeda se deram pela tentativa de estabilizar os preços na economia, pois alta contínua dos preços prejudicava em maior medida a população mais carente, que não tinha nenhuma proteção contra a hiperinflação. Tal efeito contribuiu para o aumento da pobreza e da desigualdade social no Brasil. Antes da criação e o sucesso do Plano

Real, vários planos econômicos foram implementados no país como tentativa de estabilizar a economia, de acordo com Reis (2018) foram esses os planos:

Plano Cruzado (1896): teve como marca o congelamento dos preços, o contínuo aumento dos impostos e a adoção do Cruzado como moeda oficial.

Plano Bresser (1987): congelou os preços por 3 meses e causou a desvalorização imediata de 10% no dólar.

Plano Verão (1989): estabeleceu o Cruzado Novo como moeda oficial, elevando a taxa de juros e o congelamento dos preços, neste ano a inflação brasileira chegou 1972%.

Plano Collor I (1990): realiza a troca de moeda, que depois de um tempo voltou a ser chamar cruzado. A principal medida desse plano foi o confisco da poupança da população e de outros ativos financeiros.

Plano Collor II (1991): anunciou o congelamento de preços e medidas para acelerar a produção do país. Também acabou com a indexação de preços para controlar a inflação.

Esses planos tinham como características e medidas em comum. De acordo com Reis (2018) essas medidas se dividiam em troca de moeda, congelamento de preços e confisco da poupança e contenção de salários. O Plano Collor confiscou a poupança da população, como objetivo principal limitar os recursos em circulação na economia, como estratégia de conter o aumento dos preços. Na época o governo anunciou também a contenção dos salários. Tais medidas além de não conseguirem conter a inflação, conquistaram a insatisfação popular quanto a gestão do atual presidente. Os anos 1990 também foram marcados pelo aumento de tarifas e impostos, tendo como expectativa reduzir a demanda e o consumo da população e reduzir o déficit público.

Os economistas que foram responsáveis pelo Plano Real, dividiram a implementação do Plano Real em 3 fases principais. Tal feito fez com que o real se tornasse a moeda vigente até os dias atuais. Segundo Reis (2018) as 3 etapas principais do Plano Real foram:

Programa de Ação Imediata (PAI): foi responsável pelo ajuste fiscal da economia, pois era necessário equilibrar as contas públicas através de um arrocho orçamentário. Nessa etapa destacou-se também um plano de privatizações e medidas que para alcançar um superávit primário. Basicamente essa fase do Plano Real, tinha como objetivo de reduzir as despesas do governo, e aumentar as receitas da união. Tal ocorreu por volta de 1993 e 1994.

Implementação da Unidade Real de valor (URV): teve como proposito a desindexação da economia, pois se tratava de uma moeda vinculada a cotação do dólar do dia anterior. Através

dessa política cambial, era mais fácil manter a referência dos preços na economia. Depois da implementação da URV, seriam marcados como valor de URV. Porém ao fazer o pagamento, esses eram convertidos em moeda circulante no caso o Cruzeiro Real.

Lançamento do Padrão Monetário Real: lançamento oficial do real, como moeda no dia 1 de julho de 1994. Nessa época quem possuía Cruzeiros Reais (CR\$) deveria fazer a conversão para o real. Nesse sentido, o governo determinou a conversão de R\$ 1,00 para cada CR\$ 2.750,00.

O sucesso econômico do lançamento do real foi tão grande que a moeda conseguiu se consolidar por quase três décadas. E para um país que havia passado por tantas trocas monetárias em tão pouco tempo, essa consolidação foi uma grande conquista (REIS, 2018).

2.8 Poder de compra

O conceito de poder de compra pode ser entendido como a capacidade aquisitiva para comprar um bem ou serviço, com uma certa quantia. Na prática, usa o parâmetro, a quantidade x de um produto, que no passado era adquirido com determinado valor, e um cenário atual, os agentes econômicos, são obrigados a se dispender de mais recursos, para manter o padrão de consumo. O poder de compra está diretamente ligado ao cenário econômico do país, pois os índices inflacionários afetam o consumo e o orçamento das famílias. Normalmente os bancos centrais definem a política monetária de cada país, estabelecendo a meta de inflação para cada ano. Como é evidenciado por Reis (2018), o poder de compra está relacionado com os índices de inflação, cabe as autoridades monetárias regular o montante de dinheiro em circulação na economia e definir as metas de inflação.

Existem fatores que contribuem para a alta inflacionaria de um país. Esses fatores de acordo Rocha (2021) são distinguidos em:

Choque de oferta: aumento de demanda, superior a quantidade de oferta.

Crise hídrica: a baixa capacidade das usinas hidroelétricas, leva a ativação das termelétricas, gerando um custo alto, que é repassado a população, na conta de luz.

Aumento do preço dos combustíveis: a desvalorização do real e a baixa oferta de petróleo ocasionaram os respectivos aumentos da gasolina e do diesel. Alta no preço dos combustíveis afeta também o preço dos alimentos, pois a maior parte do transporte de alimento é feito por caminhões.

Alta do dólar: a desvalorização do real, diz respeito a insumos importados com os preços mais elevados. Diferentes campos da indústria nacional dependem de matérias primas e insumos de fora do país. A alta dos preços é repassada para os clientes no mercado interno.

2.9 Inflação

A inflação é definida segundo Vasconcellos e Garcia (2019) como um aumento contínuo dos preços. Não se considera como inflação, a alta em particular de determinado bem ou serviços. Os efeitos da inflação são notórios, ao observar a distribuição de renda, por ser um índice que corresponde relativamente ao poder e aquisitivo das classes ou agentes econômicos.

Em linhas gerais, as causas da inflação estão associadas a conflitos distributivos, ou seja, à tentativa de os agentes manterem ou aumentarem sua posição na distribuição do “bolo” econômico: empresários defendendo suas margens de lucro, trabalhadores tentando manter seus salários e o governo mantendo sua parcela por meio de impostos, preços e tarifas públicas (VASCONCELLOS; GARCIA, 2019, p. 252).

Índice de inflação, pode ser entendido, de acordo com Neto (2021) como elevação dos preços, pois os consumidores perdem o poder de compra, levam-se em consideração a alta generalizada dos preços, maior será o número de pessoas que estará em condições de manter o padrão de consumo. As pessoas optam por reduzir a quantidade consumida, ou então procurando por opções alternativas de consumo, como por exemplo, a carne bovina, que em 2021 conseguiu ter um índice de preço superelevado, fazendo com que os consumidores procurem outras opções como frango, peixe e ovos, conseqüentemente a procura por tais produtos, ocorre também a alta dos preços. A estabilização da economia passa pelo equilíbrio entre a quantidade de moeda em poder das pessoas e a oferta de bens e serviços. O montante de dinheiro circulação e a emissão exagerada de papel-moeda, para cobrir os gastos da União, é uma das causas da inflação. As variações nos índices de preço são controladas principalmente pelo Banco Central e adoção de políticas econômicas.

No contexto de inflação os consumidores perdem poder de compra. Diante de uma alta generalizada dos preços, menos pessoas estará em condições de manter seu padrão de consumo, consumindo um volume menor de bens e serviços. Em situação de deflação o produtor/vendedor perde margem de lucro, pois é forçado a oferecer seus produtos a um preço menor (ASSAF NETO, 2021, p.15).

O fenômeno inflacionário pode estar ligado a fatores externos e internos, segundo Marques (2020) a inflação pode incluir também fatores políticos. Alta dos preços está diretamente relacionada à inflação, pois é possível que o consumidor sentir no bolso o aumento

dos preços, isso porque os comerciantes são obrigados a repassar para os consumidores, os produtos com os respectivos aumentos. “Para medir a inflação, existem índices que acompanham as oscilações dos preços” (MARQUES, 2020).

A camada mais baixa de sociedade para Viceconti e Neves (2021) são os que mais sofrem com os efeitos de inflação, pois a elevação dos preços de bens e serviços, junto a alta desenfreada dos juros, faz com que os agentes econômicos, percam o poder de compra, isto é, trabalhadores assalariados acabam sofrendo paulatinamente, a redução dos salários.

Em uma matéria publicada no site UOL ECONOMIA por Oliveira (2021) foi exposta a visão de alguns economistas sobre a atual situação econômica do país. Evidencia-se que a alta contínua dos preços todo mundo, porém no Brasil esse cenário é agravado pela incerteza sobre as políticas de gestão do governo atual. O ministro da economia Paulo Guedes afirma que a inflação está mais alta em todo mundo. Em 2020 esse índice passou de 3,5% para 4,5%, alavancada por fatores como: aumento de exportação de matéria prima, mudança de consumo e aumento mundial do consumo de petróleo, valorizando em até 50% o uso dessa matéria prima, em 2020. Para um grupo de economistas o problema se agrava no Brasil, é a falta de políticas concretas para segurar a alta de preços em alguns setores.

A alta inflacionaria atinge severamente o orçamento das famílias brasileiras, reduzindo o poder de compra. Os brasileiros estão pagando mais caro para ter acesso a bens e serviços considerados como básicos. Em uma matéria publicada no site DIÁRIO DA REGIÃO, por Nunes (2021) é falado sobre como o preço de itens como gás de cozinha, do combustível e dos alimentos atinge a população de baixa renda. A inflação além de apertar o orçamento das famílias, impacta o país de forma negativa, retirando o poder de compra dos consumidores.

Com a redução do consumo, a indústria diminui a produção, adiando a retomada econômica.

O aumento do custo do botijão de gás, do litro do combustível e do preço dos alimentos contribui para elevar a inflação e a escassez das chuvas além de prejudicar a produção de alguns alimentos, também reajusta o preço da energia elétrica, pois com os reservatórios das hidroelétricas abaixo da capacidade, o governo é obrigado a ativar as usinas termoeletricas, repassando os custos na tarifa dos consumidores (NUNES, 2021, DIÁRIO DA REGIÃO)

De acordo com Vasconcellos e Garcia (2019) os principais tipos de inflação são:

Inflação de custos: pode ser considerada como inflação de oferta, pois está ligada diretamente a oferta de serviços. Esse tipo de inflação está relacionado a diversas variáveis como aumento dos salários, taxas de câmbio, custo de matéria-prima e insumos necessários para a produção.

Inflação de demanda: ocorre o efeito inverso à inflação de custos. Quando a demanda por um produto ou serviço aumenta, o preço sobe e a quantidade ofertada não sofre alteração.

Inflação inercial: comparada aos outros tipos de inflação, é observado uma certa estabilidade dos preços. Porém, é considerada uma das teorias mais complexas da economia, pois também pressupõe um aumento contínuo dos preços, embora que não seja muito alto.

2.10 IPCA – índice de preço do consumidor amplo

Para explicar como é medido os índices de inflação no Brasil, Reis (2018) considera, o IPCA como o índice oficial da inflação no Brasil. Pode se dizer que quando ocorre o aumento do IPCA, o custo de vida da população ficou mais alto. A cada ano o Banco Central divulga uma meta para inflação que deve ser seguida com a finalidade de fazer o levantamento aproximado de como está sendo o orçamento das famílias brasileiras, podendo variar de acordo com o intervalo de tolerância permitido. A meta de inflação corresponde a um percentual pré-estabelecido pelo IPCA. O cálculo do IPCA, é baseado com base no consumo das famílias com renda mensal de 1 a 40 salários-mínimos, possuindo abrangência ampla, buscar garantir fazer a cobertura de 90% das famílias em áreas urbanas.

O cálculo e a divulgação do IPCA, são realizados pelo IBGE, de 1 a 30 ou 31 de cada mês, nas principais capitais brasileiras regiões metropolitanas são elas: Belém, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Vitória, Porto Alegre, Brasília Goiânia e Campo Grande. O levantamento desses dados, ocorre em estabelecimento comerciais e de prestação de serviços. O cálculo do IPCA é realizado com a divisão em grupos, são eles: alimentação e bebida, habitação, artigos de residência, vestuário, transportes, saúde e cuidados pessoais, despesas pessoais, educação e comunicação.

3 Metodologia

A pesquisa científica é o resultado de um inquérito ou exame minucioso, realizado com o objetivo de resolver um problema, recorrendo a procedimentos científicos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema (GIL, 2002, p.47)

Diante disso, o presente trabalho apresenta como método de abordagem a pesquisa quantitativa. Quanto à natureza e, por envolver verdades e interesses universais, a pesquisa teve um caráter básico. Por outro lado, quanto aos seus objetivos, a pesquisa esteve voltada para um método explicativo. Todavia, quanto aos procedimentos adotados, a pesquisa primou em fundamentos bibliográficos. À pesquisa básica ou fundamental tem como objetivo trazer respostas para, sobre um problema ou situação que afeta toda a sociedade ou determinado grupo. De acordo com Gil (2007) as pesquisas básicas são motivadas pela curiosidade em estudar uma problemática. As descobertas feitas, devem ser compartilhadas para toda a comunidade, possibilitando debates de conhecimento. Na maioria das vezes a pesquisa básica tem como base a revisão bibliográfica de conteúdos já existentes sobre o tema estudado.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

A pesquisa bibliográfica, se baseia em livros, periódicos, sites, jornais e artigos acadêmicos que já estudaram o tema do proposto. Pesquisa bibliografia, é considerada como a etapa inicial, tanto de um artigo acadêmico ou então um trabalho de conclusão de curso. O enfoque principal é reunir informações e dados para a construção ou investigação da problemática proposta pelo tema. “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2007, p.44).

Porém, esse tipo de pesquisa não interfere de maneira imediata nas causas da problemática abordada, apenas reúne conhecimento e amplia a visão da comunidade ou grupo em que o estudo é direcionado. De acordo com Fonseca (2002) o procedimento de pesquisa científica possibilitam o entendimento de uma realidade. Segundo este autor, a pesquisa é resultado de um inquérito minucioso, que é realizado com um foco em resolver um problema através de procedimentos científicos. Para o desenvolvimento de um estudo é essencial definir o método que será utilizado. Com base nas características do projeto, é possível escolher vários tipos de pesquisa, podendo juntar o qualitativo e o quantitativo. Quanto ao método explicativo,

ele se baseia em identificar as causas de um fenômeno. De acordo com Gil (2007) esse método é conhecido por explicar o “o porquê” das coisas.

Por sua vez, a pesquisa quantitativa, conforme explica Fonseca (2002), [...] ela se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis etc.

A pesquisa bibliográfica, de natureza quantitativa, com análise de artigos, livros, jornais, sites e jornais e periódicos já publicados sobre o tema proposto. Portanto, realizou-se uma revisão bibliográfica sobre o impacto da inflação no poder de compra, e a desvalorização da moeda, abordando as principais variáveis sobre o assunto.

4 Resultados e discussões

A tabela a seguir tem como base um estudo realizado por Murça (2020) que demonstra a trajetória e a evolução da moeda no Brasil. Antes do real se torna a moeda vigente até os dias atuais, o Brasil passou várias mudanças de política monetária. Esses tinham em comum objetivo De controlar os índices de inflação e conseguir estabilizar a economia. Cada política adotada tinha um padrão monetário a ser seguido, esses padrões influenciam a economia de uma maneira geral.

Tabela 01 – histórico das cédulas utilizadas no Brasil

Réis período colonial a 1942	Cruzeiro 1942-1967	Cruzeiro Novo 1967-1970

Cruzeiro 1970-1986	Cruzado 1986-1989	Cruzado Novo 1989-1990
		
Cruzeiro 1990-1993	Cruzeiro Real 1993-1994	Real de 1994 até os dias atuais
		

Fonte: Banco Central do Brasil, cédulas produzidas

No início do período da colonização portuguesa, o Brasil não possuía uma moeda oficial. Segundo Murça (2020), o comércio entre nativos e estrangeiros, em grande parte europeus, era feito por um sistema de trocas, eram utilizados, pau-Brasil, açúcar, fumo entre outros. Já avançada a colonização, começou a circular pelo país as primeiras moedas trazidas pelos estrangeiros, seguindo o padrão monetário da metrópole. Mesmo com a independência do Brasil, o Réis se manteve, somente a gravura das cédulas e moedas sofreram alteração. A primeira mudança do padrão monetário foi a criação do Cruzeiro. A nova moeda veio para unificar os 56 diferentes tipos de cédulas que estavam em circulação no país.

A desvalorização do Cruzeiro em 1967 de acordo com Murça (2020) fez com que a moeda fosse substituída mesmo que temporariamente pelo Cruzeiro Novo. De acordo com informações disponibilizadas pelo Banco Central, o Cruzeiro foi criado com objetivo de vigorar até as novas cédulas do Cruzeiro entrarem em circulação e a sociedade se adaptar ao corte de três zeros. Cédulas de 100 cruzeiros antigos carimbados no valor de 10 centavos do Novo Cruzeiro. As cédulas foram carimbadas com novos valores e reutilizadas como Novo Cruzeiro.

Um Cruzeiro novo (CR\$ 1,00), correspondia a mil cruzeiros antigos R\$ 1.000,00. Logo após a reforma monetária, a moeda brasileira voltou novamente a se chamar Cruzeiro.

Em 1980 os índices de inflação voltaram a subir, chegando a 100% de desvalorização. O Cruzeiro foi substituído pelo Cruzado. Evidenciou Murça (2020) em seu estudo que no Plano Cruzado, do governo José Sarney, um cruzado CR\$ 1,00 equivalia a mil cruzeiros CR\$ 1.000,00. Poucos anos depois, os índices de inflação continuaram a subir, o presidente, na época José Sarney, resolveu fazer outra reforma monetária.

O cruzado foi substituído pelo Cruzado Novo, que novamente tinha três zeros a menos. Em 1990, o Cruzeiro volta a ser moeda nacional, pela terceira vez. Não houve corte de zeros. A troca da moeda fazia parte do Plano Collor para conter a crise econômica, alavancada por uma hiperinflação de 1700% ao ano. Após a renúncia de Collor, o vice-presidente Itamar Franco, fez uma nova reforma monetária. O cruzeiro saiu de cena e foi instituído o Cruzeiro Real, novamente reduzindo três zeros nas cédulas. Em 1994, se consolidou o projeto econômico Plano Real, feito pelo então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, ainda no governo Itamar Franco. O Plano Real tinha como objetivo conter a hiperinflação, ou inflação galopante, que assolava o país há muitos anos.

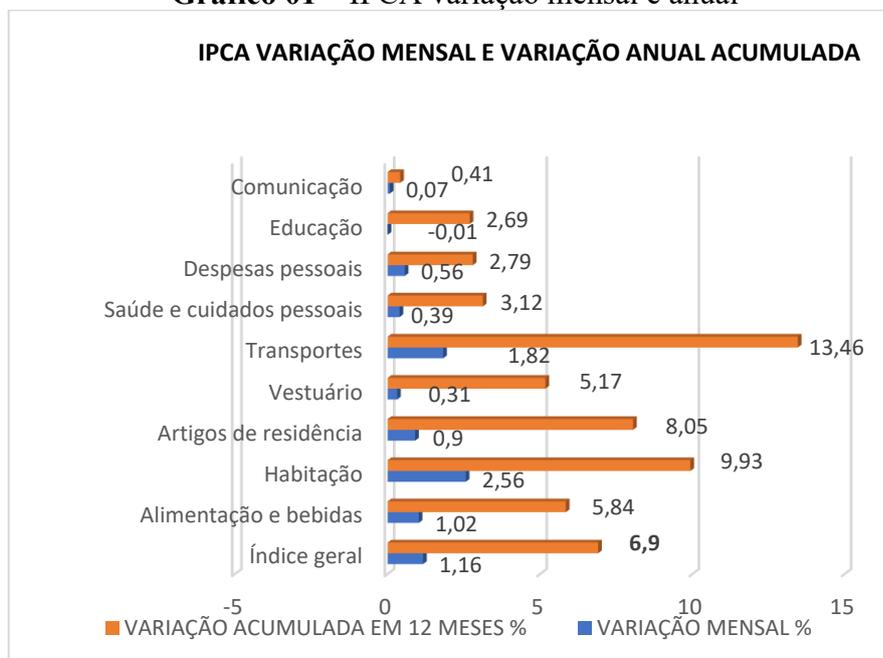
Apesar do Plano Real ter conseguido estabilizar a economia por muitos anos, no ano de 2020 o real foi considerado como uma das moedas mais desvalorizadas no mundo. Em uma matéria do G1, economistas explicam que dificuldade do governo para equilibrar contas e fazer a economia crescer torna investimentos aqui mais arriscados. Juros baixos também explicam desvalorização. Além da crise global causada pela pandemia de covid-19, a escalada da moeda americana no Brasil está relacionada com a recente crise política entre o Executivo e dos demais poderes, o Legislativo e o Judiciário. Na visão dos analistas, além da crise na saúde e na economia enfrentadas por todos os países, o Brasil ainda precisa lidar com um cenário político turbulento, problemas fiscais, falta de reformas e fuga do investidor estrangeiro da bolsa de valores. Em suma, as políticas monetárias podem ser definidas como:

O conjunto de medidas que um governo adota e que visa o controle da oferta da sua moeda na economia, ou seja, a sua liquidez. Dessa maneira, esse tipo de política praticada pelo Estado pode impactar diretamente a inflação e a taxa de juros de um país. E assim, impactar diretamente a economia (REIS, 2021).

No Brasil algumas crises foram atribuídas a administração ineficaz com a relação às políticas monetárias. As políticas monetárias são importantes para conter crises, mas se

usadas incorretamente, o que pode ser a solução, pode gerar uma problemática econômica ainda maior.

Gráfico 01 – IPCA variação mensal e anual



Fonte: IBGE 2021, índices de inflação

O IPCA é o indicador oficial que mede a inflação brasileira. Esse indicador fornece dados sobre o consumo das famílias com orçamentos de 1 a 40 salários-mínimos. Com a análise desse indicador é perceptível compreender se houve valorização ou desvalorização da moeda. Com o índice de inflação muito alto, os consumidores acabam perdendo o seu poder de compra, o choque de oferta e demanda gera o desabastecimento de produtos, a crise hídrica provoca o aumento de luz e a valorização do petróleo no mercado internacional eleva o preço do combustível e o incentivo à exportação, a quantidade de matéria prima ofertada para a fabricação de um determinado produto não supra a demanda, fazendo com que os preços subam de forma continuada. No primeiro gráfico demonstrado acima, construído com dados extraídos do IBGE, evidencia-se um índice de inflação acumulada de 6,90% no mês de setembro do ano de 2021. O problema a seguir mostra como a inflação afeta o orçamento das famílias.

Exemplo Prático:

Uma família gastava R\$ 1.500,00 com alimentação em 2020. Em setembro de 2021, o IPCA acumulado anual chegou a 6,90%. Quanto essa família passou a gastar com alimentação?

RESOLUÇÃO:

1500 100%

X 6, 90%

1.500,00 X 6,90%

100

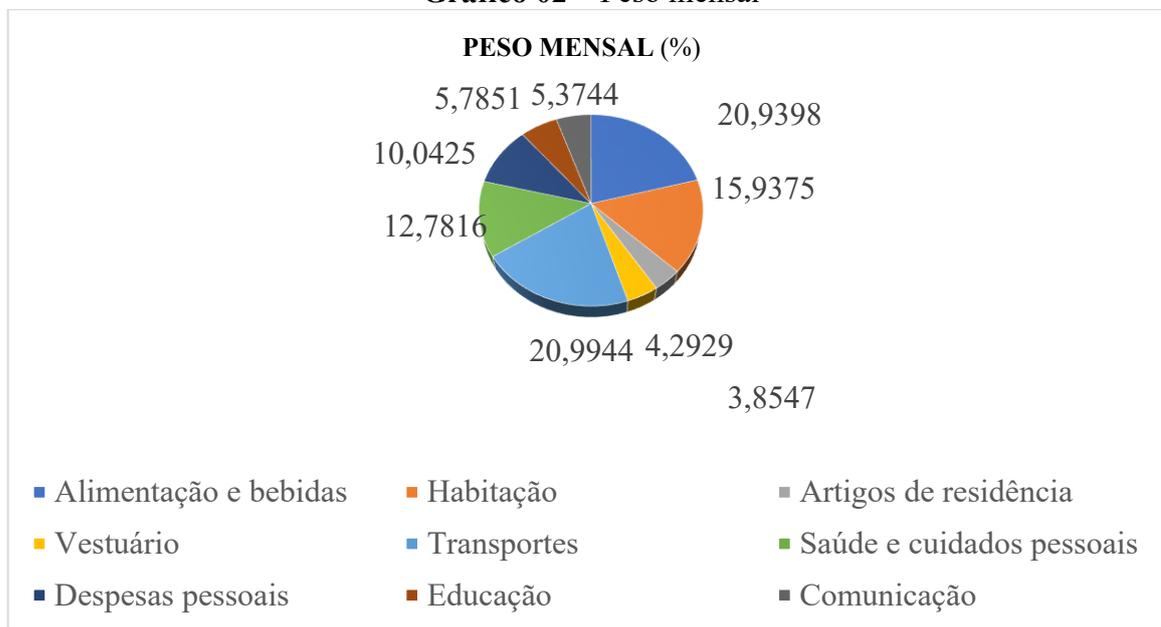
X = 103,50

O valor corrigido exato corresponde a R\$ 1.603,50, tendo como base para o cálculo a inflação acumulada anual.

Ao ir ao supermercado, o consumidor consegue ter uma ideia de alguns produtos que subiram de preço e outros que ficaram mais baratos ao longo do mês. Ao deixar o caixa, ele sente no bolso se houve aumento ou queda no preço total da compra. Ao longo dos meses, poderá avaliar se há um aumento sustentado no preço desses itens, que pode vir a consumir uma parte maior do seu rendimento (CORACINNI, 2021).

A partir dessa visão, evidencia -se que o IPCA é medido de maneira similar, porém o IBGE pesquisa o preço de vários itens em milhares de estabelecimentos. Além de esclarecer as oscilações dos preços, o IPCA é fundamental para que o governo faça mudanças quanto a sua política monetária e adotem medidas de contenção com base nas pressões inflacionárias. A alta isolada de determinado bem ou serviço não pode ser considerada como inflação geral, pois esse indicador tem como objeto o preço dos itens básicos de consumo avaliados por grupo. No gráfico a seguir é demonstrado o peso mensal de cada gasto dos grupos abrangidos pelo IPCA.

Gráfico 02 – Peso mensal



Fonte: IBGE, índice de inflação 2021

O IPCA é o indicador oficial que mede a inflação brasileira. Esse indicador fornece dados sobre o consumo das famílias com orçamentos de 1 a 40 salários-mínimos. Com a análise

O segundo gráfico demonstra o peso mensal de cada item, abrangido pelo IPCA. De acordo com as informações levantadas pelo IBGE, os gastos com alimentação e transporte são os que mais pesam no orçamento das famílias. A retomada gradual da indústria ainda não é o suficiente para suprir a demanda, onde acaba surgindo a inflação de demanda, a procura por determinado produto aumenta e quantidade ofertada não é suficiente para atender o mercado, ocasionando o aumento desse produto. O preço do combustível no Brasil segue os parâmetros internacionais, em conjunto com as alíquotas estaduais de ICMS, tudo isso contribui para o aumento do preço na bomba. Os gastos com habitação também subiram, devido ao aumento na tarifa de energia, provocada pela crise hídrica, ocasionada pela baixa capacidade das usinas hidroelétricas e ativação das termelétricas, onde os custos são repassados diretamente para o consumidor. Gastos saúde tiveram um aumento considerável, devido à procura de alguns itens de higienização como o álcool em gel, essencial na prevenção contra a COVID 19.

Entretanto, alguns economistas defendem a problemática de que a inflação atualmente não é só um problema do Brasil. O atual ministro da economia Paulo Guedes, em uma fala para o site G1 diz que a inflação é considerada como um problema global devido à pandemia. Segundo o Presidente da República Jair Messias Bolsonaro a quarentena fez com que o nível

de inflação subisse, pela paralisação de atividades consideradas não essenciais prejudicando a indústria e a economia nacional, aumentando o número de desempregados.

Alguns estudiosos têm em tese que os indicadores oficiais de inflação não retratam a realidade econômica. De acordo com um material elaborada por Stange (2021) existe uma distinção entre inflação pessoal e inflação oficial. A inflação pessoal considera padrão de consumo das famílias, o número de moradores por residência e a região em que residem. Vale enfatizar que a inflação oficial é definida como o aumento dos níveis de preço e sempre esteve presente no dia a dia, sendo percebida nos reajustes de mensalidades escolares, nos produtos mais caros do supermercado e o aumento nas contas de energia, água dentre outros.

Considerações finais

Portanto, ao realizar o presente estudo, obteve-se a percepção como a inflação pode prejudicar a economia de um país, diminuindo o poder de compra dos agentes econômicos, provocando a desvalorização da moeda, analisou-se também o peso da inflação sobre o consumo das famílias brasileiras. Os resultados obtidos evidenciam que os planos econômicos implementados no Brasil antes da consolidação do Plano Real, não surtiram o efeito esperado, isso explica o porquê de tantas mudanças de moeda, tendo como fator agravante os períodos inflacionários vivenciados no Brasil até os anos 1990. A pesquisa realizada contribui para todas as esferas de uma maneira geral além da comunidade acadêmica, profissionais da administração, contabilidade e economia, de maneira a incentivar a sociedade a estudar e compreender sobre o assunto abordado.

A problemática proposta se justificou em levar as mais diversas camadas da sociedade, uma vez que todas elas são afetadas pelos índices de inflação. Esse problema tem um poder corrosivo ainda maior para as famílias de baixa renda, por não possuírem recursos de defesa durante um período de crise. O IPCA, sendo o índice oficial de inflação no Brasil, evidencia que o orçamento das famílias brasileiras está concentrado em seu maior peso, na aquisição de itens e serviços que são básicos para sobrevivência. Alimentação, habitação, transporte, saúde e transporte são os grupos que mais sofreram alta, juntos podem corresponder 50% do orçamento das famílias brasileiras. Em linhas gerais, a saúde financeira/econômica de um país está afeta o consumo da população, pois o poder de compra dos agentes econômicos varia de acordo com os índices de inflação. Durante um período de recessão econômica, nem sempre

inserir mais moeda na economia, ou adotar políticas monetárias que incentivam o consumo é a solução para um momento

Vale enfatizar que as informações demonstradas no presente artigo por se tratar de indicadores econômicos, podem variar de acordo tempo. Entretanto, as limitações da pesquisa não diminuem a relevância do tema atrelado ao problema proposto. Os objetivos e a problemática proposta foram esclarecidos de maneira a evidenciar através da mensuração de informações e conhecimento teórico que a inflação atinge sem exceção todas as esferas da economia. Partindo desse ponto de vista, é necessário o estudo macroeconômico do assunto em pesquisas futuras, para compreender como funciona a economia de um país, esmiuçando a forma como o governo, através das políticas monetárias, definem a meta de inflação, para estabilização da economia, assim como o Banco Central regula a quantidade de moeda em circulação.

Referências

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. Rio de Janeiro. Editora: Atlas, 2021. 15 ed.

BCB – **Banco Central do Brasil**. Cédulas Produzidas. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/cedulasemoedas/cedulasemitidas> Acesso em: 21 nov. 2021

CARRETE, Lilian Sanchez; TAVARES, Rosana. **Mercado Financeiro Brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. Editora: Atlas, 4 ed. 2007.

CORACINNI, Raphael. **IPCA: o que é e como é calculado o principal índice de inflação do país**. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/www.cnnbrasil.com.br/business/ipca-o-que-e-e-como-e-calculado-o-principal-indice-de-inflacao-do-pais/%3famp> Acesso em 25 nov. 2021

G1, Economia. **O que é a inflação**. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/inflacao-o-que-e/platb> Acesso em 03 out. 2021

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

MARQUES, Vanessa. Inflação. **Jornal Contábil**. Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/inflacao-qualis-os-tipos-de-inflacao-existent-no-mercado/?amp> Acesso em: 10 out. 2021

MURÇA, Geovana. **Quero Bolsa.** Disponível em: Disponível em: <https://querobolsa.com.br/revista/dos-reis-ao-real-quantas-moedas-o-brasil-ja-teve> Acesso em 21 nov. 2021

NUNES, Felipe. Inflação em alta sufoca o orçamento das famílias e reduz o poder de compra. **DIÁRIO DA REGIÃO.** Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/www.diariodaregiao.com.br/economia/inflac-o-em-alta-sufoca-orcamento-das-familias-e-reduz-poder-de-compra-> Acesso em: 15 nov. 2021

REIS, Tiago. Suno Artigos. **Fundos de inflação:** entenda o que eles são e como eles funcionam. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/fundos-de-inflacao/amp/> Acesso em 16 out. 2021.

REIS, Tiago. Suno Artigos – **Casa da moeda:** conheça a instituição que fabrica o papel-moeda no Brasil. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/casa-da-moeda/amp/> Acesso em: 23 out. 2021

REIS, Tiago. Suno Artigos – **Política Monetária:** o que é e como ela funciona. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/www.suno.com.br/artigos/politica-monetaria/amp/> Acesso em: 20 nov. 2021

STANGE, Carol. O que é inflação pessoal e por que você precisa saber disso. **Carol na Mídia.** Disponível em: <https://carolstange.com.br/inflacao-pessoal/> Acesso em: 25 nov. 2021

SIDRA IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** IPCA Índice de Preço do Consumidor Amplo. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc/ipca/quadros/brasil/outubro-2021> Acesso 31 nov. 2021

VASCONCELLOS, Marcos Antônio Sandoval; GARCIA, Manoel Enriquez. **Fundamentos da economia.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

VENTURA, Manoel. Inflação é uma questão global. **Jornal O Globo.** Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/oglobo.globo.com/economia/macroeconomia/inflacao-questao-global-diz-guedes-precos-estao-subindo-em-todo-mundo-1-25229782%3fversao=amp> Acesso em: 10 out. 2021

VICECONTI, Paulo Sérgio; NEVES, Silvério. **Introdução à Economia.** 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 11 ed.

OLIVEIRA, João José. Inflação mais alta no Brasil é culpa do governo. **UOL economia.** Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/10/22/inflacao-mais-alta-no-brasil-e-culpa-do-governo.amp.htm> Acesso em: 15 nov. 2021

Relatório do filme “a educação proibida”

Report of the film "forbidden education"

Submetido em: 06/12/2021

Aprovado em: 08/12/2021

v. 1, n. 12 p. 01-04, dez. 2021

DOI: 10.51473/rcmos.v1i12.232

1

*Fabiola da Costa Soares*¹

“A Educação Proibida” é um documentário argentino, produzido em 2012 com a direção de German Doin e Veronica Guzzo que nos convida “re” pensar a Educação a partir da discussão e reflexão acerca do modelo educativo normatizado e os valores que sustentam o sistema de ensino tradicional. O filme é o resultado compilado de mais de 90 entrevistas realizadas em 8 países latino-americanos, através de 45 experiências não convencionais e um total de 704 coprodutores. Conforme fala do narrador é “parte de um processo que nunca tem fim” dedicado às crianças e jovens que querem crescer em Liberdade.

Já de início, traz de maneira bem interativa e rica visualmente, com slides, animações, mapas mentais, sinapses, narração convidativa, alguns aspectos educativos que culminam na importância que tem a educação para a sociedade e a necessidade de melhorias, sendo: Investimentos em capacitações, melhorias na infraestrutura, compra de livros didáticos adequados para o desenvolvimento da criança, notebooks, tecnologias em geral etc. Entretanto, isto não impede que ainda sim, existam tantas escolas com realidades sociais distintas e antagônicas. Parte delas pretende incluir e englobar a maior quantidade possível de estudantes, outras, se ocupam de formar trabalhadores de diferentes hierarquias, e, só umas poucas se dedicam aos supostos resultados de excelência.

¹ Graduada em Letras pela UFU; Psicanalista Educacional pela FASSEM; Supervisora e Orientadora Educacional pela Universidade Cândido Mendes; Psicopedagoga e Especialista em Educação Especial e Inclusiva pela Universidade Presidente Antônio Carlos. Mestranda em Educação Tecnológica pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (PPGET-IFTM), na linha Informação e Comunicação (TICS), Inovação Tecnológica e Mudanças Educacionais. soaresfabiolacosta@gmail.com. ORCID: [0000-0002-9485-2890](https://orcid.org/0000-0002-9485-2890)

Em seguida, para exemplificar as dicotomias citadas, e iniciar as reflexões sobre as necessidades de mudança e rompimento com os paradigmas arbóreos enraizados no processo educacional, o documentário volta à origem de todo processo humano, com o conceito de aprendizagem explanado pela história da Filosofia, através de uma passagem do livro “A República” de Platão com a alusão ao Mito (ou Alegoria) da Caverna. Através desta importante metáfora é possível conhecer uma das teorias do filósofo: como, através do conhecimento, é possível captar a existência do mundo sensível (conhecido através dos sentidos) e do mundo inteligível (conhecido somente através da razão). Após algumas considerações e subjetividades sociológicas acerca do tema, principia-se a discussão base do documentário, estruturado em cenas ficcionais com o delineamento da história de jovens estudantes de um colégio hipotético que estão a concluir o colegial, em uma escola tradicional latino-americana, e, como trabalho final recebem a tarefa de produzirem uma redação descritiva com o balanço opinativo do aprendizado escolar ao logo da trajetória acadêmica. Assim, insatisfeitos e com ânsia de oratória, juntos apregoam o texto “A Educação Proibida”. Paralelamente, no âmbito do real, exhibe a ideia e concepções educacionais de professores, autores e estudiosos de vários países, os quais defendem a ideia de uma Educação mais livre, menos conteudista e com foco no desenvolvimento pleno e integral do ser humano.

Assim, a partir do desdobramento da situação fictícia (da redação), ou seja, os conflitos que emergem no cotidiano da escola tradicional com os anseios e questionamentos dos estudantes acerca da maneira como são tratados e preparados para viver uma vida adulta com a explanação teoria e epistemológica dos pesquisadores que defendem a necessidade de mudanças no modelo e propostas pedagógicas. Este enredo ocorre como capítulos, onde cada discussão retrata um tema ou base, pilar educacional que externou fragilidade a partir da situação fictícia. Cada bloco de entrevistas se inicia com a imagem e frase (epílogo) de algum grande pensador da área, a qual faz alusão ao tópico de discussão, sendo ao longo do documentário, um total de dez.

O roteiro é iniciado a partir da ilustração da primeira fragilidade interpelada, quando a Diretora da escola oprime, proíbe os alunos de fazerem a leitura da redação. As entrevistas são iniciadas com o questionamento acerca da importância da Educação e sua natureza. E, para entender as concepções paradigmáticas que até os dias atuais são adotadas como modelo, remetemo-nos à origem da Educação Pública, gratuita e obrigatória. O sistema "prussiano", conhecido por nós como tradicional, abordado no decorrer do filme, historicamente teve início

em 1819. Surgiu a partir da necessidade dos monarcas em formar soldados obedientes, dóceis e eficientes. Embasados no Despotismo esclarecido, um modelo elitista, com divisão de classes, que literalmente alicerçava a escola à um sistema de linha de montagem, imagem semelhança de uma fábrica, de uma prisão, onde tudo que era “ensinado” ia de acordo aos interesses da classe dominante, os valores éticos, morais e sociais eram ditados por esta classe e prevaleciam como verdades absolutas. Os ideais desse sistema não são liberdade, fraternidade e igualdade, mas criar cidadãos que obedecem ao estado e defensores da competição forçada. Em outras palavras, eduque seus súditos de acordo com seu propósito. Infelizmente, esse tipo de sistema educacional se espalhou pela Europa e mais tarde se expandiu para as Américas. Um literal processo de desumanização e submissão em massa – a verdadeira ditadura dentro da escola!

Doravante, todo o desdobramento foca-se em pontuar, epílogo a epílogo uma causa X consequência deste modelo pedagógico, diga-se de passagem, ainda tão influente e norteador nas bases pedagógicas da escola moderna. Conforme afirma Carlos Calvo Muñoz, educador chileno, nos minutos iniciais do filme: “Tudo é homogeneizado. Os exames padronizados, a divisão das idades, as aulas obrigatórias, os currículos desvinculados da realidade, o sistema de qualificação, a pressão sobre os professores e crianças, o sistema de prêmios e castigos, os horários, o claustro e a separação da comunidade. Em suma: “a escola está isolada do mundo”.

Após discorrer sobre os tópicos acima elencados, a trama enuncia sobre a necessidade de a escola construir suas bases alicerçadas no amor (inerente e vital ao ser humano), como essência para a formação plena e integral do sujeito. Assim, transversalizando o exposto, podemos sugerir que o documentário é praticamente um manifesto político-pedagógico, de educadores e pesquisadores que acreditam em uma educação alicerçada no amor, e, nos convoca a refletir sobre as alternativas educacionais das quais acreditam em contrapartida à escola clássica.

Pontuamos, de acordo com o documentário: **Montessori** (método que propõe conhecer e respeitar as crianças em seu processo de desenvolvimento convertendo a educação em um processo de acompanhamento da vida), **Home-schooling** (o melhor lugar para a educação é o lar, com uma variedade de experiências do cotidiano, com o apoio da família), **Pedagogia sistêmica** (baseada na teoria de Jung - são predisposições inatas para experimentar e simbolizar situações humanas universais de diferentes maneiras), **Educação Popular** (Paulo Freire, que propõe uma pedagogia centrada na vida do sujeito, aprendendo com suas experiências e sendo responsável por guiar seu próprio destino), **Educação Livre** (cuja essência é respeitar o

desenvolvimento confiando na vida e na construção de cada um por si numa educação não diretiva), **Pedagogia Logosófica** (toma os vínculos e as experiências como ponto de partida dando ênfase ao autoconhecimento do estudante), **Pedagogia de Projetos** (Kilpatrick – o aluno aprende por experimentações e investigações que ele mesmo desenvolve); **Escola Nova-Ativa** (movimento educacional que, de Pestalozzi ao Construtivismo, defende uma educação de aprendizagem contextual e vivencial); **Escola Democrática** (entende que há necessidade de mudança na estrutura escolar, levando em conta o sentido de cada um para sua escolarização, a alegria, a comunidade, o amor e os direitos humanos). **Pedagogia Waldorf** (Rudolf Steiner – busca o desenvolvimento de forma que cada um encontre sua essência respeitando os ciclos da vida) e **Reggio Emilia** (o adulto se baseia na observação e na descoberta das crianças, responsáveis pela seleção das atividades de acordo com suas motivações e interesses).

É assim, ao término do documentário fica o convite: “Vamos “re” pensar a Educação?” “Educação Proibida” nos mostrou possibilidades de uma nova escola e nos instigou a autocrítica como agentes passivos de mudança na zona de conforto. É hora de fazer a diferença!

Referências

AGNOTTI, Maristela. Maria Montessori: uma mulher que ousou viver transgressões. *In: FORMOSINHO, Julia Oliveira. et al (orgs.). Pedagogia(s) da infância: dialogando com o passado, construindo o futuro.* Porto Alegre: Artmed, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 12 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido.** 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

LILLARD, Paula Polk. **Método Montessori: uma introdução para pais e professores.** Tradução: Sonia Augusto. Barueri: Manole, 2017.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital.** Tradução Isa Tavares, São Paulo: Boitempo, 2005.

PECOTCHE, Carlos Bernardo González. **Logosofia ciência e método: técnica da formação individual consciente.** São Paulo: Logosófica, 2005.

Sites

A Educação Proibida. **Documentário**, Argentina, 2012, 115 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ceIuwmpyIX0>. Acesso em 23. ago. 2021.

Ensino Aprendizagem voltado à resolução de problemas matemáticos

Enseñanza Aprendizaje orientado a la resolución de problemas matemáticos

Submetido em: 09/12/2021

Aprovado em: 11/12/2021

v. 1, n. 12 p. 01-11, dez. 2021

DOI: 10.51473/rcmos.v1i12.234

1

*Angela Aparecida Zampiva da Silva*¹
*Ivanise Nazaré Mendes*²

Resumo

Este artigo visa investigar, através da resolução de problemas, como está o ensino aprendizagem da educação matemática no cotidiano. Observando o cenário atual, muito se tem discutido a importância de buscar meios que motivem os alunos nesta disciplina. Também enfoca a importância da aplicação da metodologia no ensino da Matemática, abordando a resolução de problemas matemáticos que agucem a curiosidade do aluno, e quais estratégias e métodos podem utilizar quando estão diante de situações problemas realmente desafiadores. Esta análise será baseada no pensamento de vários autores e pesquisadores matemáticos.

Palavras-chave: Aprendizagem; matemática; resolução de problemas.

Resúmen

Este artículo tiene como objetivo investigar con la resolución de problemas, como es el aprender de la educación matemática en la diaria. Observando el actual escenario, mucho se ha debatido la importancia de buscar maneras que motiven a los alumnos en esta disciplina. También enfoca la importancia del uso de la metodología en la educación de la matemática, acercando a la resolución de los problemas matemáticos que afilan la curiosidad del alumno, cuales las estrategias y los métodos puedan utilizar cuando están de frente a situaciones y problemas realmente desafiadores. Este análisis de datos será basado en el pensamiento de varios autores e investigadores matemáticos.

Palabras-clave: Aprender; Matemática; Resolución de problemas.

¹ Mestre em Ciências da Educação pela Universidad San Carlos, e-mail: angela_aajr@hotmail.com

² Doutora de Ciências de Educação pela Univerisadad Tecnológica Intercontinental - UTIC, e- mail: ivanisemendes@hotmail.com

1. Introdução

Segundo os PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais (2001), um dos objetivos da Matemática no ensino fundamental é: “resolver situações-problema, sabendo validar estratégias e resultados, desenvolvendo formas de raciocínio e processos, como dedução, indução, intuição, analogia, estimativa, e utilizando conceitos e procedimentos matemáticos, bem como instrumentos tecnológicos disponíveis.” Diante desse exposto, iniciamos uma argumentação para saber o porquê da dificuldade na aprendizagem da matemática, voltada para a resolução de problemas.

A metodologia de resolução de problemas, visa tirar o aluno de sua tradicional postura passiva da sala de aula, para uma postura ativa, com isso busca-se desconstruir a noção de que a matemática é algo pronto e acabado. A motivação em resolver problemas permite um processo de investigação que delinea novas propriedades matemáticas. Assim, na busca pela solução do problema, novas situações se apresentam, que instigam curiosidade matemática. Esse processo de ensino-aprendizagem da Matemática na resolução de problemas não privilegia somente o raciocínio individual, mas instiga habilidades na construção do conhecimento e provoca empatia nos alunos em sala de aula.

Somos sabedores que, a resolução de problemas matemáticos é uma das barreiras a ser enfrentada, muitos alunos têm dificuldade em identificar a operação a ser utilizada, interpretar, entender o que se deve calcular. Assim podemos dizer que a dificuldade em resolver problemas matemáticos não é uma dificuldade da disciplina de matemática e, sim, uma dificuldade interdisciplinar. São vários os fatores que levam o aluno a ter dificuldade em interpretar textos ou problemas, o principal deles que podemos destacar é a falta do hábito da leitura.

Em contrapartida, ensinar para o professor, não é somente transmitir, transferir conhecimentos de uma cabeça para a outra, é fazer pensar, é estimular o aluno para a identificação e resolução de problemas, ajudando-o criar hábitos de pensamento, para isso dedicam-se e concentram a sua atenção em alavancar e fortalecer a sua prática docente, buscando muitas vezes se espelhar nos pensadores e estudiosos matemáticos.

2. Referencial teórico

2.1. Os desafios encontrados na aprendizagem

Muitos desafios estão presentes no processo de ensino-aprendizagem de resolução de problemas matemáticos, entretanto precisamos estabelecer uma convivência de respeito e troca de experiências entre professor e aluno, para isso é necessário que, o aluno compreenda a utilidade aplicativa da matéria no cotidiano, entendendo que problemas matemáticos, estão ligados diariamente na nossa vida, convivemos com eles, portanto estão ligados ao mundo que nos rodeia. Porém, as dificuldades encontradas por alunos e professores no processo ensino-aprendizagem de matemática são muitas e conhecidas. Por um lado, o aluno não consegue entender a matemática que a escola ensina, e é muitas vezes reprovado nesta disciplina, ou então, mesmo que aprovado, sente dificuldade em utilizar o conhecimento adquirido, em síntese, não consegue efetivamente ter acesso a esse saber de fundamental importância.

O professor, por outro lado, consciente de que não consegue alcançar resultados satisfatórios junto a seus alunos e tendo dificuldades de, por si só, repensar satisfatoriamente seu fazer pedagógico procura novos elementos muitas vezes, meras receitas de como ensinar determinados conteúdos que, acredita, possam melhorar este quadro.

Segundo Freire, em seu livro: *Pedagogia da Autonomia* (1996, p.96).

O bom professor é o que consegue, enquanto fala trazer o aluno até a intimidade do movimento do pensamento. Sua aula é assim um desafio e não uma cantiga de ninar. Seus alunos cansam e não dormem. “Cansam porque acompanham as idas e vindas de seu pensamento, surpreendem suas pausas, suas dúvidas, suas incertezas.”

Mas, no fim, o problema é sempre o mesmo: interessar o aluno provocá-lo para a investigação, dar-lhe sem cessar o sentimento de que ele descobre por si próprio o que lhe é ensinado. Sendo assim, o professor não deve forçar a conclusão, deve deixá-la formar-se espontaneamente na cabeça do aluno, é necessário deixá-lo raciocinar, exprimir livremente os seus pensamentos, só assim poderá provocar novas aprendizagens matemáticas. Não é possível, no ato pedagógico, estar com o aluno, sem que ele esteja conosco.

Os alunos, ao colocarem em comum os seus processos intelectuais, ao aprenderem com o seu próprio raciocínio e com os dos outros, incorporam novas formas de pensar e de integrar a informação. Estas atitudes realçam o papel social e humano da Matemática na escola. Deste modo, o professor deve conduzir o aluno à problematização, e nunca à absorção passiva das

ideias e informações transmitidas. Além disso, para ser um bom comunicador, o professor deve gerar empatia, deve tentar colocar-se no lugar do aluno para poder entender suas dúvidas. O professor precisa ser alguém que provoca diálogos, que os reforça e que harmoniza as propostas de solução, tendo como pressuposto os saberes científicos.

Não se pode, pois, entender o processo de ensino-aprendizagem sem compreender o processo de comunicação. Deste modo, o professor deve tentar eliminar quaisquer interferências nas suas mensagens, devendo para isso minimizar os ruídos no sentido de obter uma boa sintonização por parte dos alunos. É necessário ter sempre em conta que determinados conceitos, tornados evidentes para o professor, nem sempre são claros para os alunos, nem todos os alunos têm as mesmas capacidades de entender um dado conceito. Este fato tem origem em múltiplos fatores, entre os quais se podem apontar o nível etário e a proveniência intelectual e social dos alunos, se os alunos não tiverem capacidades para a compreensão dos trabalhos propostos apresentado, então a aprendizagem será nula, sem efeito algum.

Uma das mais importantes implicações da teoria de Piaget³³ é que a aprendizagem mais eficiente ocorre quando o professor combina a complexidade da matéria com o desenvolvimento cognitivo dos educandos, tendo em mente que nem todos os alunos de uma turma estão no mesmo ponto de desenvolvimento intelectual.

Os professores deviam reconhecer que, para muitos alunos, a aprendizagem da Matemática envolve grande ansiedade e medo de fracassar, em vez de desprezar a ansiedade relacionada com a Matemática como algo sem fundamento, os professores deviam garantir aos alunos que compreendessem o problema e que trabalharão com eles no sentido de ultrapassarem essa barreira. Para ser eficiente, o professor deve determinar o nível de desenvolvimento dos seus alunos, utilizar estratégia conducente à melhor e mais fácil aprendizagem por parte destes, e ajudá-los a aprender consoante as suas capacidades.

Segundo Gagné⁴, o sucesso num tipo de aprendizagem depende dos pré-requisitos desse conhecimento e que são tipos mais simples de aprendizagem. Deste modo, para resolver certos problemas, o aluno deve aprender associações ou fatos específicos e diferenciá-los, em seguida deve aprender conceitos que começam por ser gerais até se tornarem específicos. Só depois o aluno atinge o conhecimento de certos princípios que lhe permitirão resolver os problemas

³ PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1969.

⁴ GAGNÉ, R. **como se realiza a aprendizagem**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1971.

iniciais. Trata-se assim, de um processo bastante lógico que começa no geral e acaba no particular, iniciando-se no simples e terminando no complexo.

2.2. Ligando matemática a resolução de problemas

A matemática é a ciência dos números e dos cálculos. Desde a antiguidade, o homem utiliza a matemática para facilitar a vida e organizar a sociedade. A matemática foi usada pelos egípcios nas construções de pirâmides, diques, canais de irrigação e estudos de astronomia. Os gregos antigos também desenvolveram vários conceitos matemáticos. Atualmente, essa ciência está presente em várias áreas da sociedade como, por exemplo, arquitetura, informática, medicina, física, química etc. Podemos dizer que em tudo que olhamos existe a matemática.

Desta forma, este saber não é uma ciência cristalizada e imóvel; ela está afetada por uma contínua expansão e revisão dos seus próprios conceitos. Não se deve apresentar a Matemática como uma disciplina fechada, monolítica, abstrata ou desligada da realidade. Ao longo dos tempos, esteve ligada a diferentes áreas do conhecimento, respondendo a muitas questões e a necessidades do homem, ajudando-o a intervir no mundo que o rodeava. Neste contexto, é oportuno realçar o pensamento de Bento de Jesus Caraça:

"A Matemática é geralmente considerada uma ciência à parte, desligada da realidade, vivendo na penumbra do gabinete, um gabinete fechado onde não entram os ruídos do mundo exterior, nem o sol nem os clamores dos homens. Isto só em parte é verdadeiro. Sem dúvida, a Matemática possui os seus problemas próprios, que não têm ligação imediata com os problemas da vida social. Mas não há dúvida também de que os seus fundamentos mergulham, tal como os de outro qualquer ramo da Ciência, na realidade; uns e outros se entroncam na mesma madre." (CARAÇA, 1975, p. XIV).

Isto posto podemos afirmar que a matemática é, essencialmente, uma atividade criativa. A formulação e a resolução de problemas constituem os elementos fundamentais da atividade matemática, sem resolver e sem formular problemas não se faz Matemática, e é isso que lhe confere esse caráter criativo. Por outro lado, fruto do desenvolvimento interno e autônomo da Matemática ou suscitados por necessidades e exigências que lhe são exteriores, esses problemas, e a sua formulação e resolução, constituem a contribuição mais importante da Matemática nas suas relações com as diversas ciências e outras atividades humanas. Além disso, ao nível do ensino da Matemática, considera-se que situações de caráter problemático favorecem a criação de ambientes de aprendizagem ricos e estimulantes. Em particular, a resolução de problemas deve ser vista como fundamental, e não como algo que se faz, eventualmente, no final de alguns capítulos como aplicação dos assuntos matemáticos que até

então foram aprendidos. A Matemática é, por assim dizer, essencialmente um processo de pensamento que implica a formação e aplicação de redes de ideias abstratas e associadas logicamente. Estas ideias surgem muitas vezes da necessidade de resolver problemas em ciência, na tecnologia e na vida cotidiana.

2.3. Problemas matemáticos segundo pensadores e pesquisadores.

Problemas Matemáticos: é o meio pelo qual a matemática se desenvolve, é toda situação que exija a maneira matemática de pensar e conhecimentos matemáticos para solucioná-los.

Vários pensadores e pesquisadores estudaram ou têm estudado e pesquisado a respeito da atividade de resolver problemas. Aqui vamos nos ater a contribuição de Descartes, Dante e Polya trouxeram na aprendizagem da resolução de problemas.

2.4. Contribuições de Descartes

As ideias da heurística de resolução de problemas vêm com filósofo e matemático francês René du Perron Descartes (1596 - 1650), a contribuição de Descartes são suas ideias sobre pensamento produtivo que tinham um papel importante no seu ambicioso projeto de construção de um método geral de resolução de problemas, ele procurava expor em detalhes como, segundo seu método, seria possível resolver qualquer problema. Em resumo, Descartes vê o processo de resolução de problemas em três fases:

- 1- Reduzir todo problema algébrico a um problema contendo apenas equações;
- 2- Reduzir todo problema matemático a um problema algébrico;
- 3- Reduzir qualquer problema a um problema matemático.

Podemos notar que Descartes objetiva reduzir todo problema que existe no mundo a um problema matemático, mais que isso, a ideia de Descartes era completar o projeto de resolver problemas e ainda usufruir de seus benefícios.

No entanto, Descartes apresenta algumas ideias de valor e relevância relacionadas ao ensino e que podem ser aplicadas a resolução de problemas como, por exemplo: propõe uma heurística para resolução de problemas matemáticos composta pelos seguintes passos:

- Desenhe uma figura;
- Identifique claramente o que você quer encontrar;

- Atribua nomes e valores e cada uma das medidas e quantidades conhecidas e desconhecidas;
- Escreva todas as relações entre os elementos de uma forma simbólica;
- Aplique várias técnicas sobre essas relações até que você consiga solucionar a equação.

Essa heurística é bastante específica para todos os tipos de problemas matemáticos e pode ser utilizada e adaptada para resolver qualquer problema.

2.5. Contribuições de Polya

Segundo George Polya⁵ “Resolver problemas é uma habilidade prática, como nadar, esquiar ou tocar piano: você pode aprendê-la por meio de imitação e prática. (...) se você quer aprender a nadar você tem de ir à água e se você quer se tornar um bom ‘resolvedor de problemas’, tem que resolver problemas”.

George Polya (1897–1985) foi um dos matemáticos mais importantes do século XX. Nascido na Hungria, ele passou a maior parte do seu tempo pesquisando na universidade de Stanford nos Estados Unidos devido à situação política da Europa na época da Segunda Guerra Mundial. Pesquisou em vários ramos da matemática, como probabilidade e equações diferenciais parciais; sua maior contribuição, no entanto, está relacionada à heurística de resolução de problemas matemáticos com várias publicações relacionadas ao assunto. Polya é um dos matemáticos do nosso século que considera a Matemática uma “ciência observacional” na qual a observação e a analogia desempenham um papel fundamental; afirma também a semelhança do processo criativo na Matemática e nas ciências naturais.

Polya foi o primeiro matemático a apresentar uma heurística (está palavra tem a mesma origem etimológica de “eureka”, a célebre palavra grega esbravejada por Arquimedes ao descobrir a solução para o problema do roubo de ouro da coroa do rei. Heurística é a arte do descobrimento, cujo termo foi popularizado pelo matemático húngaro George Polya) de resolução de problemas específica para a matemática. Por isso, Polya representa uma referência no assunto, uma vez que suas ideias representam uma grande inovação em relação às ideias de resolução de problemas existentes até então. Muitas de suas ideias são razoáveis até os dias atuais, servindo de alicerce para trabalhos de outros pesquisadores contemporâneos a Polya.

⁵ POLYA, J. **A arte de resolver problemas**. Rio de Janeiro: Interciências, 1995.

Procurando organizar um pouco o processo de resolução de problemas, Polya⁶ o dividiu em quatro etapas. É importante ressaltar que Polya nunca pretendeu que a sua divisão correspondesse a uma sequência de etapas a serem percorridas uma depois da outra sem que nunca seja conveniente ou necessário voltar atrás ou que a sua divisão funcionasse como uma poção mágica para resolver problemas matemáticos.

As quatro etapas de resolução de problemas segundo Polya são: 1ª etapa: Compreensão do problema

O primeiro passo é entender o problema. É importante fazer perguntas. Qual é a incógnita? Quais são os dados? Quais são as condições? É possível satisfazer as condições? Elas são suficientes ou não para determinar a incógnita? Existem condições redundantes ou contraditórias? Construir figuras para esquematizar a situação proposta no exercício pode ser muito útil, sobretudo introduzindo-se notação adequada. Sempre que possível, procurar separar as condições em partes.

2ª etapa: Construção de uma estratégia de resolução

Encontrar conexões entre os dados e a incógnita. Talvez seja conveniente considerar problemas auxiliares ou particulares caso uma conexão não seja encontrada em tempo razoável. É importante fazer perguntas. Você já encontrou este problema ou um parecido? Você conhece um problema semelhante? Você conhece teoremas ou fórmulas que possam ajudar? Olhe para a incógnita e tente achar um problema familiar e que tenha uma incógnita semelhante.

3ª etapa: Executando a estratégia

Frequentemente, esta é a etapa mais fácil do processo de resolução de um problema. Contudo, a maioria dos principiantes tende a pular esta etapa prematuramente e acabam se dando mal. Outros elaboram estratégias inadequadas e acabam se enredando terrivelmente na execução (e, deste modo, acabam sendo obrigados a voltar para a etapa anterior e elaborar uma nova estratégia).

4ª etapa: Revisando a solução

Você deve examinar a solução obtida, verificando os resultados e os argumentos utilizados. Você pode obter a solução de algum outro modo? Qual a essência do problema e do método de resolução aplicado? Em particular, você consegue usar o resultado – ou o método – em algum outro problema? Qual a utilidade deste resultado? A revisão da solução é a etapa

⁶ POLYA, J. **A arte de resolver problemas**. Rio de Janeiro: Interciências, 1995.

mais importante segundo Polya⁵, pois esta etapa propicia uma depuração e uma abstração da solução do problema.

2.6. Contribuições de Dante

Conforme Dante (2000), podemos classificar os problemas de vários tipos:

- Problemas de Reconhecimento: seu objetivo é fazer com que o aluno lembre ou identifique um conceito, uma definição, uma propriedade etc.

- Problemas de Algoritmos: São aqueles que podem ser resolvidos passo a passo.

- Problemas Padrão: O objetivo é recordar os fatos básicos através dos algoritmos das quatro operações fundamentais, geralmente são desafiadores.

- Problemas de Aplicação: São aqueles que retratam situações reais do dia a dia e que exigem o uso da matemática para serem resolvidos.

- Problemas de Quebra-cabeça: São problemas que desafiam grande parte dos alunos.

A solução depende, quase sempre, da sorte ou da facilidade de perceber alguns truques, que é a chave da solução. Um problema é mais valioso à medida que quem está se propondo a encontrar uma solução ao problema tenha interesse de inventar estratégias e criar ideias.

Segundo Dante⁷, no processo de resolução de problemas, alguns cuidados precisam ser tomados pelo professor, a fim de que o aluno não se desestime diante dos obstáculos.

- Mostrar que há problemas que não podem ser resolvidos pela simples aplicação de algoritmos, fórmulas ou outros procedimentos mecânicos;

- Mostrar que existem problemas que podem ser resolvidos de várias maneiras diferentes;

- Explicar que muitos problemas admitem mais de uma resposta;

- Explicar que existem problemas com excesso ou ausência de dados;

- Explorar as diferentes formas de representar um problema, ou seja, através de desenhos, tabelas e gráficos.

A partir das citações das contribuições dos pensadores, entendemos que existe um problema quando há um objetivo a ser alcançado e não sabemos como atingir esse objetivo. Assim podemos dizer que existe um problema quando há um resultado, conhecido ou não.

⁷ DANTE, L. R. **A didática da resolução de problemas de matemática**. São Paulo: Ática, 2000.

Todos os pensadores citados têm como prioridade a construção do conhecimento pelo fazer e pensar.

Considerações finais

A resolução de problemas tem um papel, extremamente importante no ensino em todos os níveis de conhecimento, podemos utilizá-la como estratégia metodológica, para isso vale ressaltar o interesse do professor em adotar, estar aberto em realizar novas experiências e descobertas, como recompensa dessa aquisição de conhecimento, contribuimos na vida escolar do aluno despertando nele o raciocínio lógico, o fazer pensar, ousar e criar, isso faz toda a diferença no perfil do educador.

Portanto, os métodos dos pesquisadores citados neste artigo, buscam contribuir na aprendizagem, ou seja, preparar o aluno para enfrentar situações novas, instigar o espírito investigativo e tornar as aulas de Matemática mais interessantes e desafiadoras.

Referências

CARAÇA, J. B. **Conceitos fundamentais da Matemática**. v. I, II, III. Lisboa: Sá da Costa, 1970.

DANTE, L. R. **A didática da resolução de problemas de matemática**. São Paulo: Ática, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia - Saberes Necessários à Prática Educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GAGNÉ, R. **Como se realiza a aprendizagem**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1971.

PCN, **Parâmetros Curriculares Nacionais: matemática**/Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. – 3. ed. Brasília: A Secretaria, 2001.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1969.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio – O dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000.

POLYA, J. **A arte de resolver problemas**. Rio de Janeiro: Interciências, 1995.

SILVEIRA, J. F. P. **O que é um problema matemático?** Disponível em: <http://athena.mat.ufrgs.br/~portosil/resu1.html>. Acesso: dez. 2021.

Implicações entre pandemia, degradação ambiental e sistema capitalista

Implications between pandemic, environmental degradation, and capitalist system

Submetido em: 11/12/2021

Aprovado em: 14/12/2021

v. 1, n. 12 p. 01-10, dez. 2021

DOI: 10.51473/rcmos.v1i12.236

1

Paulo Roberto Tavares¹

Resumo

Neste trabalho busca-se analisar as correlações entre o presente surto de pandemia da Covid-19 e o processo de degradação do meio ambiente que vem se intensificando cada vez mais ao longo desse período. A principal coordenada metodológica aplicada nesta pesquisa consistiu em revisão bibliográfica, contextualizada pela leitura e análise de material jornalístico. Nesta pesquisa busca-se questionar, sobretudo em relação ao contexto brasileiro, como a pandemia global e o colapso no meio ambiente são processos intrínsecos quando situados em um contexto mais amplo de ofensiva do capitalismo. A proposta é articular as configurações sócio-históricas entre esses fenômenos ao modelo de produção em vigor. Questão central a ser atacada é a forma como a economia tem se dado, demandando uma nova reorganização, extinguindo as ações predatórias e seu processo de expansão ilimitada como se a natureza fosse infinita a ser explorada de maneira desenfreada pelo capital-intensivo.

Palavras-chave: Pandemia Covid-19. Meio Ambiente. Neoliberalismo.

Abstract

This paper aims to analyze the correlations between the current pandemic outbreak of Covid-19 and the process of environmental degradation that has been intensifying more and more throughout this period. The main methodological coordination applied in this research consisted of a bibliographic review, contextualized by the reading and analysis of journalistic material. This research seeks to question, especially in relation to the Brazilian context, how the global pandemic and the collapse in the environment are intrinsic processes when situated in a broader context of capitalism's offensive. The proposal is to articulate the socio-historical configurations between these phenomena to the production model in force. A central issue to be attacked is the way the economy has been given, demanding a new reorganization, extinguishing predatory actions and their process of unlimited expansion as if nature were infinitely exploited in an unbridled manner by capital-intensive.

Keywords: Pandemic Covid-19. Environment. Neoliberalism.

¹ E-mail do autor: pr.tavares@unochapeco.edu.br

1 Introdução

A pandemia evidenciou de maneira escancarada as desigualdades estruturais e opressões crônicas existentes no capitalismo, assim como a lógica da produção e reprodução do capital, que privilegia a economia de mercado em prejuízo das vidas humanas. Dentro dessa lógica, o mais importante para os grandes capitalistas é o aumento dos lucros em menor tempo e custo de mão-de-obra, secundarizando o bem-estar e a dignidade dos trabalhadores.

Não foi diferente com a pandemia da Covid-19, em que o discurso anticientífico contrário as recomendações de isolamento social e fechamento das atividades econômicas sob justificativa de que tais medidas causariam prejuízos à economia de mercado e, conseqüentemente, um desastre ainda maior que o próprio vírus, deu a tônica e colocou vidas humanas em segundo plano. É dentro dessa mesma lógica de exploração ilimitada em nome dos interesses da acumulação de capital que o meio ambiente sofre um processo cada vez mais intenso de degradação da sua biodiversidade.

O objetivo do texto é discutir as interconexões entre a pandemia da Covid-19-2 e o processo de degradação ambiental que sofre o planeta. Nesta pesquisa busca-se questionar, sobretudo em relação ao contexto brasileiro, como a pandemia global e o colapso no meio ambiente são processos intrínsecos quando situados em um contexto mais amplo de ofensiva do capitalismo. A proposta é articular as configurações sócio-históricas entre esses fenômenos ao modelo de produção em vigor. Trata-se, portanto, de estabelecer ligações entre a crise sanitária da pandemia da Covid-19 e a crise no campo ambiental.

A relevância deste tema, situa sobretudo, em trazer para o centro dos debates das ciências sociais e humanas os aspectos socioambientais da pandemia Covid-19. Antes de ser números e dados estatísticos, a pandemia é um processo vivenciado cotidianamente por homens e mulheres de diferentes classes sociais. Ela não aparece restrita à saúde pública, mas se articula com demais setores, como a economia, a política e a educação. Se faz imperativo elucidar a partir de uma perspectiva social e histórica as origens e implicações da pandemia, para além dos números impactantes de mortos.

A principal coordenada metodológica aplicada nesta pesquisa consistiu em revisão bibliográfica, contextualizada pela leitura e análise de material jornalístico contemporâneo. Além desta introdução, o artigo está dividido em mais três seções. Na primeira delas busca-se discutir como a ideologia do neoliberalismo tem se feito presente nos discursos sobre a

pandemia. Logo em seguida apresenta-se as relações entre os fenômenos da pandemia e degradação socioambiental, enfatizando suas articulações com o modelo de produção capitalista. A última seção faz algumas considerações conclusivas, e por fim, as referências bibliográficas.

2 Referencial Teórico

2.1 Neoliberalismo: entre a vida e a economia

A pandemia da COVID-19 consiste em uma das maiores crises já vivenciadas mundialmente nos últimos tempos. Não trata apenas de um problema sanitário isolado, mas envolve além dos aspectos biológicos do vírus, aspectos sociais e geopolíticos, sendo palco para as disputas da arena político-econômica. (VERGARA, 2020).

Enquanto a comunidade científica defende medidas de restrição, o discurso empreendido pela extrema direita é de que os cidadãos devem se expor aos riscos sanitários de romper com o isolamento social sob o argumento de que a economia não pode parar, garantindo a manutenção das atividades de mercado.

Nessa senda, emergiu uma falsa dicotomia entre salvar vidas humanas ou salvar a economia, como se fosse possível essa existir sem a outra. Esse dilema, no entanto, só pode nos servir para desvelar aquilo que a alienação busca obscurecer de todas as formas: “no modo de produção capitalista, a produção da riqueza gera incompatibilidades com a garantia de qualidade de vida à grande maioria da população” (BRETTAS, 2020, p. 11).

No discurso ultra neoliberal, a saúde dos cidadãos é reduzida a um negócio econômico ou orçamentário (FERNANDES; PAULA, 2020). O sistema produz o espaço urbano priorizando o acúmulo de capital ao invés das condições dignas de sobrevivência dos cidadãos, deixando relegada às áreas desurbanizadas e sem infraestrutura adequada à população das camadas mais empobrecidas, essa que também se acha ainda mais exposta aos riscos de contaminação de diversas doenças, em razão da ausência de saneamento básico e de outros serviços necessários à dignidade de vida humana (VERGARA, 2020).

Segundo Fernandes e Paula (2020, p. 134), o neoliberalismo pode ser entendido a partir de duas linhas interpretativas, nas quais a primeira refere-se a uma teoria “sobre práticas político-econômicas de administração do modo de produção capitalista”, cujo papel do Estado

é o de garantir as condições favoráveis para o funcionamento autônomo e expansivo da economia de mercado. Assim, ao contrário do que pressupõe a concepção de Estado Mínimo, a presença do Estado aqui é máxima.

Já a segunda interpretação diz respeito ao neoliberalismo em sua dimensão subjetiva e epistêmica, isto é, enquanto ideologia que orienta não apenas as instituições, como também toda a vida em sociedade, extrapolando os limites da economia e da política para se inserir no cotidiano das pessoas, influenciando nas suas formas de pensar e enxergar o mundo, na educação e na cultura.

Na medida em que há a universalização da racionalidade econômica para várias outras esferas, inúmeros procedimentos, das escolhas individuais do *homo oeconomicus* (Foucault, 2008:311) à elaboração de políticas públicas, são reduzidos a cálculos de custos e benefícios (FERNANDES; PAULA, 2020, p. 134).

O Estado atua diretamente na implementação de políticas neoliberais, em defesa do capital, funcionando como a mão que retira direitos democráticos, flexibiliza as leis trabalhistas, bem como as leis ambientais. A exploração dos recursos naturais é condição crucial para a expansão e acúmulo de capital. A fúria do capitalismo dizima até hoje centenas de povos originários, e tudo isso com a anuência do Estado brasileiro.

2.2 Crise sanitária e crise ambiental: duas faces de uma mesma moeda

Desde o *boom* pandêmico desenvolve-se uma narrativa, notadamente entre as figuras públicas e apoiadores ligados ao ex. presidente dos EUA, Donald Trump, de que o novo vírus SARS-COV-2 nada mais é do que um “vírus chinês”, isto é, um vírus produzido dentro de um laboratório na cidade de Wuhan, na China, com o objetivo de provocar uma crise econômica que levaria o capitalismo ao total declínio e implantar finalmente o comunismo no mundo (LAYRARGUES, 2020).

A narrativa caótica de que o Coronavírus tenha sido um produto de experiências realizadas em laboratórios chinês com o propósito de sabotar a economia capitalista para então o comunismo dominar de maneira triunfal o mundo foi endossada por autoridades do governo no Brasil, e sobretudo pelo presidente do país, Jair Messias Bolsonaro. Em mais de uma ocasião o então chefe de Estado chegou a insinuar que a China teria criado o vírus propositalmente em um plano ardiloso de dominação mundial. Em uma de suas declarações Bolsonaro sugeriu:

É um vírus novo, ninguém sabe se nasceu em laboratório ou nasceu por algum ser humano ingerir um animal inadequado. Mas está aí. Os militares sabem o que é guerra

química, bacteriológica e radiológica. Será que estamos enfrentando uma nova guerra? Qual país que mais cresceu seu PIB? Não vou dizer para vocês².

Tal teoria conspiratória tem ganhado milhares de adeptos no Brasil, são políticos, líderes religiosos, apoiadores do presidente e ligados à extrema direita do país. Contudo, ela não se sustenta na materialidade concreta dos fatos, e não passa de uma falácia impulsionada por interesses exclusivamente ideológicos. Não só a China tem sofrido desaceleração no seu PIB, como as empresas que têm saído fortalecidas na pandemia são justamente as grandes empresas norte-americanas do ramo de tecnologias, a saber: *Apple, Amazon, Google, Facebook* e *Microsoft* (LAYRARGUES, 2020).

Ao criar narrativas falaciosas a extrema direita cria também uma realidade totalmente paralela e deturpada, acionando ela mesma os seus mecanismos de dominação. Por outro lado, esse discurso também obscurece as relações entre a pandemia, a degradação ambiental e o sistema capitalista. Logo, entende-se que a origem do Coronavírus não está no comunismo Chinês, mas no modo de produção que tem destruído a biodiversidade do planeta, a saber: o capitalismo.

Conforme aduz Layrargues (2020), assim como outras epidemias, o novo Coronavírus não foi uma invenção feita em laboratório, mas suas características genéticas se aproximam do vírus da Síndrome Aguda Respiratória Grave (SARS), que tem no morcego seu hospedeiro original, configurando, dessa forma, uma zoonose. Nas palavras desse autor:

Zoonoses são doenças que antes eram exclusivas de animais não humanos, que por causa do transbordamento, acabaram se tornando doenças também humanas. As zoonoses representam nada menos que cerca de 60% das doenças infecciosas em humanos. O Hantavírus é proveniente de roedores. O vírus da febre amarela é proveniente de macacos. A Gripe Aviária H5N1 é proveniente de aves silvestres e a Gripe Suína H1N1 é proveniente de porcos. O Sarampo provavelmente vem de cabras. O HIV-1 é proveniente de chimpanzés. A SARS é proveniente do gato-da-argália. A Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS) é proveniente do dromedário. O Zika é proveniente do famoso mosquito *Aedes aegypti*. O novo Coronavírus é proveniente do morcego... (LAYRARGUES, 2020, p. 8).

Ainda segundo ele, todos esses vírus são produto da convivência cada mais desequilibrada entre seres humanos e animais silvestres, que devido à sistemática destruição de seus habitats naturais se veem impelidos a procurar abrigo e alimento para sua sobrevivência fora das zonas selvagens, em localidades antropizadas. A questão problemática aqui não é necessariamente os morcegos ou outros animais silvestres, mas os seus habitats invadidos por

² Retirado em <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/05/05/bolsonaro-volta-a-insinuar-que-a-china-teria-criado-o-coronavirus-propositalmente.ghtml>.

assentamentos humanos, constantemente modificados também pela ação humana e destruídos em decorrência da exploração desenfreada praticada pelo agronegócio.

Onde surgiu o foco inicial das últimas epidemias, foi justamente onde áreas naturais sofreram forte desequilíbrio ecológico, combinado com o aumento da proximidade de rebanhos domésticos com os animais selvagens vitimados por seus habitats invadidos e devastados frente à expansão agropecuária. O empobrecimento da biodiversidade como consequência do desmatamento de florestas nativas, causado pelo avanço predatório da fronteira agropecuária, acarreta a debilitação da saúde dos animais silvestres que passam a sobreviver sob severas pressões ambientais (LAYRARGUES, 2020, p. 9).

Ao comprometer o ecossistema empobrece-se a biodiversidade que representa uma camada natural de proteção contra zoonoses. Na medida em que inúmeros habitats naturais seguem sendo destruídos, a tendência é de que as doenças transmitidas de animais silvestres para os seres humanos sejam cada vez mais comuns no mundo. Contudo o que se tem observado no Brasil é o aumento do desmatamento em grandes proporções, acarretando a perda da biodiversidade e favorecendo a reprodução de vetores (WELTERS; GARCIA, 2020).

Entre fevereiro e junho do ano passado os alertas de desmatamento sofreram um aumento de 49% em relação ao período de 2017 a 2019³. Também as mudanças climáticas se relacionam com o surgimento de novas epidemias, isso porque, o derretimento de geleiras contribui para que vírus ancestrais por muito tempo presos a elas voltem à tona.

Isso não é coisa de laboratórios secretos que produzem armas biológicas, é mesmo coisa do mundo natural. Mas do mundo natural ecologicamente desequilibrado: o surto de Ebola de 2013 na África Ocidental é resultado de significativas perdas florestais devido à agricultura industrial que levou a vida selvagem a circular por fragmentos florestais empobrecidos e então se aproximar dos assentamentos humanos; a gripe aviária está relacionada à criação intensiva de aves e o vírus Nipah por exemplo, surgiu devido à intensificação da suinocultura e à produção de frutas na Malásia, tendo como detonação do surto, incêndios florestais em massa (LAYRARGUES, 2020, p. 8).

O consumo de animais domésticos e silvestres crus, comercializados abertamente em mercados com ampla circulação de seres humanos, cria as condições favoráveis para zoonoses, e se encontra na origem da pandemia atual. É estimado que esse tipo de mercado só tende a crescer, motivado sobretudo pelas extravagâncias da nova classe média local chinesa, como também pelo comércio internacional ilegal de carne de animais silvestre contrabandeada (LAYRARGUES, 2020).

³ Retirado de: <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Meio-Ambiente/noticia/2020/08/como-pandemia-contribuiu-para-aumentar-o-desmatamento.html>. Acesso em: 10 nov. 2021.

Já nos primeiros momentos da pandemia, quando foram decretadas as medidas de isolamento social e restrição das atividades econômicas, o mundo registrou uma diminuição da poluição atmosférica e maior qualidade ambiental. Em 2020 cidades brasileiras, como São Paulo e Paraná tiveram queda significativa na emissão de gases poluentes em decorrência da menor circulação de automóveis e fechamento de fábricas⁴.

Por outro lado, se a quantidade de poluentes arremessados no ar diminuiu, houve um aumento significativo da produção de lixo hospitalar, tão danoso quanto para a população e ao meio ambiente. De acordo com Souza (2020, p. 70), “no Brasil, a gestão e o manejo adequados dos resíduos ainda se configuram como uns dos desafios do saneamento básico, tendo extenso volume ainda sem destinação adequada em valas, lixões e ruas”.

O investimento em grandes infraestruturas tem sido amplamente justificado por meio da retórica de desenvolvimento, e hoje em dia, sob uma roupagem de desenvolvimento sustentável, conceito “que, de forma nada ingênua, cria uma falsa noção de conciliação entre o capitalismo e questão ecológica” (VIZEU; MENEGHETTI; SEIFER T, 2012, p. 569).

Até mesmo ambientalistas de diferentes movimentos aceitaram dialogar com a noção de desenvolvimento sustentável, porque essa sugeria um desenvolvimento menos selvagem e preocupado em atender as necessidades humanas. Porém, ledo engano. Como destacam Freire e Vaz (2020, p. 10):

O conceito de desenvolvimento sustentável, que à primeira vista pretende garantir a manutenção da vida e preservação dos recursos, representa na verdade uma rota de colisão. Se forem mantidos os referenciais de exploração de recursos e consumo que têm orientado o modo de vida dos países de economia avançada nas últimas décadas, o que teremos é, em mais ou menos tempo, a destruição do planeta.

Em prol do modelo de desenvolvimento capitalista por muito tempo o meio ambiente suportou padrões perversos de exploração dos recursos naturais sem qualquer respeito às leis ambientais. “Estamos diante, uma vez mais, da prevalência da lógica econômica sobre todas as outras esferas” (FERNANDES; PAULA, 2020, p. 137). Mas, agora mais do que nunca, a natureza tem dado sinais evidentes de esgotamento, e escancara que o modelo vigente de desenvolvimento capitalista permanece (in)sustentável (FREIRE; VAZ, 2020).

Quem mais sofre com a ofensiva neoliberal seja no campo do meio ambiente ou da saúde são os mais vulneráveis, que em sua maioria sobrevive em locais inapropriados,

⁴ Retirado de: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2021/02/03/poluicao-no-parana-diminui-e-qualidade-do-ar-melhora-em-2020-diz-iat.ghtml>. Acesso em: 10 nov. 2021.

habitações inadequadas, sem água e saneamento básico. Medidas simples como lavar as mãos, usar máscara e álcool em gel, condições mínimas de higienização e proteção durante a pandemia, constituem verdadeiros desafios para grande parte da população periférica e marginalizada do país. Ela não apenas sofre com as privações materiais, como também se acha mais exposta a desastres ambientais, além de dependerem diretamente do que a natureza produz (OLIVEIRA, 2013).

Assim, não tem como desassociar a pandemia da degradação ambiental em sua zona intersecção com o sistema capitalista. Em relação a ambos os fenômenos, reina debates públicos e práticas governamentais orientadas por uma racionalidade importada da arena econômica neoliberal, que ultrapassa os limites da arena de produção para se inserir em diversos outros âmbitos da vida em sociedade. A pandemia também não representou de todo um mal para os setores do agro, como bem salientou o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, aproveitou-se “a oportunidade aberta pela pandemia, que atrai fortemente a atenção da imprensa, para “ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas [ambientais] (...) de baciada” (ALESSI, 2020 apud FERNANDES; PAULA, 2020, p. 139).

O que se observa é que tanto na questão ambiental como na crise sanitária discursos emergem e colocam o mercado como aquele que deve encontrar as saídas necessárias para superar a crise, quando na verdade o grande problema da crise é justamente a fragilidade desse sistema econômico e social em vigor.

Considerações finais

No entendimento jurídico e constitucional brasileiro o direito à vida é um direito fundamental e a premissa da sociedade, uma vez que é impossível se exercer qualquer outro direito diante da inexistência da vida humana. Nessa senda, vale ressaltar que todos os setores da sociedade, a educação ou a política, são setores materializados pela ação dos seres humanos, isto significa que, sem os indivíduos não existe o movimento concreto da vida social.

Com a economia não é diferente. Não se trata de um sistema alheio às ações dos sujeitos no tempo e no espaço, mas um produto da vida coletiva, ligado a demais setores sociais, de maneira que um colapso no sistema Único de saúde (SUS) também acabaria ocasionando prejuízos irreversíveis a todo o sistema econômico do país. Portanto, a dicotomia entre salvar

vidas e salvar o mercado implantada por setores do governo e setores privados negacionistas é uma falácia.

Todavia, não de todo modo uma falácia criada por pessoas despreparadas ou ignorantes, mas que faz parte de uma estratégia política das classes dominantes em defesa dos interesses do capital. Nas entrelinhas desse discurso é possível concluir que, primeiro, sem os trabalhadores não há produção de riqueza, pois se eles param, as atividades econômicas também param, e segundo, a lógica do sistema capitalista secundariza a vida e prioriza os lucros dos grandes empresários.

Mas o que isso tem que ver com a pandemia e com a questão ambiental? No texto foi evidenciado que o capitalismo com seu ritmo selvagem e predatório em relação aos recursos naturais é capaz de destruir toda a biodiversidade existente, e conseqüentemente, a camada de protetora do ambiente. Em nome da exploração desenfreada a natureza é fadada a sucumbir e junto com ela toda a população. As origens de vírus como esse que nos assola atualmente estão justamente na ação predatória dos seres humanos sobre os habitats de animais silvestres.

Diante desses registros, pressupõe-se que ainda contamos com uma economia de desenvolvimento insustentável ao meio ambiente. Trata-se de um sistema que se sustenta da exploração desenfreada, seja exploração dos seres humanos ou da própria natureza, do consumo exacerbado e produção predatória.

A pandemia consiste em um momento excepcional, mas ela não é responsável pelos problemas sociais e ambientais que assolam a humanidade. É preciso repensar a organização social e o modelo de produção que queremos para além desse novo momento. A desaceleração imposta pelo isolamento foi uma medida emergencial, imperativo se faz reorganizar a sociedade a partir de uma perspectiva que seja de fato sustentável e que priorize a vida humana.

Referências

BRETTAS, Tatiana. Defender a vida é preciso, a economia não. *In*: MOREIRA, Elaine et al. (Org.). **Em tempos de pandemia**: propostas para a defesa da vida e de direitos sociais. Rio de Janeiro: UFRJ, 2020. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/colunas/colunistas-convidados/pandemia-meio-ambiente-e-a-sociedade/>. Acesso em: 10 nov. 2021.

FERNANDES, Victor José Alves; PAULA, Bruno Lucas Saliba. A velha novidade da pandemia: Neoliberalismo, Meio Ambiente e Covid-19. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 56, n. 2, p. 131-142, mai./ago., 2020. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2020.56.2.02/60748098. Acesso em: 10 nov. 2021.

FREIRE, José Carlos; VAZ, Alexandre Fernandez. Meio ambiente e desenvolvimento no Brasil: Notas sobre a alternativa ecossocialista. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 17, p. 01-17, jan./dez., 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/70264/43952>. Acesso em: 10 nov. 2021.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Pandemias, colapso climático, antiecológico: educação ambiental entre as emergências de um ecocídio apocalíptico. **Revbea**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 01-30, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/10861>. Acesso em: 10 nov. 2021.

OLIVEIRA, Damaris Bento Ortêncio. **A inter-relação entre pobreza e meio ambiente para os municípios de Minas Gerais**. 2013. 84 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Economia) – Universidade Federal de Viçosa. 2013. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/3283/1/texto%20completo.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2021.

SOUZA, Lúcia da Paz de. A pandemia da Covid-19 e os reflexos na relação meio ambiente e sociedade. **Revista Brasileira de Meio Ambiente**, v.8, n.4, p. 68-73, 2020. Disponível em: <https://revistabrasileirademeioambiente.com/index.php/RVBMA/article/view/540>. Acesso em: 10 nov. 2021.

VERGARA, Alexandre Silveira. A pandemia da COVID-19: implicações entre a degradação ambiental, neoliberalismo e os movimentos de acumulação do capital. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, v. 6, n. 1, p. 53-77, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/percsoc/article/view/20476>. Acesso em: 10 nov. 2021.

VIZEU, Fabio; MENEGHETTI, Francis Kanashiro; SEIFERT, Rene Eugenio. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 569-583, set. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/r5yWQp4wykg5RWJN9pmxjQJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2021.

WELTERS, Angela e GARCIA, Junior. Oeco. **Pandemia, Meio Ambiente e a Sociedade**, 2020. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/colunas/colunistas-convidados/pandemia-meio-ambiente-e-a-sociedade/>. Acesso em: 10 nov. 2021.

Resíduos de serviços de saúde (RSS): gerenciamento e análise dos custos de destinação¹

Waste From Health Services: management and analysis of disposal costs

Submetido em: 19/11/2021

Aprovado em: 21/11/2021

v. 1, n. 12 p. 01-15, dez. 2021

DOI: 10.51473/rcmos.v1i12.239

1

*Leticia Kobernovicz*²

*Telma Regina Stroparo*³

Resumo

O descarte de resíduos hospitalares gera custo para os serviços de saúde, pois está sujeito à normas rígidas em virtude do potencial contaminante e riscos à saúde e meio ambiente. Neste sentido, a presente pesquisa tem como objetivo identificar os custos do gerenciamento de resíduos de serviços de saúde (RSS) gerados em um hospital público. Metodologicamente, o estudo se caracteriza como bibliográfico e documental, com abordagem qualitativa, amostra não probabilística intencional e definida por conveniência. Os dados coletados referem-se ao ano de 2019. Os resultados apontam para a relevância dos cuidados com o correto manejo de RSS não apenas sob os aspectos ambientais por seu alto fator contaminante, mas também sob a égide dos custos que precisam ser custeados pela organização.

Palavras-chave: Resíduos de Serviços de Saúde. Gerenciamento de Resíduos. Gestão

Abstract

The disposal of hospital waste generates costs for health services, as it is subject to strict rules due to the potential contaminant and risks to health and the environment. In this sense, this research aims to identify the costs of waste management of health services generated in a public hospital. Methodologically, the study is characterized as bibliographic and documentary, with a qualitative approach, an intentional non-probabilistic sample and defined by convenience. The data collected refer to the year 2019. The results point to the relevance of care with the correct handling of waste from health services not only under the environmental aspects due to its high contaminating factor, but also under the aegis of the costs that need to be borne by the organization.

Keywords: Waste from Health Services. Waste Management. Environmental Management.

¹ Artigo publicado no V Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)

² Contadora, Universidade Estadual do Centro-Oeste UNICENTRO, Egressa do Curso de Ciências Contábeis. E-mail: kober_leticia@hotmail.com

³ Doutoranda em Geografia pela UEPG, Professora Efetiva - Universidade Estadual do Centro-Oeste UNICENTRO. E-mail: telma@unicentro.br

1 Introdução

Segundo dados do Panorama dos Resíduos Sólidos 2018/2019, produzido pela Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública (Abrelpe), em 2018 foram gerados no Brasil 79 milhões de toneladas de resíduos. Destes, 252.948 toneladas de Resíduos Sólidos da Saúde foram coletadas, tratadas e dispostas de forma ambientalmente adequadas como prevê a legislação. No total, 4.540 municípios prestaram serviços relativos à coleta e destinação de RSS, o que equivale a 1,2 quilo por habitante ao ano. (ABRELPE, 2019).

Entende-se por Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) aqueles gerados em qualquer serviço prestador de assistência médica, sanitária ou estabelecimentos congêneres, provenientes de hospitais, unidades ambulatoriais de saúde, clínicas e consultórios médicos e odontológicos, farmácias, laboratórios de análises clínicas e patológicas, bancos de sangue e de leite e clínicas veterinárias, entre outros, conforme estabelecido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), por meio da RDC nº 306/2004. (BRASIL, 2004).

Outro órgão regulador de RSS é o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que por meio da Resolução nº 358/2005, em consonância com a RDC nº 306/2004, definiu como geradores os serviços relacionados aos atendimentos à saúde humana ou animal, inclusive aqueles de assistência domiciliar e de trabalhos de campo, bem como laboratórios de produtos para saúde, necrotérios, funerárias e serviços onde se realizam atividades de embalsamamento (tanatopraxia e somatoconservação), dentre outros similares (BRASIL, 2005).

Os RSS podem ser orgânicos (cozinha), resultantes de atividades administrativas ou de alto risco, por conter agentes biológicos infecciosos (lâminas de laboratório, bolsas de transfusão de sangue, medicamentos), componentes potencialmente inflamáveis, corrosivos ou tóxicos (reagentes, resíduos com metais pesados), materiais radioativos (como os utilizados em radioterapia) e cortantes (agulhas, lâminas de bisturi, ampolas de vidro). (ABRELPE, 2019).

Para efeitos desta pesquisa consideram-se RSS os resíduos advindos de atividade hospitalar, produzidos em um hospital público localizado na Região Centro-Sul do Estado do Paraná. O processo de gerenciamento de RSS gera custos às instituições hospitalares seja em virtude do manuseio que precisa de equipamentos de proteção individual para os itens contaminantes, seja para o correto acondicionamento e armazenamento e posterior descarte de

forma ambientalmente adequada ou ainda, em hipótese de não observação da extensa legislação, muitas pecuniárias.

Diante do contexto a questão problema apresenta se da seguinte forma: como é o processo de gerenciamento de RSS em um hospital público de média complexidade e quais os custos advindos com a correta destinação?

2 Revisão da Literatura

2.1 Resíduos de serviços de saúde (RSS)

A Norma Técnica Brasileira - NBR n. 10.004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, define resíduos sólidos como sendo os resultantes de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos de água, ou exijam para isso soluções técnica e economicamente inviáveis em face à melhor tecnologia disponível. ABNT (2004, p. 1).

De acordo com Guedes (2006), o lixo hospitalar representa apenas 2% do total dos resíduos produzidos no Brasil, mas deve-se ter uma atenção especial, pois constitui-se de uma fonte de organismos patogênicos, em função de conter substâncias tóxicas em seus componentes e pela presença de objetos perfuro cortantes. Se gerenciados inadequadamente podem trazer riscos à saúde humana e ao meio ambiente.

Em alguns municípios as prefeituras realizam as coletas de resíduos sólidos de serviços de saúde, responsabilizando-se pela destinação ambientalmente adequada dos dejetos, estabelecendo rotas e rotinas de coletas em serviços de saúde públicos e privados.

Os RSS são popularmente conhecidos como lixo hospitalar, mas não são apenas os hospitais que produzem esse tipo de resíduos. Farmácias, clínicas odontológicas e veterinárias, assistência domiciliar, necrotérios, instituições de cuidado para idosos, hemocentros, laboratórios clínicos e de pesquisa, instituições de ensino na área da saúde, também produzem resíduos, bem como pacientes com diabetes que fazem o uso de insulina e utilizam materiais perfurocortantes são exemplos de geradores e precisam ser orientados a

fazerem a armazenagem e o descarte de forma organizada e segura. (GARCIA; RAMOS, 2004; BERTO; CZYKIEL; BARCELLOS, 2012; ALVES et al, 2016; ALAM *et al*, 2019; BARROS et al, 2020; CARVALHO et al, 2021).

Conforme Confortin (2001), a classificação possui papel essencial para o desenvolvimento das fases posteriores deste processo de gerenciamento. Por intermédio deste controle, é possível promover uma distinção de resíduos contaminados e não contaminados, auxiliando de maneira efetiva para um manejo eficiente, econômico e seguro. O objetivo é promover a segurança dos trabalhadores e usuários de modo que não sejam expostos a contaminações com o manejo.

Os RSS possuem inúmeras normas e classificações sendo as mais conhecidas e utilizadas no Brasil as provenientes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), da Organização Mundial da Saúde (OMS) e Environmental Protection Agency (EPA).

A Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 222/2018 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que dispõe sobre os requisitos de Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde, a RDC e a Resolução nº 358/2005 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), que definem os RSS como todo resíduo gerado em qualquer serviço prestador de assistência médica humana ou animal, e classifica-os em cinco grupos: grupo A – biológicos; grupos B – químicos; grupo C – radioativos; grupo D – comuns e grupo E – perfurocortantes (ANVISA, 2018)

Neste trabalho, usa-se a Resolução CONAMA, nº 358/05 e RDC ANVISA, nº 306/04 para a classificação dos RSS:

Quadro 1- Classificação dos Resíduos Sólidos de Saúde

Grupo A Infectantes	Todos os resíduos que são passíveis de presença de agentes biológicos que, apresentam risco de infecção devido suas características de maior virulência ou concentração.
Grupo B Químicos	Resíduos que possuem substâncias químicas passíveis de risco a saúde pública ou ao meio ambiente, conforme suas características de inflamável, corrosiva, reatividade e toxicidade. Produtos hormonais e todos os demais produtos que são controlados pela Portaria MS 344/98 e suas atualizações. Resíduos de saneantes, desinfetantes, reagentes de laboratórios Efluentes de processadores de imagem; efluentes dos equipamentos automatizados utilizados em análises clínicas; demais produtos classificados como perigosos, de acordo com a classificação da NBR-10.004 da ABNT.
	Quaisquer materiais resultantes de atividades humanas que contenham radionuclídeos em quantidades superiores aos limites de eliminação

Grupo C Radioativos	especificados nas normas da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, como, por exemplo, serviços de medicina nuclear e radioterapia etc.
Grupo D Comuns	Resíduos que não possuam riscos biológicos, químicos ou radiológicos para a saúde ou ao meio ambiente, podendo equiparar aos resíduos domiciliares. Papel de uso sanitário e fralda, absorventes higiênicos, peças descartáveis, dentre outros; Sobras de alimentos e preparos de alimentos; Sobras alimentares de refeitório; Resíduos oriundos das áreas administrativas; Resíduos de varrição, flores, podas e jardins; Resíduos de gesso oriundos de assistência à saúde
Grupo E Perfurocortantes	Enquadram-se neste grupo, todos os materiais perfuradores ou escarradores, como por exemplo: Lâminas de barbear; Agulhas; Ampolas de vidros; Brocas; Lâminas de bisturi.

Fonte: Resolução CONAMA, nº 358/05 e de RDC ANVISA, nº 306/04

Os resíduos gerados pela instituição hospitalar, objeto desta pesquisa, serão classificados segundo os Quadros 1 e 2. Destaque se dê ao Grupo A, infectantes, que possui subdivisões, conforme estabelecido na legislação:

Quadro 2: Subgrupos de Resíduos Classificados no “Grupo A – Infectantes”

GRUPO A	
Subgrupo 1	Culturas e estoques de microrganismos; Resíduos de laboratórios de manipulação genética; Resíduos resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais; Sobras de amostras de laboratório contendo sangue ou líquidos corpóreos.
Subgrupo 2	Carcças, peças anatômicas e outros resíduos provenientes de animais submetidos a processos de experimentação com inoculação de microrganismos; Cadáveres de animais com suspeita de estarem contaminados com microrganismos de relevância epidemiológica e com risco de disseminação.
Subgrupo 3	Peças anatômicas do ser humano; Produto de fecundação sem sinais vitais, que não possuam valor científico ou legal e que não tenha ocorrido requisição por parte do paciente e familiares.
Subgrupo 4	Kits de linhas artesanais, endovenosas e dialisadores, quando descartados; Filtros de ar e gases aspirados de área contaminada; Sobras de amostras de laboratório e recipientes contendo fezes, urina e secreções, oriundos de pacientes que não possuam e nem sejam suspeitos de conter agentes Classe de Risco 4.
Subgrupo 5	Órgãos, tecidos, fluídos orgânicos, materiais perfuro cortantes ou escarificastes e demais materiais resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou contaminados por príons.

Fonte: Resolução RDC Nº 306, (2004)

Conforme o Quadro 2, grupo A, mostra os grupos de subdivisões de enquadramento para os RSS, considerados infectantes e que precisam de cuidados próprios para coleta, acondicionamento e descarte.

2.2 Gerenciamento de RSS

A ANVISA, através da RDC 306/04, definiu que o gerenciamento dos RSS é um conjunto de procedimentos de gestão, planejados e implementados partindo das bases científicas e técnicas, normativas e legais, visando diminuir a produção de resíduos e viabilizar aos resíduos gerados, um destino seguro, de maneira eficiente, buscando a proteção dos trabalhadores, a preservação da saúde pública, dos recursos naturais e do meio ambiente.

O gerenciamento incorreto dos RSS pode ocasionar acidentes e contaminações aos trabalhadores responsáveis pela coleta. Os resíduos perfurocortantes podem contribuir também para o aumento da incidência de infecção hospitalar (BRASIL-MS, 2001).

É necessário que no gerenciamento todas as etapas do planejamento dos recursos físicos, materiais e capacitação dos recursos humanos estejam abrangidas no envolvimento da condução dos RSS (BRASIL-ANVISA, 2004). Dessa maneira, é possível estabelecer formas sistêmicas e integradas em cada uma delas, metas, programas, sistemas organizacionais e tecnologias, conforme a realidade do local (BRASIL - ANVISA, 2006).

Segundo Seraphim (2016), na prática, a realidade econômica, interesse das autoridades locais e nível de conhecimento e consciência sobre os resíduos dos resíduos é que definem os modelos de gerenciamento e fiscalização dos resíduos no Brasil.

Conforme Guassú (2007), a legislação brasileira impõe a responsabilidade do gerador dos RSS a gestão desde a criação até o destino, onde os serviços necessários para colocar em prática isso, devem estar totalmente de acordo com a legislação vigente.

Destarte, verifica-se ser essencial o gerenciamento correto destes resíduos, não requerendo apenas a organização e sistematização destas fontes geradoras, mas fazer com que a consciência humana e coletiva dos profissionais que possuem ligação nestes ambientes seja despertada. Ademais, estudos também relacionam a relevância dos processos inovativos e de controle para o bem-estar empresarial. (SERAPHIM, 2016; CARVALHO et al, 2021; PRZYBYCZEWSKI.; STROPARO, 2021; STROPARO; DOMBROSKI, 2018; DELPONTE et al, 2020)

3 Procedimentos Metodológicos

A presente pesquisa classifica-se como uma pesquisa aplicada, descritiva, com abordagem qualitativa, bibliográfica, documental, com amostragem não-probabilística, intencional e por conveniência, utilizando-se as técnicas de observação e entrevistas estruturadas.

O instrumento de pesquisa constitui-se em um roteiro estruturado com perguntas abertas e fechadas, aplicado aos setores de segurança do trabalho e financeiro, visando identificar os aspectos necessários para responder à questão problema, bem como observações *in loco*.

Foram identificadas questões relacionadas ao processo de coleta, armazenagem e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados pelo hospital. O instrumento foi formatado em quatro blocos sendo: Bloco 1 - Plano de Gerenciamento de Resíduos Hospitalares; Bloco 2 - Tipos e quantitativos gerados; Bloco 3 - Do acondicionamento, identificação e armazenamento temporário; Bloco 4 - destinação final.

No Bloco 1 as questões versam sobre Gerenciamento de Resíduos Hospitalares e visou cumprir o objetivo específico identificar os resíduos gerados por uma unidade hospitalar. As questões versaram sobre o processo de coleta e procedimentos subjacentes. O Bloco 2 - Tipos e quantitativos gerados trata de questões relacionadas aos quantitativos gerados, as classificações de periculosidade, riscos biológicos etc. As questões presentes no Bloco 3 - Do acondicionamento, identificação e armazenamento temporário, referem se ao manejo, e acondicionamento dos resíduos identificados na unidade hospitalar. No Bloco 4, que trata da destinação final propriamente dita, as questões foram pertinentes aos custos e forma de descarte como, por exemplo, empresas regularmente constituídas que prestam o serviço, localização etc.

Por tratar-se de pesquisa aplicada, fez-se entrevista com os responsáveis pelos setores que tratam da coleta, armazenamento e destinação de resíduos, visando qualificar o processo de gerenciamento deles. Após, foram coletados dados *ex post facto*, dos quantitativos gerados de resíduos, bem como os custos relacionados à destinação ambientalmente adequada. A coleta aqui descrita aconteceu tendo por base documentos gerados e disponibilizados pelo próprio hospital, bem como entrevista com a responsável pelo setor.

4 Discussão e Análise dos Dados

O Hospital estudado é filantrópico, faz atendimentos basicamente pelo SUS, caracterizado como de média complexidade, com uma área construída de aproximadamente 7.583 metros quadrados, atendendo pacientes de 09 municípios da região, com uma média de mais de 160 mil habitantes e pacientes encaminhados por meio da Central de Regulação. Possui atualmente 150 leitos, divididos em UTI Neonatal, UTI Adulto, Clínica Cirúrgica, Clínica Médica, Alojamento Conjunto (maternidade), Psiquiatria e Pediatria.

A responsável pelo gerenciamento dos resíduos é enfermeira e há também uma supervisora de higiene hospitalar que, periodicamente, faz auditorias para fiscalizar se o lixo está sendo descartado corretamente.

4.1 Plano de Gerenciamento de Resíduos Hospitalares

Questionada se existem protocolos específicos para coleta, classificação, armazenagem e destinação dos resíduos hospitalares, obteve-se como resposta que o hospital possui um plano de gerenciamento conforme a lei 12.305/2010, que descreve desde a produção dos resíduos, a segregação, o acondicionamento, o transporte interno e o transporte externo.

Ressalte-se que existem normas próprias que regulam o tratamento, manejo e destinação de resíduos. O controle é rígido em virtude da contaminação existente em parte dos resíduos, notadamente, os biológicos e contaminantes. O hospital recebe periodicamente laudos que comprovam a destinação ambientalmente correta.

O hospital possui um cronograma de coleta que deve ser seguido pelos profissionais responsáveis pela coleta interna. São feitos treinamentos anuais com todos os profissionais, desde os geradores, como por exemplo médicos e enfermeiros para que descartem os resíduos nos seus locais adequados, para não misturar os contaminantes com o lixo comum, e com os responsáveis pela coleta, que devem saber como usar os equipamentos individuais de proteção (EIP) recebem capacitação para que saibam como retirar esses resíduos, como acondicionar, para evitar se contaminar com esses resíduos. Os custos com o treinamento de toda a equipe são do próprio hospital.

Dentro do hospital em cada posto de trabalho existem lixeiras devidamente identificadas, com placas laváveis que descrevem os resíduos que devem ser descartados naquela embalagem. As lixeiras possuem abertura automática, para que não sejam utilizadas as mãos para a abertura, com exceção do centro cirúrgico onde não existem tampas para facilitar o descarte, e após cada cirurgia esse resíduo é coletado. Na UTI existem lixeiras ao lado dos leitos para facilitar o descarte, diminuindo assim o risco de contaminação.

Semanalmente todas as lixeiras do hospital são lavadas e desinfetadas. O lixo comum e orgânico é armazenado em sacos pretos, o papel em sacos azul. Àqueles que podem ser reciclados são doados para a Cooperativa de Catadores de Recicláveis – em média 2 caminhões carregados por semana - sendo a própria cooperativa responsável pela coleta e transporte.

4.2 Tipos e Quantitativos Gerados

Os resíduos gerados pelo hospital são classificados conforme segue:

Grupo A – todos os infectantes, inclusive os advindos das áreas de isolamento, onde todo material é considerado potencialmente perigoso em virtude do alto nível de contaminação do ambiente. Em períodos que existem pacientes em isolamento o volume de resíduos infectantes aumenta consideravelmente, como no caso de ocorrência de casos de COVID-19, por exemplo. Embora a coleta de dados seja anterior à pandemia, não há dúvidas dos impactos decorrentes. O hospital também gera resíduos biológicos, como por exemplo as placentas que são descartadas em recipientes específicos e próprios.

Para os itens do Grupo A são utilizadas lixeiras de abertura automática com identificação na tampa. Grupo B – resíduos químicos como os restos de medicação, medicação vencida, dentre eles antibióticos e demais produtos químicos. Grupo C – radioativos: embora exista setor de Raio X no hospital não há mais geração de resíduos em virtude da adoção de sistema digital. Grupo D – lixo comum: não reciclável, entregue ao sistema público de coleta da prefeitura que faz a destinação conforme normas vigentes. Papéis e demais itens recicláveis possuem acondicionamento próprio e são destinados para a cooperativa de reciclagem. Grupo E- perfuro cortantes: agulhas, ampolas, lâminas e demais itens similares são encaminhados para incineração por empresa especializada.

Os vidros são depositados em embalagens verdes com abertura de fácil manuseio, facilitando o descarte, dentro das embalagens são revestidos com saco branco para prevenir acidentes na coleta.

4.3 Acondicionamento, Identificação e Armazenamento Temporário

O hospital não possui armazenamento temporário interno e todos os resíduos gerados são coletados e transferidos para a área externa. Existem horários específicos para a retirada dos resíduos de dentro do hospital conforme cronograma elaborado pelo setor de controle de infecção, com exceção do lixo comum que pode ser retirado em qualquer horário.

A equipe de higiene hospitalar, devidamente paramentados com os equipamentos de proteção adequada, faz a coleta do material nas áreas internas. Os horários de coleta dos resíduos não podem ser coincidentes com os de alimentação para que não haja nenhuma possibilidade de contaminação e conseqüente infecção hospitalar. Há rigidez nos horários de coleta, bem como nos protocolos específicos para a atividade. Itens considerados infectantes são coletados três vezes ao dia ou de acordo com a demanda.

Uma vez coletados, os itens são transferidos para a sala de armazenagem onde os resíduos ficam acondicionados até a coleta para a destinação final. O local é isolado e de acesso restrito e são depositados os resíduos contaminantes, ou seja, perfuro cortantes, com potencial contaminação e os biológicos.

Os não contaminantes são armazenados em salas abertas, fora do prédio principal, com acesso aberto para a cooperativa de reciclagem e prefeitura. Itens advindos da cozinha (orgânicos) e recicláveis como papéis da área administrativa.

4.4 Destinação Final

Os resíduos do grupo D, que são os comuns, por exemplo, os orgânicos e os que não possuem riscos para a saúde são coletados diariamente pela prefeitura, não gerando custo ao hospital.

Os resíduos infectantes, perfurocortantes e químicos (A, E e B) são recolhidos por uma empresa terceirizada, sendo cobrado por quilo gerado: A e E o valor de R\$2,70 e pelo B R\$5,00.

Os resíduos A e E são neutralizados por meio da autoclavagem e tem como destinação final aterro sanitário. Já os químicos são incinerados e as cinzas depositadas em aterros industriais.

4.5 Custo do Lixo Hospitalar

Os resíduos A – B e E são coletados por uma empresa terceirizada, que cobra valores diferentes para cada tipo de resíduo gerado. O preço por quilo cobrado pelo grupo B é menor que o do grupo A e E, que apresentam o mesmo valor.

Os resíduos do grupo B, os químicos, são produzidos em baixa escala pelo hospital se comparado com os infectantes e perfurocortantes, porém trazem riscos para a população. Nesta categoria se encaixam, por exemplo, resíduos químicos, inflamáveis, ou de origem farmacêutica como medicamentos que possam estar vencidos ou contaminados. O custo de destinação desse tipo de resíduo é 5,00 por quilo.

Os resíduos do grupo A e E tem um volume de produção muito maior, pois todo os resíduos gerados no isolamento são classificados como infectantes, por serem hospedeiros de agentes patológicos suspeitos, nos meses que existam esses tipos de paciente, o volume de infectantes tendem a aumentar, são produzidos em larga escala diariamente também, agulhas, seringas, sangue, gaze, tecidos, perfuro cortantes entre outros.

Essa pesquisa traz os custos de descarte no período de um ano, 2019, com dados fornecidos pelo hospital, baseados em notas fiscais geradas pela empresa terceirizada responsável pela coleta.

Tabela 1 - Valores e Quantidades Geradas de Resíduos - 2019

Mês / Ano	Classificação A - E			Classificação B			Total Mensal
	valor unit.	quant.kg	Valor Total	Valor Unitário	quant. Kg	Valor Total	
jan/19	R\$ 2,70	1.391,90	R\$ 3.758,13	R\$ 5,00	108,605	R\$ 543,03	R\$ 4.301,16
fev/19	R\$ 2,70	1.456,23	R\$ 3.931,82	R\$ 5,00	108,23	R\$ 541,15	R\$ 4.472,97
mar/19	R\$ 2,70	2.126,84	R\$ 5.742,47	R\$ 5,00	117,058	R\$ 585,29	R\$ 6.327,76
abr/19	R\$ 2,70	2.043,27	R\$ 5.516,83	R\$ 5,00	111,173	R\$ 555,87	R\$ 6.072,69
mai/19	R\$ 2,70	1.760,93	R\$ 4.754,51	R\$ 5,00	98,333	R\$ 491,67	R\$ 5.246,18
jun/19	R\$ 2,70	1.159,92	R\$ 3.131,78	R\$ 5,00	107,321	R\$ 536,61	R\$ 3.668,39
jul/19	R\$ 2,70	1.641,17	R\$ 4.431,16	R\$ 5,00	128,614	R\$ 643,07	R\$ 5.074,23

ago/19	R\$ 2,70	1.359,58	R\$ 3.670,87	R\$ 5,00	39,483	R\$ 197,42	R\$ 3.868,28
set/19	R\$ 2,70	1.543,75	R\$ 4.168,13	R\$ 5,00	142,203	R\$ 711,02	R\$ 4.879,14
out/19	R\$ 2,70	1.546,67	R\$ 4.176,01	R\$ 5,00	84,851	R\$ 424,26	R\$ 4.600,26
nov/19	R\$ 2,70	1.916,46	R\$ 5.174,44	R\$ 5,00	174,945	R\$ 874,73	R\$ 6.049,17
dez/19	R\$ 2,70	1.594,30	R\$ 4.304,61	R\$ 5,00	136,639	R\$ 683,20	R\$ 4.987,81
Total		19.541,2	R\$52.760,75		1357,45	R\$6.787,8	R\$59.548,03

Fonte: Dados da Pesquisa, (2019)

No período analisado não houve aumento no valor cobrado pelo kg do resíduo descartado. Há contrato com a empresa coletora e responsável pela destinação ambientalmente adequada para o período de doze meses sendo R\$ 2,70 o quilo dos tipos “A” e “E” e R\$ 5,00 o quilo para o tipo “B”. No entanto, verifica-se que os montantes são significativos totalizando R\$ 112.308,78 no ano de 2019, conforme tabela 1.

Pesquisa realizada com Carvalho et al (2021) em hospital localizado no estado do Rio Grande do Sul apresenta resultados similares e corrobora com a presente pesquisa no sentido em que discute a relevância da correta classificação, acondicionamento e destinação dos resíduos.

Considerações Finais

O gerenciamento de resíduos sólidos apresenta se como uma das preocupações dos gestores hospitalares em virtude das exigências legais, dos custos relativos ao descarte ambientalmente adequado dos resíduos, bem como por tratar se de elementos como potencial contaminante que precisam de cuidados especiais.

Com objetivo de identificar os custos do gerenciamento de RSS gerados em um hospital público, a presente pesquisa identificou os resíduos gerados por uma unidade hospitalar, classificando-os segundo a periculosidade e grau de contaminação, de acordo com as normas ambientais vigentes e fez-se a mensuração dos custos de destinação ambientalmente adequados.

Verificou se que o processo de coleta, acondicionamento e descarte dos resíduos precisa de protocolos institucionalizados que permitam padronização de práticas e evita contaminações e acidentes que poderiam expor risco à saúde dos funcionários responsáveis pelo manuseio. Ressalte se também que existem normas rígidas para o processo de

gerenciamento de resíduos em unidades hospitalares, disciplinados pela Lei 12.305/2010 e demais normativas específicas.

Uma vez identificados os diferentes tipos de resíduos gerados, classificados em virtude da periculosidade, toxicidade e grau de contaminação há necessidade de descarte que faz se com ajuda de empresa especialmente contratada para esse fim. Os resíduos são então encaminhados com segurança para descarte, sem riscos ambientais de contaminações. Dessa forma, a presente pesquisa cumpriu com os objetivos ao acompanhar o processo de gerenciamento e mensurar os custos do descarte. Reitera dessa forma, a relevância do controle de custos e a análise dos impactos financeiros do correto gerenciamento dos resíduos gerados.

Sugere se novas pesquisas em outras unidades hospitalares da região para análise dos processos de gerenciamento de resíduos e verificação dos impactos dos custos, bem como dos custos dos protocolos implementados como utilização de equipamentos de proteção aos funcionários, construção de espaços próprios para o acondicionamento dos resíduos, utilização de matérias (tambores e sacos plásticos especiais) próprios e adequados.

Referências

ABRELPE. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil**. São Paulo, 2019. 116. disponível em <http://a3p.jbrj.gov.br/pdf/ABRELPE%20%20Panorama2012.pdf>. Acesso: dez. 2021.

ALAM, I.; ALAM, G.; AYUB, S.; SIDDIQUI, A. A. Assessment of Bio-medical Waste Management in Different Hospitals in Aligarh City. **Advances in Waste Management**. Singapore: Springer Singapore, 2019. p.501-510.

ALVES, A. K. S.; ARAÚJO, A. A.; RIBEIRO, Í. A. P.; DUARTE NETA, M. A.; LAGES, M. G. G.; RIBEIRO, R. O. Gestão dos resíduos de serviços de saúde: mitigação dos impactos sanitário e ambiental. **Revista Uningá Review**, v.25, n.2, p.66-72, 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT), NBR. 10004. **Resíduos sólidos–Classificação**, 2004. Disponível em: <http://www.v3.eco.br/docs/NBR-n-10004-2004.pdf>. Acesso: dez. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9191. **Sacos plásticos para acondicionamento de lixo – Requisitos e métodos de ensaio**. Rio de Janeiro, 2002. 7p

BARROS, P. M. G. A.; MELO, D. C. P.; LINS, E. A. M.; SILVA, R. F. Percepção dos profissionais de saúde quanto a gestão dos resíduos de serviço de saúde. **Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais**, v.11, n.1, p.201-210, 2020. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2179-6858.2020.001.0019>.

BERTO, D. N.; CZYKIEL, R.; BARCELLOS, M. D. Treinamentos sobre resíduos sólidos de serviços de saúde (RSSS) em hospitais de Porto Alegre/RS na percepção de profissionais atuantes. **Revista de Gestão em Sistemas de Saúde**, v. 1, n. 2, p. 41-62, 2012.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. **Manual de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde**. Ministério da Saúde. Brasília, 2006.182p

BRASIL. **Lei Federal no 12.305, de 02 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm. Acesso: dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm. Acesso: dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. **Manual Brasileiro de Acreditação Hospitalar**. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acreditacao_hospitalar.pdf. Acesso: dez. 2021.

BRASIL. **Resolução Anvisa RDC nº 156, de 11 de agosto de 2006**. Dispõe sobre o registro, rotulagem e reprocessamento de produtos médicos, e dá outras providências. 2006.

BRASIL. **Resolução Conama 357, de 17 de março de 2005. Conselho Nacional de Meio Ambiente**. 2005a. Disponível em: Acesso em: 21 nov. 2018. BRASIL. Resolução Conama nº 358, de 29 de abril de 2005. Publicada no DOU n. 84, de 4 de maio de 2005, seção 1. 2005b.

BRASIL. **Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 206, de 23 de agosto e 2004**. Publicada no DOU nº 163, de 24 de agosto de 2004. Anvisa, 2004a.

BRASIL. **Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 306, de 7 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Anvisa, 2004b.

BRASIL. **Resolução nº 358, de 29 de abril de 2005, CONAMA**. Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde.

CARVALHO, Rita Belo de et al. Gerenciamento dos resíduos dos serviços de saúde em um hospital no Rio Grande do Sul. **Revista Estudo & Debate**, [S.l.], v. 28, n. 2, jul. 2021. ISSN 1983-036X. Doi: <http://dx.doi.org/10.22410/issn.1983-036X.v28i2a2021.2705>.

CONFORTIN, A.C. **Estudo dos Resíduos de Serviços de Saúde do Hospital Regional do Oeste/SC**. 2001. 202 p. Tese (Mestrado em Engenharia de Produção) - Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/79797>. Acesso: dez. 2021.

DELPONTE, A.A. et al. Responsabilidade ambiental nas empresas: aplicabilidade da Lei 12.305/2010 sob o viés da logística reversa. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 396-420, abr. 2020. Doi <http://dx.doi.org/10.19177/rgsa.v9e12020396-420>

GARCIA, L.P; RAMOS, B.G. Gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde: uma questão de biossegurança. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 20, p. 744-752, 2004

GUASSÚ, D. N. O. **Diagnóstico da gestão de Resíduos de Serviço da Saúde gerados no Município de Inhapim-MG**. 2007. 142 p. Tese (Mestrado em Meio Ambiente e Sustentabilidade) – Centro Universitário de Caratinga, Minas Gerais.

GUEDES, W.A. **Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde: aspectos legais, técnicos e de conformidade de produtos relacionados com os mesmos**. 2006. 141f. Dissertação (Mestrado em sistemas de gestão) – Universidade Federal Fluminense- UFF, Niterói, Rio de Janeiro.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, parte III Planejamento do Gerenciamento**. Projeto Reforço à Reorganização do Sistema Único de Saúde (REFORSUS). Brasília, 2001. 120p. Disponível em <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/UNIDADE01.PDF>. Acesso: dez. 2021.

PRZYBYCZEWSKI, D.; STROPARO, T. R. Logistics non-conformances managed under the aegis of Evolutionary Theory. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 16, p. e3711101623688, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i16.23688

SERAPHIM, C. R. U. M.; RIBEIRO, M. L.; SOSSAE, F. C.; ARAÚJO, D. dos S. abordagem dos resíduos de serviços de saúde (RSS) na formação profissional dos auxiliares e técnicos em enfermagem de Araraquara – SP. **Revista Brasileira Multidisciplinar**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 33-48, 2016. DOI: 10.25061/2527-2675/ReBraM/2016.v19i2.411

STROPARO, T.R; DOMBROSKI, L. Logística Reversa e responsabilidade ambiental empresarial: uma análise bibliométrica. **Revista Espacios**. v. 39, 04,2018.

Gestão escolar e os impactos no ensino aprendizagem na educação infantil

School management and the impacts on learning education in early childhood education

Submetido em: 16/12/2021

Aprovado em: 19/12/2021

v. 1, n. 12 p. 01-09, dez. 2021

DOI: 10.51473/rcmos.v1i12.240

1

*Jeovane Francisco Batista*¹
*Ivanise Nazaré Mendes*²

Resumo

A consolidação de um modelo de ensino aprendizagem dentro na educação infantil, requer de todo o corpo da equipe escolar, atenção e cuidados, voltados especialmente para a construção de uma abordagem que de fato se efetive e que seja levada adiante em toda a vivência escolar da criança. Importante dizer e lembrar neste caso, que esse processo de estruturação tem como escopo maior o entendimento de que a abordagem educacional não ocorre em um plano isolado, sem interações com os demais fatores que integram o ambiente educacional. Pelo contrário, a atividade docente está intimamente ligada com as demais ações que ocorrem neste ambiente e é amplamente afetada pela ingerência e o descuido dos agentes educacionais que atuam na escola. Nesse contexto, o presente artigo busca discutir os impactos da gestão escolar no processo de ensino aprendizagem presente na educação infantil, observando especificamente, de que modo a gestão escolar pode funcionar como uma referência nas ações que serão praticadas dentro da sala de aula, por professores que estão presentes nesse ambiente. O texto se organiza como uma revisão de literatura construída sob o modo dedutivo de análise e que procura contemplar teoricamente, os pontos mais relevantes do tema aqui proposto.

Palavras-chave: Educação Infantil. Gestão Escolar. Processo de Ensino Aprendizagem.

Abstract

The consolidation of a teaching-learning model within early childhood education requires attention and care from the entire body of the school team, especially aimed at building an approach that becomes effective and is carried forward throughout the entire school experience. kid. It is important to say and remember in this case that this structuring process has as its broader scope the understanding that the educational approach does not take place in an isolated plane, without interactions with the other factors that make up the educational environment. On the contrary, the teaching activity is closely linked with other actions that take place in this environment and is largely affected by the interference and carelessness of educational agents who work in the school. In this context, this article seeks to discuss the

¹ Mestre em Ciências da Educação. E-mail: jeovanefranciscobatista@gmail.com

² Orientadora. Professora Doutora Ivanise Nazare Mendes. E-mail: abracerc@hotmail.com

impacts of school management on the teaching-learning process present in early childhood education, specifically observing how school management can function as a reference in the actions that will be practiced within the classroom, by teachers that are present in that environment. The text is organized as a literature review built under the deductive mode of analysis and that seeks to theoretically contemplate the most relevant points of the theme proposed here.

Keywords: Early Childhood Education. School management. Teaching and Learning Process.

1 Introdução

A planificação referente à oferta educacional não assegura o êxito de medidas educacionais. Sem a validação das particularidades existentes em cada contexto, o que se tem é uma ruptura no modelo democrático de ensino que inviabiliza justamente os processos que são tão difundidos dentro do escopo da própria gestão escolar.

Essa antítese entre teoria e realidade tende a ser prejudicial também ao entendimento do próprio aluno que passa a ter que se enquadrar dentro de um sistema educacional que valida determinadas ações e que mitiga o que o próprio sistema julga como incorreto. O prejuízo nesse caso é dimensionado na esfera cultural, social e laboral, uma vez que essa tendência afeta também profissionais da educação que precisam se adequar a um escopo que se destoa consideravelmente de sua realidade (MINUSCOLI, 2016)

No entendimento de Neves (2015), os entendimentos pertinentes à aplicabilidade da gestão escolar precisam ser discutidos, e observados os acertos e erros do documento, ao invés de ser abraçado tal qual vem sendo, como um arauto modificador que modifica a educação de forma revolucionária.

Nesse sentido, considera-se que determinados objetivos só podem ser conquistados se os conteúdos tiverem um tratamento didático específico, ou seja, se houver uma estreita relação entre o que e como ensinar. Mais do que isso, parte-se do pressuposto de que a própria definição dos conteúdos é uma questão didática que tem direta relação com os objetivos colocados, bem como com as propostas curriculares.

Neste sentido, é salutar dizer que de acordo com o texto da lei 9394/96, as concepções e princípios desta, materializam-se na vida do aluno por meio dos seus princípios, claramente expostos em seu artigo 3º, onde se lê no item IV, que o respeito à liberdade em conjunto ao apreço à tolerância, são fatores cruciais e preposicionados à coexistência entre instituições públicas e privadas de ensino. (SARGIANI 2016)

Entende-se numa perspectiva secundária que dentro de uma abordagem pedagógica, é vital que o professor compreenda que em uma abordagem educacional, a paixão com que ele repassa o conteúdo aos seus alunos, pode representar a diferença entre o desprezo e a adesão do aluno a tal repasse. (TRICHES; ARANDA 2016)

2 Referencial teórico

O processo de ensino aprendizagem da criança no campo escolar merece algumas reflexões, já que os avanços no ensino da leitura e da escrita inseridos no ambiente escolar estão longe de serem considerados excelentes. Na formação de uma educação mais democrática, é pertinente que se observe que há um caminho distante entre o apontamento de uma possibilidade de democratização nesse tipo de abordagem e a sua efetivação propriamente dita. Mesmo assim, é importante se considerar que sim, trata-se de uma medida pertinente, especialmente se considerada que quando ocorre tal qual segue exposta na contemplação teórica, a sua prática pode ser viável para todos os inseridos nesse processo.

Zanluchi (2015, p. 89) relata que “Quando brinca, a criança prepara-se a vida, pois é através de sua atividade lúdica que ela vai tendo contato com o mundo físico e social, bem como vai compreendendo como são e como funcionam as coisas.” Portanto, podemos constatar que quando a criança brinca, ela se torna mais madura, pois se insere mesmo que de forma simbólica, no mundo adulto que desabrocha para que ela se envolva cada dia mais com diversas situações.

A aprendizagem tem sido alvo de muitas discussões no mundo atual, isto porque apesar do reconhecimento desse direito cidadão e das muitas medidas que vêm sendo tomadas para garanti-lo, ainda existem elevados índices de evasão e repetência escolar. (REIS; CUNHA 2018)

Portanto, construir um espaço, meios e tempo para que os educandos se alfabetizem através atividades que lhes propiciem diferentes maneiras de alcançar o aprendizado da leitura e escrita é um compromisso, considerando que em nome da educação formal as crianças são monopolizadas cada vez mais cedo para atividades pouco criativas e inteligentes no espaço escolar, dificultando-lhes assim, o seu processo de alfabetização. (NEVES; 2015)

Ao ponderar a necessidade de uma postura interdisciplinar para entender as causas do não aprendizado na educação infantil, acredita-se que a aprendizagem possa ser construída

através de atividades que permitam aos alunos o entendimento sobre o contexto em que ele se encontra inserido, fazendo com dessa forma ele possa perceber o seu lugar no mundo. Uma possibilidade pode ser o uso de atividades como um meio de superação das dificuldades de aprendizagem que possam vir a produzir o fracasso escolar (MINUSCOLI 2016)

A aprendizagem na educação infantil é uma das fases de iniciação da vida escolar da criança, onde ela ainda está no começo da formação intelectual e pessoal como ser humano na sociedade, e por isso esse início não deve ser caracterizado como mais uma rotina para a sua vida, as salas devem sempre ter novidades, assim será vista com muito entusiasmo pelos estudantes. (MARSIGLIA 2017)

O professor deve ser dinâmico, deste modo terá mais facilidade em trabalhar com a arte, as interações, os jogos, o teatro, a música, a pintura, a dança, o vídeo, e a confecção de maquetes ou outros instrumentos que sirvam para estimular o ensinar /aprender, estas atividades jamais devem ser deixadas de lado dentro de um processo de ensino-aprendizagem, mesmo em um cenário como o da educação infantil.

De acordo com o entendimento de Haje (2017), os processos educacionais que são apresentados dentro do contexto da gestão escolar, consideram de forma superficial modelos culturais particularizados e passam a considerar a educação, em especial a educação infantil, como um modelo cristalizado que deve formar alunos em um único formato.

Nesse sentido, Gobbato (2016) contribui com esse pensamento enfatizando que a oferta de um ensino estático, com foco na segmentação de um processo, quebra a estrutura democrática proposta e dá lugar para um ambiente onde a educação não acontece de forma fluida, pelo contrário, ela é produzida. Ao pensar o processo educacional de forma planejada, corre-se o risco de fazer com que todo o processo educacional se torne uma forma de ação mecanizada, podendo retroceder ainda que inconscientemente para um formato mecânico, reproduzidor propriamente dito.

Nesse sentido, Freitas (2018) enfatiza que ao não validar a singularidade de todo o vasto contexto em que a educação é ofertada no cenário brasileiro, a gestão escolar incorre em uma ação que mitiga uma liberdade de atuação docente, que passa a ter que lidar com as obrigações de cumprimento curricular, sendo essas a sua prioridade, cerceando um espaço de tempo relevante para uma ação de planejamento mais voltada à necessidade real de seus alunos.

Só assim o processo de construção de uma sociedade, onde menina, menino, mulher e homem tenham como base: solidariedade, a cooperação e a reciprocidade. Neste sentido, no processo de maturação da criança, a interação, a motricidade, a afetividade e a inteligência estão intimamente ligadas. (DANTAS 2016)

As atividades motoras inseridas no currículo possibilitam a criança desenvolver suas funções afetivas e intelectuais, destacando se como indivíduos: estabelecem o convívio social, tomam iniciativas próprias e estimulam a criatividade. A interação traduz o real para o mundo infantil. Ao manipular um brinquedo, a criança é tocada pela sua proposta, reconhece as coisas, realizam descobertas, experiências, analisa, comparam e criam. (DANTAS 2016)

Ao utilizar entendimentos específicos no processo de alfabetização das crianças, é possível alcançar inúmeras ações que possibilitam uma aprendizagem eficaz, como denotam as pesquisas de Freitas (2018) esse processo de ensino-aprendizagem pode ser extremamente interessante como instrumento pedagógico, pois incentiva a interação e desperta o interesse pelo tema estudado, além de fomentar o prazer e a curiosidade.

As atividades auxiliam e muito na educação integral do indivíduo, pois podem dar conta de uma reflexão sócio-histórica do movimento humano, oportunizando a criança investigar e problematizar as práticas, advindas das mais diversas manifestações culturais e presentes no seu cotidiano, a tematizando para melhor compreensão. (BITTENCOURT 2017)

De acordo com o entendimento de Freitas (2018), todo esse entendimento mostrado acerca da gestão escolar precisa ser refletido de forma ampla e bem direcionada, tendo como entendimento primordial o fato de que, a cristalização de medidas referentes ao contexto educacional precisa ser validada como pertinente e passível de articulação.

Não se trata de fazer malabarismos dentro de uma sala de aula, afinal, a diferença estrutural enfrentada por um professor de escola pública e um professor de escola particular é gritante; o que se quer dizer aqui é que, mesmo sob condições precárias, mesmo com uma situação calamitosa à frente, o professor, que é apaixonado pelo que faz, e que entende a relevância de seu ofício, compreende que, acima de tudo, é preciso lutar para pôr a oferta de uma educação mais coerente com a realidade de cada um, é preciso ambicionar que o aluno aprenda, e é preciso que ele compreenda também, que mesmo o aluno mais indisciplinado quer atenção, reconhece a figura de um mestre compartilhando o saber do seu modo e sim, ele está receptivo à aprendizagens novos (SARGIANI 2016)

Sobre os conteúdos entende-se que a concepção e criação do conteúdo escolar precisam estar de acordo com as necessidades da sociedade, o currículo neste caso pode ser entendido como o elemento capaz de fazer com que a sociedade tenha efeitos positivos advindos da educação. Assim é na concepção do currículo escolar que se tem a oportunidade de fazer com que a educação transforme socialmente os alunos envolvidos no repasse do conteúdo proposto no currículo. O aluno, independentemente de sua condição financeira tem a oportunidade de crescer e evoluir socialmente, desde que esteja sendo apresentado a uma educação que tem como base o entendimento de que a educação é capaz de igualar a todos sem discriminação alguma, não importando a classe social, nem cultura, nem tampouco a cor da pele. O conteúdo nesse caso seria a ferramenta de transformação educacional capaz de moldar e dar vida a essa nova realidade (NEVES 2015)

O conteúdo escolar precisa contemplar em seu bojo, as mudanças que estão ocorrendo com frequência na sociedade atual. Trata-se da possibilidade de ser contemplado no currículo escolar, a tecnologia, como forma de facilitar o letramento dos alunos que já nasceram na era digital. Neste ponto, o que se pode dizer é que a criação do currículo escolar precisa estar de acordo com a realidade social vigente, trata-se do fato de dar vida a uma realidade que se ambiciona construir, e o currículo é essa ferramenta capaz de fazer com que estas mudanças sejam alcançadas de forma eficaz.

A palavra de ordem, dentro do universo escolar deve ser “Reconstrução”, a esfera escolar precisa estar sempre em reedificação e em constante adaptação. O professor neste caso age de forma constante, na procura por fazer com que a escola consiga de forma eficaz proporcionar a seus alunos uma mudança benéfica e muito eficaz (MINUSCOLI 2016)

Considerações finais

A reconstrução do espaço escolar tem ligação direta com a valorização dos talentos e especialidades dos alunos. Com a valorização das qualidades de cada pessoa pode ocorrer a consequente valorização e descoberta de dons e habilidades do corpo discente, bem como a identificação de seus pontos fortes e deficitários podendo estes serem trabalhados de forma a tornar tudo isso benéfico para a promoção de um aprendizado melhor e mais eficiente.

Destarte, a nova maneira como se entende e consolida a democratização do processo de ensino-aprendizagem, faz com que o repasse de conteúdos úteis ao aluno sejam o ponto inicial de um processo de mudança, ou seja, quando a principal preocupação do professor é a

qualidade do ensino, o bom desempenho do aluno e resultados favoráveis a todos dentro do ambiente escolar, a ocorrência de comportamentos disciplinares deixa de ser o foco da atuação do professor e passa a ser somente um fato corriqueiro, com isso, percebe-se que focar no desempenho é sim, mais proveitoso que delegar toda a atenção para a indisciplina escolar.

Saber trabalhar as diversidades dentro do conteúdo escolar é o grande segredo para conseguir que o corpo discente e docente de uma unidade escolar consiga ter influência de um bom plano de desenvolvimento e dessa forma o professor consiga ter a competência elaborar um plano de desenvolvimento que valorize a presença de todos os envolvidos neste processo.

O que se ambiciona com isso é a promoção de uma história de progresso e de sucesso tanto para alunos quanto para professores, neste aspecto, vê-se que a escola não pode de forma alguma ser estudada de uma única forma, sob uma única vertente e sob uma perspectiva apenas, é preciso levar em conta todo o processo de ensino-aprendizagem e todo envolvimento da escola em relação a vida do aluno.

Chega-se então ao entendimento de que a democratização da escola pode de forma geral ser entendida como uma parte integrante do processo de construção da mesma e automaticamente como parte importante do processo de ensino-aprendizagem. Em síntese, pode-se dizer que no que se refere ao professor, é que este entenda que há que se trabalhar visando não mais um tipo ideal de homem, mas trabalhar tendo em vista o sentido da vida humana, neste passo, é vital que a sua compreensão no que diz respeito ao universo da escola seja macro e democrática.

Observando todo o contexto apresentado, pode se dizer que as possibilidades de mudança dentro do contexto educacional, que são apresentadas com a gestão escolar, precisam ser analisadas de forma minuciosa. A educação nesse sentido não pode ser considerada como um objeto político que deve ser moldado ao gosto de quem promulga, cria e pensa as leis a serem aplicadas nesse contexto.

Pelo contrário, todo e qualquer processo ou determinação a ser proposto para uso dentro do contexto educacional, deve ser considerado como um fator mais relevante e coeso para a comunidade que irá se beneficiar daquilo que foi proposto como válido para a educação. Dessa forma, o abraço irrestrito a todas as determinações trazidas dentro do âmbito da gestão escolar, representam um risco considerável para a oferta educacional como um todo, especialmente no caso da educação infantil. A considerar seus efeitos em médio prazo, deve-

se considerar também que a aplicabilidade de tais medidas, trazem efeitos notáveis para a comunidade que se encontra a disposição da aplicabilidade desses parâmetros dentro do contexto educacional.

Referências

BITTENCOURT, Evaldo de Souza. Políticas de Educação na atualidade como desdobramento da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. *In*: MORAES, Bianca Mota de. et al. (Org.). **Políticas públicas de educação**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Universidade Federal Fluminense, 2017. 113 p. ISBN: 978-85-93489-01-3.

DANTAS, Elaine Luciana Sobral. **Educação Infantil, cultura, currículo e conhecimento: sentidos da discussão**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Dia D da gestão escolar: 12 razões para não ser coadjuvante**. 2018. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2018/03/05/dia-d-da-gestao-escolar-12-razoas-paranao-ser-coadjuvante/>. Acesso em: dez. 2021.

GOBBATO, Heliana Lia Tissiani. A educação infantil brasileira no contexto das políticas educacionais: do direito à obrigatoriedade. SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 4., 2016, Joaçaba. **Anais do...** Joaçaba, SC: Unoesc, 2016. p.85-110.

HAJE, Lara. **Fórum Nacional de Educação considera Base Nacional Curricular Comum ilegítima**. Câmara dos Deputados: Brasília, 2017. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/educacao-e-cultura/535651-forumnacional-de-educacao-considera-base-nacional-curricular-comum-ilegitima.html>.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão. et al. **A base nacional comum curricular: um novo episódio de esvaziamento da escola no Brasil**. *Geminal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 9, n. 1, 2017.

MINUSCOLI, Maritânia Ferrazzo. Políticas públicas e educação infantil no Brasil: uma breve análise da (des) construção de uma consolidação da educação infantil como direito. IV SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 4., 2016, Joaçaba. **Anais do...** Joaçaba, SC: Unoesc, 2016. p.111-127.

NEVES, Vanessa Ferra Almeida; O letramento e o brincar em processos de socialização na educação infantil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 60, p.215-244, jan./mar. 2015.

REIS, Fábio Pinto Gonçalves dos; CUNHA, Delcimar de Oliveira. Políticas públicas e a educação infantil brasileira: problemas, embates e armadilhas. *In*: PIMENTA, Carlos Alberto Máximo; ALVES, Cecília Pescatores. (Org). Políticas públicas e desenvolvimento regional. Campina Grande: **Edupeb**, 2018. 211 p. ISBN 978-85-7879-016-5.



RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber. ISSN: 2675-9128.

SARGIANI, Renan de Almeida. **Fases iniciais da aprendizagem da leitura e da escrita em português do Brasil:** efeitos dos fonemas, gestos articulatórios e sílabas na aquisição do mapeamento ortográfico. 2016. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano) - USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

TRICHES, Eliane de Fátima; ARANDA, Maria Alice de Miranda. A formulação da base nacional comum curricular (GESTÃO ESCOLAR) como ação da política educacional: breve levantamento bibliográfico (2014-2016). **Revista on-line de extensão e cultura:** Dourados, v. 3, n. 5, p. 81-98, jun. 2017. ISSN 2358-3401. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/realizacao/article/view/6362>.

ZANLUCHI, Patrícia dos Santos. Da ampliação da oferta ao acesso à educação infantil como direito para as crianças de 0 a 5 anos de idade. SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 4., 2016, Joaçaba. **Anais do...** Joaçaba, SC: Unoesc, 2015. p. 129-139.

Marketing digital: uma ferramenta essencial para lucratividade da empresa

Digital marketing: an essential tool for company profitability

Submetido em: 15/12/2021

Aprovado em: 18/12/2021

v. 1, n. 12 p. 01-23, dez. 2021

DOI: 10.51473/rcmos.v1i12.241

Aucenir Gouveia

Resumo

Este estudo procurou apresentar a temática “Marketing Digital: uma ferramenta essencial para lucratividade da empresa”. Com a era tecnológica cada vez mais presente na vida da população, a forma de divulgar a empresa também teve que se atualizar, dessa forma o Marketing Digital foi ganhando espaço. O objetivo geral deste artigo foi dissertar sobre o marketing digital e seu papel na inovação das empresas. A metodologia empregada foi a revisão de literatura, onde buscou-se em bancos de dados confiáveis diferentes materiais já publicados sobre a temática aqui retratada. Assim, esta pesquisa conclui que o marketing digital permite que uma maior parcela de possíveis clientes seja alcançada, aumentando assim as vendas, melhorando a comunicação com os clientes e consequentemente, elevando a popularidade e a lucratividade da empresa.

Palavras-chave: Marketing Digital. Redes Sociais. Lucratividade.

Abstract

This study sought to present the theme “Digital Marketing: an essential tool for the company's profitability”. With the technological era increasingly present in the lives of the population, the way to publicize the company also had to be updated, thus Digital Marketing was gaining ground. The general objective of this article was to discuss digital marketing and its role in business innovation. The methodology used was a literature review, where different materials already published on the subject portrayed here were searched in reliable databases. Thus, this research concludes that digital marketing allows a greater portion of potential customers to be reached, thus increasing sales, improving communication with customers and, consequently, increasing the company's popularity and profitability.

Keywords: Digital Marketing. Social networks. Profitability.

1 Introdução

As necessidades dos consumidores mudaram com o passar dos anos, e a invenção da internet mudou o comportamento deles. O marketing acompanhou todas essas transformações (CINTRA, 2010).

Entende-se por Marketing digital a aplicação de estratégias de comunicação com vista a promoção de produtos ou serviços, por meio de canais digitais (websites, blogs, redes sociais, aplicações móveis etc.) e de aparelhos eletrônicos. Antigamente, ele criava comunicações e campanhas que promoviam produtos e serviços.

Atualmente, além disso, o consumidor tem um maior poder de comunicação e expressão. A internet trouxe a conectividade *peer-to-peer* (ponto a ponto), tornando os consumidores muito mais bem informados que no passado. Isso alterou drasticamente o jeito que as empresas se relacionam com a sua clientela. Como consequência disso, em 2001 tivemos a explosão das mídias sociais (KOTLER, 2009).

Na época, chamada de “Web 2.0”, nasceram alguns sites, como Orkut, MySpace e Second Life. Com o passar dos anos, as redes sociais, como Instagram e Facebook, surgiram e se tornaram de veras populares. Destarte, o Instagram foi criado em 2010 pelos engenheiros de software Kevin Systrom e Mike Krieger.

Em 2011, já contava com mais de 10 milhões de usuários na rede. Em 2012, o Facebook comprou o Instagram por 1 bilhão de dólares. Desse modo, a rede conta com mais de 500 milhões de usuários em todo o mundo, sendo 7% das contas criadas por brasileiros (PEÇANHA, 2019).

Contudo, com lançamento do primeiro iPhone em 2007, a maioria dos utilizadores passa hoje mais tempo neles do que em qualquer outro dispositivo, interagindo cerca de 2.617 vezes ao dia, o que torna cristalino que estamos na era mobile.

Com todas essas alterações recentes, os empresários necessitam vender, serem melhor vistos, e os meios tradicionais mostram-se ultrapassados. A internet permite um alcance de um público maior. Por essa razão, as empresas vêm utilizando o marketing digital desde que a internet passou a ser considerada a principal fonte de informação em nível mundial, por oferecer oportunidades de uma forma competitiva para todos os tipos e tamanhos de negócios, e a um baixo custo, pois permite a análise de dados em tempo real; uma interação com o público; e a

agilidade na implementação de campanhas, culminando numa maior lucratividade. Dessa forma, o marketing mostrou-se mais conveniente aos empresários (REDDY; SCHULLO, 2007).

Nessa esteira, o marketing digital tem adquirido um relevante destaque atualmente, pois as propagandas se tornam mais criativas e, conseqüentemente, geram maior interesse em procurar os produtos de uma empresa, ao invés da propaganda ser levada aos consumidores.

Sendo uma das plataformas de mídia social utilizadas estrategicamente no marketing digital, o Instagram tinha como objetivo inicial o compartilhamento de fotos e vídeos entre amigos, colegas e familiares. Contudo, a rede tornou-se um meio de atividade comercial, por permitir empresas criarem seu perfil nela, além de ser uma plataforma de fácil e simples acesso (TORRES, 2009).

Dessa forma, há uma divulgação mais interativa da empresa com seus clientes, fazendo do Instagram um meio de comprar, realizar vendas, e barganhar novos mercados por meio de um celular.

Esse estudo auxilia o entendimento no sentido de compreender que as redes sociais elevam as conversas e interação entre as marcas e o público, criando maior notoriedade e autoridade para a marca, sendo utilizado da forma correta. Com base nesses estudos, a rede mostrou-se mais conveniente aos empresários.

Este artigo teve por objetivo geral dissertar sobre o marketing digital e seu papel na inovação das empresas e por objetivos específicos: a) conceituar marketing digital; b) explicitar suas vantagens e desvantagens; c) explicar quais suas aplicações; e d) discorrer sobre como o marketing digital traz influência na decisão de compra.

Para que este estudo seja desenvolvido, será adotado o método descritivo, com abordagem qualitativa. Shank (2002, p. 5) define a pesquisa qualitativa como “uma forma de investigação empírica sistemática sobre o significado”.

Por sistemática, ele significa "planejado, ordenado e público", seguindo as regras acordadas pelos membros da comunidade de pesquisa qualitativa. Por empírico, ele quer dizer que esse tipo de investigação está fundamentado no mundo da experiência.

A investigação sobre o significado diz que os pesquisadores tentam entender como os outros dão sentido à sua experiência. Denzin e Lincoln (2000 p. 3) afirmam que a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa e naturalista: “Isso significa que os

pesquisadores qualitativos estudam as coisas em seus ambientes naturais, tentando compreender ou interpretar fenômenos em termos dos significados que as pessoas trazem para eles”.

O estudo foi elaborado por meio de pesquisa de revisão bibliográfica. Para Marconi e Lakatos (2010), uma revisão de literatura é uma análise crítica de fontes publicadas, ou literatura, sobre um tópico específico.

É uma avaliação da literatura e fornece um resumo, classificação, comparação e avaliação. No nível de pós-graduação, as revisões da literatura podem ser incorporadas em um artigo, um relatório de pesquisa ou uma tese. Em nível de graduação, as revisões de literatura podem ser uma avaliação autônoma separada.

Para Köche (2011), a revisão da literatura é geralmente no formato de um ensaio padrão composto de três componentes: uma introdução, um corpo e uma conclusão. Não é uma lista como uma bibliografia anotada, na qual um resumo de cada fonte é listado um por um.

A busca será realizada em bases de dados da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SCIELO), monografias, dissertações, artigos científicos.

Os critérios de inclusão para o levantamento bibliográfico deste estudo serão texto disponíveis na íntegra de maneira gratuita, nas línguas portuguesa e inglesa e que atendam aos objetivos propostos. Os critérios de exclusão serão estudos que não atendam os objetivos do estudo.

2 Conceito de marketing digital

As primeiras abordagens ao marketing digital o definiram como uma projeção do marketing convencional, suas ferramentas e estratégias, na Internet. No entanto, as particularidades do mundo digital e sua apropriação pelo marketing têm propiciado o desenvolvimento de canais, formatos e linguagens que deram origem a ferramentas e estratégias impensáveis (COBRA, 2009).

Hoje, ao invés de um subtipo de marketing convencional, o marketing digital se tornou um novo fenômeno que reúne customização e distribuição em massa para atingir as metas de marketing. A convergência tecnológica e a multiplicação de dispositivos levaram a uma

abertura das maneiras pelas quais pensamos sobre marketing na Internet e empurraram os limites em direção a um novo conceito de marketing digital – centrado no usuário, mais mensurável, onipresente e interativo.

O desenvolvimento de estratégias de marketing digital oferece muito potencial para marcas e organizações. Alguns deles são os seguintes (FELIPINI, 2010):

Branding: as plataformas e os serviços 2.0 são uma grande oportunidade de construir uma imagem de marca na web pela sua abrangência, presença e atualizações constantes (FELIPINI, 2010).

Completude: as possibilidades de divulgação de informações por meio de links oferecem ao consumidor a chance de se aproximar da organização de forma mais ampla e customizada (FELIPINI, 2010).

Funcionalidade de usabilidade: a Web 2.0 oferece plataformas simples e amigáveis para todos, a fim de melhorar a experiência do usuário e permitir suas atividades (FELIPINI, 2010).

Interatividade: no contexto em que as organizações buscam estabelecer relações de longo prazo com seus públicos, a Internet oferece a possibilidade de conversar e, portanto, de gerar uma experiência positiva com a marca (FELIPINI, 2010). Essa interatividade pode ser básica, como avaliação de produto, ou se tornar uma experiência abrangente.

Comunicação visual: em linha com o pensamento visual, o marketing digital oferece aos profissionais de marketing diferentes ferramentas baseadas em imagens e vídeos. Essa é uma forma atraente de alcançar públicos que pode levar a um maior engajamento (FELIPINI, 2010).

Publicidade relevante: a fácil segmentação e personalização da publicidade na Internet maximizam a produção. Além disso, livre das limitações de outras mídias, esse ambiente tem permitido uma publicidade mais atrativa (FELIPINI, 2010).

Conexões com a comunidade: a Internet é uma oportunidade única de conectar organizações com seus públicos e usuários entre si. Essa conectividade pode melhorar sua experiência e aprimorar o relacionamento com o produto, marca ou organização (FELIPINI, 2010).

Viralidade: a essência da Internet como uma rede de nós interconectados torna a expansão exponencial de qualquer conteúdo possível. Tomando o modelo de comunicação WOM (boca a boca), a comunicação viral torna-se mais relevante devido à conectividade,

instantaneidade e compartilhabilidade das plataformas on-line que potencializam a disseminação do conteúdo (FELIPINI, 2010).

Saída de medição: as plataformas on-line estão em primeiro lugar na disponibilidade de opções de acompanhamento e na possibilidade de avaliar os resultados (FELIPINI, 2010).

Em qualquer caso, para tirar o melhor proveito de todas essas possibilidades, as organizações devem assegurar que a sua presença na Internet ou a sua presença nos diferentes canais 2.0 siga uma estratégia com objetivos concretos, alinhados com a sua marca ou imagem organizacional (KOTLER; KELLER, 2013).

Estar na web sem um planejamento adequado não pode significar apenas uma oportunidade perdida em termos de recursos e potencialidades, mas pode, sim, ter um impacto negativo na organização, uma vez que se desconhecem o público, as suas necessidades e percepções em relação à organização.

2.1 Aplicações do marketing digital

A sua aplicação prática permite criar mais oportunidades de diversificação e personalização de produtos e serviços; alcançar um maior grau de eficiência na recolha, tratamento, análise e interpretação dos dados necessários à implementação das várias atividades empresariais; criar maior transparência dos processos de negócios; criar novas ferramentas diversificadas de atração e engajamento de clientes, a fim de alcançar um maior nível de fidelização de clientes; melhorar o serviço ao cliente e, com base nisso, alcançar um maior nível de satisfação do cliente; aumentar a receita de vendas e os lucros; criar novos modelos de negócios; para reduzir o tempo de lançamento de novos produtos e serviços no mercado; criar pré-requisitos para um melhor planejamento e gestão dos negócios; melhorar a qualidade dos produtos e serviços; controlar os recursos de forma mais eficaz; criar oportunidades de otimização de custos, para melhorar os processos de produção e para criar mais inovação; criar uma cultura inovadora. e aumentar a competitividade (LIMEIRA, 2010).

Também é importante observar que o ambiente da Internet possui certas características que influenciam fortemente a atividade de marketing, entre elas fornecer espaço de comunicação ilimitado no tempo e no espaço; possuir canais de acesso claramente definidos; fornecer alto grau de transparência de mercado e transparência nas ações dos concorrentes;

apresentar uma ampla variedade de usuários ativos que estão dispostos a arcar com alguns custos; oferecer alta eficiência para os clientes; oferecer oportunidades para estender funções; e melhorar os sistemas de gestão (JONES; MALCZYK; BENEKE, 2011).

Diante do exposto, pode-se afirmar que essa turbulenta onda tecnológica mudou completamente a forma como a comunicação entre as empresas e seus clientes reais e potenciais é realizada. De acordo com dados recentes, mais de 75% dos consumidores passam uma parte significativa do seu dia a dia em um ambiente digital, tornando-se uma parte importante de suas vidas e, assim, seus verdadeiros amigos na escolha de empresas, produtos e serviços.

Todas essas alterações nas condições de mercado e no cotidiano dos consumidores estão a conduzir à formação de um novo rumo no marketing, nomeadamente o “marketing digital” (CHARLESWORTH, 2014).

2.2 Vantagens do marketing digital

A aplicação do marketing digital permite que as empresas sejam flexíveis e se adaptem às mudanças no ambiente externo, construam relações eficazes com os seus clientes, bem como sejam mais receptivas às suas necessidades e entendimentos (CHAFFEY, 2015).

Tudo isso é alcançado pelos seguintes benefícios-chave desse tipo de marketing:

Alto nível de interatividade: cria uma oportunidade de comunicação interativa com os consumidores, mais responsivos ao seu entendimento e expectativas de busca e recebimento de informações. A comunicação interativa, por sua vez, cria oportunidades para construir um ambiente dinâmico, mudando espaço, navegação específica, dependendo das preferências do usuário, design dinâmico, uso de código de computador especial de alto nível, tecnologias móveis e inovação contínua. As coisas variam a cada visita, dependendo de suas habilidades, informações acumuladas no sistema e conhecimento de seus interesses e orientação. Isso, por sua vez, ajuda a usar muitas maneiras não padronizadas e interessantes de atrair e reter a atenção dos consumidores (CHAFFEY *et al.*, 2009).

Superando barreiras geográficas e limitações nas atividades de marketing: o marketing digital ajuda as empresas a se comunicarem com sucesso com seus clientes, venderem seus produtos e serviços e encontrarem novos parceiros de negócios em tempo real em qualquer

lugar do mundo; e oferece oportunidades para responder de forma mais rápida e flexível às necessidades e desejos do usuário.

Alto grau de mensurabilidade dos resultados de marketing alcançados: muitas vezes, ao conduzir campanhas publicitárias tradicionais, os resultados registrados não são claros e imprecisos e não indicam se os fundos são gastos de forma eficiente, enquanto os resultados das campanhas digitais são fáceis e precisos mensuráveis (usando ferramentas estatísticas modernas) e estão disponíveis em tempo real. Eles permitem que os profissionais de marketing rastreiem e analisem o comportamento do consumidor e construam seus perfis (PATUKALE, 2015).

Facilita a segmentação e o direcionamento do cliente, alcançando, assim, um melhor direcionamento das mensagens publicitárias e maior eficácia das atividades de marketing. Elevado grau de personalização das mensagens publicitárias: graças à recolha de informação on-line para os consumidores, podem ser criadas ofertas individuais, acrescentando valor e respondendo às suas necessidades e desejos com a maior precisão possível, de forma a aumentar a satisfação do consumidor (SLAVOLA, 2016).

Gera mais comodidade para o consumidor: com o auxílio das tecnologias digitais, ele pode receber muito mais e melhor informações sobre produtos e serviços que o interessam, comprá-lo em casa e economizar tempo.

Cria pré-requisitos e condições favoráveis para o desenvolvimento bem-sucedido de empresas virtuais. Permite que as empresas alcancem mais usuários por meio do uso das redes sociais (CHRIS, 2015);

Aumenta o tráfego para os sites das empresas: por meio do desenvolvimento de anúncios on-line qualitativos, publicações na Internet, relacionadas com a atividade da empresa etc., gerando, assim, um envolvimento dos utilizadores com os conteúdos temáticos que lhes são disponibilizados. Com isso, aumenta o interesse pelos produtos e serviços oferecidos e as vendas também.

Facilita a comunicação e a interação com os usuários: graças a várias plataformas, como redes sociais, aplicativos da web ou sites, os usuários podem fazer perguntas e receber as informações de que precisam imediatamente. Assim, as empresas podem falar diretamente com seus clientes reais e potenciais, construir confiança e obter feedback sobre os produtos e serviços que oferecem (FEJLING *et al.*, 2019).

Facilita o rastreamento e análise das ações dos concorrentes. Aumenta o grau de controle e correção nos processos de desenvolvimento e implementação das diversas atividades de marketing.

Requer menos investimento: o uso de diferentes ferramentas digitais para atividades de marketing requer menos investimento do que os canais tradicionais, portanto o marketing digital tem maior rentabilidade (TSVETANOVA, 2005).

Adequado para startups, pequenas e médias empresas: graças a todas as vantagens aqui listadas, podemos dizer que o marketing digital é muito adequado para novas e pequenas empresas, pois proporciona um elevado grau de eficiência com pequenos investimentos.

O marketing digital conforme demonstrado apresenta diversas vantagens, porém as principais são a otimização do contato com os clientes e o aumento da lucratividade da empresa.

2.3 Desvantagens do marketing digital

Para criar estratégias de marketing de trabalho, com base nas técnicas e tecnologias de informação e comunicação, as empresas devem estar bem cientes não só das vantagens que trazem, mas também das desvantagens que se escondem na sua aplicação na prática (KRASNOV, 2018).

Segundo Veleva (2019) as principais desvantagens do marketing digital são que o uso do marketing digital torna as organizações empresariais um "livro aberto" para os concorrentes, esta é, provavelmente, uma das desvantagens mais sérias do marketing digital, pois as campanhas de marketing digital podem ser copiadas de forma rápida e fácil por seus concorrentes.

Assim, marcas registradas e logotipos, identidades corporativas, podem ser copiados e usados por eles para enganar os consumidores a fim de ganhar participação no mercado. Além disso, podem facilmente manipular os consumidores por meio de informações imprecisas sobre produtos, serviços ou marcas, o que pode prejudicar seriamente a imagem de uma empresa e levar ao fluxo de clientes (CHRIS, 2015);

No marketing digital, você precisa construir relacionamentos com um consumidor que você não vê pessoalmente; isso requer conhecimento específico da psicologia do comportamento do consumidor on-line. Muitas vezes, no entanto, os profissionais de marketing

não levam isso em consideração e confiam na psicologia tradicional do consumidor ao projetar campanhas de marketing digital. Isso, por sua vez, leva a uma menor eficiência, pois não considera as particularidades do comportamento do consumidor e das relações que se criam on-line;

As campanhas de marketing digital podem ser percebidas pelos usuários como pouco sérias, se não forem projetadas profissionalmente e devidamente direcionadas (SLAVOLA, 2016);

A reputação on-line das empresas pode ser destruída por feedback negativo; comentários negativos e informações sobre produtos e serviços e marcas registradas são visíveis e acessíveis a todos os usuários na Internet, o que pode prejudicar seriamente a imagem de uma empresa e levar ao fluxo de clientes;

Falta de confiança do consumidor: o fato de que as campanhas de marketing digital envolvem o uso de tecnologias que rastreiam e coletam dados de usuários na Internet leva a questões de privacidade, incluindo a segurança de sua privacidade. Desse modo, as pessoas desconfiam muito desse tipo de marketing e, muitas vezes, se recusam a participar desses eventos, o que é um dos maiores desafios do desenvolvimento do marketing digital. Por esse motivo, o tema da confiança on-line e seu impacto nas estratégias de marketing digital está se tornando cada vez mais importante e tem sido objeto de muitas pesquisas na área (LIMEIRA, 2010);

Sobrecarregar o espaço da Internet com mensagens publicitárias on-line: o excesso de mensagens publicitárias on-line em forma de banners, o aparecimento contínuo de janelas abertas e fechadas e a interrupção de materiais de vídeo etc. podem levar à irritação do consumidor, o que, inevitavelmente, afetará sua atitude para as empresas;

O marketing digital não é adequado para todos os tipos de produtos, serviços e empresas. Há uma série de produtos e serviços cujo público-alvo não pode ser alcançado e influenciado pelas ferramentas oferecidas pelo marketing digital. Isso se deve ao fato de que, por um motivo ou outro, esses usuários não estão on-line ou não confiam nas informações que podem obter na Internet (KOTLER; KELLER, 2013);

O marketing digital é altamente dependente da técnica e da tecnologia. Por um lado, isso requer um conhecimento sério na área e, por outro lado, pode levar a uma série de erros técnicos, uma vez que as ferramentas de informação e comunicação oferecidas pelo marketing

digital não são isentas de falhas. Muitas vezes, a solução técnica escolhida não funciona corretamente e resulta em resultados incorretos, causando o fracasso da campanha publicitária. Os exemplos incluem links quebrados, mensagens ou sites promocionais de carregamento lento ou não, botões de publicidade paga que não funcionam e ferramentas de análise estatística que não processam as informações corretamente e muitos mais;

Uso de ferramentas e aplicativos digitais inadequados: há uma grande variedade de ferramentas e aplicativos na Internet e novos surgem a cada dia. Isso torna muito difícil para os profissionais de marketing escolher aqueles que serão mais eficazes para os eventos de marketing específicos e que atendam, da melhor forma possível, às necessidades e objetivos das empresas (FELIPINI, 2010);

É muito difícil manter a informação atualizada no mundo digital: graças ao dinamismo que está mudando o mundo das tecnologias digitais, a informação ali envelhece muito rapidamente e tem de ser substituída com frequência por novas. Tornou-se um sério desafio para muitas empresas, pois não possuem os recursos necessários para isso (COBRA, 2009);

Muitas vezes, as campanhas de marketing digital são desenvolvidas e conduzidas por conta própria, sem se alinhar com a estratégia geral de marketing da empresa, o que geralmente resulta na incapacidade de atingir os resultados pretendidos, menor eficiência e uso indevido de fundos;

Ênfase nas soluções técnicas em detrimento do conteúdo; no desejo de ser atraente e fashion para seus clientes, muitas vezes, as empresas exageram na aparência técnica das mensagens publicitárias, deixando o conteúdo em segundo plano, o que no longo prazo não leva para resultados bons e estáveis (PEÇANHA, 2019).

Assim, como o tópico anterior que procurou apresentar as principais vantagens do marketing digital, também há diversas desvantagens, porém podemos citar que a que mais se destaca é a falta de planejamento nas campanhas, uma vez que sem um planejamento correto o lucro não é o esperado, podendo até causar prejuízos.

2.4 Marketing digital e suas estratégias

O marketing surgiu há décadas, o que é completamente diferente do que conhecemos hoje, mas, com o advento da era tecnológica, surgiram novas tendências no marketing. Com

ele, surgiu o marketing digital, que utiliza a Internet como meio de comunicação, divulgação, publicidade e outras estratégias de marketing. Por meio da Internet, pessoas e empresas se conectam em escala global. Finkelstein (2011, p. 19) define internet como: “[...] um conjunto de incontáveis redes de computadores que servem a milhões de pessoas em todo o mundo. [...]. Ela parece ter se consolidado com uma estrutura básica mundial que assegura a veiculação permanente da comunicação”.

O autor citado acima também apontou os motivos que levaram os usuários a utilizarem essa ferramenta e mencionou que suas motivações vão desde a comunicação pessoal até a diversão em sites de redes sociais ou a realização de negócios por meio do compartilhamento de informações e serviços com os clientes.

Limeira (2010, p. 10) afirma que o marketing digital ou e-marketing é “[...] o conjunto de ações de marketing intermediadas por canais eletrônicos, como a internet, em que o cliente controla a quantidade e o tipo de informação recebida”. O marketing digital sempre foi um importante aliado das empresas, e a Internet tem sido utilizada como ferramenta de diálogo entre organizações e consumidores, tornando-se assim um diferencial competitivo.

Esta é uma forma de as empresas conduzirem os seus negócios, focando no uso das redes sociais para estabelecer ligações diretas e transparentes com os clientes, de forma a compreender e aproximar-se do público-alvo, manter-se à frente dos concorrentes e, assim, dar um diferencial competitivo.

Limeira (2010) ensinou, neste contexto, que as empresas tendem a adotar o marketing digital como estratégia competitiva e tratá-lo como uma oportunidade de negócio para obter e reter vantagens competitivas para os clientes por meio dos enormes avanços tecnológicos em informação e comunicação, principalmente na Internet.

Isso permite que a empresa estabeleça um relacionamento mais próximo com seus clientes. A empresa busca atender às necessidades dos clientes, conseguir a customização e personalização dos serviços prestados, definir produtos ou serviços que melhor atendam às necessidades e desejos e ter um papel ativo na seleção final com o aumento da lealdade.

De acordo com Kotler (2007, p. 26), customização “[...] significa que a empresa é capaz de oferecer produtos, serviços, preços e canais diferenciados para cada cliente em uma base individual”. No entanto, ele afirma que as empresas on-line permitem que seus consumidores

customizem e definam seus produtos, tenham mais interação e, assim, proporcionem uma interação efetiva com os consumidores por meio do marketing digital.

Entende-se que, com o advento da Internet e do marketing digital, o ambiente organizacional passou por mudanças drásticas devido à tecnologia da informação. As empresas precisam estar preparadas porque os clientes estão utilizando essa ferramenta para se comunicarem com outros usuários para obter informações sobre os serviços prestados, para verificar avaliações sobre marcas e produtos, e para se tornarem consumidor-consumidor de forma mais rápida e mais rápida por meio do marketing digital. O tempo e o espaço do canal de comunicação são precisos, o custo é reduzido e o cliente pode customizá-lo.

Contudo, Las Casas (2012, p. 336) afirma que os benefícios proporcionados pelo crescimento do marketing por meio da internet são: “[...] conforto, rapidez, custos mais baixos, informações, relacionamentos ‘mais próximos’ e ainda a possibilidade de coletar dados com detalhamento maior”. O marketing digital ou marketing eletrônico pode ser entendido como o esforço da empresa em promover, informar, comunicar e vender seus produtos aos consumidores em geral ou de forma segmentada por meio da Internet, de forma a customizar descontos a baixo custo.

2.5 Internet e redes sociais

As redes sociais têm se tornado cada vez mais um meio de divulgação de empresas, já que a grande maioria da população tem acesso à essas redes, fazendo com que elas se tornem uma grande aliada para o Marketing Digital. A tecnologia tem crescido muito nos últimos anos, assim, de acordo com Cobra:

Vivemos na era chamada por muitos de Revolução da Informação ou Revolução da Tecnologia, [...] O principal direcionador do crescimento da economia digital tem sido a internet, A internet está se tornando não apenas um mercado global, mas também significado de comunicação e distribuição de informação mais eficiente e com as maiores audiências (2009, p. 407-408).

Da mesma forma, ao longo do tempo, a Internet vem se tornando o principal meio, não só no nosso dia a dia, mas também no mundo dos negócios. Segundo Limeira, a Internet é:

Derivado da junção de duas palavras em inglês: interconnected network, que significa rede interconectada e designa a rede mundial pública de computadores, interligados por cabos ou tecnologias sem fios (wireless). Por meio dessa rede, são transmitidas informações, como textos, sons e imagens, para qualquer computador que esteja

conectado à rede. Devido às suas características, a internet tornou-se a primeira mídia em massa a qual permite interação entre pessoas, clientes e empresas a baixo custo e à velocidade da luz (2010, p. 13).

O uso da Internet está crescendo rapidamente, fornecendo diferentes tipos de serviços disponíveis. As empresas podem usá-la para diferenciar seus negócios, manter relacionamentos próximos com os clientes por meio de atividades de marketing, construir relacionamentos entre empresas e consumidores e promover maior desenvolvimento. A satisfação do cliente afeta a receita da organização.

Las Casas (2014, p. 42) apresenta o conceito de redes sociais: “um grupo de pessoas, de organização ou de outros relacionamentos conectados por um conjunto de relações sociais, como amigos, trabalho em conjunto ou uma simples troca de informações”. Vale ressaltar, também, que as redes sociais são utilizadas pelos usuários como forma de expressar opiniões, estabelecer seus próprios valores e se relacionar com outros usuários.

Conforme Las Casas (2014, p. 41), “mídia social é aquela utilizada pelas pessoas por meio de tecnologias e políticas na web com fins de compartilhamento de opiniões, ideias, experiências e perspectivas”.

As empresas precisam usar e explorar essa ferramenta para analisar e se comunicar com os clientes para estabelecer conexões, e depois manter relacionamentos duradouros, já que dessa forma as empresas ficam conectadas com o público-alvo por meio das redes sociais, em que influência na decisão de compra do produto.

Assim, os clientes satisfeitos transmitem a sua satisfação com os produtos obtidos, trazendo resultados positivos para a marca ou empresa analisada, os quais servirão de mensagem aos potenciais clientes e transmitirão uma imagem positiva dos serviços prestados pela empresa ou organização. Segundo Las Casas (2014), as principais plataformas de colaboração para mídias sociais, citando Facebook, Twitter, Instagram etc., podem enfatizar esse ponto. As empresas têm a possibilidade de encontrar formas de usar a tecnologia para promover seus produtos ou serviços. Combine seu público-alvo e mantenha um relacionamento próximo com seus clientes.

Ressalta-se, também, que a maior influência vem de amigos em comum que o utilizam para postar ou transmitir sua satisfação após a compra, transmitindo, desse modo, a imagem e a memória positivas da empresa ou marca.

Segundo Christopoulos (2014, p. 75), essas novas redes tecnológicas “permitem alcançar um dos grandes objetivos do marketing, que é a melhor compreensão dos usuários e de cada segmento de produtos e serviços. [...] Venda baseada em uma segmentação mais refinada”.

O autor referiu, ainda, que este tipo de interação aproxima a empresa e a sua marca dos consumidores. Por meio dessa interação, os utilizadores de tais redes sociais irão discutir e tomar decisões de consumo com base nas recomendações dos seus amigos e contatos mútuos da plataforma. Pesquisadores que analisam lojas e o e-commerce social alertam que a Internet está se tornando parceira e não mais concorrente. Cada vez mais, as decisões de compra ocorrem em várias etapas, envolvendo internet, celulares, redes sociais e lojas físicas (GRANDINETTI, 2012).

O primeiro é o Instagram, porque já é uma rede social muito popular. A aplicação é bem documentada e a aposta de investimento da empresa é de 96% (GAMA MARKETING, 2020). Isso porque em 2020, para competir com o TikTok, foram lançadas várias ferramentas de criação de conteúdo, como Reels, e a capacidade de comprar produtos diretamente do app, utilizando o Instagram shopping (GAMA MARKETING, 2020).

Depois, tem o WhatsApp, que respondeu por 88% da aposta, isso se deve ao seu sucesso na versão para pequenas empresas do WhatsApp Business. Em terceiro lugar está o Facebook, respondendo por 83%. Apesar de perder popularidade, as redes sociais ainda possuem as ferramentas básicas para a criação de anúncios (GAMA MARKETING, 2020).

2.5.1 Facebook

O Facebook foi fundado por Mark Zuckerberg em fevereiro de 2004. Seu objetivo original era se tornar uma rede social entre os alunos que concluíram o ensino médio e ingressaram na universidade, tornando-se a rede que mais cresce no mundo, com 59 milhões de usuários ativos, atraindo 2,5 milhões de desenvolvedores em média conforme leciona Arima e Moraes (2011).

Salientamos que o Facebook é uma ferramenta utilizada por seus usuários para postar, curtir e compartilhar informações de seu interesse. 44% do seu conteúdo é compartilhado na Internet, o que garante os mesmos autores. Nesse caso, as empresas que utilizam essa nova

ferramenta como estratégia de marketing se empenharão em atingir mais clientes e construir maior satisfação e fidelização, aumentando, dessa forma, sua participação no mercado.

2.5.2 *Instagram*

O Instagram é um aplicativo cuja função nas redes sociais é composta por dados pessoais, em que o usuário pode postar suas fotos do dia a dia nas redes sociais e compartilhar esses momentos com seus amigos e seguidores.

Uma diferença desse aplicativo é que ele pode compartilhar automaticamente suas postagens em outras redes sociais, como o Facebook além de poder optar por seguir outros usuários, parar de seguir, abrir sua conta pública ou conta privada, nessa última apenas a pessoa que aceita o pedido pode ver o que postou na conta, e é possível curtir e comentar nas postagens de amigos (MILITELLO, 2011).

Grandinetti (2012, p. 73) deixa claro que “qualquer empreendedor pode postar seus produtos nas redes sociais e esperar que sejam divulgados e comprados pelos amigos e amigos dos amigos. É uma porta de entrada para empresas pequenas e, principalmente, para o empreendedor individual”. Tendo em vista essas vantagens, muitas empresas se cadastraram neste aplicativo para divulgar suas marcas ou os serviços que prestam, com as vantagens de qualidade de publicidade e baixo custo, pois o cadastro é gratuito.

Vale ressaltar que as empresas que utilizam essa ferramenta para fins comerciais terão maiores chances de aumentar suas vendas, pois seus seguidores estarão sempre em busca de novidades, novas imagens, e despertarão o desejo de procurar produtos ou serviços e comprar.

2.5.3 *Twitter*

Segundo Felicíssimo (2018), o Twitter é amplamente utilizado para a disseminação de conteúdo, permitindo a interação entre os usuários, incluindo atualizações pessoais, de amigos, celebridades da mídia etc.

O Twitter foi um dos primeiros canais a universalizar as interações entre pessoas e empresas. A empresa tem a oportunidade de construir uma audiência e falar diretamente com o público sem intermediários. Para as pessoas, é muito simples e fácil acompanhar e interagir,

obter informações, tirar dúvidas e resolver problemas, principalmente quando comparados aos nossos canais anteriores, como ligações intermináveis ao atendimento ou ida à empresa para consulta presencial (FELICÍSSIMO, 2018).

Além disso, o Twitter é leve e quase não exige nenhum compromisso. Por exemplo, em geral, as pessoas estão mais dispostas a aceitar tweets do que a se inscrever em um boletim informativo. Outra vantagem é que os usuários podem gerenciar facilmente seus relacionamentos: eles podem seguir e deixar de seguir empresas com um clique.

2.6 Comportamento do consumidor

Com o advento da revolução tecnológica (ou seja, a era da informação), surgiu um novo tipo de consumidor, que pode acessar a informação de forma mais rápida e ampla e ter uma ampla gama de opções em marcas, lojas ou qualquer outro meio. Isso ajuda você a comprar. Kotler garante esta ideia:

Enquanto a Era Industrial caracterizou-se pela produção e pelo consumo de massa, por lojas abarrotadas de estoque, por anúncios em toda parte e por grandes descontos, a Era da Informação está nos levando a níveis mais precisos de produção, comunicações mais direcionadas e determinação de preços amparada por bases de informação de melhor qualidade (2007, p. 3).

A ideia básica do marketing é a arte de manter e reter clientes satisfazendo a suas necessidades. Diante desse conceito, é necessário entender o que motiva os consumidores a adquirir um determinado produto ou serviço por esperar que suas necessidades sejam atendidas. Também é importante entender os motivos que levam a essas atitudes e preferências por determinadas marcas. Diante dessa situação, Tavares ensina:

Entender como o consumidor é influenciado na compra não é tarefa simples, mas essencial quando se inicia o processo mercadológico, em que se procura estudar o porquê da compra, como e quando o cliente vai optar em adquirir seus produtos e serviços (2013, p. 19).

Kotler (2007, p.122) afirma que: “entender o comportamento do consumidor não é nada fácil, uma vez que os clientes podem dizer uma coisa e fazer outra. Eles podem ainda não ter consciência de suas motivações mais íntimas e reagir a influências ou mudar de ideia no último minuto”.

De acordo com Kotler (2007), o comportamento do consumidor é afetado por quatro tipos de fatores: cultura (cultura, subcultura e classe social), sociedade (grupo de referência, família e status/papel social), individual (idade, estágio de vida, ocupação, condição econômica, estilo de vida, personalidade e autoimagem) e psicologia (motivação, percepção, aprendizagem e crença/atitude). Os fatores culturais têm uma influência mais ampla e forte no comportamento do consumidor.

Deve-se enfatizar a necessidade de se analisar o comportamento do consumidor para atingir o verdadeiro valor que o cliente deseja em cada segmento de mercado, pois seus desejos estão em constante mudança. Segundo Poser (2010), as decisões do consumidor são tomadas por meio do desejo de adquirir determinado produto ou serviço, que se torna demanda do consumidor.

É importante analisar claramente as diferenças entre os clientes, consumidores e usuários da empresa. Ainda para os autores supracitados, clientes são pessoas que pagam por produtos ou serviços, ao invés de aproveitarem suas vantagens, enquanto usuários desfrutam do que compram e consumidores usam e pagam pelos produtos ou serviços que adquirem. Agora, para Las Casas:

Comportamento do consumidor é uma matéria interdisciplinar de marketing que lida com diversas áreas do conhecimento, como economia, psicologia, antropologia, sociologia e comunicação. O objetivo é estudar as influências e as características de comprador, a fim de obter condições de fazer propostas adequadas de ofertas de marketing, aplicando-se o conceito de marketing (2012, p. 181).

Portanto, ainda citando Las Casas (2012), os profissionais de marketing devem entender os consumidores, desenvolver produtos ou serviços que atendam às suas necessidades e desejos, dar uma contribuição positiva para o sucesso do negócio e determinar os fatores que afetam o comportamento do consumidor que levam a compras.

Tavares (2013) destacou que, considerando a diferença entre desejo e demanda, o consumidor será afetado por diversos fatores e enfrentará diversas características antes de tomar uma decisão. As empresas que buscam atrair os consumidores e atender às suas necessidades terão um grande impacto nas suas vendas. Além de melhorar a rentabilidade, também enfatiza a importância de as empresas realizarem pesquisas de mercado para analisar os fatores que levam às decisões do consumidor, pois o ambiente é competitivo e está mudando constantemente. Além do comportamento e das necessidades dos clientes, os profissionais de

marketing também precisam encontrar um equilíbrio em suas tomadas de decisão (SAMARA; MORSCH, 2005 *apud* TAVARES, 2013).

2.7 Comportamentos do consumidor na internet e decisão de compra

O perfil do consumidor virtual é diferente do consumidor presencial, já que o primeiro tem um mercado global para explorar e o segundo se limita. Segundo Samara e Morsch, no novo contexto da atual era da informação, surge um novo tipo de consumidor, como:

Como um indivíduo que possui múltiplas facetas. [...] Ele consome bens e serviços em um mercado global, é consciente de seus direitos e exerce plenamente sua dimensão de cidadão, bem como utiliza a web cotidianamente para aprender, trabalhar e viver, além de ser mais bem informado (2012, p. 246).

De acordo com Giglio (2010), a Internet está mudando o comportamento do consumidor, que prefere utilizar essa ferramenta para fazer compras, por acreditar ser rápida e segura, e enfatizar a praticidade e agilidade é a nossa nova ferramenta positiva para o cliente on-line, o que afeta diretamente a decisão de compra. O consumidor destaca que “a internet oferece a segurança do encapsulamento e do anonimato, tendo como enorme vantagem à possibilidade de estar em contato com o mundo inteiro sem colocar os pés para fora de casa” (GIGLIO, 2010, p.185). Lemos leciona também que:

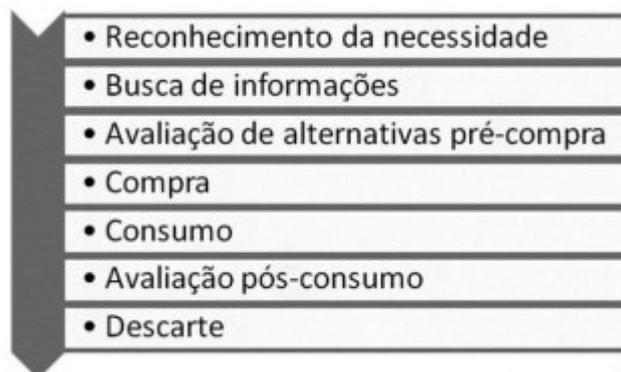
Os consumidores estão vivendo num mundo onde à antiga assimetria de informações entre vendedores e clientes não existe mais. A internet resolveu isso de maneira exemplar e radical. Hoje o consumidor pode encontrar várias opções do que procura, descobrir como funcionam os produtos, comparar suas características e contar a avaliação de clientes reais e especialistas (2014, p. 34).

Segundo Blackwell, Miniard e Engel (2013), o processo de tomada de decisão do consumidor pode ser analisado como um “mapa” para orientar os consumidores para a tomada de decisões com base no modelo PDC (Processo de Decisão do Consumidor), que visa a “analisar como os indivíduos ordenam os fatos e as influências para tomar decisões que são lógicas e consistentes para eles” (BLACKWELL; MINIARD; ENGEL, 2013, p. 7).

Em relação ao autor supracitado, esse processo passou por sete etapas: identificação das necessidades (etapa inicial do desejo), busca de informações (etapa do impacto), avaliação das alternativas antes da compra (critérios de avaliação e seleção), compra (etapa aquisição),

consumo (utilização dos bens ou serviços adquiridos), avaliação pós-consumo (satisfação ou insatisfação) e descarte.

Figura 1 – Como consumidores tomam decisões para bens e serviços.



Fonte: Blackwell, Minard e Engel (2013).

Nesse caso, é importante ressaltar que o consumidor costuma desconhecer esses processos que afetam a concretização da compra. As organizações precisam entender que “o consumidor é rei” (SAMARA; MORSE, 2012, p. 3) e perceber que ninguém compra um produto só por ele, havendo sempre a necessidade de se satisfazer e realizar seus desejos. Portanto, as empresas precisam entender que isso irá agregar valor ao seu negócio e se tornar um diferencial em relação a outras empresas.

Considerações finais

Nos primórdios da Internet, o sistema estava desatualizado e as páginas eram muito simples. Não existe um canal de interação entre a empresa e o cliente, a comunicação é unilateral, assim como nos métodos tradicionais de marketing.

A Internet se desenvolveu, e o marketing digital começou a ser estabelecido por volta dos anos 2000. O aumento do número de usuários tem feito com que as empresas invistam cada vez mais neste campo, trazendo enormes mudanças tecnológicas e tecnológicas.

Estamos atentos a todos estes desportos e, tal como o marketing digital, estamos em constante evolução, adaptando-nos cada vez mais às necessidades da marca e à imagem do público.

O marketing digital é o marketing realizado em um ambiente digital. Ele usa ferramentas como mídia social, marketing por e-mail e sites. O ambiente de rede permite que as empresas

se aproximem de seu público, e é aí que elas precisam saber como se comunicar de maneira adequada.

Além de promover a comunicação direta e personalizada entre a empresa e os consumidores no momento certo, o marketing digital também é uma excelente ferramenta para fortalecer a marca e, assim, obter melhores vendas.

O marketing digital pode ajudar as micro, grandes e médias empresas a conquistarem mais oportunidades de negócios, uma vez que esse tipo de estratégia permite alcançar consumidores em uma escala muito maior, aumentando assim seu lucro.

Usar estratégias on-line era prerrogativa de empresas mais ajustadas que realmente podem fazer grandes investimentos, principalmente para criar um bom site. Felizmente, hoje, o acesso a esses serviços e estratégias está cada vez mais fácil, e até mesmo pequenos empreendedores podem usar estratégias de marketing digital.

REFERÊNCIAS

ARIMA, K.; MORAES, M. O futuro da web está no Facebook? **Info Exame**, São Paulo: abr., ed.300, fev. de 2011.

BLACKWELL, R. D.; MINIARD, P. W.; ENGEL, J. F. **Comportamento do consumidor**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

CHAFFEY, D. *et al.* **Internet marketing: strategy, implementation and practice** 4th ed. Harlow: Pearson Education, 2009.

CHAFFEY, D. **Digital business and e-commerce management: strategy, implementation and practice** 6th ed. Harlow: Pearson Education Limited, 2015.

CHARLESWORTH, A. **Digital marketing: a practical approach**. Ed. Routledge, Park Square, Milton Park, Abingdon, Oxon, 2014.

CHRIS, A. **Difference between digital marketing and social media**, 2016.

CHRISTOPOULOS, T. Sobre uma bancada com 5 metros de extensão uma impressora 3D, cabos emaranhados, placas de circuitos eletrônicos e óculos de realidade virtual. **Info Exame**, São Paulo, abr., ed. 345, set. 2014.

CINTRA, F. C. Marketing Digital: a era da tecnologia on-line. **Investigação**, Franca, v. 10, n. 1, p. 6-12, 7 maio 2010.

COBRA, M. **Administração de marketing no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Elsevier, 2009.

FEJLING, T. *et al.* Special aspects of digital technology-based brand promotion. **IOP Conference Series: Materials Science and Engineering**, v. 497, n. 1, p. 12027, 2019.

FELICÍSSIMO, R. **Marketing Digital para Pequenas Empresas: Porque sua Empresa deve estar no Mundo Digital e Como desenvolver Estratégias para Vencer na Internet**, 2018.

FELIPINI, D. **Empreendedorismo na internet**. Rio de Janeiro: Braspost, 2010.

FINKELSTEIN, M. E. R. **Direito do comércio eletrônico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GAMA MARKETING. **Tendências Para Redes Sociais Em 2021**. 2020. Disponível em: <https://gama.etc.br/2021/03/07/tendencias-para-redes-sociais-em-2021/>. Acesso em: 15 dez. 2021.

GIGLIO, E. M. **O comportamento do consumidor**. 4. ed. São Paulo, Cengage Learning, 2010.

GRANDINETTI, R. Um paletó da última coleção Armani custa 5.305 reais no site oficial da grife italiana. **Info Exame**, São Paulo, abr. ed. 321, out. 2012.

JONES, A.; MALCZYK, A.; BENEKE, J. **Internet marketing: a highly practical guide to every aspect of internet marketing**. Ed, Textbook University of Cape Town, 2011.

KOTLER, P. **Marketing essencial: conceitos, estratégias e casos**. 2. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

KOTLER, P. **Marketing para o século XXI: como criar, conquistar e dominar mercados**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Marketing essencial: conceitos, estratégias e casos**. 5. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

KRASNOV, A., et al. Dynamic and static elements of a consumer's digital portrait and methods of their studying Int. **Sc. Conf. on Digital Transformation on Manufacturing**, Ed. Infrastructure and Service, Saint-Petersburg, 2018

LAS CASAS, A. L. **Administração de marketing: conceitos, planejamento e aplicações à realidade brasileira**. São Paulo: Atlas, 2012.

LAS CASAS, A. L. **Crociação de valor: conectando a empresa com os consumidores através das redes sociais e ferramentas colaborativas**. São Paulo: Atlas, 2014.

LEMOS, M. Diga adeus aos vendedores. **Info Exame**, São Paulo, abr., ed. 347, nov. 2014.

LIMEIRA, T. M. V. **E-marketing**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MILITELLO, K. O Essencial. **Info Exame**, São Paulo: abr. ed. 311, dez. 2011.

PATUKALE, V. **Digital Marketing eBook** 1st ed. Ed. Tech Some, 2015.

PEÇANHA, V. **O que é marketing digital?** Entenda o conceito, como fazer e comece sua estratégia de marketing online. 2019.

POSER, D. V **Marketing de relacionamento:** maior lucratividade para empresas. São Paulo: Manole, 2010.

REDDY, J.; SCHULLO, S. **Marketing eletrônico:** integrando recursos eletrônicos ao processo de marketing. 2. ed. São Paulo: Thomson, 2007.

SAMARA, B. S.; MORSCH, M. A. **Comportamento do consumidor:** conceitos e casos. São Paulo, Prentice Hall ,2012.

SLAVOLA, M. **Digital marketing** J. Economic and social alternatives, v. 3, p. 36-48, 2016.

TAVARES, C. V. C. C. **Marketing na região do Cariri:** melhores marcas, merchandising, satisfação e comportamento do consumidor. Curitiba: CRV, 2013.

TORRES, C. **A Bíblia do marketing digital:** Tudo o que você queria saber sobre marketing. São Paulo: Novatec, 2009.

TSVETANOVA, A. Prerequisites for the virtual enterprises emergence. **Proc. Int. Conf. on Management and Engineering**, Sofia, 2005.

VELEVA, S. Guidelines for analysis of enterprise's marketing costs. **Proc. Int. Conf. on Management and Engineeringm Sozopol**, 2019.

Gestão escolar e os desafios na educação infantil
School management and challenges in early childhood education

Submetido em: 20/12/2021

Aprovado em: 23/12/2021

v. 1, n. 12 p. 01-08, dez. 2021

DOI: 10.51473/rcmos.v1i12.242

1

*Jeovane Francisco Batista*¹
*Ivanise Nazaré Mendes*²

Resumo

Entendendo que a educação infantil é o patrimônio imaterial de cada indivíduo, e percebendo que por seu caráter indispensável é preciso que se tenha modelos educacionais modernos, condizentes com a formação social contemporânea e eficazes no que diz respeito à formação do indivíduo como um todo é pertinente que o poder público, enquanto instituição responsável pela oferta da educação infantil para a comunidade em geral, encontre formas de gerir escolas e demais organizações ligadas ao campo educacional como por exemplo, as secretarias a fim de que se alcance um índice favorável de desenvolvimento neste setor. Neste rol, o cuidado com a gestão escolar deve passar por todos os setores e precisa de forma taxativa encontrar formas de conduzir o setor educacional otimizando os pontos favoráveis que este tem a seu favor e reorganizando o que precisa ser remodelado, transformando todo o ambiente educacional em um recinto amplamente produtivo e bem articulado capaz de oferecer aos seus alunos oportunidades de aprendizado em todos os sentidos. Neste artigo que se segue, será mostrado com base em livros, artigos e revistas, uma revisão bibliográfica que expõe de que forma uma gestão bem programada pode fazer com que a educação infantil melhore e consiga deste modo fazer com que seus usuários sejam diretamente beneficiados com suas melhorias.

Palavras-chave: Gestão Escolar. Educação Infantil. Valores e Princípios.

Abstract

Understanding that early childhood education is the intangible heritage of each individual, and realizing that, due to its indispensable character, it is necessary to have modern educational models, consistent with contemporary social education and effective with regard to the education of the individual as a whole, is relevant that the government, as an institution responsible for providing early childhood education to the community in general, find ways to manage schools and other organizations linked to the educational field, such as secretariats, in order to achieve a favorable rate of development in this sector. In this list, care with school management must go through all sectors and it needs, in a definitive way, to find ways to lead the educational sector, optimizing the favorable points that it has in its favor and reorganizing what needs to be remodeled, transforming the entire educational environment in a highly

¹ Mestre em Ciências da Educação. E-mail: jeovane franciscobatista@gmail.com

² Orientadora. Professora Doutora Ivanise Nazare Mendes. E-mail: abracerc@hotmai.com

productive and well-articulated environment capable of offering its students learning opportunities in every way. In this following article, based on books, articles and magazines, a bibliographical review will be shown that exposes how well-planned management can improve early childhood education and thus make its users directly benefit from your improvements.

Keywords: School Management. Child education. Values and Principles.

1 Introdução

Entendendo que é vital que a gestão educacional seja uma área onde decisões precisam ser meticulosamente pensadas e que estas decisões possuem influência direta na vida de todos os seus alunos, assimila-se que é vital a discussão sobre a importância da gestão educacional na escola pública como principal forma de intervenção nas ações educacionais.

Assim, o objetivo maior deste artigo consiste em discutir conceitos e entendimentos de pesquisadores sobre a temática, para assim, retratar de forma teórica que a gestão escolar pode fazer com que a escola tenha benefícios referentes à sua execução e com isso promova uma educação infantil de qualidade. Com isso, entende-se que neste artigo, serão trabalhados assuntos que, reforçam e endossam os conceitos já existentes, ratificando o que já é dado como certo, e enfatizando os entendimentos existentes.

O problema de pesquisa observa de que forma a gestão escolar pode impactar a educação infantil? É necessário também lembrar que se trata de um tema relevante, e que a abordagem dele é essencial para a sua compreensão e concomitantemente de igual importância para a formação de novos e bons gestores educacionais.

O objetivo geral do trabalho consiste em discutir os preceitos e relevância da gestão escolar para a estruturação de uma abordagem educacional engajada, inclusiva e contemporânea. Por sua vez, seus objetivos específicos se propõem à: abordar o conceito de gestão e sua importância para a escola; contemplar a viabilidade, indispensabilidade e usabilidade do Projeto Político Pedagógico; teorizar as ações do gestor dentro do ambiente escolar; analisar a estruturação da relação entre gestor e professor e gestor e aluno.

2 Referencial Teórico

A compreensão sobre o conceito de gestão escolar exige o entendimento primário sobre a sua finalidade. Para Gadotti (2019), a direção escolar, diferente da gestão atual, que era muito usada até a década de 1990, tinha como finalidade a organização do quadro de

professores, a adaptação dos horários escolares e a aplicação dos conteúdos somada à observação do cumprimento taxativo de normas por todo o corpo escolar que era composto exclusivamente de docentes e discentes.

De acordo com Barroso (2017), o caráter pragmático da funcionalidade da direção escolar analisava exclusivamente assuntos relacionados à didática, uma vez que, a preocupação da escola era a formação do indivíduo e nada mais que isso. Com o advento da democratização da escola, a participação da sociedade tornou o universo escolar aberto a sugestões e mudanças que tem como meta o desenvolvimento tanto da escola, quanto do aluno.

Em linhas gerais, é possível dizer que a gestão escolar vislumbra a melhoria de todos os setores da escola, fazendo com que os que participam deste processo se enquadrem neste ambiente e participem de suas ações contribuindo diretamente para que a melhoria escolar seja efetiva.

Neste ponto, Alves e Garcia (2018), explicam que a presença de um gestor, insere neste ambiente a confiabilidade, a crença em um desenvolvimento sadio, maduro e eficaz. O gestor neste caso é a figura responsável por envolver em todos os sentidos a equipe da escola na busca por os objetivos que foram pré-estipulados para o alcance de um nível de ensino cada vez melhor.

Os conceitos que são apresentados por um gestor referem-se exclusivamente à uma administração escolar que também tem como principal objetivo a melhoria da qualidade do ensino ofertado, contudo, busca de forma prática valorizar todos os setores da escola, fazendo com que o funcionamento destes, colabore diretamente para a sua evolução.

Desta forma, de acordo com Azevedo (2018), a gestão pública, fazendo uso de uma abordagem generalizada, primeiramente padroniza as atuações do gestor escolar e posteriormente individualiza e delega poderes ao gestor de cada escola para que assim, as necessidades de seus alunos sejam sanadas. Ou seja, inicialmente, a gestão pública educacional, nas atribuições gerais que lhe são peculiares delimita de que forma a escola como um todo deve se organizar, para tanto, são estabelecidas terminações que delimitam até onde se estende a atuação do gestor. Feito isto, é dada ao gestor a oportunidade de administrar a sua escola de forma individual, fazendo com que os colaboradores dela se envolvam no processo de gestão e deste modo, consigam fazer com que as melhorias sejam alcançadas.

A gestão escolar implica na participação de todos os que participam deste ambiente. Trata-se da valorização da mão-de-obra, dos recursos, do conhecimento que se encontram à sua disposição, isso faz com que a administração se torne mais aberta e mais eficaz, assim, a utilização destes talentos corrobora para uma efetiva melhoria.

A descrição dos novos paradigmas educacionais que são estipulados na Constituição Federal de 1988, mostram claramente que a educação infantil, sendo um dever de todos, e principalmente do Estado, deve contemplar uma formação integrada, expondo o indivíduo a conceitos e princípios de cidadania que serão por ele representados na vida em comunidade. Deste modo, o entendimento maior sobre a gestão educacional é o seu caráter democrático, que faz com que a atuação do gestor seja onipresente em praticamente todos os espaços da escola fazendo com que, da secretaria à sala de aula, se tenha uma excelente atuação de todos os colaboradores.

Ferreira (2018) ensina que a gestão democrática da educação infantil, consegue alcançar índices satisfatórios em seus resultados, justamente pelo fato de que, na gestão, o que é priorizado é a participação de todos, com isso, as boas ideias são mais facilmente explanadas, a resolução de problemas é mais rapidamente alcançada e dificilmente se encontra a saturação profissional, tendo em vista que a gestão, mesmo estando oficialmente sob a aprovação de um indivíduo depende da participação de todos.

Fazendo então, a utilização destes princípios, Gaiarsa (2018), instrui que a gestão consegue surtir um efeito melhor do que a administração, justamente por não ser unificada, por não estar centralizada em um único núcleo e por não ter em sua essência a singularidade de pensamentos. Resta claro que a atuação de um gestor educacional, não se diminui devido ao fato de a gestão escolar ser democrática, pelo contrário, ela aumenta a sua responsabilidade e amplia o seu poder de decisões, tendo em vista que, de modo geral, ele pode, por meio de opiniões de seus colaboradores, terem uma visão amplificada do quadro escolar e assim decidir de modo responsável qual será o seu próximo passo, sem que para isso, tenha que deixar de lado demais afazeres.

O ambiente escolar consiste em um local no qual saberes são consolidados. Nesse sentido, é importante que se diga que a estruturação de uma proposta presente nesse projeto, deve estar alinhada com as necessidades dos que atuam nesse ambiente e dos que usufruem do serviço prestado nesse ambiente.

Nesse sentido, a gestão escolar, está diretamente ligada a maneiras de se orientar e dirigir o funcionamento de uma escola, tudo isso, também está relacionado à realização de políticas públicas e faz com que a escola suba a um novo nível educacional e faça com que a comunidade em geral, chegue a este novo nível também. Assim, conforme se vê em Gadotti (2019 p. 87) a ligação entre políticas públicas e gestão escolar pode ser vista sob o seguinte ângulo:

As políticas públicas educacionais traçadas na atualidade têm enfatizado a necessidade de aumento do nível de escolaridade da população, a melhoria da qualidade de ensino oferecida, bem como a busca de garantias de acesso e permanência dos alunos nas escolas da rede pública e a democratização da gestão escolar. Esses fatores implicam uma nova forma de pensar e fazer escola, uma vez que essa exerce uma grande influência na formação do sujeito e na sua relação com a sociedade na qual está inserido.

Segundo o entendimento mostrado acima, a realização de políticas públicas educacionais tem uma importante contribuição na formação da sociedade em geral para tanto, dentro da execução destas políticas é buscado primeiramente um aumento no grau de educação infantil da população e posteriormente são promovidos acesso e permanência destes alunos na escola até que eles consigam atingir o índice necessário de aprendizado para que assim, os mesmos possam prosseguir e migrar para uma vida acadêmica ou profissional.

Para Gutierrez, e Catani (2013), a gestão escolar neste processo de formação educacional, tem um fator crucial e não pode de forma alguma ser vista como um elemento subjetivo, haja vista a sua relevância. É necessário então, que o repensar didático englobe de modo concreto todas as fases em que o ensino é concebido e com isso concretize a realização deste sem superficialidades, ou seja, o gestor educacional não pode de modo algum agir de forma ilusória, para que a educação infantil de qualidade realmente aconteça, os problemas precisam ser enfrentados de frente e resolvidos de modo integral, sendo sanados todos os fatores que influem negativamente na realização do projeto educacional.

Outrossim, a reorganização escolar, a revisão de fatores que são importantes para a conjuntura do ensino é essencial para que se alcance os resultados que tanto se almeja, do contrário, o que irá prevalecer é a mesmice que se tinha a tempos atrás e o real enquadramento da escola como órgão obsoleto, que apenas formava trabalhadores, e não cidadãos aptos a interagir no meio social e a habilitados para criticar o que no seu ponto de vista não está correto.

O entendimento apresentado por Karling (2011) pode ser apontado como a raiz da gestão escolar. Ao ver a escola como uma entidade, onde valores e princípios são repassados, alcança-se a consciência dos alunos e a sua percepção quanto à necessidade de estar inserido em uma organização onde existe a valorização de ideias, o resguardo de opiniões e a promoção de relações sociais saudáveis. A gestão escolar pode fazer com que a escola deixe de ser maculada simplesmente pelo repasse de conteúdos – muitas vezes evasivos – e passe a ser vista como um ambiente onde pessoas ganham a liberdade para pensar e expor suas ideias de uma maneira segura.

Surge aí a grande diferença entre gestão e administração, pois, na administração a apenas o manejo dos recursos que são providos à escola, enquanto na gestão encontra-se a somatória de forças e a assimilação de conhecimentos em prol de uma melhoria generalizada. Logo, a gestão não possui um estilo individualista, por isso utiliza-se a designação de que se trata de uma ação democrática, pois a mesma só possui essa configuração se contar com a participação de todos em seu processo de execução. (KHUN 2018).

Partindo então, deste princípio, chega-se ao ponto central da finalidade da gestão escolar que é o aluno, quando este consegue ser inserido completamente no desenvolvimento escolar então se consegue de forma generalizada alcançar o objetivo maior de uma gestão democrática que é justamente a inserção e a formação de pessoas com consciência crítica.

Enguita (2018), explica que a consideração do aluno como ponto central da administração escolar, influencia em uma total adequação do universo da escola. Neste sentido, a gestão pode ser vista como um elemento de realização desta mudança. A escola pública, com a democratização de sua gestão, com a abertura de seus ambientes, tem a oportunidade de contribuir maciçamente com a sociedade, esta contribuição se dá por meio da formação de cidadãos aptos a atuar no meio social.

Nesse sentido, a proposta de intervenção do presente projeto, se consolida como sendo uma intervenção de avaliação e melhoramento do Projeto Político Pedagógico, com foco na consolidação de uma estrutura que seja engajada, inclusiva e contemporânea. O que se aprende com isso, é que a gestão obrigatoriamente, deve ser participativa para assim, conseguir o seu caráter democrático. Também se entende que a democratização a ser trabalhada não pode contemplar somente fatores educacionais, ela precisa trabalhar o que vários autores chamam de cidadania educacional que se encontra diretamente ligada à função social da escola.

Considerações Finais

O que se compreende com a temática aqui discutida é que a educação infantil de forma geral passa por mudanças, estas mudanças por sua vez, encontram-se ligadas ao processo de reorganização e readaptação do universo social. Ao chegar ao final deste artigo, entende-se que a abordagem sobre objeto de estudo resultou em uma pesquisa bibliográfica, onde conceitos e concepções sobre a gestão escolar foram abertamente trabalhados, e onde a sua função no contexto educacional foi abordada claramente.

Se a sociedade muda, então é prudente que a escola também se modifique e se adéque aos novos paradigmas sociais que surgem a todo instante. Não há como, na atualidade, conceber uma escola que não repasse valores que são difundidos no meio social. Neste passo, a reorganização escolar vai desde a adaptação de seu conteúdo que é repassado a todos os seus alunos, até uma adequação na forma como são geridos seus recursos, e como seus colaboradores são orientados.

O que se entende é que a escola não pode mais ser vista como uma instituição que não influencia nos valores sociais e não pode também continuar a ser vista como uma organização onde os valores sociais que são por ela pregados não interferem na vida de seus alunos.

Foi observado que na escola, mesmo a gestão sendo um item democrático, ela responde a sanções que são apresentadas pelo Estado. Neste sentido a estipulação de metas pode de modo taxativo. Assim, sendo que a escola é organizada com o desígnio de alcançar determinados objetivos, que dão sentido à organização escolar e orientam consequentemente a tomada de decisões.

Por fim, a importância do tema é extrema tendo em vista que a educação infantil, como foi dito no início deste artigo, é um bem imaterial e precisa ser valorizada. Neste passo, o entendimento final é de que a educação infantil não pode de forma alguma ser tratada como uma atividade qualquer. Os valores educacionais que hoje fazem parte da sociedade precisam ser explanados na escola, e como se pode ver, a gestão educacional é o caminho mais rápido para que isso aconteça.

Referências

ALVES, N; GARCIA, R. L. **O sentido da Escola**. 3.^a ed. – Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2018.

AZEVEDO, J.M.L. de. O Estado, a política educacional e a regulação do setor educação infantil no Brasil: uma abordagem histórica. *In:* FERREIRA, N. S. C; AGUIAR, M. A. da. S (orgs). **Gestão da educação infantil: impasses, perspectivas e compromissos**, 4. ed. São Paulo: Cortez. 2018.

BARROSO, J. O reforço da autonomia das escolas e a flexibilização da gestão escolar em Portugal. 1998, *In:* FERREIRA, N. S. C. **Gestão democrática da educação infantil: ressignificando conceitos e possibilidades**. *In:* FERREIRA, N. S. C; 2017.

ENGUITA, M. F. **Educar em tempos incertos**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2018.

FERREIRA, N. S. C. **Gestão democrática da Educação infantil para uma Formação Humana: conceitos e possibilidades**. Em Aberto. Brasília, v. 17, n. 72, p. 167- 176. 2018.

GADOTTI, M. Pedagogias participativas e qualidade social da educação infantil. *In:* BRASIL. Ministério da Educação infantil. **Seminário Internacional: Gestão Democrática da Educação infantil e Pedagogias Participativas – caderno de textos**. Brasília/DF, 2019.

GAIARSA, J.A. Respiração e circulação. 2.^a ed., São Paulo, Brasiliense, 1990, *In:* SILVA, J.M. **A autonomia da Escola Pública**. 3.^a ed. – Campinas/SP. Papyrus, 2018. – (Coleção Práxis).

GUTIERREZ, G. L.; CATANI, A. M. Participação e gestão escolar: Conceitos e potencialidades. *In:* FERREIRA, N. S. C. (Org.). **Gestão democrática da educação infantil: atuais tendências, novos desafios**. – 4. ed – São Paulo: Cortez, 2019.

KARLING, A. A. Autonomia: condição para uma gestão democrática. Maringá: Eduem, 1997, *In:* LUCK H, **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. v. 2 - Petrópolis/RJ. – Vozes, Série: **Cadernos de Gestão**, 2017b.

KUHN, T.A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 1982. *In:* LÜCK, H. **Gestão Educacional: uma questão paradigmática**. v. 1 – Petrópolis/RJ. – Vozes, 2019a. Série: **Cadernos de Gestão**. 116 p.

Gestão escolar e qualidade da educação *School management and education quality*

Submetido em: 24/11/2021

Aprovado em: 27/11/2021

v. 1, n. 12 p. 01-08, dez. 2021

DOI: 10.51473/rcmos.v1i12.243

1

*Jeovane Francisco Batista*¹
*Ivanise Nazaré Mendes*²

Resumo

O presente trabalho teve como finalidade o de fazer uma breve revisão bibliográfica sobre o tema gestão escolar e coordenação pedagógica dentro do contexto do atual cenário educacional. Dessa forma foi levado em conta às práticas cotidianas dos gestores que atuam em escolas em concordância com a coordenação pedagógica. A metodologia usada para a pesquisa foi à bibliográfica já que para o embasamento teórico contamos com a leitura e pesquisa de livros e artigos relacionados ao tema. Com isso, podemos chegar a algumas conclusões sobre o assunto, como o de que o gestor é instrumento essencial ao bom funcionamento da escola tanto para os alunos quanto para os profissionais da educação, principalmente o coordenador pedagógico.

Palavras-chave: Gestão Escolar. Gestor Educacional. Coordenação Pedagógica. Educação Atual.

Abstract

The purpose of this course conclusion work was to make a brief bibliographical review on the topic of school management and pedagogical coordination within the context of the current educational scenario. Thus, the daily practices of managers who work in schools were taken into account in accordance with the pedagogical coordination. The methodology used for the research was the bibliographical since for the theoretical basis we have the reading and research of books and articles related to the theme. With this, we can reach some conclusions on the subject, such as that the manager is an essential instrument for the proper functioning of the school for both students and education professionals, especially the pedagogical coordinator.

Keywords: School management. Educational Manager. Pedagogical Coordination. Current Education.

1 Introdução

¹ Mestre em Ciências da Educação. E-mail: jeovanefranciscobatista@gmail.com

² Orientadora. Professora Doutora Ivanise Nazare Mendes. E-mail: abracerc@hotmail.com

É na Educação que se encontra a possibilidade da formação de alicerces essenciais para a construção do conhecimento e da aprendizagem. Desta forma, torna-se indispensável assegurar que o indivíduo desfrute das experiências proporcionadas em ambiente escolar adequadamente preparado em variados aspectos para recebê-los. O gestor junto a coordenação é o profissional que estará à frente desse processo de melhoria no ambiente escolar.

O principal motivo pelo qual se fez necessário tratar do tema em questão se deu pela importância de mostrar que o gestor dentro do que cabe suas funções possui funções importantes no que diz respeito ao trabalho didático desenvolvido pela coordenação pedagógica em um trabalho conjunto que também envolve a comunidade escolar.

As funções da gestão vão muito além da organização administrativa, dado que é responsável pelo projeto político-pedagógico sujeito à sua construção diária e contínua. A fim de que possam ser alcançadas as expectativas de aprendizagem e seja garantida a qualidade no atendimento aos alunos, é necessário estabelecer uma estrutura que possibilite a educação e os cuidados atribuídos ao estímulo na produção de significados e ao meio que interagem os alunos e professores, mesmo que esse trabalho se dê em meio a situações extraordinárias.

O objetivo geral do trabalho é o de falar sobre o importante trabalho exercido pelo gestor educacional junto com a coordenação pedagógica. Os objetivos específicos são: fazer uma contextualização histórica sobre a gestão escolar e a coordenação pedagógica; apresentar o perfil de um gestor escolar e de um coordenador pedagógico; apresentar a função desse profissional dentro do atual cenário educacional.

O trabalho acerca desta questão será baseado em uma pesquisa bibliográfica que traçará as atribuições do gestor educacional frente às necessidades dos alunos e professores. Segundo Antônio Carlos Gil: “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, p.44. 2002).

2 Referencial Teórico

O conceito de gestão tem origem nas transformações econômicas, políticas e sociais que a revolução tecnológica trouxe e que transformaram o campo de organização das instituições. A fraca teorização do que é entendido pela administração no campo da educação

significa que muitas vezes se limita à gestão de recursos financeiros, deixando de lado a diversidade de áreas típicas do atual campo da administração escolar.

Portanto, pressupõe-se que a gestão escolar esteja associada aos elementos da fase mecânica do processo administrativo, como planejamento e trabalho cotidiano, e deve-se mencionar também que as inter-relações e resultados da instituição escolar não são como resultado do acaso, eles são de uma gestão deliberada e consciente do trabalho coletivo e integral dos atores pertencentes à instituição de ensino, contribuindo para a construção, melhoria e transformação dos resultados de maneira eficiente, incluindo alunos, pais de familiares, administrativos, professores coordenadores, diretores, sociedade e governo.

Para alcançar uma melhor interpretação e conhecimento de gestão, considera-se aqui, a concepção e as características de Gestão Pedagógica e Gestão Escolar, onde recai a maior parte do papel do Coordenador Acadêmico, permitindo aprofundar e analisar a suporte teórico e Metodologia da literatura especializada sobre o impacto nos resultados acadêmicos e no clima organizacional da escola. É por isso que Luck entende que:

Quando o dirigente escolar atua sobre o modo de ser e de fazer da organização educacional, está efetivamente promovendo gestão escolar, isto é, está mobilizando esforços, canalizando energia e competências, articulando vontades e promovendo a integração de processos voltados para a efetivação de ações necessárias à realização dos objetivos educacionais, os quais demandam a atuação da escola como um todo de forma consistente, coerente e articulada. (LUCK, 2011, p. 131)

O processo de gestão e coordenação implicam direcionar a operação e o desenvolvimento de um sistema como a escola, para orientar o serviço educacional que oferece, com base em regulamentos legais, regulamentos gerais e técnicos, contribuídos pela pedagogia, didática e outras ciências da educação; currículo restrito e amplo; políticas e planos educacionais.

Além disso, este serviço educacional baseia-se nos princípios pedagógicos de educação e consiste na ação do professor para dinamizar e orientar o processo de ensino e aprendizagem para que o aluno atinja objetivos previamente delimitado, através da aquisição de conteúdo conceitual, atitudinal e processual, e, portanto, ser uma experiência de aprendizagem relevante e significativa que visa aprender a saber, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser (UNESCO, 1996).

A gestão da instituição educacional é o processo pelo qual o trabalho docente e administrativo da escola e suas relações com o meio ambiente são orientadas e conduzidas, com o objetivo de alcançar objetivos institucionais através do trabalho de todos os membros

da comunidade educacional, a fim de oferecer um serviço de qualidade, e coordenar as diferentes tarefas e funções dos membros para a consecução de seus projetos comuns. Para exercer a direção da escola, o gestor deve ter um perfil profissional de competências. Tais competências se fazem importante porque:

[...] o processo de ensino – aprendizagem não se alimenta exclusivamente da contribuição individualizada de cada conteúdo ou professor isoladamente; pelo contrário, além dessas contribuições individuais, há aquelas provenientes do trabalho conjunto de todos os docentes e destes com os demais profissionais da educação lotados na escola. (FALCÃO FILHO, 1994, p. 46)

Assim, o gestor educacional exerce a direção e orientação dos diferentes atores da comunidade educacional, bem como a administração de recursos, a fim de garantir a qualidade do serviço oferecido, melhorando a aplicação do currículo, bem como as relações da escola com a comunidade local.

Essas funções determinam o perfil de competências que o diretor deve possuir como por exemplo: gestão das relações interpessoais, pois como líder ele representa a instituição perante a comunidade educacional e os organismos do sistema escolar e outras entidades externas.

Segundo Libaneo (2008) seu papel é motivar e estimular a participação e o compromisso com o ensino, tarefas administrativas e projetos a serem realizados. O gerenciamento das informações que obtém em sua inter-relação com os agentes da comunidade educacional e seu ambiente, obtendo assim uma visão geral da realidade da escola e dos processos de ensino e administração, o que facilita o diagnóstico e gerenciamento de projetos e a escola como um todo, também será uma competência do gestor.

Suas principais funções na gestão da escola são: representá-la perante as instâncias do Ministério da Educação e entidades educacionais; dirigir e coordenar as atividades da escola; dinamizar seus órgãos de gestão e consulta, bem como a participação da comunidade educacional; organizar e gerenciar pessoal e recursos designados; aconselhar os professores na adaptação do currículo e das práticas pedagógicas; promover programas e projetos de inovação e formação de professores; e assistir e orientar os alunos. Para Libaneo as competências ou funções do gestor são:

1. Supervisionar e responder por todas as atividades administrativas e pedagógicas da escola bem como as atividades com os pais e a comunidade e com outras instâncias da sociedade civil.
2. Assegurar as condições e meios de manutenção de um ambiente de trabalho favorável e de condições materiais necessárias à consecução dos objetivos da escola, incluindo a responsabilidade pelo patrimônio e sua adequada utilização.

3. Promover a integração e a articulação entre a escola e a comunidade próxima, com o apoio e iniciativa do Conselho de Escola, mediante atividades de cunho pedagógico, científico, social, esportivo, cultural.
4. Organizar e coordenar as atividades de planejamento e do projeto pedagógico-curricular, juntamente com a coordenação pedagógica, bem como fazer o acompanhamento, avaliação e controle de sua execução.
5. Conhecer a legislação educacional e do ensino, as normas emitidas pelos órgãos competentes e o Regimento Escolar, assegurando o seu cumprimento.
6. Garantir a aplicação das diretrizes de funcionamento da instituição e das normas disciplinares, apurando ou fazendo apurar irregularidade de qualquer natureza, de forma transparente e explícita, mantendo a comunidade escolar sistematicamente informada das medidas.
7. Conferir e assinar documentos escolares, encaminhar processos ou correspondências e expedientes da escola, de comum acordo com a secretaria escolar.
8. Supervisionar a avaliação da produtividade da escola em seu conjunto, incluindo a avaliação do projeto pedagógico, da organização escolar, do currículo e dos professores.
9. Buscar todos os meios e condições que favoreçam a atividade profissional dos pedagogos especialistas, dos professores, dos funcionários, visando à boa qualidade do ensino.
10. Supervisionar e responsabilizar-se pela organização financeira e controle das despesas da escola, em comum acordo com o Conselho de Escola, pedagogos especialistas e professores (LIBÂNEO, 2008, p. 217)

Dessa forma o gestor deve ter a capacidade de direcionar a escola com uma visão geral e de desenvolver um ambiente e cultura de trabalho em equipe que incentivar a participação criativa e a inovação, capacidade de obter e processar informações relevantes para planejar e resolver problemas, habilidades de negociação e geração de comprometimento, liderança focada na modelagem, vontade de aprender, capacidade de treinar e aconselhar nos processos de ensino e administração e a capacidade de estabelecer vínculos de colaboração com a comunidade e seu ambiente, entre outros.

Portanto, pressupõe-se que a gestão escolar seja mais ampla em relação ao processo de gestão, pois inclui a visão e a missão da instituição de ensino, cuja filosofia permite orientar, crescer de forma eficiente e eficaz no contexto geográfico em que se encontra. (LIBÂNEO, 2008).

Gestão pedagógica é o nível em que a gestão educacional como um todo é especificada e está relacionada às maneiras pelas quais o professor realiza os processos de ensino, como ele assume o currículo e o traduz em planejamento didático, e como ele o avalia e, além disso, maneira de se relacionar com seus alunos e pais para garantir o aprendizado dos primeiros.

Nesse tipo de gerenciamento, o professor é responsável por impor os elementos do processo administrativo, iniciando com a fase mecânica e integrando previsão, planejamento e

organização, concluindo na fase dinâmica, com os elementos de integração, direção e controle; cujo resultado é a integração de esforços e dedicação do aluno, pais, professores, coordenador e gestores Para Lomacino:

O coordenador pedagógico é o elemento do quadro do magistério em que pertence a um sistema de supervisão de ensino estadual, de estrutura hierárquica definida legalmente, desempenha funções de assessoramento ao diretor da escola a quem está subordinada. Sua situação funcional é definida legalmente, para exercer suas atribuições dispõe de autoridade por delegação e pela competência. (LOMANICO, 2005, p. 105)

Em relação a coordenação pedagógica, esta pode ser vista como liderar o projeto curricular da escola, apoiando os professores. Uma ênfase especial é proposta no planejamento das aulas e no desenvolvimento de instrumentos de avaliação que permitam que o uso de estratégias seja coordenado como um meio facilitador de aprendizado para todos os alunos.

Isso implica respeito pela diversidade e o desenvolvimento máximo de talentos individuais. Os processos de aprimoramento do ensino realizado pelo professor em sala de aula devem ser precedidos pelas competências necessárias para trabalhar com o tipo de aluno que emerge no contexto educacional de cada escola, pois exige as estratégias e habilidades necessárias. Libaneo diz que:

Depende de uma boa estrutura de coordenação pedagógica que faça funcionar uma escola de qualidade, propondo e gerindo o projeto pedagógico, articulando o trabalho de vários profissionais, liberando e favorecendo a constante reflexão na prática e sobre a prática (LIBANEO, 2008, p. 41)

O coordenador pedagógico, portanto, deve orientar seus processos com base em elementos socráticos, levando seus professores a refletir continuamente por meio de questionamentos, reflexão em equipe e questionamentos sobre o papel do professor na sala de aula.

Da mesma forma, seu trabalho deve promover processos de pesquisa de ação participativa que levem todos a expressar suas opiniões, diagnosticar, propor, aplicar e avaliar em torno da prática pedagógica. Por outro lado, o trabalho deles também deve começar com a modelagem, ou seja, a partir de um bom exemplo, fazendo exercícios em sala de aula com as crianças e mostrando aos professores alguns elementos que enriquecem o trabalho diário com base em sua experiência.

Desse ponto de vista, o coordenador pedagógico deve estar em constante processo de formação, atualizando-se, participando de eventos, congressos, seminários, lendo livros que enriquecem seu trabalho diário. Ao longo desta revisão bibliográfica foi encontrado uma série

de elementos significativos, que podem ser observados à luz das seguintes conclusões: pode-se argumentar que a abordagem da gestão educacional é o resultado de um processo reformas na educação que visam estabelecer linhas de ação para articular e transformar o sistema educacional.

Segundo os autores aqui citados essa abordagem fornece elementos teóricos e práticos para o planejamento, organização, direção e avaliação da operação dos centros educacionais. Da mesma forma, o surgimento da gestão estratégica é considerado uma resposta às várias necessidades e problemas educacionais atuais em diferentes níveis.

Por fim, é necessário acrescentar que, embora a gestão escola estabeleça elementos relevantes que nos ajudem a se aproximar da dinâmica da escola, é necessário desenvolver uma análise de sua implementação em condições sociais específicas, a fim de conhecer seus resultados, viabilidade, desafios, desafios e limitações.

Referências

- FALCÃO FILHO, José Leão M. **Supervisão:** Uma análise crítica das críticas. Coletânea vida na escola: os caminhos e o saber coletivo. Belo Horizonte, p. 42-49, maio de 1994.
- GIL. Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4.^a ed. São Paulo: Atlas S.A., 2002.
- LIBANEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. 5 ed. Revista e ampliada. Goiania: Alternativa, 2008.
- LIBÂNIO, J. C.; OLIVEIRA J. F.; TOSCHI M. S.; **Educação escolar:** políticas estrutura e organização. Coleção Docência em formação. 2.^a ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- LOMANICO, Arce Ferreira. **A atribuição do coordenador pedagógico.** 3. ed. São Paulo: Edicon, 2005.
- LUCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de Gestão Educacional.** Série: cadernos de Gestão, Rio de Janeiro, Vozes, 2013.
- LUCK, Heloísa. **Avaliação e monitoramento do trabalho educacional.** Série: cadernos de Gestão. Rio de Janeiro, Vozes, 2013.
- LUCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de Gestão Educacional.** Série: cadernos de Gestão, Rio de Janeiro, Vozes, 2013.
- LUCK, Heloísa. **A escola participativa:** o trabalho do gestor escolar. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.



REVISTA CIENTÍFICA
MULTIDISCIPLINAR O SABER
MULTIDISCIPLINARY SCIENTIFIC JOURNAL

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber. ISSN: 2675-9128.

UNESCO. **A educação possui um tesouro.** Relatório à UNESCO da Comissão Internacional de Educação para o século XXI. Madri: Santillana. 1996.

Jogos pedagógicos tradicionais e digitais: ferramentas de estimulação do desenvolvimento cognitivo dos alunos com dificuldade de aprendizagem
Traditional and digital pedagogical games: tools for stimulating cognitive development of students with learning disabilities

Submetido em: 30/11/2021

Aprovado em: 03/12/2021

v. 1, n. 12 p. 01-14, dez. 2021

DOI: 10.51473/rcmos.v1i12.244

1

*Gizelle Cristina da Silva*¹

Resumo

O estudo desta pesquisa está relacionado aos jogos pedagógicos tradicionais e digitais e o desenvolvimento cognitivo dos alunos com dificuldade de aprendizagem. O objetivo desta foi determinar se a estimulação através dos jogos pedagógicos e digitais possibilita a melhoria do desenvolvimento cognitivo dos alunos com dificuldade de aprendizagem. A metodologia de investigação foi a qualitativa, com enfoque exploratório. A coleta de dados se deu através do método de estudo de caso. A entrevista foi o instrumento primário de coleta de dados e as referências bibliográficas e documentais foram os instrumentos secundários. A investigação ocorreu com uma amostra de 11 estudantes da Escola Pública Estadual do Ensino Fundamental Silvio Micheluzzi no município de Ji-Paraná, no Estado de Rondônia, Brasil. Os resultados da investigação mostraram que os alunos melhoraram as habilidades cognitivas básicas, demonstrando maior agilidade no desenvolvimento das atividades, melhor otimização no tempo de fixação da atenção e concentração, melhoria na qualidade da memória imediata e de longo prazo, otimização de percepção e raciocínio lógico, maior autonomia em tomadas de decisão e resoluções de problemas.

Palavras-chave: Desenvolvimento cognitivo. Dificuldade de aprendizagem. Jogos pedagógicos tradicionais e digitais.

Abstract

The study of this research is related to traditional and digital pedagogical games and the cognitive development of students with learning difficulties. The objective of this study was to determine if stimulation through pedagogical and digital games enables the improvement of the

¹ Graduada em Pedagogia, especialista em Orientação Educacional, pós-graduada em Psicologia da Educação com Ênfase em Psicopedagogia Preventiva e Neuropsicopedagogia Clínica, mestre em Ciências da Educação, e graduanda em Psicologia. Atuante na educação desde 2000; no serviço Público Estadual de Educação como Orientadora Educacional desde 2003; como professora no AEE (Atendimento Educacional Especializado) desde 2007. Possui atualização profissional (formação continuada) dentro e fora do Estado; palestrante convidada pela SEDUC/CRE, SEMED e Universidades locais e Municípios; Professora Universitária (UNIP - Universidade de São Paulo); Atuante como Coordenadora das pastas de (Orientação Educacional e AEE - Atendimento Educacional Especializado) da CRE Ariquemes; Tutora Pedagógica do Programa da Tutoria Pedagógica de gestores estaduais de Ariquemes e Jurisdicção; membro efetiva da ABPp - Associação Brasileira de Psicopedagogia; atua em atendimento clínico na área de Psicologia Educacional com Ênfase em Psicopedagogia Preventiva e Neuropsicopedagogia Clínica. <http://lattes.cnpq.br/9542082142462957>.

cognitive development of students with learning difficulties. The research methodology was qualitative, with an exploratory focus. Data collection was done through the case study method. The interview was the primary data collection instrument and bibliographic and documentary references were the secondary instruments. The investigation took place with a sample of 11 students from the State Public School of Elementary Education Silvio Micheluzzi in the city of Ji-Paraná, in the State of Rondônia, Brazil. The results of the investigation showed that Students improved basic cognitive skills, demonstrating greater agility in the development of activities, better optimization in the time of fixing attention and concentration, improvement in the quality of immediate and long-term memory, optimization of perception and logical reasoning, and greater autonomy in decision making and problem solving.

Keywords: Cognitive development. Learning difficulties. Traditional and digital educational games.

1 Introdução

Este artigo tem como objeto de estudo o uso de Jogos pedagógicos tradicionais e digitais no desenvolvimento cognitivo dos alunos com dificuldade de aprendizagem.

A aprendizagem é um fenômeno natural do ser humano e envolve uma série de fatores em processo contínuo; entre eles, aspectos cognitivos, emocionais, orgânicos, psicossociais e culturais em que, competências, comportamentos, habilidades, conhecimentos e valores são adquiridos ou modificados através de experiências, observação, estudo e raciocínio. Ou seja, um processo de aquisição de conhecimentos ou ações a partir da interação com o meio e com o social, onde são consideradas as diferentes capacidades e experiências prévias.

Segundo Topczewski, (2002), citado por Sampaio e Freitas (2014, p.17), “[...] a aprendizagem pode ser traduzida como capacidade e a possibilidade que as pessoas têm para perceber, conhecer, compreender e reter na memória as informações obtidas”, e referem-se à dificuldade de aprendizagem como um rendimento abaixo do esperado para a idade na área acadêmica em aspectos que requerem a leitura, escrita e cálculo.

A partir desse contexto, considera-se que qualquer fator que venha alterar o curso natural desse processo, resultará em problema na aquisição da aprendizagem escolar, e o obstáculo no processo de aprendizagem, pode ser ocasionado por motivo cultural, cognitivo, emocional, metodologia inapropriada, didática do professor inadequada, levando-o a necessidade de aprender de forma diferente, comparado com os outros estudantes, que estão aprendendo de acordo com a metodologia aplicada em sala de aula. Como explica Visca (1991, p. 52, apud SAMPAIO, 2011, p. 107) “Ninguém pode aprender acima do nível da estrutura cognitiva que possui.”

O problema de aprendizagem, pode ser considerado como um sintoma, uma vez que o não aprender não configura um quadro permanente, mas sim um sinal de descompensação. Por isso a importância de conhecer e entender a problemática específica, os pontos fortes e fraquezas; e buscar estratégias de suporte que permitam a compensação das dificuldades e otimização do processo de desenvolvimento da aprendizagem. Portanto, “[...] quanto mais cedo a intervenção de suporte, melhor será o resultado na condução das dificuldades em aprender.” (GÓMEZ E TERÁN, 2011, p. 95).

Sabe-se que a estimulação, a variedade, o interesse, a concentração e a motivação são igualmente proporcionadas pela situação lúdica, associadas a atividades motivadoras, direcionadas e interventivas em ambiente agradável. Nesse contexto, Dalmolin e Piovani (2014, p. 07) fazem referência a Moyles (2002), afirmando que:

[...] o jogo é reconhecido como meio de fornecer à criança um ambiente agradável, motivador, planejado e enriquecido, que possibilita a aprendizagem de várias habilidades. E os jogos educativos com finalidades pedagógicas revelam a sua importância, pois promovem situações de ensino aprendizagem e aumentam a construção do conhecimento, introduzindo atividades lúdicas e prazerosas, desenvolvendo a capacidade de iniciação e ação ativa e motivadora.

Assim, os jogos, os brinquedos e as brincadeiras, são essenciais ao desenvolvimento equilibrado e saudável na infância; por isso, a importância de inserir os jogos tradicionais e digitais em atividades interventivas no desenvolvimento da aprendizagem da criança, oportunizando vivenciarem diferentes situações, instigando de forma agradável o desenvolvimento das capacidades e habilidades necessárias para a melhoria do funcionamento cognitivo. Portanto, são ferramentas importantes e úteis no contexto escolar e em qualquer contexto social, tidos então como possibilidades conectivas, interativas, mediadoras e interventivas no processo de aprendizagem.

2 Conceituação de cognição, desenvolvimento cognitivo e processo de aprendizagem

Segundo o Site CogniFit (2020, s.p.)², “[...] o termo “cognição” vem da raiz latina cognoscere, que significa ‘conhecer’.” Portanto, quando se fala de cognição, refere-se a tudo o que está relacionado com o conhecimento, conseqüentemente à aprendizagem e experiências desde a infância.

² Disponível em: <https://www.cognifit.com/br/cognicao>.

Brites (2019, s/p.) em publicação no site neurosaber.com.br, descreve cognição como: “[...] ato que consiste em processar as informações. A função dessa habilidade é o de perceber, integrar, compreender e responder adequadamente a todos os estímulos do ambiente de uma pessoa.”

O desenvolvimento cognitivo é uma área de estudo que busca entender como se dá o processo de aprendizagem desde a infância. É uma forma de adaptação ao meio, que começa com o nascimento e evolui, acompanhando o crescimento e a maturidade; um processo que permanentemente se transforma com as diversas interações que a pessoa estabelece, sendo esses os chamados por Gómez e Terán (2011, p. 46) como “[...] momentos chaves nos quais a estimulação permite que algumas funções apareçam e se desenvolvam [...]”. Nesse contexto, conceituando o processo de aprendizagem, Wajnsztein e Wajnsztein (2009, p. 28) referenciam que: “A aprendizagem é um processo através do qual a criança se apropria ativamente do conteúdo de experiência humana, daquilo que seu grupo social conhece. Para que a criança aprenda ela precisa interagir com outros seres humanos”.

Assim, entende-se que a aprendizagem é uma construção não só de inteligência e conhecimentos, mas também de identificação pessoal, relação e interação entre as pessoas e durante toda a vida.

2.1 A relação do desenvolvimento cognitivo com a aprendizagem

Segundo Becker (2013, p. 83), “a aprendizagem depende em tudo do desenvolvimento; suas possibilidades são abertas ou limitadas pelo desenvolvimento cognitivo e afetivo”. Entende-se assim que, para que ocorra a aprendizagem e o desenvolvimento é necessário que haja um processo de construção mútua e fundamentada em interações adequadamente organizadas.

Esse contexto é esclarecido por Vygotsky (2000, p. 103) ao referenciar que, “[...] aprendizado não é desenvolvimento; entretanto, o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental. Portanto, a aprendizagem oportuniza maior possibilidade de desenvolvimento.”

2.1.1 *As Contribuições de Jean Piaget*

Piaget (1947) foi o nome mais influente no campo da educação, provocou repercussão, sobretudo à psicologia genética, que investiga o desenvolvimento cognitivo da criança desde o nascimento até a adolescência.

Por meio de seus estudos na área da biologia concluiu que o desenvolvimento biológico é um processo de adaptação ao meio em que vive o indivíduo, que depende da sua maturação tanto quanto das condições desse meio. O cientista leva esta concepção para estudos sobre o desenvolvimento humano, especialmente o cognitivo. (VIEIRA; LINO, 2007 apud LIMA, 2012, p.199)

Essa alteração organismo-meio que ocorre o tempo todo em várias direções, é denominada pelo autor como processo de adaptação, que se dá na interação entre sujeito e objeto.

A Assimilação, segundo Piaget (1947, p. 13) “[...] é a ação [sic] do organismo sobre os objetos [sic] que o cercam, na medida em que esta ação depende dos comportamentos anteriores em relação aos mesmos objetos [sic] ou outros semelhantes.” Ou seja, quando são incorporadas novas informações aos esquemas existentes.

A acomodação, segundo Piaget (1947, p. 13), “[...] é o processo complementar, mediante o qual o indivíduo se ajusta – se acomoda – a um acontecimento do ambiente, em função das estruturas daquele.” Portanto, na acomodação, a nova informação não é apenas assimilada ou internalizada, mas sofre uma modificação nos conhecimentos já adquiridos.

Logo, a inteligência resulta da adaptação e do equilíbrio entre os processos de assimilação e acomodação diante de nossas interações com o meio, “[...] uma passagem contínua de um estado de menor equilíbrio para um estado de equilíbrio superior” (PIAGET, 1994, p. 13).

Para o autor, a inteligência é a expressão mais específica desse comportamento de adaptação, consistindo na capacidade individual de acomodação ao meio, e, desta forma, o processo cognitivo teria desenvolvimento por estágios, até alcançar o nível adulto do raciocínio lógico, envolvendo quatro períodos de desenvolvimento de forma sequencial, considerando os determinantes de natureza biológica. São quatro estágios descritos por Piaget (1995), segundo Leão (2013):

- Período Sensório-motor (nascimento aos 2 anos):
- Período Pré-operatório (2 anos aos 7 anos):
- Período das operações concretas (7 anos aos 12 anos):

Nenhum dos estágios citados acima pode ser omitido ou saltado; neste contexto, como afirma Wajnsztein (2009, p. 28), “[...] embora haja certo limite de idade para atingir cada um

dos estágios, pode haver alterações em torno do padrão médio, dependendo de fatores genéticos e experiências específicas do indivíduo.”

2.1.2 As Contribuições de Henri Wallon

Henri Paul Hyacinthe Wallon (1879-1962), dedicou-se a estudar o desenvolvimento da criança como um ser completo, com os seus aspectos afetivos, cognitivos e motores, no intuito de favorecer ao máximo o desenvolvimento de aptidões individuais e a formação do cidadão.

Wallon tornou-se conhecido por seu trabalho científico sobre a Psicologia do Desenvolvimento. Criou a teoria chamada “Psicogênese da Pessoa Completa”. “Nessa teoria, propunha o estudo da criança a partir de uma perspectiva holística, insistindo no conhecimento da criança enquanto ser completo, rompendo assim o dualismo cartesiano” (DAUTRO; LIMA, 2019, p. 6).

Assim, uma das mais significativas contribuições de Wallon para a educação foi evidenciar que o desenvolvimento cognitivo e a afetividade estão diretamente relacionados, ou seja, que as primeiras formas expressivas do ser humano são de caráter emocional e se constituem como base para a cognição, evidenciando assim a ocupação central da dimensão afetiva, tanto do ponto de vista da construção da pessoa quanto do conhecimento.

Wallon, (2005), assim como Piaget, divide o desenvolvimento em fases, porém, acredita num desenvolvimento dialético e interacionista, em que os estágios não são lineares, podendo haver avanços e retrocessos entre elas; assim evidencia que:

É contra a Natureza tratar a criança fragmentadamente. Em cada idade, ela constitui um conjunto indissociável e original. Na sucessão das idades, ela é um único e mesmo ser em curso de metamorfoses. Feita de contrastes e de conflitos, a sua unidade será por isso ainda mais susceptível de desenvolvimentos e de novidade (WALLON, 2005, p. 215, *apud* SUGAHARA, 2008, p. 33).

Assim, as cinco etapas do desenvolvimento humano foram descritas por Wallon, de forma a estabelecer uma possível sequência de estágios sem desconsiderar a integralidade, mas compreendendo que cada estágio é preparado pelo anterior e prepara o subsequente, ocorrendo sempre a integração de novas aprendizagens às antigas.

- Estágio I - Impulsivo e emocional (0 a 1 ano):
- Estágio II - Sensorio-motor e Projetivo (1 a 3 anos):
- Estágio III - Personalismo (3 a 6 anos):
- Estágio IV - Categorical (6 a 11 anos):

- Estágio V - Puberdade e adolescência (acima dos 11 anos);

Neste contexto considera-se que os elementos afetividade, movimento, conhecimento e construção do eu como pessoa e espaço físico encontram-se juntas, no entanto, ao longo do desenvolvimento ocorrem sucessivas diferenciações entre os campos funcionais.

2.1.3 As Contribuições de Lev Vygotsky

Lev Semenovich Vygotsky (1896-1934), centralizou suas pesquisas na compreensão dos processos mentais humanos, concluindo que a cultura molda o psicológico e determina a maneira de pensar; ou seja, pessoas de diferentes culturas têm diferentes perfis psicológicos.

A questão central de sua teoria é a aquisição de conhecimentos pela interação do sujeito com o meio. E referenciando ao processo sócio-histórico, a ideia de aprendizado desenvolvido por Vygotsky inclui:

[...] a independência dos indivíduos envolvidos no processo. O termo que ele utiliza em russo “Obuchenic” significa algo como: processo de ensino e aprendizagem, incluindo sempre aquele que aprende, aquele que ensina, e a relação entre essas pessoas. (OLIVEIRA, 1997 p.57 *apud* CUNHA, 2014, p. 77, grifo do autor).

Configura assim, um conceito importante em suas pesquisas; os diferentes níveis de desenvolvimento, classificados em três momentos importantes da aprendizagem humana: zona de desenvolvimento potencial, zona de desenvolvimento real e zona de desenvolvimento proximal, descritas por Vygotsky (1984), citado por Ferrari (2014, p. 29-30), como:

Zona de desenvolvimento potencial: é toda atividade e/ou conhecimento que a criança ainda não domina, mas que se espera que seja capaz de saber e/ou realizar, independentemente da cultura em que está inserida.

Zona de desenvolvimento real: é tudo aquilo que criança é capaz de realizar sozinha, conquistas já consolidadas, processos mentais que já se estabeleceram; ciclos de desenvolvimento que já se completara.

Zona de desenvolvimento proximal: é a distância entre o que a criança já pode realizar sozinha e aquilo que ela somente é capaz de desenvolver com auxílio de outra pessoa.

Assim, Vygotsky trabalha com a função mediadora entre o papel dos instrumentos de trabalho na transformação e no controle da natureza, e o papel dos signos como instrumentos psicológicos na atividade humana, o que possibilitam desempenhos funcionais mais eficientes.

2.1.4 Principais Processos Cognitivos

Os processos cognitivos estão classificados em duas categorias: básicos e superiores. Os processos cognitivos básicos nos permitem realizar tarefas do dia a dia, como fazer compras no supermercado, calcular contas, ver as horas etc. Já os processos cognitivos superiores são mais complexos e exigem um esforço maior da mente, como aprender um outro idioma, fazer uma reflexão de um texto, solucionar problemas no trabalho, escrever uma tese etc.

Dessa forma, tem-se uma gama de processos, no decorrer do desenvolvimento, que vão se completando e formando uma estrutura cognitiva plena. Todavia, a percepção é a porta de entrada dos estímulos que serão processados cognitivamente, “[...] é o processo que permite reconhecer, organizar e compreender as informações que chegam por meio dos sentidos.” (FERRONATO; FREITAS; PINTO, 2016, p. 160)

A atenção está presente e participa ativamente na conduta humana desde a entrada do estímulo até a resposta motora, é um processo cognitivo básico fundamental e extremamente importante, já que envolve a disposição do cérebro para a recepção dos estímulos, pois: “[...] graças a ela podemos tomar consciência do que está acontecendo no nosso ambiente, selecionando apenas aqueles estímulos que serão úteis e deixando de lado os que não serão úteis em determinados momentos.” (GLOVER, 2019b, s/p.).

A memória é um processo cognitivo básico extremamente importante porque tem a função de receber, interpretar e armazenar todas as informações que chegam ao nosso cérebro. Segundo Ramos (2014, s.p.), “[...] trata-se de uma facilitação de uma via neural, que reproduz uma percepção, seja visual, auditiva, tátil, olfativa ou integrativa.” É um processo cognitivo imprescindível para o desenvolvimento da aprendizagem, pois possibilita a recordação do nosso passado, portanto: “Sem ela cada experiência seria vivenciada como algo novo; a vida seria uma série de encontros sem sentido que não mantêm relação com o passado e que não teriam utilidade para o futuro.” (GOMÉZ; TERÁN, 2011, p. 56).

A memória pode ser classificada conforme o tempo de armazenamento das informações e conteúdo armazenados, relacionado à memória de curto prazo, e memória de longo prazo.

A linguagem é um dos processos superiores que exige a coordenação de várias funções e aptidões. Vai se constituindo gradualmente desde o nascimento, permanecendo em constante modificação; está ligada à evolução e maturação cerebral e não ocorre como um fato isolado:

[...] ocorre intimamente relacionada com os processos no desenvolvimento psicomotor e na evolução cognitiva. Intervêm, além disso, as funções nervosas superiores, a interação com o entorno, fatores sociais e culturais, afetivos e emocionais e o pensamento. (GOMÉZ; TERÁN, 2011, p. 57).

Sequenciando os principais processos cognitivos, destaca-se também a metacognição, ou seja, o conhecimento que o sujeito tem sobre suas próprias forças e limitações, conceituado por Flavell (1979, p. 232), como:

[...] o conhecimento que cada um tem dos seus próprios processos e produtos cognitivos ou de qualquer aspecto com eles relacionados; envolve monitoramento ativo e consequente regulação desses processos em relação à cognição, usualmente no serviço de algum objetivo concreto.

Assim, como a linguagem e a metacognição, a resolução de problemas e o raciocínio são habilidades desenvolvidas concomitantemente desde a primeira infância, e como processos cognitivos vão sendo amadurecidos e estruturados de forma progressiva, através de afetividade, motivação e intervenção na busca de soluções alternativas para um conflito através de brincadeiras e atividades do dia a dia da criança.

9

2.2 A influência dos jogos pedagógicos tradicionais e digitais na estimulação do desenvolvimento cognitivo nas crianças

Para que o jogo tenha configuração de material pedagógico deve desempenhar funções educativas, bem como objetivar a busca de resultados em relação à aprendizagem e desenvolvimento de habilidades. Segundo Ramos, Lorenset e Petri (2016, p. 2):

Os jogos educacionais são caracterizados por vários elementos presentes nos jogos, de modo geral, e oferecem contribuições à aprendizagem. Elementos como: objetivos, regras, restrições; interação; desafio, competição, recompensas e feedback (PRENSKY, 2007; WANGENHEIM; WANGENHEIM, 2012) contribuem para a aprendizagem e para o desenvolvimento das habilidades cognitivas dos jogadores.

Neste contexto, além de influenciar na estimulação, os jogos pedagógicos contribuem de modo geral e positivo no desenvolvimento cognitivo favorecendo a aprendizagem da criança; contudo, cabe ao mediador a análise e direcionamento da atividade, visando a sua potencialidade e atribuindo deste modo valor pedagógico para os jogos. Rocha (2016, s/p.), em publicação sobre “Jogos pedagógicos no aprendizado” à Revista Eletrônica SUPERA, ressalta que:

Os jogos pedagógicos também levam ao desenvolvimento da linguagem, por meio do contato com diferentes objetos e diferentes situações. O brincar ajuda ainda no desenvolvimento da sociabilidade, por meio do ganhar e perder, do compartilhar e do respeito às regras.

Para Gonçalves (2014, p. 4), o jogo “[...] facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para uma boa saúde mental, prepara para um estado interior

fértil, facilita os processos de socialização, comunicação, expressão e construção do conhecimento. “Andrade (2009, p. 12-14) expõe concepções piagetiana e vigostskiana:

Com relação ao jogo, Piaget (1998) acredita que ele é essencial na vida da criança. (p. 12)

Para a corrente vigostskiana o jogo é crucial para o desenvolvimento cognitivo, pois o processo de criar situações imaginárias leva ao desenvolvimento do pensamento abstrato. (p. 14).

Luiz et al. (2014, p. 1) afirmam que na concepção walloniana “os jogos são importantes, pois a criança confirma as múltiplas experiências vivenciadas, como: memorização, enumeração, socialização, articulação sensoriais, entre outras.”

Dessa forma, evidencia-se as influências e benefícios no desenvolvimento intelectual dos envolvidos através dos jogos pedagógicos tradicionais e digitais. Portanto, consideram-se que as modificações no rendimento intelectual por meio das intervenções e treinamentos com a associação dos jogos pedagógicos tradicionais e digitais em caráter terapêutico e ou preventivo, estimulam e contribuem sobremaneira para o desenvolvimento das habilidades e capacidades cognitivas.

3 Metodologia

A abordagem da pesquisa quanto ao gênero foi uma pesquisa teórico-empírica, através de estudos com enfoque exploratório e com uma abordagem investigativa qualitativa. A técnica de investigação foi o estudo de caso, sendo desenvolvido por estudos de alcance exploratório e descritivo. A estratégia de ação para o desenvolvimento da análise da pesquisa foi o desenho fenomenológico, em que o objeto de estudo foi observado em seu ambiente natural. Os instrumentos de coleta de dados da pesquisa bibliográfica foram livros, artigos e Leis, e, para a pesquisa de campo, relatórios de queixas em âmbitos desenvolvimental, educacional e comportamental e entrevistas semiestruturadas.

4 Resultados e discussão

Esta pesquisa buscou provar que os jogos pedagógicos tradicionais e digitais são ferramentas valiosas na estimulação cognitiva; que são eficazes como estímulos para o

desenvolvimento intelectual do aluno; e auxiliam na estruturação do ensino para crianças que apresentam dificuldade de aprendizagem.

Para tanto foi realizado um processo minucioso de estudo de casos com levantamento de evidências e análise do desenvolvimento da aprendizagem através observação direta e indireta (em sala de aula, horário de intervalo, aula de educação física, acompanhamento de reunião de conselho de classe e bate papo individualizado com os alunos), análise documental (material escolar e avaliações), entrevistas (com os pais ou responsáveis, e professores) e estimulações com associação dos jogos pedagógicos tradicionais e digitais durante um período de 12 (doze) meses, com frequência de 2 (duas) vezes semanais, pelo tempo de aproximadamente 45 (quarenta e cinco) minutos.

Através do estudo de caso, foi possível evidenciar as influências e benefícios dos jogos pedagógicos tradicionais e digitais no desenvolvimento intelectual dos envolvidos; tanto os indivíduos que apresentaram um maior déficit cognitivo, como os indivíduos mais estabilizados cognitivamente melhoraram seu rendimento com o treinamento cognitivo.

Além da melhoria no desenvolvimento cognitivo e aumento da aprendizagem dos alunos, a estimulação cognitiva através do método de associação dos jogos pedagógicos tradicionais e digitais contribuiu para a melhoria dos resultados na Escola.

Portanto, conclui-se, que os jogos digitais e tradicionais mobilizam esquemas mentais, estimulam o pensamento, a ordenação de tempo e espaço, integram várias dimensões da personalidade, afetiva, social, motora e cognitiva, além de favorecer o desenvolvimento de habilidades, como coordenação, obediência às regras, senso de responsabilidade, senso de justiça, memorização, enumeração, socialização, articulação sensorial, iniciativa pessoal e grupal e outros.

Considerações finais

Considera-se o alcance do objeto de estudo quanto ao uso de Jogos pedagógicos tradicionais e digitais no desenvolvimento cognitivo dos alunos com dificuldade de aprendizagem, bem como o objetivo geral de determinar se a estimulação através dos jogos

pedagógicos tradicionais e digitais possibilita a melhoria do desenvolvimento cognitivo dos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem.

Esta pesquisa permitiu provar que os alunos que receberam os estímulos através dos jogos pedagógicos tradicionais e digitais apresentaram melhoria no desenvolvimento cognitivo, aumento da aprendizagem, melhoria na maturidade intelectual, aprimoramento da capacidade de raciocínio, reflexão e interpretações.

Assim, no tocante considera-se que os jogos pedagógicos tradicionais e digitais são ferramentas valiosas na estimulação cognitiva; influenciam e contribuem de modo positivo no desenvolvimento cognitivo, favorecendo a aprendizagem e o desenvolvimento intelectual do aluno e auxiliando na estruturação do ensino para crianças que apresentam dificuldade de aprendizagem.

Referências

ANDRADE, Divina Benedita da Silva. **A importância do lúdico para o desenvolvimento social e cognitivo da criança.** 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação em Educação Infantil) – Faculdade Católica de Anápolis, Goiás, 2009. Disponível em: <http://catolicadeanapolis.edu.br/biblioteca/wp-content/uploads/2019/12/DIVINA-BENEDITA-DA-SILVA-ANDRADE-A-IMPORT%C3%82NCIA-DO-L%C3%9ADICONA-EDUCA%C3%87%C3%83O-INFANTIL.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2020.

BECKER, F. Sujeito do conhecimento e ensino de matemática. **Schème Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genéticas**, São Paulo, v. 5, p. 65-86, 2013, edição especial. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/scheme/article/view/3222>. Acesso em: 31 jan 2020.

BRITES, Luciana. O que são aspectos cognitivos da aprendizagem? **NeuroSaber**, 2019. Disponível em: <https://neurosaber.com.br/o-que-sao-aspectos-cognitivos-da-aprendizagem/>. Acesso em: 08 jan. 2020.

COGNIÇÃO e ciência cognitiva: o que é a cognição? significado e definição. **Cognifit**, 2020. Disponível em: <https://www.cognifit.com/br/cognicao>. Acesso em: 24 mar. 2020.

DALMOLIN, Maique Solange; PIOVANI, Verónica Gabriela Silva. Jogos e brincadeiras: um resgate histórico-cultural para as aulas de educação física. *In*: PARANÁ. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE. Paraná: **Cadernos PDE**, 2014. v. 1, p. 1-17. E-book. ISBN 978-85-8015-080-3. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unioeste_edfis_artigo_maique_solange_dalmolin.pdf. Acesso em: 09 out. 2019.

DAUTRO, Grazziany Moreira; Lima, Welânio Guedes Maias de. A teoria psicogenética de Wallon e sua aplicação na educação. **V CONEDU** 2019. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV117_MD1_SA4_ID392_10092018225535.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

FERRARI, Dércio Fernando Moraes. **Desenvolvimento cognitivo**: as implicações das teorias de Vygotsky e Piaget no processo de ensino aprendizagem. 2014. Monografia (Especialização em Educação: métodos e técnicas de ensino) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Paraná, 2014. Disponível em: http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4808/1/MD_EDUMTE_VII_2014_34.pdf. Acesso em: 12 nov. 2019.

FERRONATO, Raquel Franco; FREITAS, Márcia de Fátima Rabello Lovisi de; PINTO, Rosângela de Oliveira. **Psicologia da educação e da aprendizagem**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016. Livro Online. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/39228396/livro-psicologia-da-educacao-e-da-aprendizagem>. Acesso em: 26 jan. 2020.

FLAVELL, J. H. Metacognition and cognition monitoring: A new area developmental inquiry. USA: **American Psychologist**, 1979.

GLOVER, Marissa. Processos cognitivos básicos e superiores: exemplos e tipos. **Psicologia-Online**. 2019a. Disponível em: <https://br.psicologia-online.com/processos-cognitivos-basicos-e-superiores-exemplos-e-tipos-212.html>. Acesso em: 26 jan. 2020.

GÓMEZ, Ana Maria Salgado; TERÁN, Nora Espinosa. **Dificuldade de aprendizagem**: detecção e estratégias de ajuda. São Paulo: Cultural, S.A. 2011.

GONÇALVES, Nelson. **O lado sério da brincadeira**: um olhar para a autoestima do educador. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LEÃO, Denise. Teoria de Jean Piaget. **SaberCom**. 2013. Disponível em: <http://www.sabercom.furg.br/handle/1/1609>. Acesso em 18 jan. 2020.

LIMA, Aparecida Parlato de. Contribuições da psicologia de Jean Piaget para a Educação: teoria da epistemologia genética. **Portal da Educação**. São Paulo. 2012. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/contribuicoes-da-psicologia-de-jean-piaget-para-a-educacao-teoria-da-epistemologia-genetica/54079>. Acesso em: 20 nov. 2019.

LUIZ, Jessica Martins Marques et al. As concepções de jogos para Piaget, Wallon e Vygotski. EFDeportes.com. **Revista Digital, Buenos Aires**, año 19, n.º 195, ago. 2014. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd195/jogos-para-piaget-wallon-e-vygotski.htm>. Acesso em: 20 fev.2020.

OLIVEIRA, Marta Kohl. **Vygotsky**: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico. São Paulo: Ed. Scipione, 1997.

PIAGET, J. O Nascimento da Inteligência na Criança. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. PIAGET, Jean. **La Psychologie de l'Intelligence**. Paris: A. Gollin, 1947.

RAMOS, Angela Souza da Fonseca. Dados recentes da neurociência fundamentam o método "brain-based learning". **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 31, n. 96, p. 263-274, 2014.



REVISTA CIENTÍFICA
MULTIDISCIPLINAR O SABER
MULTIDISCIPLINARY SCIENTIFIC JOURNAL

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber. ISSN: 2675-9128.

ISSN 0103-8486. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-84862014000300004&lng=es&nrm=isso. Acesso em: 07 mar. 2020.

RAMOS, Daniela Karine; LORENSET, Caroline Ckioquetta; PETRI, Giani. Jogos educacionais: contribuições da neurociência à aprendizagem. **Revista X**, Paraná, v. 2, p. 1-17, 2016. ISSN: 1980-0614. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/310605202_JOGOS_EDUCACIONAIS_CONTRIBUICOES_DA_NEUROCIENCIA_A_APRENDIZAGEM. Acesso em: 22 fev. 2020.

ROCHA, Barbara. Jogos pedagógicos no aprendizado. **Supera**, 2016. Disponível em: <https://metodosupera.com.br/jogos-pedagogicos-no-aprendizado/>. Acesso em: 07 mar. 2020.

SAMPAIO, Simaia. **Dificuldades de aprendizagem**: a psicopedagogia na relação sujeito, família e escola. 3. ed. Rio de Janeiro: Wake Ed., 2011.

SAMPAIO, Simaia; FREITAS, Ivana Braga de. **Transtornos e dificuldades de aprendizagem**: entendendo melhor os alunos com necessidades educativas especiais. 2. ed. Rio de Janeiro: WAK Editora: 2014.

SUGAHARA, Leila Yuri. **Música na Escola**: um estudo a partir da psicogenética walloniana. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação: Psicologia da Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/16378/1/Leila%20Yuri%20Sugahara.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

VYGOTSKY, L.S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

WAJNSZTEJN, Alessandra B. Caturani; WAJNSZTEJN, Rubens. **Dificuldades Escolares**: desafio superável. 2. ed. São Paulo: Ártemis Editorial, 2009.

Papel do enfermeiro na orientação sexual na adolescência *Role of nurses in sexual orientation in adolescence*

Submetido em: 17/12/2021

Aprovado em: 20/12/2021

v. 1, n. 12 p. 01-09, dez. 2021

DOI: 10.51473/rcmos.v1i12.245

1

Jackson Machado Silva

Resumo

A adolescência é marcada por grandes transformações orgânicas, cognitivas, socioculturais e afetivas expondo o adolescente a muitos riscos. A escola tem papel fundamental na formação do aluno, inclusive quanto às informações sobre educação sexual e orientação sexual. Este estudo teve como objetivo destacar a importância de atuação do enfermeiro na orientação sexual no contexto escolar. É importante conhecer como os pais vivenciam a educação sexual dos filhos adolescentes, sendo a escola o espaço crucial para o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades. Em relação ao modo como orientam seus filhos sobre sexualidade e as dificuldades e facilidades experimentadas, os pais referem que a influência da educação recebida pode facilitar ou dificultar o processo que buscam transmitir para seus filhos uma educação baseada nos valores da família e acham importante o diálogo e a conversa franca com os filhos, embora, algumas vezes, a comunicação entre pais e filhos adolescentes seja difícil. Conclui-se que a educação sexual na adolescência é um processo delicado que necessita ser realizado continuamente e o mais precoce possível. Neste processo o enfermeiro pode atuar na educação em saúde, auxiliando ainda os pais a enfrentar essa nova realidade.

Palavras-Chave: Educação Sexual, Saúde Escolar, Adolescência, Enfermeiro.

Abstract

Adolescence is marked by large organic, cognitive, affective and sociocultural transformations exposing adolescents to many risks. The school has a fundamental role in the formation of the student, including information regarding sex education and sexual orientation. This study aimed to highlight the importance of nurses' performance on sexual orientation in the school context. It is important to know how parents experience the sexual education of teenagers, with school the crucial space for the development of knowledge and skills. In relation to how guide their children about sexuality and the difficulties experienced and facilities, parents report that the influence of the received education can facilitate or hinder the process forward seeking an education for their children based on family values and find important dialogue and frank discussion with the children, although sometimes communication between parents and adolescent children is difficult. It is concluded that sex education in adolescence is a delicate process that needs to be performed continuously and as early as possible. In this process the nurse can make in health education, further helping parents confront this new reality.

Keywords: Sexual Education, School Health, Adolescence, Nurse

1 Introdução

A adolescência é uma fase de amadurecimento onde se há mudanças físicas e psicológicas, na qual o ser humano deixa de ser criança para se tornar adulto. Marca-se pelo início da puberdade e o fim do crescimento físico. Trata-se de uma fase em que se busca mudanças de identidade.

Portanto, não pode haver comparação entre o comportamento adolescente e o comportamento de um adulto, pois cada um está em um estágio de diferente maturidade. O cérebro ainda está processando e guardando informações importantes que irão determinar sua forma de viver. Tudo isso levando em conta que essa formação deverá ocorrer dentro de um ambiente familiar saudável, com os pais e em âmbito profissional, ou seja, um profissional da área de saúde capacitado para esse fim. É um processo longo e difícil, mais necessário.

Ao passar dos anos, observa-se que os adolescentes estão cada vez mais cedo dando início as atividades sexuais, segundo estudos, percebem-se que, essas atividades muitas das vezes não existe uma orientação, não havendo o conhecimento de aspectos biológicos, métodos contraceptivos e infecções sexualmente transmissíveis (IST's).

A educação e orientação sexual devem ser iniciadas o quanto antes, ocorrendo de maneira clara e objetiva, começando pelos pais, escolas e principalmente pelo profissional da saúde. É necessária a orientação de forma adequada, para que o adolescente tome ciência de como lidar com sua sexualidade. E nesse momento, cabe ao enfermeiro observar as oportunidades, desenvolvendo seu papel, contribuindo na formação dos adolescentes, principalmente em nível de promoção à saúde.

O Ministério da Educação sugere que escola tenha conteúdo voltado para orientação, e dá autonomia a própria escola para definirem a melhor forma de abordarem esta temática, já na escola é o ambiente social no qual o adolescente passa a grande parte de sua vida, neste sentido incentiva a troca de experiências que contribui de maneira significativa na tomada de decisões e principalmente na conduta dos adolescentes em relação aos comportamentos sexuais (BRASIL, 2017)

1.1 Problema

Qual é o papel do enfermeiro na orientação sexual da adolescência?

2 Objetivos

2.1 Objetivo geral

Determinar a importância do enfermeiro na orientação sexual na vida dos adolescentes e familiares.

2.2 Objetivos específicos

- Evidenciar a importância da educação sexual na vida dos adolescentes;
- Selecionar métodos para que haja melhor compreensão do tema
- Compreender o papel do enfermeiro na atividade educativa perante os adolescentes;
- Descrever as orientações sobre educação sexual prestada aos adolescentes e familiares.

3 Resultados e discussão

As ações dos enfermeiros na educação sexual podem contribuir para maior integração e participação dos adolescentes nas decisões e responsabilidades diante sua vida sexual (OLIVEIRA, et al. 2018). Foram encontrados diversos artigos que mostraram que a gravidez precoce e suas consequências relevantes ao adolescente quanto sua permanência na escola e a seu futuro profissional. Os artigos incluídos para esta revisão são estudos realizados na atuação do enfermeiro na educação sexual na adolescência: contexto escolar, onde foram agrupados conforme sua temática abordada, sendo: Enfermagem nas escolas, educação sexual, adolescência e educação sexual na escola. Com isso, construíram-se pontos da discussão reflexiva baseada em eixos norteador, conforme Tabela 2.

Tabela 2- Identificação dos estudos selecionados pela revisão bibliográfica.

AUTORES/ANO DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO	SÍNTESE
DOMINGOS, A. C., 2016.	Gravidez na adolescência: enfrentamento na estratégia de saúde da família	A gravidez na adolescência é um problema que as escolas vêm passando nos dias atuais. O artigo traz uma atuação do enfermeiro para diminuir esse índice gravidez na adolescência do município de campos altos em minas gerais.
FREITAS, T. C. De.; MIRANDA, A. R. B. De, 2015.	Educação sexual na escola: uma experiência do PIBID.	O artigo traz uma experiência do enfermeiro atua na escola onde desenvolver a promoção em saúde do adolescente com atividades criativas e interativas, criando um espaço promover orientação sexual e várias maneiras prevenção gravidez precoce.
JARDIM, D. P.; BRÊTAS, J. R. da S. 2016.	Orientação sexual na escola: a concepção dos professores de Jandira-SP	As ações desenvolvidas na escola em Jandira-SP, promover ações sobre prevenção das DSTs/Aids e a promoção da saúde sexual e reprodutiva desenvolvidas no contexto escolar. Os enfermeiros trabalhar de forma educativas com adolescentes, no que diz respeito à saúde sexual, sempre respeito os limites do cada adolescente.
MIRANDA, P. R. M, De.; KALHIL, J. B.; ALVES, J. M, 2017.	Sexualidade, Gênero e Educação Sexual nas Atas do Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – ENPEC de 2009 a 2015	Autor ressaltar a importância que Ministério da Educação e Cultura (MEC) e (PSE), sobre a orientação sexual dever trabalhando na escola através das ações educativas de prevenção, promoção e atenção à saúde, já é um ambiente no qual adolescente passa maior parte do seu dia.
		muitos tiram suas dúvidas de formas interativa e entende os vários riscos e danos que sexo precoce e sem preparação pode trazer na vida de um adolescente.
AGUIAR, C. A. 2014.	A importância da Enfermagem na orientação sexual de adolescentes no Ambiente escolar.	A importância da assistência de enfermagem na escola é fundamental para o acompanhamento do desenvolvimento principalmente dos os adolescentes proporcionados neste meio tempo educação e saúde. Desta forma, a orientação sexual na escola administrada pelo enfermeiro enfrenta muitos desafios, faltam de preparo do enfermeiro que atua PSE, outro ponto enfermeiro com professor de criar novas alternativas de ensino para atrair adolescentes para determinado tema, para qual os próprios possam tirar suas dúvidas. proporcionando aos adolescentes formas mais práticas e viável de explicar os procedimentos corretos a serem feitos no início da vida sexual.

O estudioso Aguiar (2014), em sua concepção, descreve que os Enfermeiros que atuam no PSE têm suas competências e atribuições de transmitir um conhecimento aos adolescentes de forma eficaz na disseminação de informações e orientação para os adolescentes acerca de saúde sexual e prevenção de agravos. Neste sentido, O profissional de Enfermagem está

habilitado para desenvolver ações de educação em saúde, planejando e implementando ações que favoreçam a saúde dos adolescentes e apoiando a família que nesse período tem uma grande dificuldade de interação com os filhos (ALMEIDA; CENTA, 2009).

4 Justificativa

Este trabalho tem por justificativo falar sobre a falta de orientação sexual dos adolescentes, as consequências que está sendo gerado pela falta de informação e instrução familiar e escolar, os altos índices de gravidez e doenças indesejadas, a atuação do enfermeiro, trazendo projetos no intuito de educar, auxiliar, compreender e corrigir a forma dos adolescentes e familiares agirem e pensarem.

A iniciação da vida sexual do adolescente tem ocorrido de forma imatura, irresponsável. A maioria muita das vezes não recebem as orientações necessárias no seu ambiente familiares, os tornando vulneráveis a buscarem informações fora de casa, trazendo as experiências dos seus colegas para suas vidas, carregadas de tabus, preconceito, gravidez indesejada e o desconhecimento de doenças e suas prevenções.

Dessa forma, é de suma importância a relevância de programas sobre a orientação sexual, onde profissionais de enfermagem possam passar de forma clara e objetiva, jeitos de melhorar o conhecimento de tal sociedade, influenciando também aos responsáveis a conversas mais esclarecedoras sobre o tema sexo e suas consequências, para que futuramente sejam capazes de gerar um comportamento seguro e menos expostos a riscos.

4 Fundamentação teórica

4.1 Adolescência e seus aspectos

Podem-se encontrar diversos conceitos que definam a palavra adolescência, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a adolescência é à segunda década da vida (de 10 a 19 anos) e considera que a juventude se estende dos 15 aos 24 anos. Esses conceitos comportam desdobramentos, identificando-se adolescentes jovens (de 15 a 19 anos) e adultos jovens (de 20 a 24 anos). O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), diz que na Lei n.º 8.069, de 13/7/1990, Art. 2.º Considera-se criança, para efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Tendo em vista o período que estende a adolescência, vê-se que está compreendida como processo de transição e entre fases a infância e a vida adulta. Marcam-se, entre outras características, pela busca de autonomia sobre as decisões, emoções e ações, pelo desenvolvimento de habilidades e a vivência da sexualidade.

Segundo Mandu (2005), a adolescência é vista como “um momento do processo de crescimento e desenvolvimento humano em que observamos rápidas e substanciais mudanças na vida e nos corpos infantis abrangendo acentuado crescimento pondero-estatural e o surgimento de novas formas físicas e estéticas, transformações no funcionamento orgânico, sobretudo no sexual e reprodutivo, construção de novas relações intersubjetivas, e, manifestações peculiares de novos sentimentos, modo de pensar e se comportar – refletindo novas identidades e inserções no mundo interno e externo à família”.

4.1.1 Programas de atenção à saúde sexual do adolescente

No âmbito das políticas públicas, atualmente atenção à saúde sexual dos adolescentes tem sido bastante preconizada, contendo ações, promoções e recuperações da saúde integral do adolescente. De modo, tendo a redução de diversas situações de riscos e vulnerabilidades relacionadas a sexualidade. (VIEIRA; MATSUKURA; VIEIRA, 2017).

O programa de Planejamento Familiar, ainda que não seja uma Política Pública exclusiva para a adolescência, inclui ações de prevenção nos serviços de saúde voltadas às mulheres nesta etapa do desenvolvimento. Este programa inclui a abordagem sobre os métodos contraceptivos, gravidez, pré-natal, parto e outras temáticas que se relacionam com a anticoncepção (BRASIL, 1996b).

O PROSAD foi o primeiro programa a se preocupar de forma específica com a saúde dos adolescentes, o que representou um avanço em termos de saúde pública destinada a essa população; contudo, alguns aspectos do Programa foram se mostrando contraditórios em relação às diretrizes e focos de ação do Sistema Único de Saúde (SUS). Gradativamente, a atenção em saúde foi descentralizada e buscou se aproximar da ideia de saúde como direito social, entendendo que os jovens são sujeitos de direitos. Nesse sentido, observou-se uma reorientação do PROSAD para a Atenção Básica (AB), através da efetivação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde dos Adolescentes (JAGER et al., 2014)

4.1.2 atuação da enfermagem na atenção à saúde sexual do adolescente

O trabalho do enfermeiro neste âmbito é diversificado, pois, além do cuidado ao indivíduo abrange ações educativas, referentes a sexualidade. Fatores como o despreparo da equipe, acolhimento com escuta desqualificada, falta de vínculo e descontinuidade da assistência, determina a privação dos jovens nos serviços da atenção primária. Cabe ao enfermeiro usar o melhor método para obter uma boa relação com os adolescentes, para que não ocorra apenas o repasse de informações, mas uma interatividade, pode utilizar-se de rodas de conversa, desenvolvimento de trabalho intersetorial, com temas que chamem a atenção por ser realidade do cotidiano, exemplo o início precoce da vida sexual, IST'S, métodos contraceptivos e gravidez na adolescência, aprofundando o assunto na medida em que eles compreendam para não gerar conflitos de informações. Torna-se necessário planejar políticas e programas de saúde, desenvolvendo ações integradas que permitam ao enfermeiro refletir sobre o cuidado direcionado a esse grupo populacional.

7

5 Metodologia

Trata-se de um estudo bibliográfico, descritivo de abordagem qualitativa a ser desenvolvida a partir de uma revisão de literatura, onde cada estudo será analisado para a construção do referencial teórico. Recorte temporal para a construção deste trabalho: compreender artigos publicados entre os anos de 2003 e 2020, cuja busca será realizada por meio da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Base de Dados de Enfermagem (BDENF), Literatura Latino-americana e, *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), utilizando como estratégia de busca os seguintes descritores: Adolescência; Orientação Sexual; Políticas Públicas; Enfermagem; Enfermeiro.

Segundo Lakatos e Marconi (1992), a pesquisa bibliográfica tem por finalidade colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto, permitindo o reforço paralelo na análise e manipulação de suas informações. Realizou-se um levantamento bibliográfico por meio de uma busca de produções científicas na Biblioteca Virtual em saúde (BVS) direcionado para as seguintes bases de dados: Scientific Electronic Library Online (Scielo), Neson, Google Scholar, Literatura Latino-americana e do Caribe em

Tabela 1- Dados do levantamento bibliográfico segundo as bases de dados supracitadas.

Levantamento Bibliográfico	Resultados obtidos	Artigo selecionado	Artigo excluído
Virtual em saúde (BVS)	16	6	10
Scientific Eletronic Library Online (SciELO)	9	5	4
Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs)	6	4	2
Literatura Internacional em Ciências da Saúde (Medline)	5	2	3
Nescon	5	2	3
Google Scholar	19	6	13
Total de artigos	60	25	35

Fonte: Pesquisa intitulada Atuação do enfermeiro na educação sexual na adolescência no contexto escolar, 2020.

Referências

BRAZIL. DIVISÃO NACIONAL DE SAÚDE MATERNO-INFANTIL. Programa Saúde do Adolescente: bases programáticas. Brasília: Ministério da saúde, Secretaria Nacional De Programas Especiais De saúde, **Divisão Nacional De saúde Materno Infantil**, 1989.

FEDERAL, S. DE S. DO D. **Saúde do Adolescente**. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/saude-do-adolescente/>. Acesso em: 28 abr. 2021.

NEI, E.; MANDÚ, T. **Consulta de enfermagem na promoção da saúde sexual**. [s.l.], 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/reben/v57n6/a20.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2021.

OLIVEIRA, T. C. DE; CARVALHO, L. P.; SILVA, M. A. DA. O enfermeiro na atenção à saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 61, n. 3, p. 306–311, 2008.

ORGANIZAÇÃO, P.-A. et al. **Saúde e sexualidade de adolescentes**. [s.l.], 2017. Disponível em: <http://portalarquivos.saude.gov.br/images/PDF/2017/maio/05/LIVRO-SAUDE-ADOLESCENTES.PDF>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

RAÍSSA, A. et al. Faculdades Integradas Fafibe. **Associação de Educação e Cultural do Norte Paulista**. [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.unifafibe.com.br/revistahispecilema/pdf/revista9.pdf#page=72>. Acesso em: 28 abr. 2021.

SAITO, M. I.; LEAL, M. M. Adolescência e contracepção de emergência: Fórum 2005. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 25, n. 2, p. 180–186, 2007.

Tempo de puberdade. **Fiojovem**. Disponível em: <https://www.fiojovem.fiocruz.br/tempo-de-puberdade>. Acesso em: 28 abr. 2021.

VIEIRA, P. M.; MATSUKURA, T. S.; VIEIRA, C. M. Políticas públicas e educação sexual: percepções de profissionais da saúde e da educação. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 14, n. 3, p. 69–87, 29 set. 2017.

Sites

A primeira vez | Fiojovem. Disponível em: <https://www.fiojovem.fiocruz.br/a-primeira-vez>. Acesso em: 28 abr. 2021.

Assistência Do Enfermeiro A Educação Sexual Dos Adolescentes na Atenção Básica. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/mpct2017/46881-assistencia-do-enfermeiro-a-educacao-sexual-dos-adolescentes-na-atencao-basica/#:~:text=O%20enfermeiro%20desempenha%20fundamental%20papel>. Acesso em: 29 abr. 2021.

Brasília -DF 2013 1. edição e 1. reimpressão. [s.l.], [s.d.]. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_saude_reprodutiva.pdf. Acesso em: 28 abr. 2021.

Brasília - DF 2013 1. Edição e 1. reimpressão. [s.l.], [s.d.]. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_saude_reprodutiva.pdf. Acesso em: 28 abr. 2021.

Revista Adolescência e Saúde. Disponível em: <http://adolescenciaesaude.com/imprimir.asp?id=95>. Acesso em: 28 abr. 2021.

Revista Adolescer - ABEn Nacional. Disponível em: <http://www.abennacional.org.br/revista/cap1.1.html>. Acesso em: 28 abr. 2021.

Revista Adolescer - ABEn Nacional. Disponível em: <http://www.abennacional.org.br/revista/cap5.1.html>.

A disseminação cultural de complexos vegetais na medicina popular do estado de Alagoas: uma revisão sistemática
The cultural dissemination of plant complexes in popular medicine in the state of Alagoas: a systematic review

Submetido em: 18/12/2021

Aprovado em: 21/12/2021

v. 1, n. 12 p. 01-25, dez. 2021

DOI: 10.51473/rcmos.v1i12.246

1

*Jailza Maria do Nascimento Soares*¹
*Janilo Italo Melo Dantas*²

Resumo

Os complexos vegetais são misturas de plantas, em que várias espécies são associadas entre si em recipientes fechados, juntamente com substâncias alcoólicas e adoçadas, formando ao longo dos dias uma substância utilizada para curar enfermidades. São exemplificados por garrafadas, xaropes e lambedores. Buscar entender os aspectos bioculturais associados a esses preparados torna-se fundamental, pois desempenham um papel histórico e tradicional para diversas populações locais do Nordeste do Brasil. Assim, este trabalho objetivou investigar o papel e a composição de complexos vegetais utilizados pela medicina popular do estado de Alagoas através de uma revisão sistemática. Para isso, realizamos buscas por trabalhos etnobotânicos realizados em Alagoas que evidenciassem complexos vegetais utilizados na região. Para busca dos trabalhos usamos palavras-chave em português e inglês nas plataformas Google Acadêmico e Scielo, sendo selecionados e analisados. Identificamos 169 complexos vegetais através de 6 categorias de uso (41 lambedores, 41 garrafadas, 11 banhos medicinais, 53 chás, 16 xaropes e 07 sucos). Foram identificadas um total de 70 espécies (32 são exóticas e 38 são nativas) utilizadas nos preparados. Tais complexos são utilizados para curar diversas enfermidades, com destaque para aquelas associadas ao sistema respiratório. Os complexos vegetais desempenham papel significativo para as pessoas de região, pois além de serem utilizados para fins medicinais, fazem parte dos aspectos socioculturais da região. A realização deste trabalho contribui de forma eficaz na divulgação dos aspectos bioculturais associadas aos complexos vegetais da medicina popular do estado de Alagoas e serve como subsídio para realização de novos trabalhos relacionados.

Palavras-chave: Etnobotânica. Plantas Medicinais. Misturas Vegetais

Abstract

Plant complexes are mixtures of plants, in which several species are associated with each other in closed containers, together with alcoholic and sweetened substances, forming over the days a substance used to cure illnesses. They are exemplified by bottles, syrups, and

¹ Graduanda em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL, Campus Palmeira dos Índios. E-mail: jailza1015@gmail.com.

² Doutorando em Etnobiologia e Conservação da Natureza pela Universidade Federal Rural de Pernambuco-UFRPE, Campus Recife. E-mail: janilo_melo@hotmail.com.

lickers. Seeking to understand the biocultural aspects associated with these preparations is essential, as they play a historical and traditional role for different local populations in Northeastern Brazil. Thus, this work aimed to investigate the role and composition of plant complexes used by folk medicine in the state of Alagoas through a systematic review. For this, we carried out searches for ethnobotanical works carried out in Alagoas that showed complex plants used in the region. To search for the works, we used keywords in Portuguese and English on the Google Academic and Scielo platforms, which were selected and analyzed. We identified 169 vegetable complexes through 6 categories of use (41 lickers, 41 bottles, 11 medicinal baths, 53 teas, 16 syrups and 07 juices). A total of 70 species were identified (32 are exotic and 38 are native) used in the preparations. Such complexes are used to cure various illnesses, especially those associated with the respiratory system. Plant complexes play a significant role for people in the region, as in addition to being used for medicinal purposes, they are part of the sociocultural aspects of the region. This work effectively contributes to the dissemination of biocultural aspects associated with plant complexes in popular medicine in the state of Alagoas and serves as a subsidy for carrying out new related works.

Keywords: Biological Sciences. Alternative Methods. Didactic Tour

1 Introdução

Desde o surgimento de determinadas enfermidades, os seres humanos passaram a lidar com diferentes estratégias adaptativas como forma de sobrevivência, e entre tais principais estratégias, destaca-se o uso de determinadas plantas medicinais. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), plantas medicinais são definidas como todas as espécies vegetais silvestres ou cultivadas, usadas como prevenção de alívio patológico ou utilizado como fonte de produção de fármacos (ANDRADE; COUTO, 2014). Tal uso, concentra-se como uma das mais antigas práticas do mundo e, ainda atualmente, representa um dos principais recursos utilizados para cura de doenças em diferentes populações locais (VEIGA JÚNIOR, 2005).

Ao longo do tempo, com o desenvolvimento do uso de determinadas plantas medicinais e sua disseminação por diferentes populações locais, as plantas medicinais passaram a ser utilizadas de diferentes formas. Por exemplo, além de utilizarem determinadas espécies vegetais de forma isolada (uma única planta por vez) as pessoas passaram a utilizar também, algumas preparações caseiras derivadas de diferentes plantas medicinais, como por exemplo da utilização do “Complexos Vegetais” (DANTAS et al., 2020). Os complexos vegetais trata-se de misturas de plantas, na qual várias espécies vegetais são associadas entre si, junto a diferentes substâncias alcoólicas ou adocicadas, levadas a decocção ou colocadas em recipientes geralmente fechados, na qual ao passar dos dias, a associação entre diferentes

espécies e substâncias, formam um preparado utilizado para curar/aliviar diferentes doenças (VANDEBROEK et al., 2010; BUSSMANN et al. 2010). Em alguns casos, quando não produzidos através de diferentes combinações de espécies vegetais diferentes, esses preparados também podem ser elaborados através de diferentes partes/combinções de uma determinada espécie vegetal.

Os complexos vegetais podem ser exemplificados por; garrafadas, xaropes, lambedores e até mesmo chás (DANTAS et al., 2020). A produção dos complexos vegetais é variada, decorrendo a partir da transmissão de informações culturais transmitidas socialmente (VANDEBROEK et al., 2010). A produção desses preparados tem desempenhado um papel importante para populações locais que lidam com estratégias medicinais, pois geralmente apresentam uma multifuncionalidade contra problemas de saúde ou são utilizados de forma preferencial, mesmo com a possibilidade do uso isolado das plantas medicinais e a existência de medicamentos convencionais. Além disso, por vezes, as plantas são utilizadas em conjunto através de misturas vegetais, para curar problemas de saúde que plantas utilizadas isoladas não são capazes de curar (GRAS *et al.*, 2018). Além do mais, os complexos vegetais têm desempenhado um importante papel cultural e socioeconômico, pois embora a medicina moderna esteja avançando a cada dia, as práticas medicinais tradicionais, como o uso de misturas vegetais, têm se mantido e popularizado através de razões históricas e culturais.

Atualmente, os complexos vegetais são utilizados pelo mundo todo. No Brasil, e em maior parte na região Nordeste, é perceptível que existem vários indivíduos que recorrem e dão ênfase para produção e utilização de determinados complexos vegetais, seja para utilização própria ou até mesmo para comercialização em diferentes mercados ou feiras locais (DANTAS et al., 2008). Nessa perspectiva, pesquisas que abordem os complexos vegetais, e os propósitos que esses preparados vêm desempenhando em diferentes populações locais de diversas regiões, são consideradas essenciais para o avanço da etnobotânica, pois nesse caso, o desenvolvimento de pesquisas associadas a essas preparações, podem desempenhar maiores compreensões culturais, econômicas, bioprospectivas e evolutivas associado ao uso das plantas medicinais.

Na perspectiva de alguns autores como Gras et al. (2018), a maioria dos pesquisadores etnobotânicos, tem realizado seus estudos sobre o uso isolado de plantas e seus usos, em vez de abordarem a utilização de preparações mais complexas sobre plantas medicinais. No entanto, as misturas de plantas como os complexos vegetais, constituem em uma abordagem

importante para diferentes linhas de pesquisa, pois representam um grande volume de informações culturais.

Atualmente, o estado de Alagoas, apresenta uma alta diversidade biocultural, e o uso de plantas medicinais associadas a complexos vegetais é uma prática que percorre a medicina popular desde o baixo, até o alto sertão da região. Porém, apesar do crescente desenvolvimento de trabalhos etnobotânicos realizados no estado, há uma necessidade de estudos que analisem a forma de uso disseminada dos complexos vegetais da região, uma vez que a realização de trabalhos associados a esses preparados, comparado com a realização de estudos sobre o uso isolado das plantas medicinais, ainda carece de maiores investigações. Nessa perspectiva, este trabalho propõe investigar o papel e a composição de determinados complexos vegetais pela medicina popular do estado de Alagoas, buscando evidenciar maiores esclarecimentos e compreensões a respeito dessas preparações utilizadas por diferentes populações locais da região.

2 Procedimento Metodológico

2.1 Coleta de Dados

Os dados desse estudo foram coletados por meio da realização de uma revisão sistemática, utilizando diferentes bases de dados on-line. Os dados foram coletados entre os meses de novembro de 2020 a janeiro de 2021. Para isso, foram pesquisados trabalhos etnobotânicos sobre plantas medicinais, que apresentassem algum tipo de informações sobre complexos vegetais do estado Alagoas, Nordeste do Brasil.

Os trabalhos foram pesquisados nas seguintes plataformas: Scientific Electronic Library Online – SciELO e Google Acadêmico /Google Scholar, por apresentarem uma ampla cobertura de trabalhos relacionados. Para a busca, utilizamos as seguintes palavras-chave em português: Garrafada+Alagoas, lambedor+Alagoas, xarope+ Alagoas, Plantas Mediciniais+Alagoas, Etnobotânica+Alagoas, Fitoterápicos+Alagoas e Farmacopeia+Alagoas. Além disso, utilizamos as seguintes palavras-chave em inglês: Bottled + Alagoas, licker + Alagoas, syrup + Alagoas, Ethnobotany+Alagoas, Medicinal Plants+Alagoas, Phytotherapy+Alagoas e Pharmacopoeia+Alagoas.

Como critérios de inclusão, foram considerados todos os tipos categóricos de trabalhos encontrados, tais como: artigos científicos, livros, capítulos de livros, teses, dissertações, resumos científicos e trabalhos de conclusão de curso. Porém, selecionamos somente aqueles trabalhos que tivessem sido realizados exclusivamente em alguma localidade do estado de Alagoas, e que apresentassem algum/alguns tipo de complexos vegetais independente do ano de publicação. Além disso, foram considerados como complexos vegetais, determinadas preparações que fossem compostas por duas ou mais plantas medicinais ou preparações que fossem compostas por diferentes partes vegetativas de uma única planta medicinal.

2.2 Informações Botânicas

O nome científico e popular das espécies encontradas, foram descritos nesse estudo conforme evidenciado nos trabalhos. Porém, foi utilizado o site <http://floradobrasil.jbrj.gov.br/2020>, a fim de encontrar informações adicionais sobre as espécies identificadas, tais como; família botânica e origem das espécies (exótica/nativa).

2.3 Análise de Dados

Os trabalhos encontrados foram lidos e revisados criticamente. Na análise dos trabalhos levamos em consideração; os tipos de complexos vegetais (garrafadas, xaropes, lambedores, chás e sucos), a composição dos complexos vegetais (espécies vegetais e substâncias/produtos utilizados) e o papel desempenhado pelos mesmos (função, doenças indicadas e importância). Para isso, organizamos um banco de dados utilizando o programa Microsoft Excel. Além disso, utilizamos esse mesmo programa para quantificação dos trabalhos e análises estatísticas descritivas.

3 Resultados e Discussão

Mediante a busca nas diferentes plataformas, foram identificados um total de 68 trabalhos. Desses trabalhos, apenas 48 se enquadraram nos critérios estabelecidos e foram analisados. Dos 48 trabalhos analisados, 30 consistem em artigos científicos, 12 resumos

acadêmicos e 6 foram capítulos de livro. De todos esses trabalhos analisados, apenas 12 apresentaram informações sobre complexos vegetais que foram utilizados neste trabalho.

Foram encontrados um total de 169 complexos vegetais descritos nos trabalhos, por meio de 06 categorias de uso (xarope, lambedor, garrafada, chá, suco e banho medicinal). Dos 169 complexos vegetais, 41 foram lambedores, 16 xaropes, 41 garrafadas, 53 chás, 07 sucos e 11 banhos, conforme descrito na tabela 2.0 deste estudo.

3.1 Composição dos Complexos Vegetais

Os complexos vegetais se caracterizam como bastante diversificados. Ao total foram identificadas 70 plantas medicinais que fazem parte dos preparados, com maior destaque para espécies da família Lamiaceae 10 espécies (tabela 1.0). Das espécies identificadas, 32 são exóticas e 38 são nativas

Para explicar o porquê das espécies utilizadas nos complexos vegetais serem mais nativas, nós sugerimos a necessidade da realização de demais trabalhos etnobotânicos no estado, que busquem investigar a relação entre disponibilidade local de determinadas plantas medicinais com seus respectivos usos locais. Por exemplo, o fato da maioria das espécies utilizadas nos complexos vegetais serem mais nativas, pode ter uma forte relação com as características das espécies que compõem a região, pois boa parte das espécies nativas utilizadas nos complexos vegetais, pertencem exclusivamente ao bioma caatinga, tais como: a aroeira (*Myracrodruon urundeuva* Allemão), barbatimão (*Stryphnodendron adstringens* Mart. Coville), catingueira (*Poincianella pyramidalis* (Tul.) e mulungú (*L.P. Queiroz*) *Erythrina velutina* Willd (FLORA DO BRASIL, 2020). Por exemplo, a “Hipótese da Sazonalidade Climática” proposta por Albuquerque (2006), prevê que pessoas tendem a utilizar mais recursos que são garantidos durante todo o ano. Que nesse caso, em ambientes de caatinga, as espécies nativas lenhosas (plantas perenes) são mais utilizadas do que espécies herbáceas (plantas não perenes). Nesse sentido, apontamos a necessidade de trabalhos relacionados que possam incrementar nossos achados.

Assim como as plantas apresentaram variação na composição dos complexos vegetais, as partes de plantas utilizadas também tendem a ser variadas para compor determinadas misturas. Por exemplo, muitos complexos são compostos por; extratos de raízes, sementes, flores, cascas e principalmente por folhas das plantas. Dessa forma, os dados obtidos se

relacionam com os de Vandebroek et al. (2010), que ao investigarem a importância de misturas vegetais na República Dominicana, evidenciaram que várias partes de plantas são usadas para muitas preparações, dependendo da saúde/condição a ser tratada, ou de acordo com o indivíduo que usa essa espécie. Adicionalmente, os dados também se relacionam com os de Gras et al. (2018), que realizaram um estudo sobre o uso de misturas vegetais em populações locais de distritos Catalães e identificaram que a parte aérea das plantas costumam ser mais utilizadas nas misturas. Além disso, Camargo (2011) também argumenta em seu estudo que as partes de vegetais que compõe tais preparados tradicionais podem ser cascas, frutos, folhas, raízes ou flores, secas ou frescas, assim como também, tem relação com os dados de Cano e Volpato (2003), que ao investigarem o uso de misturas de ervas na região cubana oriental, identificaram flores, folhas, cascas, frutos e raízes como parte das plantas utilizadas em misturas vegetais.

Entre outros tipos de substâncias utilizadas nos complexos, pode-se mencionar, mel, açúcar e principalmente substâncias alcoólicas. Esses dados se coincidem com os argumentos de Camargo (2011), que impõe que muitos complexos vegetais como por exemplo das garrafadas, consistem em combinações de plantas medicinais veiculadas em bebidas alcoólicas, mel e outros tipos de substâncias. Assim como também, se relacionam com os dados de Vandebroek et al. (2010), que evidenciam diferentes substâncias adocicadas e alcólicas utilizadas em misturas vegetais da República Dominicana.

3.2 Função/Papel dos Complexos Vegetais

Os complexos vegetais utilizados pela medicina popular do estado de Alagoas se caracterizam como bastante versáteis, pois os problemas de saúde indicados por tais complexos são bastante diversificados. Dessa forma, esses dados se relacionam com os de Lós et al, (2012), na qual, ao estudarem a comercialização de plantas medicinais no município de Arapiraca em Alagoas, os autores identificaram uma grande versatilidade de plantas e produtos para fins medicinais, utilizados para tratar doenças associados a diversos sistemas corporais. No entanto, percebe-se que a maioria dos complexos vegetais são utilizados para curar doenças relacionadas na maioria das vezes ao sistema respiratório, como por exemplo de doenças como gripe e tosse. Esse fato pode ser exemplificado principalmente pelo uso de lambedores medicinais, e coincide com os dados evidenciados por Silva et al, (2015) de que o

lambedor, enquanto produto medicinal, costuma ser utilizado na região Nordeste para tratar doenças associadas ao sistema respiratório e se relaciona também com os estudos de Gras et al. (2018) e Vandebroek et al. (2010), que também evidenciam o uso de misturas vegetais muito frequente como forma de tratamento anticatarral e demais doenças respiratórias.

Ao serem analisados alguns trabalhos, foi perceptivo que algumas plantas quando utilizadas de forma isoladas, são indicadas para funções diferentes, quando comparado as suas funções indicadas nos complexos vegetais. Nesse sentido, os dados se relacionam com as evidências de Gras et al. (2018), que inferem que a utilização de complexos vegetais pela medicina popular, pode ser explicada como uma resposta à cura de doenças multicausal ou por um possível efeito polivalente da mistura em oposição apenas ao efeito de cada táxon. Este fato, pode ser um ponto importantíssimo, que pode servir como subsídio para estudos biosprospectivos associados aos complexos vegetais. Com base nisso, salientamos a importância da realização trabalhos que analisem possíveis interações sinérgicas de produtos naturais conforme salientado por Casa Nova e Costa, (2017), pois para esses autores, “frequentemente, extratos de plantas medicinais podem exibir atividades biológicas mais pronunciadas que seus constituintes isolados”.

3.3 Importância dos Complexos Vegetais

De modo geral, os complexos vegetais desempenham um papel extremamente importante como forma de uso medicinal para as pessoas, uma vez que eles apresentam uma grande versatilidade medicinal, pois são utilizados para curar diversos tipos de enfermidades. Também é possível perceber que a importância de determinadas complexos vegetais no estado de Alagoas, vai além da importância medicinal, pois alguns desses preparados são também utilizados como forma socioeconômica, por meio da comercialização em diferentes feiras e mercados locais da região, conforme evidenciado por Dantas et al, (2020) e Lós et al, (2012). Além disso, tais preparados desempenham um importante papel simbólico cultural para a região, que por muito tempo vem sendo mantido por populações locais. Esse fato pode ser exemplificado principalmente pelo uso de lambedores e garrafadas, pois segundo Camargo (2011), tais preparados fazem parte da construção histórica de medicamentos Brasileiros.

O Uso tradicional de complexos vegetais por populações locais do estado de Alagoas, pode funcionar além de um tratamento complementar. Isso ocorre porque apesar de existirem os serviços públicos de saúde, muitas populações locais ainda recorrem ou dão preferência apenas para a utilização de preparações associadas a plantas medicinais, para curar ou aliviar determinadas enfermidades. Isso ocorre porque, em alguns casos, preparações associadas a plantas medicinais para curar doenças, podem ser o mais acessível para população (SOUZA-MOREIRA et al., 2010), ou até mesmo, porque o uso de produtos naturais a base de plantas medicinais, vem sendo cada vez mais procurado por diferentes sociedades, por existir a crença por muitos consumidores que são mais seguros quanto a toxicidade (CANO; VOLPATO, 2003).

Tabela 1. Plantas utilizadas em complexos vegetais pela medicina popular do estado de Alagoas, conforme evidenciados por trabalhos etnobotânicos realizados no estado.

Nome Popular	Nome Científico	Família Botânica	Origem das Espécies
Aroeira	<i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão	Anacardiaceae	Nativa
Seriguêla	<i>Spondias purpurea</i> L.	Anacardiaceae	Nativa
babosa	<i>Aloe vera</i> (L.) Burm. f.	Asphodelaceae	Exótica
Grajaú	<i>Fridericia chica</i> (Humb. & Bonpl.) L.G.Lohmann	Bignoneaceae	Nativa
Umburana	<i>Commiphora leptophloeos</i> (Mart.) J.B.Gillett	Burseraceae	Nativa
Rabo de Raposa	<i>Harrisia adscendens</i> (Gurke) Britton e Rose	Cactaceae	Nativa
Muçambê	<i>Tarenaya spinosa</i> (Jacq.) Raf.	Capparaceae	Nativa
Pratudo	<i>Kalanchoe cf. crenata</i> (Andrews) Haw.	Crassulaceae	Exótica
Bom Nome	<i>Monteverdia rigida</i> (Mart.) Biral	Celastraceae	Exótica
Melão de São Caetano	<i>Momordica charantia</i> L.	Cucurbitaceae	Nativa
Pião Roxo	<i>Jatropha gossypifolia</i> L.	Euphorbiaceae	Nativa
Quebra Pedra	<i>Phyllanthus amarus</i> Schumach.	Euphorbiaceae	Nativa
Carrapateira Mamona	<i>Ricinus communis</i> L.	Euphorbiaceae	Nativa
Hortelã da Folha Pequena	<i>Mentha × villosa</i> Huds.	Lamiaceae	Nativa
Sambacaitá	<i>Mesosphaerum pectinatum</i> (L.) Kuntze	Lamiaceae	Nativa
Manjerição	<i>Ocimum americanum</i> L.	Lamiaceae	Nativa
Hortelã da Folha Grande	<i>Plectranthus amboinicus</i> (Lour.) Spreng.	Lamiaceae	Nativa
Boldo	<i>Plectranthus ornatos</i> Codd.	Lamiaceae	Nativa

Alecrim	<i>Rosmarinus officinalis</i> L.	Lamiaceae	Nativa
Mororó	<i>Bauhinia cheilantha</i> (Bong.) Steud.	Leg. Caes	Nativa
Jatobá	<i>Hymenaea courbaril</i> L.	Fabaceae	Nativa
Catingueira	<i>Poincianella pyramidalis</i> (Tul.) L.P.Queiroz	Leg. Caes	Nativa
Angico	<i>Anadenanthera colubrina</i> var. <i>cebil</i> (Griseb.) Altschul	Leg. Mim.	Exótica
Tamarindo	<i>Tamarindus indica</i> L.	Leg. Mim.	Exótica
Mulungú	<i>Erythrina velutina</i> Willd.	Leg. Pap.	Nativa
Romã	<i>Punica granatum</i> L.	Lythraceae	Nativa
Acerola	<i>Malpighia emarginata</i> Dc.	Malpighiaceae	Nativa
Hibisco	<i>Hibiscus rosa-sinensis</i> L.	Malvaceae	Nativa
Pitanga	<i>Eugenia pitanga</i> L.	Myrtaceae	Exótica
Goiabeira	<i>Psidium guajava</i> L.	Myrtaceae	Nativa
Capim Santo	<i>Cymbopogon citratus</i> (DC.) Stapf	Poaceae	Exótica
Juazeiro	<i>Ziziphus cotinifolia</i> Reissek	Rhamnaceae	Exótica
Noni	<i>Morinda citrifolia</i> L.	Rubiaceae	Exótica
Pé de Limão	<i>Citrus</i> sp.	Rutaceae	Exótica
Laranjeira	<i>Citrus x aurantium</i> L.	Rutaceae	Exótica
Quixabeira	<i>Sideroxylon obtusifolium</i> (Roem. & Schult.) T.D.Penn.	Sapotaceae	Exótica
Pimenta	<i>Capsicum frutescens</i> L.	Solanaceae	Exótica
Erva Cidreira	<i>Lippia alba</i> (Mill.) N.E.Br.	Verbenaceae	Exótica

Testa de Touro	<i>Kallstroemia tribuloides</i> (Mart.) Steud.	Zygophyllaceae	Exótica
Alecrim	<i>Rosmarinus officinalis</i>	Lamiaceae	Exótica
alho	<i>Allium sativum</i>	Amaryllidaceae	Nativa
boldo	<i>Cymbopogon citratus</i>	Poaceae	Exótica
alho	<i>Allium cepa</i>	Amaryllidaceae	Exótica
Erva cidreira	<i>Lippia alba</i>	Verbenaceae	Nativa
Hortelã-pimenta	<i>Mentha piperita</i>	Lamiaceae	Nativa
Sabugueiro	<i>Sambucus australis</i> Cham. & Schltdl	Adoxaceae	Exótica
Maracujá	<i>Passiflora edulis</i>	Passifloraceae	Nativa
Erva-de-santa-maria	<i>Chenopodium ambrosioides</i>	Amaranthaceae	Nativa
Não indicado	<i>Abarema cochliacarpus</i>	Fabaceae	Exótica
Limão	<i>Lemon - Citrus × lemon</i>	Rutaceae	Exótica
Flor-de-coral	<i>Jatropha multifida</i> L	Euphorbiaceae	Nativa
Manjerição africano	<i>Ocimum gratissimum</i> L.	Lamiaceae	Nativa

Ciguleira	<i>Aloe Vera (L.) Burm. F.</i>	Lamiaceae	Exótica
Aroeira	<i>Myracondruon urundeuva FR.All.</i>	Anacardiaceae	Nativa
Manjeriço	Ocimum sp	Amaranthaceae	Exótica
Babosa	<i>Aloe Vera (L.) Burm. F</i>	Liliaceae	Exótica
Barbatimão	<i>Stryphnodendron adstringens Mart. Coville</i>	Leguminosae	Nativa
Agrião	<i>watercress nasturtium officinale</i>	Brassicaceae	Exótica
Jurubeba	<i>Solanum asperolanatum</i>	Solanaceae	Exótica
Amora indiana	<i>Morinda citrifolia</i>	Rubiaceae	Exótica
Mastruz	<i>Chenopodium ambrosioides L.</i>	Amaranthaceae	Exótica
Batata-de-purga	<i>Operculina alata</i>	Convolvulaceae	Nativa
Jurema	<i>Mimosa tenuiflora (Willd.) Poir.</i>	Fabaceae	Nativa
Piranha	<i>Guapira laxa (Netto) Furlan</i>	Nyctaginaceae	Exótica
Papaconha	<i>Carapichea ipecacuanha (Brot.) L. Andersson (ENI)</i>	Rubiaceae	Exótica
Amora	<i>Rubus sellowii Cham. & Schldtl. (ENI)</i>	Rosaceae	Nativa
Barbatimão	<i>Abarema cochliacarpus (Gomes) Barneby & J.W.Grimes (MAC 54483)</i>	Fabaceae	Nativa
Pata de Vaca	<i>Bauhinia cheilantha (Bong.) Steud. (ENI)</i>	Fabaceae	Exótica
Jucá	<i>Libidibia ferrea (Mart. ex Tul.) L.P.Queiroz (ENI)</i>	Fabaceae	Nativa

Erva doce	<i>Pimpinella anisum L.</i>	Apiaceae	Exótica
-----------	-----------------------------	----------	---------

Tabela 2. Tipos de complexos vegetais utilizados pela medicina popular do estado de Alagoas, conforme evidenciados por trabalhos etnobotânicos realizados no estado.

Complexos vegetais	Plantas utilizadas	Função Medicinal	Trabalho/Autor
Xarope 1	alecrim	Doenças de pele, febre e dores	Griz et al, (2017)
Xarope 2	alho	Doenças respiratórias e calmante	Griz et al, (2017)
Xarope 3	boldo	Doenças gastrointestinais, calmante, e febre	Griz et al, (2017)
Xarope 4	Alho	Doenças respiratórias	Griz et al, (2017)
Xarope 5	Erva-cidreira	Doenças respiratórias, doenças gastrointestinais, doenças de pele, calmante e dor	Griz et al, (2017)
Xarope 6	Hortelã-pimenta	Doenças gastrointestinais e respiratórias, febre, dores e cólicas menstruais	Griz et al, (2017)
Xarope 7	Sabugueiro	Febre e problemas diuréticos	Griz et al, (2017)
Xarope 8	Hortelã da Folha Grande, Hortelã da Folha Pequena e Umburana	Gripe	Dantas et al, (2020)
Xarope 9	Hortelã da Folha Pequena e Erva Cidreira	Gripe	Dantas et al, (2020)
Xarope 10	Hortelã da Folha Grande, Hortelã da Folha Pequena e Limão	Gripe e Virose	Dantas et al, (2020)
Xarope 11	Hortelã da Folha Grande, Hortelã da Folha Pequena e Gengibre	Gripe e dor de garganta	Dantas et al, (2020)
Xarope 12	Hortelã da Folha Grande, Gengibre e Alecrim	Gripe	Dantas et al, (2020)
Xarope 13	Ciguleira	Tosse e gripe	Santos et al, (2020)
Xarope 14	babosa	Doenças renais/Câncer/Inflamação	Santos et al, (2020)
Xarope 15	Agrião	Gripe	Melro et al, (2020)
Xarope 16	Manjerição africano	Dor, febre, sangramentos, pressão e gripe	Melro et al, (2020)
Banho 1	Pau darco e Pratudo	Febre	Dantas et al, (2020)
Banho 2	Aroeira	Inflamação/Febre/Dores em geral/Dor de ouvido	Santos et al, 2020

Banho 3	Manjeriçao	gripe	Santos et al, (2020)
Banho 4	Barbatimão	inflamação	Santos et al, (2020)
Banho 5	Eucalipto, Hortelã da folha pequena e Manjeriçao	Febre	Dantas et al, (2020)
Banho 6	Aroeira e Alecrim	Cansaço respiratório	Dantas et al, (2020)
Banho 7	Aroeira e Angico	Febre	Dantas et al, (2020)
Banho 8	Mamona e Hortelã da Folha Grande	Febre e diarreia	Dantas et al, (2020)
Banho 9	Hortelã da folha grande e Eucalipto	Febre	Dantas et al, (2020)
Banho 10	Pau darco e Pratudo	Febre	Dantas et al, (2020)
Banho 11	Aroeira	Inflamação, Gastrite, Infecção, Mioma, Cicatrização, Inflamação no útero, Descontrole na menstruação	Lima et al. (2016)
Chá 7	Erva cidreira e Hortelã da Folha Grande	Estresse, gripe e febre	Dantas et al, (2020)
Chá 8	Hortelã da Folha Grande, Hortelã da folha pequena e Sabugueiro	Gripe	Dantas et al, (2020)
Chá 9	Capim Santo, Hortelã da Folha Grande, Hortelã da Folha Pequena, Eucalipto	Dor de cabeça e gripe	Dantas et al, (2020)
Chá 10	Hortelã da Folha Grande, Hortelã da Folha pequena, Quebra Pedra e Barbatimão	Gripe, Próstata e Pedra nos rins	Dantas et al, (2020)
Chá 11	None e Erva Cidreira	Febre	Dantas et al, (2020)
Chá 12	Angico e Aroeira	Gastrite	Dantas et al, (2020)
Chá 13	Hortelã da Folha Grande, Hortelã da Folha pequena e Alecrim	Gripe	Dantas et al, (2020)
Chá 14	Tamarindo e Hortelã da Folha Grande	Gripe	Dantas et al, (2020)
Chá 15	Hortelã da Folha Grande e Juazeiro	Gripe	Dantas et al, (2020)
Chá 16	Mastruz, Hortelã da folha Grande, Hortelã da Folha Pequena, Alecrim, Juazeiro e Romã	Gripe, Febre, Tosse e dor de cabeça	Dantas et al, (2020)
Chá 17	Hortelã da Folha Grande e Arruda	Gripe	Dantas et al, (2020)
Chá 18	Sabugueiro e Hortelã da Folha Grande	Febre	Dantas et al, (2020)
Chá 19	Alecrim e limão	Gripe	Dantas et al, (2020)

Chá 20	Eucalipto e Aroeira	Febre	Dantas et al, (2020)
Chá 21	Hortelã da Folha Grande e Pra tudo	Febre	Dantas et al, (2020)
Chá 22	Hortelã da Folha Grande e Alecrim	Gripe	Dantas et al, (2020)
Chá 23	Arruda e Alecrim	Gripe	Dantas et al, (2020)
Chá 24	Alecrim, Capim Santo e Boldo	Dor de cabeça e diarreia	Dantas et al, (2020)
Chá 25	Cana de Macaco e Romã	Febre	Dantas et al, (2020)
Chá 26	Boldo, Eucalipto e Manjeriçao	Febre	Dantas et al, (2020)
Chá 27	Alecrim e Eucalipto	Dor de cabeça	Dantas et al, (2020)
Chá 28	Boldo e Eucalipto	Febre	Dantas et al, (2020)
Chá 29	Pratudo e Boldo	Diarreia e febre	Dantas et al, (2020)
Chá 30	Pra tudo e Hortelã da Folha Grande	Gripe	Dantas et al, (2020)
Chá 31	Pratudo e Uburana	Gripe	Dantas et al, (2020)
Chá 32	Pau Darco e Romã	Febre	Dantas et al, (2020)
Chá 33	Quixabeira e Pau Darco	Enxaqueca	Dantas et al, (2020)
Chá 34	Pau Darco, Quixabeira e Babosa	Dor de cabeça e Febre	Dantas et al, (2020)
Chá 35	Aroeira e Pra tudo	Febre e dor de Cabeça	Dantas et al, (2020)
Chá 36	Uburana e Alecrim	Gripe	Dantas et al, (2020)
Chá 37	Capim Santo e Alecrim	Febre	Dantas et al, (2020)
Chá 38	Gengibre e Boldo	Dor de Cabeça e Diarreia	Dantas et al, (2020)
Chá 39	Para tudo e Eucalipto	Febre	Dantas et al, (2020)
Chá 40	Mastruz	Vermífugo, sinusite, catarro crônico, tosse, bronquite, febre, inflamação da garganta	Wanderley et al, (2017)
Chá 41	Hortelã da folha miúda	Fadiga geral, atonia digestiva, palpitações, enxaqueca	Wanderley et al, (2017)
Chá 42	Hortelã da folha pequena, gengibre, alho, caatingueira	Gripe e diarreia	Dantas: Torres (2019)
Chá 43	Erva cidreira	Insônia e calmante	Torres (2015)

Chá 44	Sabugueiro	Tosse, gripe e febre	Lima et al. (2016)
Chá 45	Ervã doce	Calmanle, Mal-estar, Barriga inchada, Intestino preso, Pressão alta, Ansiedade, Insônia, Cólica, Dor de barriga	Lima et al. (2016)
Chá 46	Pau d'arco	Coração, Rins, Dor de Cabeça, Inflamação, Diabetes, Pedra nos rins	Lima et al. (2016)
Chá 47	Pata de Vaca	Sangue grosso, diabetes e pedras nos rins	Lima et al. (2016)
Chá 48	Barbatimão	Circulação, Inflamação, Gastrite, Câncer, Infecção, Inflamação vaginal, Inflamação nos dentes, Tumor, Inflamação no útero, Infecção urinária, Infecção intestinal, Pedra nos rins, Inflamação no útero, Reumatismo, Mioma.	Lima et al. (2016)
Chá 49	Amora	Gastrite e menopausa	Lima et al. (2016)
Chá 50	Papaconha	Gripe e ferimento	Lima et al. (2016)
Chá 51	Jarrinha	Fluxo menstrual	Lima et al. (2016)
Chá 52	Unha de Gato	Mioma e cisto	Lima et al. (2016)
Chá 53	Ameixa	Problemas anti-inflamatórios	Santos et al. (2013)
Garrafada 1	Hortelã da Folha Grande, Babosa, Alecrim e Gengibre	Gripe e Dor de Cabeça	Dantas et al, (2020)
Garrafada 2	Hortelã da Folha Grande, Hortelã da Folha pequena, Alecrim e Mastruz	Gripe	Dantas et al, (2020)
Garrafada 3	Hortelã da Folha Pequena, Prãtudo e Babosa	Gripe	Dantas et al, (2020)
Garrafada 4	Hortelã da Folha Pequena, Hortelã da Folha Grande, Arruda e Gengibre	Gripe	Dantas et al, (2020)
Garrafada 5	Aroeira, Pau Darco, Cajueiro Roxo e Umburana	Gastrite	Dantas et al, (2020)
Garrafada 6	Aroeira, pau Darco e Umburana	Pancadas	Dantas et al, (2020)
Garrafada 7	Pra tudo, Hortelã da Folha pequena e Laranjeira	Gripe e Febre	Dantas et al, (2020)
Garrafada 8	Mastruz, Hortelã da Folha Grande, Hortelã da Folha pequena, alecrim, Romã e Juazeiro	Tosse, Inflamação, Gripe e Febre	Dantas et al, (2020)
Garrafada 9	Mastruz, Capim Santo, Aroeira e Angico	Gastrite	Dantas et al, (2020)
Garrafada 10	Umburana, Angico, Hortelã da Folha Grande,	Gripe, Gastrite, Diarreia, Cansaço e Dor de Cabeça	Dantas et al, (2020)

	Maracujá de Estralo, Arruda e Babosa		
Garrafada 11	Aroeira, Alecrim e Laranjeira	Ferimentos e Infecção	Dantas et al, (2020)
Garrafada 12	Hortelã da Folha Grande, Eucalipto, Juazeiro, Pueijo e Alecrim	Febre, Diarreia, Dor de Cabeça e Gripe	Dantas et al, (2020)
Garrafada 13	Romã, Mastruz, Hortelã da Folha Grande e Quixabeira	Gastrite	Dantas et al, (2020)
Garrafada 14	Romã, Hortelã da Folha Grande e Babosa	Diarreia	Dantas et al, (2020)
Garrafada 15	Hortelã da Folha Grande e Aroeira	Gripe e Febre	Dantas et al, (2020)
Garrafada 16	Angico e Aroeira	Gripe e Diarreia, Dor de Cabeça e Febre	Dantas et al, (2020)
Garrafada 17	Babosa e Hortelã da Folha Grande	Caspas e dor de cabeça	Dantas et al, (2020)
Garrafada 18	Babosa e Aroeira	Gastrite e Gripe	Dantas et al, (2020)
Garrafada 19	Alecrim e Para tudo	Gripe e febre	Dantas et al, (2020)
Garrafada 20	Angico, Aroeira e Umburana	Febre, Enxaqueca e gastrite	Dantas et al, (2020)
Garrafada 21	Angico, Hortelã da Folha Grande	Febre	Dantas et al, (2020)
Garrafada 22	Aroeira, Angico e Alecrim	Gripe, Febre e Tosse	Dantas et al, (2020)
Garrafada 23	Babosa e Para tudo	Gastrite	Dantas et al, (2020)
Garrafada 24	Angico, Aroeira e Hortelã da Folha Grande	Gripe, dor de Cabeça e caspas	Dantas et al, (2020)
Garrafada 25	Aroeira, Angico e Gengibre	Gripe, Dor de Cabeça e Febre	Dantas et al, (2020)
Garrafada 26	Umburana e Aroeira	Febre	Dantas et al, (2020)
Garrafada 27	Abarema cochliacarpus	Doenças de pele, cicatrizante, câncer, dores e Inflamação	Griz et al, (2017)
Garrafada 28	Babosa e gengilim	Gastrite e anemia	Dantas et al, (2019)
Garrafada 29	Alecrim	Gripe/Garganta, Dor de barriga, Febre	Santos: Silva (2015)
Garrafada 30	Angico	Inflamação, febre, dor, furúnculo	Santos:Silva (2015)
Garrafada 31	Aroeira	Inflamação,	Santos:Silva (2015)

		coceira, osso fraturado	
Garrafada 32	Bom nome	Tosse, dor, furúnculo, pancada	Santos: Silva (2015)
Garrafada 33	Catingueira	Dor de barriga, inflamação, pancada	Santos:Silva (2015)
Garrafada 34	Juazeiro	Soro antiofídico, tosse, gripe	Santos: Silva (2015)
Garrafada 35	Jurema	Inflamação, dor de barriga	Santos:Silva (2015)
Garrafada 36	Jurubema	Gripe	Santos:Silva (2015)
Garrafada 37	Quebra Pedra	Rim	Santos:Silva (2015)
Garrafada 38	Piranha	Barriga inchada/animal	Santos: Silva (2015)
Garrafada 39	Sambacaitá	Inflamação, furúnculo, lavar as partes intimas	Santos:Silva (2015)
Garrafada 40	Jucá	Reumatismo e diabetes	Lima et al. (2016)
Garrafada 41	Aroeira e barbatimão	Ferimentos	Dantas: Silva (2020)
Lambedor 1	Hortelã da Folha Grande, Hortelã da Folha pequena e Alho	Tosse	Dantas et al, (2020)
Lambedor 2	Hortelã da Folha Grande e Hortelã da Folha pequena	Gripe, Tosse e Febre	Dantas et al, (2020)
Lambedor 3	Sambacaitá e Erva Cidreira	Inflamações Gerais	Dantas et al, (2020)
Lambedor 4	Hortelã da Folha Grande, Hortelã da Folha pequena, Alho e Limão	Gripe	Dantas et al, (2020)

Lambedor 5	Hortelã da Folha Grande, Hortelã da Folha Pequena e Cebolinha	Estresse	Dantas et al, (2020)
Lambedor 6	Aroeira e Cajueiro Roxo	Inflamação no útero e gripe	Dantas et al, (2020)
Lambedor 7	Muçambê, Catingueira, Hortelã da folha Grande, Maracujá de Estralo, Angico e Aroeira	Asma e Bronquite	Dantas et al, (2020)
Lambedor 8	Hortelã da folha Grande, Hortelã da folha pequena e Babosa	Gripe	Dantas et al, (2020)
Lambedor 9	Hortelã da Folha Grande e Babosa	Gripe	Dantas et al, (2020)
Lambedor 10	Hortelã da Folha Grande, Alecrim e Limão	Gripe e febre	Dantas et al, (2020)
Lambedor 11	Hortelã da Folha Grande, Babosa e Boldo	Dor de Cabeça e Gripe	Dantas et al, (2020)
Lambedor 12	Hortelã da folha Grande, Hortelã da folha pequena Alecrim e Babosa	Dor de Cabeça	Dantas et al, (2020)
Lambedor 13	Alecrim, Bom Nome, Hortelã da Folha Grande e Umburana	Gripe e dor de Cabeça	Dantas et al, (2020)
Lambedor 14	Hortelã da Folha Grande, Hortelã da Folha pequena e Gengibre	Tosse	Dantas et al, (2020)
Lambedor 15	Mastruz, Gengibre e Hortelã da Folha Grande	Gripe	Dantas et al, (2020)
Lambedor 16	Hortelã da Folha Grande, Hortelã da Folha pequena, Alecrim, Mastruz, Pra Tudo, Boldo e Eucalipto	Gripe e dor de Cabeça	Dantas et al, (2020)
Lambedor 17	Hortelã da Folha Grande, Hortelã da Folha Pequena, Alecrim e Boldo	Enxaqueca e Tonturas	Dantas et al, (2020)
Lambedor 18	Hortelã da Folha Grande, Hortelã da Folha pequena e Para Tudo	Dor de cabeça e Gripe	Dantas et al, (2020)
Lambedor 19	Hortelã da Folha Grande, Gengibre, Alho e Arruda	Gripe e Dor de Cabeça	Dantas et al, (2020)
Lambedor 20	Laranjeira, Eucalipto e Capim Santo	Febre	Dantas et al, (2020)

Lambedor 21	Laranja, Eucalipto, Capim Santo, Hortelã da Folha Grande e Hortelã da Folha pequena	Gripe	Dantas et al, (2020)
Lambedor 22	Hortelã da Folha Grande, Hortelã da Folha pequena, Mastruz e Muçambê	Febre	Dantas et al, (2020)
Lambedor 23	Limão, Hortelã da Folha Grande e Capim Santo	Gripe e dor de Cabeça	Dantas et al, (2020)
Lambedor 24	Hortelã da Folha Grande, Para Tudo e Romã	Gripe e Febre	Dantas et al, (2020)
Lambedor 25	Para Tudo, Alecrim, Hortelã da Folha Pequena e Arruda	Gripe	Dantas et al, (2020)
Lambedor 26	Hortelã da folha Pequena, Aroeira, Alho e Para Tudo	Dor de Cabeça, Gripe e Febre	Dantas et al, (2020)
Lambedor 27	Erva Cidreira, Hortelã da Folha Grande, Alho e Cebolinha	gripe	Dantas et al, (2020)
Lambedor 28	Para Tudo e Hortelã da Folha Grande	Gripe e Cansaço	Dantas et al, (2020)
Lambedor 29	Hortelã da folha pequena e Camomila	Dor de cabeça	Dantas et al, (2020)
Lambedor 30	Para Tudo, Hortelã da Folha Grande e Alho	Dor de Cabeça	Dantas et al, (2020)
Lambedor 31	Hortelã da folha Grande e Alecrim	Gripe e febre	Dantas et al, (2020)
Lambedor 32	Muçambê, Juazeiro, Alecrim e Angico	Gripe	Dantas et al, (2020)
Lambedor 33	Juazeiro, Alecrim e Angico	Gripe e febre	Dantas et al, (2020)
Lambedor 34	Para tudo, Mastruz e Hortelã da Folha Grande	Gripe	Dantas et al, (2020)
Lambedor 38	Mastruz e Capim Santo	Gripe e Tosse	Dantas et al, (2020)
Lambedor 39	Hortelã da folha miúda	Cólica menstrual, cicatrização, febre, dores do sistema respiratório, cardiovascular e gastrointestinal	Cerqueira (2013)
Lambedor 40	Batata-de-purga	Sequelas de AVC, depurativas contra moléstias da pele, leucorreia	Wanderley et al, (2017)
Lambedor 41	Mastruz	Febre, Tosse, Gripe, Dor de cabeça, Verme, Cansaço, Dor de barriga, Infec�o intestinal, ânsia de v�mito, Fraqueza, Pneumonia, Inflama�o vaginal, Hemorroidas	Lima et al. (2016)
Suco 1	Hortelã-pimenta	Doenças gastrointestinais e respiratórias, febre / dores, e cólicas menstruais	Griz et al, (2017)

Suco 2	Maracujá	Doenças respiratórias e cardiovascular e calmante	Griz et al, (2017)
Suco 3	Erva-de-santa-maria	Vermes	Griz et al, (2017)
Suco 4	limão	gripe	Melro et al, (2020)
Suco 5	Flor-de-coral	sangramentos	Melro et al, (2020)
Suco 6	Jurubeba	Infecções	Melro et al, (2020)
Suco 7	Amora indiana	infecções	Melro et al, (2020)

Considerações Finais

A realização desse trabalho revela parte da relação entre a cultura dos indivíduos com os recursos vegetais, contribuindo de forma eficaz na divulgação dos aspectos bioculturais associadas aos complexos vegetais da medicina popular do estado de Alagoas. Porém, a revisão sistemática mostrou que existem poucos trabalhos sobre o tema no estado ou que de alguma forma apresentem informações sobre os complexos vegetais. Dessa forma, realçamos a necessidade de demais trabalhos que busquem investigar a utilização de plantas medicinais associadas a essas preparações em diferentes populações locais da região, uma vez que o desenvolvimento de estudos associados aos complexos vegetais é considerado mínimos, quando comparado com a realização de estudos sobre o uso isolado das plantas medicinais. Conseqüentemente, este trabalho serve como subsídio para valorização cultural e como incentivo ao desenvolvimento de demais estudos sobre a prática do uso de complexos vegetais da região.

Referências

- ALBUQUERQUE, Ulysses P. Re-examining hypotheses concerning the use and knowledge of medicinal plants: a study in the caatinga vegetation of NE Brazil. **J Ethnobiol Ethnomed**, v.2, p. 1–30, 2006.
- ANDRADE, Fabiano L.; COUTO, Viviane C. Levantamento do uso concomitante de plantas medicinais e medicamentos alopáticos no município de Poços de Caldas-MG. **Anais do 14º Congresso Nacional de Iniciação Científica**, Minas Gerais, 2014.
- BUSSMANN, Rainer W. et al. “Herbal mixtures in traditional medicine in Northern Peru.” **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, v. 6, n. 10, p. 1–11, 2010.
- CAMARGO, Maria. T. L. D. A. A garrafada na medicina popular: uma revisão historiográfica. **Dominguezia**, v. 27 n.1, p.41-49, 2011.
- CANO, Juan M.; VOLPATO, Gabriele. Herbal mixtures in the traditional medicine of Eastern Cuba. **Journal of Ethnopharmacology**, v. 90, n. 2-3, p. 293–316, 2003.
- CASANOVA, Livia M.; COSTA, Sônia S. Interações Sinérgicas em Produtos Naturais: Potencial Terapêutico e Desafios. **Rev. Virtual Quim.** v 9, n. 2, 2017.
- DANTAS, Janilo I.M. et al. Mutation of Cultural Information on the Use of Plant Complexes in Local Medical Systems. **Evidence-Based Complementary and Alternative Medicine**, v. 2020,1-11, 2020.

CERQUEIRA, Thycia M.G. Plantas medicinais utilizadas pela comunidade assistida na estratégia de saúde da família, Maceió, Alagoas, Brasil. **Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde**, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013.

DANTAS, V. D. S. et al. Análise das garrafadas indicadas pelos raizeiros na cidade de Campina Grande –PB. **Biofar**, v. 03, n.1, 2008.

Flora do Brasil 2020 em construção. **Jardim Botânico do Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://floradobrasil.jbrj.gov.br/>. Acesso em: 11 jan. 2021.

GRAS, Airy et al. Folk medicinal plant mixtures: establishing a protocol for further studies. **Journal of Ethnopharmacology**, v. 214, no. 2, p. 244–273, 2018.

GRIZ, S.A.S. et al. Medicinal plants profile used by the 3rd District population of Maceió-AL. **Braz. J. Biol.**, v. 77, n. 4, p. 794-802, 2017.

LIMA, I.E.O.; NASCIMENTO, L.A.M.; SILVA, M.S. Comercialização de Plantas Medicinais no Município de Arapiraca-AL. **Rev. Bras. Pl. Med.**, v.18, n.2, p.462-472, 2016.

MELRO, J.C.L. et al. Ethnodirigid study of Medicinal plants used by the population assisted by the “Programa de Saúde da Família” (Family HealthProgram) in Marechal Deodoro - AL, Brazil. **Braz. J. Biol.**, v. 80, n. 2 p.410-423, 2020.

LIMA, I.E.O.; NASCIMENTO, L.A.M.; SILVA, M.S. Comercialização de Plantas Medicinais no Município de Arapiraca-AL. **Rev. Bras. Pl. Med.**, v.18, n.2, p.462-472, 2016.

LÓs, Daiana W.S.; BARROS, Rubens P.; NEVES, Jhonatan D.S. Comercialização de plantas medicinais: um estudoetnobotânico nas feiras livres do município de Arapiraca–AL. **Biofar**, v. 07, n.2, 2012.

SANTOS, Filipe S. et al. “Prefiro plantas a remédios”: o uso de plantas para fins medicinais no território quilombola Cajá dos Negros, em Batalha- Alagoas. **Diversitas Journal**, vol. 5, n.1, pp: 235-248, 2020.

SANTOS, Lidiane; SILVA, Henrique C.H. Levantamento de plantas medicinais utilizadas em garrafadas no Assentamento Rendeira em Girau do Ponciano – Alagoas. **Revista Ouricuri**, v.5, n.2, p.081-104, 2015.

SILVA, Bianca R. Avaliação da qualidade microbiológica de lambedores comercializados no município de Cuité - PB. **Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em Farmácia**, Centro de Educação e Saúde, Universidade Federal de Campina Grande, Cuité – Paraíba – Brasil, 2015.

SOUZA-MOREIRA, Tatiana M.; SALGADO, Hérica R. N.; PIETRO, Rosemeire C. L. R. O Brasil no contexto de controle de qualidade de plantas medicinais. **Rev. Bras. Farmacogn.** v.20, n.3, 2010.



REVISTA CIENTÍFICA
MULTIDISCIPLINAR O SABER
MULTIDISCIPLINARY SCIENTIFIC JOURNAL

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber. ISSN: 2675-9128.

VANDEBROEK, Ina et al. The importance of botellas and other plant mixtures in Dominican traditional medicine. **Journal of Ethnopharmacology**, v. 128, 20–41, 2010.

VEIGA-JUNIOR, V.F.; PINTO, ANGELO C. MACIEL, M.A.M. Plantas medicinais: cura segura? **Quim Nova**, v. 28, n.3, 2005.

WANDERLEY, Amanda B.; MOUSINHO, Kristiana C.; ROCHA, Thiago J.M. Plantas medicinais comercializadas por raizeiros em mercados públicos e feira livre de Maceió- AL, para tratamento de verminoses. **Journal of medicine and Health Promotion.**, v.2, n.3, p. 615-627, 2017.

Registros de imóveis e a segurança jurídica no brasil: processo de desjudicialização - direito notarial e registral no Brasil
Real estate records and legal certainty in brazil: dejudicialization process - notarial and registral law in Brazil

Submetido em: 10/11/2021

Aprovado em: 15/11/2021

v. 1, n. 12 p. 01-16, dez. 2021

DOI: 10.51473/rcmos.v1i12.248

1

Miguel Ângelo Zanini Ortale

1 Introdução

Os contextos históricos do Direito Notarial e Registral podem ser percebidos com a necessidade de perpetuar e regulamentar os negócios realizados pelo homem. Segundo Chicuta (1998, p. 202) o surgimento dos registros de títulos e documentos está relacionado à histórica preocupação do homem em perpetuar atos e fatos relevantes, como exemplo cita as inscrições e desenhos em pedras (pinturas rupestres), ainda na fase dos documentos não escritos.

A origem do Direito Notarial e Registral no Brasil pode ser vista a partir das Ordenações Filipinas, que seguia o sistema medieval. Como bem destaca Brandelli (2011, p. 26) como Colônia de Portugal, o Brasil tinha como principais fontes jurídicas as Ordenações que lá vigoravam. Dessa forma, a influência portuguesa na introdução das atividades notariais e registrais no país é incontestável, tanto que em muito do que vigora hoje (século XXI) na legislação brasileira ainda é possível perceber as raízes portuguesas.

Souza (p. 22) elucida que o notário ou tabelião, como também é conhecido o profissional da área, acompanhava as navegações portuguesas com o intuito registrar as terras que eram encontradas por eles, além de registrar outros acontecimentos, tratava-se de uma formalidade com o intuito de garantir que não haveria outros povos compartilhando da descoberta das mesmas terras.

Nesse período, os notários eram nomeados pelo Imperador, sem qualquer critério por doação e com investidura vitalícia, podendo os cargos serem repassados a outros com compra,

venda ou sucessão, não havia nesse período busca por qualificações ou aptidões para exercício do cargo (RIBEIRO, p. 28).

Pero Vaz de Caminha foi considerado o primeiro tabelião a pisar nas terras brasileiras, mesmo não tendo sido o escrivão oficial da frota de Pedro Álvares Cabral, visto que sua carta narratória é o único registro oficial da chegada ao Brasil. Sobre o assunto, disserta Brandelli (2011, p. 45-46):

O primeiro tabelião a pisar em solo brasileiro, porém, foi Pero Vaz de Caminha, português, que narrou e documentou minuciosamente a descoberta do Brasil e a posse da terra, com todos os seus atos oficiais, traduzindo-se no único documento oficial da descoberta do Brasil. [...] Sendo pois o Brasil colônia de Portugal, as ordenações que lá vigiam passaram a vigor aqui também, transformando-se na principal fonte do direito no Brasil, onde tiveram vigência por longo período, chegando as Ordenações Filipinas a serem aplicadas até o início do século XX.

Coube à Pero Vaz de Caminha o registro dos nomes de Monte Pascoal, Terra de Vera Cruz, Ilha de Vera Cruz e Terra de Santa Cruz, nomes dados ao país após a chegada dos portugueses, os registros eram feitos para garantir a formalidade da descoberta das terras, impedindo que outros navegadores a tomassem para si.

As Ordenações Filipinas, que ficaram vigentes no país até o ano de 1917, quando entrou em vigor o primeiro Código Civil do Brasil de 1916, exerceram fortes influências até os dias de hoje. Como bem destacam Vasconcelos e Cruz (2002, p. 1-2), é inegável a atuação portuguesa no notariado brasileiro.

Desse modo, conforme Silva (2008, p. 32), as atividades notariais e registrais no Brasil eram exercidas a partir de uma instituição de natureza privada, sendo o Monarca o responsável pela concessão dessas atividades, devendo ser feito a ele pagamento periódico de tributos.

As Ordenações eram vistas como um arcabouço de leis complexo e dinâmico a serem interpretadas pelos notários e aplicadas em um ambiente que poucas eram as pessoas que dominavam pelo menos a leitura. Por esse motivo, as fontes das atividades notariais e registrais desse período são considerados pelos doutrinadores como centros de poder institucional local, onde os notários atuam como assessores dos juízes e consultores dos particulares.

As mudanças no âmbito do Direito Notarial e Registral começaram a acontecer no Brasil a partir da lei sem número de 11 de outubro de 1827, que proibiu que a função fosse repassada como título de propriedade, passando a ser conferida a título de serventia vitalícia.

De acordo com Brandelli (2011) a referida lei veio com o objetivo de regular o provimento dos Offícios da Justiça e da Fazenda, com sua promulgação a transmissão do título

de propriedade foi proibida, assumindo caráter vitalício em regime de sucessão, transmitido de pai para filho, todavia, foi criticada por não trazer mudanças mais importantes como a falta de exigência de formação jurídica para que o cargo pudesse ser exercido ou mesmo de uma experiência prática na função. Ribeiro elucida que:

Foi editada, no Brasil, em 11 de outubro de 1827, lei que regulou o provimento dos cargos da Justiça e da Fazenda, proibiu a transferência dos ofícios a título de propriedade e determinou que fossem conferidos a título de serventia vitalícia pessoas dotadas de idoneidade e que servissem pessoalmente aos ofícios, o que não impediu que até a data recente persistisse, de forma dissimulada, a venalidade e o regime de sucessão, com transmissão de pai para filho de tais ofícios (RIBEIRO, p. 15).

Assim, a primeira regulamentação do serviço notarial no Brasil pode ser identificada em 1827, de acordo com Souza (p. 25), a partir desse ano, a lei passou a proibir a transmissão do cargo de tabelião a título de propriedade, todavia, não fez nenhuma alteração quanto à sucessão familiar no cargo, tampouco na forma de funcionamento dos serviços.

Para muitos doutrinadores, como Brandelli (2011, p. 48), Lima (2011, p. 1) e Miranda (2010, p. 1), o serviço notarial e de registros no Brasil começou a se distanciar do Direito português a partir da Lei n. 601/1850 e do Decreto n. 1.318/1854, que instituíram o chamado Registro do Vigário, tendo como fim discriminar o domínio público do particular e regularizar a situação das terras, mandando que legitimassem as posses e revalidassem as sesmarias. De acordo com Oliveira:

Criou-se a obrigação de registro da posse em livro próprio da autoridade religiosa da situação do bem, para fins de se determinar o que seriam as terras públicas e as terras privadas. A terra que não fosse objeto de registro seria tida como área de domínio público. Há quem aponte neste registro, todavia, uma natureza cadastral, como a dos bancos de dados imobiliários hoje mantidos pelas municipalidades. Noticia-se a partir de então a exigência de contrato escrito para que se procedesse à transmissão ou à oneração dos imóveis sujeitos a registro, os quais, em determinados casos, deveriam ser feitos por instrumento público, em notas de um Tabelião (primeira previsão de tal profissional no ordenamento jurídico pátrio) (OLIVEIRA, 2007, p. 2).

Na lei supracitada consta em seu artigo 3º, §2º, a exclusão do domínio público. Após esta lei, foi decretado que os possuidores de terras, possuídas por sesmarias e outras concessões do governo geral e provincial, não tinha precisão de revalidação, de legitimação e de novos títulos que lhes dessem capacidade de gozar, hipotecar ou alienar as terras que achavam no seu domínio.

Trata-se do Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854, consta no artigo 91 deste mesmo decreto a obrigação de registro das terras que possuíssem, considerando os passos marcados.

Assim aparece pela primeira vez na legislação brasileira o registro da propriedade de imóvel, que era feito pelo possuidor, que escrevia as suas declarações ou as fazia escrever por outrem, em duas cópias, os assinando ou pedindo que alguém o fizesse, no caso de não saber ler e escrever (art. 93).

Além do possuidor, nestas declarações deveriam constar a denominação da freguesia onde o imóvel está situado, sua área, seus limites e confrontantes, caso estes fossem conhecidos. Desta forma, os documentos eram entregues aos vigários que os conferiam e se eles estivessem dentro das regras, colocavam notas indicativas da data de entrega, devolvendo uma das vias.

É interessante ressaltar que, ainda hoje se utiliza este processo, apenas este se tornou mais complicado. A inscrição de todas as hipotecas legais se tornou obrigatória a partir da Lei n. 3.272/1855, originada do Projeto de Lei Hipotecária escrito pelo Conselheiro Nabuco, ministro da Justiça, em 1854. A partir da referida lei foi possível perceber a maior segurança que o crédito real já requeria, não atendendo ao princípio da especialização (art. 3º e 4º), corrigindo assim o efeito da última lei.

Ressalta-se que o projeto de lei hipotecária se converteu na Lei n. 1.237 de 24 de setembro 1864. De acordo com Fassa (2006, p. 52), isso se deu devido ao Registro do Vigário não está atendendo todas as necessidades do Império, apesar de proporcionar recursos ao Tesouro, era insuficiente na solução dos problemas relacionados às hipotecas. Princípios por ela regulados viriam permanecer até o Código Civil atual, tais como publicidade, a especialização do bem dado em garantia e da dívida, a indivisibilidade, a necessidade de escritura pública, as prioridades decorrentes das múltiplas hipotecas sobre o mesmo bem, e a cessação dos efeitos da hipoteca passados 30 anos do seu registro (SILVA. 2014, p. 69)

Logo após veio o Decreto nº 370, de 2 de maio de 1890, que incluiu entre os atos sujeitos a registro a transmissão do domínio entre vivos (art. 234). Com isso, foi erguido o registro imobiliário em instituição pública, de caráter jurídico, tornando-o apto a dar certeza à propriedade e garantia ao crédito real.

Em 1903, foi criado pela Lei n. 973 o serviço público correspondente ao “primeiro officio privativo e vitalício do registro facultativo de títulos, documentos e outros papéis, para autenticidade, conservação e perpetuidade dos mesmos e para os efeitos previstos no artigo 3º da Lei 79, de 1892” na cidade do Rio de Janeiro, tendo como objetivo dar segurança aos atos jurídicos por meio de um serviço ágil, prático e eficaz, guardando e reservando os serviços públicos.

Miranda (2010, p.1) elucida que o Decreto citado inaugurou os cartórios no Brasil, além de impor que os registros passariam a ser transcritos em ordem ininterrupta da data de apresentação e que os documentos sem registro não teriam efeito em relação a terceiros. Importante salientar que a lei citada foi regulamentada pelo Decreto n. 4.775, em fevereiro do mesmo ano.

Assim, os cartórios assumiram a competência de dar validade e segurança jurídica aos atos praticados pelos homens, devendo guardar e conservar os documentos que lhe forem confiados. A Lei 973/1903 foi tão importante e eficaz que se estendeu para outros Estados brasileiros.

Nova evolução no Direito Notarial e de Registros pode ser percebida com a promulgação da Lei n. 6.015 de 31 de novembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências, além da Lei n. 6.216, de 1974, que alterou a lei citada. Ressalta-se a importância dessas leis na criação e organização dos cartórios no Brasil, já que regulamentaram as atividades relacionadas aos registros públicos.

Apesar da evolução vista no decorrer da história brasileira no Direito Notarial e de Registros, foi somente com a Constituição Federal de 1988 que se vislumbrou mudanças significativas, visto que trouxe em seu artigo 236¹ a previsão de uma lei reguladora desses serviços, destacando-os como uma atividade privada por delegação do Poder Público.

Ressalta-se que a atividade delegada no aspecto do Direito Administrativo é aquela em que o poder público transfere para um particular o que ele mesmo deveria desempenhar, ou seja, constitui verdadeira “desconcentração administrativa” nas modalidades de concessão ou permissão. Vale ressaltar que a Constituição Federal vigente, em seu art. 22, incisos I e XXV estabelece a competência privativa da União para legislar sobre Direito Civil e Registros Públicos.

A regulamentação desse artigo da Constituição somente ocorreu no ano de 1994, com a Lei n. 8.935, Estatuto dos Notariais e Oficiais de Registro, que estabeleceu como princípio

¹ Art. 236. Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público. (Regulamento)

§ 1º Lei regulará as atividades, disciplinará a responsabilidade civil e criminal dos notários, dos oficiais de registro e de seus prepostos, e definirá a fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário.

§ 2º Lei federal estabelecerá normas gerais para fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.

§ 3º O ingresso na atividade notarial e de registro depende de concurso público de provas e títulos, não se permitindo que qualquer serventia fique vaga, sem abertura de concurso de provimento ou de remoção, por mais de seis meses.

básico e fundamental para os serviços notariais e de registros públicos que são eles “exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público”. Sobre a delegação da atividade notarial do Poder Público ao âmbito privado, Ribeiro Neto afirma que:

Ao analisarmos o conteúdo da delegação contida no citado art. 236, vemos que houve a delegação constitucional dos serviços notariais e de registro aos particulares. Pela delegação, o Poder Público competente excluiu de suas atribuições os serviços notariais e de registro, para serem exercidos por pessoas naturais fora do quadro dos servidores públicos civis (RIBEIRO NETO, 2008, p. 33).

Dessa forma, a atividade notarial é exercida pela iniciativa privada, com regulamentação do Poder Público, que deve fiscalizar o serviço realizado. Muitas foram as mudanças trazidas com a promulgação da referida lei, dentre elas está o ingresso de notários e registradores que passou a ser por meio de Concurso Público, sujeitos às mesmas regras que os empregadores e trabalhadores privados.

De acordo com Cahali (2007, p. 83), a referida lei tornou as atividades notariais e de registro serviços públicos por excelência, sendo prestados aos cidadãos por meio de delegação do Poder Público. A importância da lei deve ser mencionada, considerando que ela foi responsável por estabelecer um regime jurídico único para essas atividades em todo o país, fazendo com que elas ganhassem relevo social e jurídico.

Ressalta-se que nos anos posteriores a evolução do Direito Notarial e de Registros foi realizada a partir de leis que vieram para alterar alguns dispositivos de leis já vigentes, como é o caso da Lei n. 9.534, de 10 de dezembro de 1997, que veio para dar nova redação ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, além de alterar os arts. 30 e 45 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre os serviços notariais e de registro.

Deve-se ter observância, ainda, aos dispositivos do Código Civil de 2002, à Lei n. 11.789 de 2 de outubro de 2008 e ao novo Código de Processo Civil, Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015. Assim, considerando que o Direito evolui de acordo com as necessidades da sociedade é necessário que as atualizações das legislações sejam acompanhadas, sempre visando sua melhor aplicação.

O conceito de Direito Notarial é dado por Brandelli (2011, p. 52) como um conjunto de normas jurídicas que possuem como finalidade a regulamentação da função notarial e de registros. Já o Direito de Registros é conceituado por Azevedo (2015, p. 17) como o conjunto de normas que compõem o regime jurídico dos registradores.

Azevedo (2015, p. 17) considera o Direito Registral como de suma importância para a segurança jurídica dos povos e direitos mais elementares do ser humano, pois desde o seu nascimento até o fim de seus dias precisará se valer de registros, sendo serviços que emanam da sociedade, não defendendo interesses individuais ou do Estado, mas sim da coletividade como um todo.

Diferenciando-se os serviços notariais e registrais, tem-se que os primeiros se configuram como o ato de interpretar e dar forma legal à vontade das partes, conferindo autenticidade aos documentos, bem como conservando os originais e expedindo cópias, tendo em vista dar autenticidade aos fatos. Enquanto os serviços registrais se configuram como aqueles voltados para assentar os títulos de interesse público ou privado, garantindo a segurança, a autenticidade e a eficiência dos atos da vida civil (BRANDELLI, 2011, p. 52).

Por força do artigo 236 da Constituição Federal brasileira de 1988, os serviços notarial e registral devem ser exercidos pela iniciativa privada a partir de delegação do Poder Público, ficando este incumbido de fiscalizar todas as atividades realizadas, sendo estas caracterizadas como serviço público. Por serviço público entende-se aquele prestado pelos órgãos públicos brasileiros, os quais têm como objetivo principal atender as necessidades da sociedade.

O conceito de serviço público não é abordado uniformemente pelos doutrinadores brasileiros. Pode-se encontrar doutrinadores que definem o serviço público apenas no sentido literal da palavra e outros que optam por uma noção mais formal, identificando-o por suas características alheias e, até mesmo, em um conceito mais material, definindo-o por seu objeto e pelo elemento subjetivo.

O elemento formal, de acordo com Di Pietro (2012, p. 109) é referente ao regime jurídico a que o serviço público é submetido, o material aquele que considera o objeto do serviço público, ou seja, o interesse coletivo, e o sentido subjetivo refere-se à titularidade do serviço público.

Considerando os três elementos, Duarte Júnior (2009, p. 1) conceitua serviço público em seu aspecto subjetivo como aquele que é prestado pelo Estado como pessoa jurídica, no aspecto material como aquele serviço realizado em prol da satisfação das necessidades da sociedade, considerando, nesse caso, a atividade exercida e pelo aspecto formal, considerando o regime jurídico, passando a ser entendido como aquele prestado sob o regime de Direito Público.

De acordo com Di Pietro (2012, p. 109), o serviço público pode ainda ser conceituado em sentido amplo como todas as atividades do Estado, seja judiciária ou administrativa e em sentido estrito como as atividades exercidas pela Administração Pública com exceção das funções legislativas e executivas.

Conceituando serviço público, Meirelles (2020, p. 71) adota o sentido amplo, afirmando ser aquele prestado pela Administração Pública sob a figura de seus agentes, considerando as normas e o controle estatal, tendo como fim a satisfação das necessidades coletivas. Já Mello adota o sentido estrito e conceitua serviço público como:

Toda atividade de oferecimento de utilidade ou comodidade material destinada à satisfação da coletividade em geral, mas fruível singularmente pelos administrados, que o Estado assume como pertinente a seus deveres e presta por si mesmo ou por quem lhe faça as vezes, sob um regime de Direito Público – portanto, consagrador de prerrogativas de supremacia e de restrições especiais -, instituído em favor dos interesses definidos como públicos no sistema normativo (MELLO, 2008, p. 54-55).

Assim, considerando que o serviço notarial e registral visa o interesse da coletividade, fica claro que essas atividades se caracterizam como um serviço público. Dentre as características das atividades notariais e de registros cita-se a rogação ou instância, visto que estas somente podem ser provocadas pelo interessado ou a requerimento do Ministério Público quando a lei autorizar. Como destaca Ceneviva (2008, p. 54-55), apesar de serem atividades exercidas em caráter privado, suas características são típicas de serviço público.

Além de seu caráter rogatório, essas atividades se caracterizam ainda por gozarem de fé pública, já que atuam como representantes do Estado e pela necessidade de imparcialidade, já que o notário e registrado devem agir com equidistância entre as partes. Sobre o assunto, Brandelli (2011) explica que o notário deve desempenhar sua função de acordo com o Ordenamento Jurídico brasileiro, considerando a vontade das partes e moldando-as dentro da legalidade e da igualdade entre as partes.

Dessa forma, as características dos serviços notariais e de registro são voltadas para a sua execução, sendo um serviço rogatório, que tem como base a fé pública e deve ser executado com imparcialidade. Deve-se lembrar que apesar de ser uma atividade realizada em caráter privado, se trata de serviços públicos, portanto, devem considerar o interesse coletivo.

Quanto à natureza jurídica desses serviços, Padoin (2011, p. 79-80) elucida ser administrativa, sendo a delegação dessas atividades um ato irrevogável, havendo estritas hipóteses legais previstas na Lei n. 8.935/94 que podem ocasionar perda da delegação, caso não

esteja cumprindo com os seus objetivos, garantindo publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos, conforme disposto em lei.

Ratifica-se que a responsabilidade pela fiscalização do cumprimento dessas atividades é do Poder Público, como bem destacam Chaves e Rezende (2011, p. 102), devendo, também, aplicar eventuais penalidades, assegurando o contraditório e a ampla defesa. Vale mencionar, ainda, a atuação do Poder Público em conjunto com os notários, buscando meios de oferecer subsídios para desenvolver serventias e técnicas.

A natureza jurídica dessas atividades, de acordo com Miranda (2010, p. 1) também pode ser vista sobre diferentes critérios, subjetivo ou formal e objetivo ou material, devendo-se considerá-los para melhor entender o posicionamento dessas atividades. O autor com base nos critérios citados assim explica:

A natureza jurídica da atividade notarial e de registro deve ser vista sob dois critérios: a) sob o prisma subjetivo ou formal – consideração acerca do prestador do serviço; e b) sob o prisma objetivo ou material – foco na atividade desempenhada. Sob o prisma subjetivo ou formal não há dúvida de que a natureza jurídica da atividade notarial e de registro é privada, já que por expressa disposição do artigo 236 da Constituição Federal/88, “os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público”.

Destarte, a Constituição Federal de 1988 definiu os serviços notariais e de registro como sendo uma delegação pública, exercida em caráter privado, não tendo deixado, portanto, margem ou espaço para o seu exercício diretamente pelo Poder Público. Lado outro, sob o prisma objetivo ou material temos que, a natureza jurídica dos serviços notariais e registrais são públicos, típicos do Estado, que por razões de conveniência executa-os em caráter privado, mediante delegação, na forma da lei.

Nesse contexto, os serviços notariais e registrais se caracterizam como um serviço público de natureza administrativa, todavia, exercida pela iniciativa privada por delegação do Poder Público, que deve exercer fiscalização das atividades, visando sempre a garantia do interesse coletivo.

2 Os serviços notariais e de registro como meio de acesso à justiça

A responsabilidade do Estado em garantir acesso à justiça surgiu quando ele tomou para si a justiça. Historicamente, cabe destacar com base em Capeletti e Garth (1988, p. 17) se podem

perceber três ondas de acesso à justiça. Na primeira onda é a expansão da assistência jurídica para as classes mais pobres da população. Enquanto na segunda onda se tem a incorporação dos interesses coletivos e difusos, tornando necessária a revisão das noções sobre processo civil. Por fim, a terceira onda, traz a justiça informal, com atenção voltada para o conjunto geral de instituições e mecanismos, pessoas e procedimentos utilizados para solucionar os conflitos na sociedade.

O acesso à justiça está garantido pela Constituição Federal de 1988 pela soma de dois princípios dispostos na mesma, sendo: o princípio do processo legal previsto em seu art. 5º LIV, que diz que: “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”; e o princípio da proteção jurídica previsto no art. 5º, XXXV, dispondo que: “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”. Analisando estes dois princípios fundamentais estabelecidos pela Constituição Federal é possível dizer que o acesso à justiça está garantido em Constituição.

Com isso, todas as pessoas, bem como aquelas que não dispunham de recursos financeiros para enfrentar períodos longos de processo, não ficam a margem da justiça, assegurados ao ajuizamento de mandado de segurança efetivo. Afirma-se, com base em Freitas (2019, p. 97) que o acesso à justiça não se trata apenas de um direito fundamental, vai, além disso, ele se trata do ponto central da moderna processualística, pressupondo o alargamento e aprofundamento dos objetivos e métodos da moderna ciência jurídica. Essa concessão de acesso à justiça dada pela Constituição Federal de 1988 provocou transformações significativas no processo civil.

O acesso à justiça é um princípio básico do Estado de direito. Na ausência de acesso à justiça, as pessoas são incapazes de ouvir sua voz, exercer seus direitos, contestar a discriminação ou responsabilizar os tomadores de decisão. A Declaração da Reunião de Alto Nível sobre o Estado de Direito enfatiza o direito à igualdade de acesso à justiça para todos, inclusive membros de grupos vulneráveis, e reafirmou o compromisso dos Estados Membros de tomar todas as medidas necessárias para proporcionar justiça justa, transparente, eficaz, serviços não discriminatórios e responsáveis que promovam o acesso à justiça para todos (WOLKMER, 2006).

A entrega da justiça deve ser imparcial e não discriminatória. Na Declaração da Reunião de Alto Nível sobre o Estado de Direito, os Estados Membros destacaram a independência do sistema judicial, juntamente com sua imparcialidade e integridade, como um pré-requisito

essencial para defender o Estado de direito e garantir que não haja discriminação no a administração da justiça (CICHOCKI NETO, 2009).

Ao fortalecer o acesso à justiça, o sistema das Nações Unidas trabalha com parceiros nacionais para desenvolver planos e programas estratégicos nacionais para reforma da justiça e prestação de serviços. As entidades da ONU apoiam os Estados Membros no fortalecimento da justiça em áreas como: monitoramento e avaliação; capacitar os pobres e marginalizados a buscar respostas e soluções para a injustiça; melhorar a proteção legal, a conscientização jurídica e a assistência jurídica; sociedade civil e supervisão parlamentar; enfrentar os desafios no setor da justiça, como brutalidade policial, condições desumanas da prisão, detenção prolongada antes do julgamento e impunidade para os autores de violência sexual e de gênero e outros crimes graves relacionados a conflitos; e fortalecimento dos vínculos entre estruturas formais e informais (WOLKMER, 2006).

As Nações Unidas auxiliam no desenvolvimento e reforma de políticas e estruturas nacionais de assistência judiciária e apoiam a capacitação de atores estatais e não estatais que prestam serviços de assistência jurídica em questões civis, criminais e familiares. O sistema das Nações Unidas também apoia a prestação de assistência jurídica, fortalecendo as capacidades dos detentores de direitos, aprimorando programas de assistência jurídica que capacitam os detentores de direitos, particularmente os grupos menos favorecidos e marginalizados, e apoiando a conscientização e assistência jurídica e campanhas de divulgação pública. Para contribuir ainda mais com a base global de conhecimento sobre assistência jurídica, o sistema da ONU lançou um Estudo Global sobre Assistência Jurídica, para reunir dados sobre o estado atual do acesso a serviços de assistência jurídica em todo o mundo (WOLKMER, 2006).

Nesse contexto, tendo como premissa que é dever do Estado garantir a paz social, fica subtendido que para tanto deve facilitar o acesso à justiça, criando mecanismos para tanto, devendo esta ser eficaz, dando resposta imediata às demandas. Como bem afirmam Capeletti e Garth: “o sistema deve ser igualmente acessível a todos; segundo, deve produzir resultados que sejam individuais e socialmente justos” (CAPPELLETTI; GARTH, 1988, p. 222). Dessa forma, a tutela jurisdicional do Estado deve ser oferecida de forma igualitária a todos os cidadãos, facilitando o seu acesso.

No Brasil o princípio garantidor do acesso à justiça está consagrado na Constituição de 1988, artigo 5º, XXXV, enquadrado dentro dos Direitos e Garantias Fundamentais, mais

especificamente nos Direitos Individuais e Coletivos. Segundo esse artigo, diz que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”.

Em decorrência dessas garantias constitucionais do acesso à Justiça, o Poder Judiciário encontra-se demasiadamente abarrotado de processos, tornando cada vez mais lento, menos eficaz e, conseqüentemente, menos justo. Atualmente, a morosidade processual é um fator negativo junto ao Poder Judiciário e representa verdadeira negação da Justiça, constituindo um verdadeiro óbice ao efetivo acesso do cidadão ao judiciário e à busca da solução de seus conflitos de interesses.

Assim, tem se buscado a desjudicialização dos conflitos, com os registros de imóveis sendo parte desse processo, considerando que acesso à justiça não se limita ao acesso ao poder judiciário, mas sim à possibilidade de resolução de conflitos e demandas, considerando o dever do Estado de tutela jurisdicional. Como bem afirma Farrah (2020, p. 27), o acesso à justiça vai além do poder judiciário.

Pode-se dizer que a tutela jurisdicional diz respeito ao dever do Estado de solucionar conflitos através da aplicação do Direito objetivo em um caso concreto, sendo de competência típica do Poder Judiciário. De acordo com Fux (2002, p. 22), a jurisdição possui caráter tutelar da ordem e da pessoa, não podendo suas decisões serem modificadas por qualquer outro Poder, sendo consubstanciado na coisa julgada. Deve-se destacar que a tutela jurisdicional é intrínseca ao direito do cidadão de acesso à justiça.

Bedaque (2009, p. 93) define a atividade jurisdicional como a tutela efetiva de direitos ou de obrigações por meio do processo. Assim, entende-se que a tutela jurisdicional visa resguardar o direito material por meio da prestação jurisdicional. Por sua vez, Yarshell (1993, p. 15) conceitua jurisdição afirmando ser a atividade exercida pelo Estado, com o objetivo de eliminar conflitos, afirmando seu poder, de acordo com a vontade concreta do direito e buscando a pacificação.

Marinoni e Mitidiero (2012, p. 78) afirmam que a tutela jurisdicional deve ser tempestiva e, em alguns casos, preventivas, sendo necessária a observação de cada caso concreto. Importante ressaltar que a tutela jurisdicional pode se apresentar em três modalidades: de cognição ou conhecimento; de execução; e de segurança ou cautelar.

Através da tutela jurisdicional de cognição ou do conhecimento, de acordo com Zainaghi, (2014, p. 4.679) o que se busca é o entendimento da lide por meio de provas, se subdividindo em cinco tipos: declaratória (declara um direito); constitutiva (declara a

constituição ou a modificação de um direito); condenatória (impõe à parte o pagamento, a entrega ou a obrigação de fazer daquilo que foi disputado); mandamental (expressa uma ordem, que se descumprida deixa o indivíduo passível de enquadramento no crime de desobediência ilustrado no artigo 330 do Código Penal); e executiva “*lato sensu*” (apresenta um caráter executivo imediato, de forma que o provimento deveria ser concedido, dispensando-se a processo executivo). Acerca das modalidades da tutela jurisdicional de cognição, Miranda disserta:

A ação declarativa é ação a respeito de ser ou não-ser a relação jurídica; de regra, a ação constitutiva prende-se à pretensão constitutiva, *res deducta*, quando se exerce a pretensão à tutela jurídica. Quando a ação constitutiva é ligada ao direito, imediatamente, não há, no plano da *res in iudicium deducta*, pretensão constitutiva (há-a, no plano do direito subjetivo à tutela jurídica, que é a especialização, pelo exercício da pretensão à tutela jurídica em pretensão constitutiva); a ação de condenação supõe que aquele ou aqueles, a quem ela se dirige, tenham obrado contra o direito, que tenham causado danos e mereçam, por isso, ser condenados (*condamnare*); a ação mandamental prende-se a atos que o juiz ou outra autoridade deve mandar que se pratique. O juiz expede o mandado, porque o autor tem pretensão ao mandamento e, exercendo a pretensão à tutela jurídica, propôs ação mandamental; a ação executiva é aquela pela qual se passa para a esfera jurídica de alguém o que nela devia estar, e não está (MIRANDA, 1970, p. 32).

Fux (2002) afirma que a tutela de cognição é o núcleo mais expressivo da jurisdição, tratando-se da tutela jurisdicional que visa conhecer os fatos para então realizar o julgamento, com o judiciário impondo sua vontade com coerção e autoridade.

A tutela de execução se caracteriza pela expropriação de um bem, conforme destaca Zainaghi (2014, p. 4.680). Nesse tipo de tutela a cognição é dispensada pelo fato de existir um título líquido, certo e exigível. Fux (2002, p. 25) complementa afirmando que nesse tipo de tutela jurisdicional os atos materiais são o foco, havendo, com isso, uma maior descentralização das atividades processuais, bem como um maior número de protagonistas.

A tutela de segurança ou cautelar, por sua vez, trata-se daquela que visa resguardar as condições de fato e de direito para que a justiça seja prestada com efetividade. Conforme elucida Fux (2002, p. 25) a tutela cautelar surgiu com o escopo de servir à cognição e à execução.

No caso da tutela administrativa, tem-se o exercício do Estado de forma preventiva e constitutiva no campo dos direitos subjetivos privados, estando inserida nesta a função notarial. Assim, a tutela administrativa no Direito Notarial e Registral é exercida pelo notário, devendo ele atuar na garantia de documentação e autenticidade, prevenindo que problemas venham a ocorrer para o cidadão. Na compra de um imóvel, por exemplo, a busca é de que fique clara a

aquisição do mesmo e as condições em que ele foi adquirido, com a intervenção realizada pelo notário.

Todavia, caso o imóvel a ser adquirido pertença a um menor órfão ou a um indivíduo considerado incapaz, não basta a intervenção do notário, entrando o Estado em cena na figura de um juiz que deve intervir através de um ato de jurisdição voluntária. Importante mencionar ainda que a função pública de tutela administrativa exercida pelos tabeliões não emana do Poder Judiciário, sua atuação é de tutelar de forma administrativa os direitos privados dos cidadãos, se configurando como órgão dessa tutela (FABIÃO, 2007, p. 75).

Assim, a tutela administrativa é aquela exercida pelo Estado tanto de forma preventiva quanto constitutiva visando a proteção dos direitos subjetivos privados exercidos pelo notário ou tabelião. Pode-se dizer, portanto, que a tutela administrativa exercida pelo notário visa a proteção dos interesses privados.

Vale destacar, com base em Aristides Sobrinho (2002, p. 14), que a tutela administrativa exercida pelo notário não emana do Poder Judiciário, ele não auxilia a atividade jurisdicional, ele atua em função da tutela administrativa dos direitos privados, ele é um órgão que visa garantir o exercício e o gozo desses direitos, além de compor negócios jurídicos de direito privado.

Diante do exposto, verifica-se que o Estado atua sob tutela administrativa com os direitos administrativos da iniciativa privada, sendo de sua responsabilidade garantir os direitos privados, com a coletividade sendo atendida em seu interesse, a partir da atuação do notário ou registrador.

Referências

ARISTIDES SOBRINHO, Manoel. **A inaplicabilidade da aposentadoria compulsória aos notários.** 2002, p. 14.

AZEVEDO, Silvia Nothen de. **O registro de títulos e documentos.** 2015, p. 17.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Tutela cautelar e tutela antecipada:** tutelas sumárias e de urgência. 2009, p. 93.

BRANDELLI, Leonardo. **Teoria geral do direito notarial.** 2011, p. 52.

CAHALI, Francisco José et al. **Escritura Públicas:** separação, divórcio, inventário e partilha consensuais: análise civil e processual civil, tributária e notarial. 2007, p. 83.

CAPPELLETTI, Mauro, e GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 1988, p. 222.

CENEVIVA, Walter. **Lei dos Registros Públicos Comentada**. 2008, p. 54-55.

CHAVES, Carlos Fernando Brasil. REZENDE, Afonso Celso F. **Tabelionato de Notas e o notário perfeito**. 2011, p. 102.

CHICUTA, Kioitsi. **Registros Públicos e Segurança Jurídica**. 1998, p. 202.

CICHOCKI NETO, José. **Limitações ao acesso à justiça**. Curitiba: Juruá, 2009.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 2012, p. 109.

DUARTE JÚNIOR, Ricardo César Ferreira. **Correios: serviço público atividade econômica?** 2009, p. 1.

FABIÃO, Marcelo Poppe de Figueiredo. **O acesso à justiça e a efetividade: instrumentos extrajudiciais de solução e prevenção de conflitos**. 2007, p. 75.

FARAH, Paulo Eduardo Huergo. **Jurisdição plural e teoria política do estado: ampliação do acesso à justiça para além do poder judiciário**. Universidade Vale do Itajaí (Doutorado). 2020, p. 27.

FASSA. Odemilson Roberto Castro. **Registrador de Imóveis Responsabilidade Patrimonial**. 2006, p. 52.

FREITAS, Janaina Helena. O acesso à justiça e o mínimo existencial: a assessoria jurídica popular na promoção dos direitos fundamentais. **Revista Eletrônica Direito e Sociedade-REDES**, v. 7, n. 1, 2019, p. 97.

FUX, Luiz. **Tutela de Segurança e Tutela de Evidência (Fundamentos da Tutela Antecipada)**. 2002, p. 22.

LIMA, Lucas Almeida de Lopes. **A Atividade Notarial e Registral e sua Natureza Jurídica**. 2011, p. 1.

MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Código de processo civil**. 2012, p. 78.

MEIRELLES, H.L. **Direito Administrativo Brasileiro**. 2020, p. 71.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 2010, p. 659.

MIRANDA, Marcene Alves. **A importância da atividade notarial e de registro no processo de desjudicialização das relações sociais**. 2010, p. 1.

- MIRANDA, Pontes de. **Tratado das ações**. 1970, p. 32.
- OLIVEIRA, Thiago Martins de. **Notários e registradores: aspectos constitucionais e responsabilidade civil**. 2007, p. 2.
- PADOIN, Fabiana Fachinetto. **Direito notarial e registral**. 2011, p. 79-80.
- RIBEIRO NETO, Anna Christina. **O alcance social da função notarial no Brasil**. 2008, p. 33.
- RIBEIRO, Luis Paulo Aliende. **Regulação da Função Pública Notarial e de Registro**. p. 28.
- SILVA, Fábio Rocha Pinto e. **Garantias Imobiliárias em contratos empresariais: hipoteca e alienação fiduciária**. 2014, p.69.
- SILVA, Ovídio A. Baptista da. **Curso de processo civil**. 2008. p. 32.
- SOUZA, Marco Aurélio. **A atividade notarial e registral e a desjudicialização no Direito de família e sucessões**. p. 25.
- VASCONCELOS, Julenildo Nunes; CRUZ, Antônio Augusto Rodrigues. **Direito notarial: teoria e prática**. 2000. p. 1-2.
- WOLKMER. Antonio Carlos. **Pluralismo Jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito**. São Paulo: Alfa Omega, 2006.
- YARSHELL, Flávio Luiz. **Tutela jurisdicional específica nas obrigações de declaração de vontade**. 1993, p. 15.
- ZAINAGHI, Maria Cristina. Espécies de tutela jurisdicional. **Revista do Instituto do Direito Brasileiro – RIDEB**. 2014, p. 4.680.

Jogos dos Institutos Federais como agregador educacional: um relato de experiência desenvolvido no IFAP - Amapá.

Games of the Federal Institutes as an educational aggregator: an experience report developed at IFAP - Amapá.

Submetido em: 10/11/2021

Aprovado em: 15/11/2021

v. 1, n. 12 p. 01-11, dez. 2021

DOI: 10.51473/rcmos.v1i12.252

1

Arthur Braga de Oliveira
Gustavo Braga de Oliveira
André Luiz Zanella

Resumo

O esporte é um fenômeno capaz de influenciar suas vidas de várias maneiras e em diferentes aspectos, físicos, cognitivos e sociais. Já em relação ao desempenho escolar, podemos ressaltar que ele possui uma variedade de determinantes para que ele aconteça ou melhore. Nesse estudo, buscamos analisar através das experiências vivenciadas com a participação nos jogos, os fatores contribuintes positivo e negativamente para a melhoria do desenvolvimento dos alunos. Para tal, tivemos como objetivo principal relatar as experiências adquiridas durante as participações nos Jogos dos Institutos Federais, relatando os fatores positivos e negativos vivenciados neste processo. O estudo foi realizado no Instituto Federal do Amapá, IFAP, com alunos do ensino médio técnico, profissionalizante que participaram das equipes do Instituto, no período de 2016 a 2018, sendo uma pesquisa qualitativa, descritiva e caracterizada como um relato de experiência. Para o tratamento dos dados, foram usadas as experiências vivenciadas pelos professores durante a participação nos jogos dos Institutos Federais, etapa Estadual e Norte. A partir dessa análise, diagnosticamos os fatores positivos e negativos da participação nos jogos e as possíveis interferências a serem feitas para melhoria dessa participação dos alunos. Os relatos apresentados aqui, sustentarão a discussão teórica aprofundadas em diálogo com a literatura existente. Dessa forma, concluímos que a participação dos alunos nos treinamentos e jogos, pode sim ser um fator agregador de valores biopsicosociais que fazem com que esses alunos melhorem seu desempenho escolar e se tornem pessoas melhores dentro e fora do ambiente escolar.

Palavras Chaves: Esporte. Desempenho escolar. Jogos.

Abstract

Sport is a phenomenon capable of influencing their lives in various ways and in different aspects, physical, cognitive, and social. In relation to school performance, we can emphasize that it has a variety of determinants for it to happen or improve. In this study, we sought to analyze through the experiences lived with the participation in the games, the contributing factors positively and negatively for the improvement of students' development. For that, we had as main objective to report the experiences acquired during the participations in the games of the Federal Institutes, the positive and negative factors experienced in this process. The study was carried out at the Federal Institute of Amapá, IFAP, with technical and

vocational high school students who participated in the Institute's teams from 2016 to 2018, being a qualitative, descriptive, and characterized as an experience report. For the treatment of the data, the experiences experienced by the teachers during the participation in the games of the Federal Institutes, Stage State and North, were used. From this analysis, we diagnose the positive and negative factors of participation in the games and the possible interferences to be made to improve this participation of the students. The reports presented here will support the theoretical discussion in depth in dialogue with existing literature. In this way, we conclude that the participation of students in training and games, can rather be a factor that aggregates biopsychosocial values that make these students improve their school performance and become better people inside and outside the school environment.

Keywords: Sport. School performance. Games.

1 Introdução

O esporte, seja ele educacional, de participação ou rendimento, é hoje um fenômeno sociocultural que a cada dia ganha mais adeptos e notoriedade no Brasil e no mundo. É também um dos temas da cultura corporal de movimento de maior presença na Educação Física escolar. Esse processo de esportivização da Educação Física Escolar gera muitos questionamentos e tem elencado discussões acerca de suas características e influências na formação dos estudantes. O esporte é um dos mais importantes fenômenos socioculturais no processo de transição entre os últimos séculos que tem chamado atenção de intelectuais e da mídia internacional permitindo, assim, aprofundamentos políticos, sociais, culturais, educacionais, científicos e antropológicos (TUBINO, 2010). Barbanti (2006, p. 57) define esporte como “uma atividade competitiva institucionalizada que envolve esforço físico vigoroso ou o uso de habilidades motoras relativamente complexas, por indivíduos, cuja participação é motivada por uma combinação de fatores intrínsecos e extrínsecos”.

Na escola o esporte está presente tanto dentro das aulas de Educação Física, quanto fora das mesmas, em momentos extracurriculares. Entendemos então que a prática escolar esportiva se refere ao esporte como sendo um dos conteúdos a ser desenvolvidos pela Educação Física escolar, enquanto as práticas esportivas escolares são as atividades extracurriculares que podem ser denominadas turmas de treinamento esportivo, com finalidade de representação escolar em competições ou não.

Assim, nas aulas de Educação Física escolar, o esporte se constitui como um dos elementos da cultura corporal de movimento e, integralmente, está inserido no cotidiano escolar. Por algum tempo, o protagonismo do esporte na escola foi demasiadamente criticado. Não apenas o processo de esportivização nas aulas, mas também o objetivo que era proposto:

formação estrito de atletas. Por muitos anos, tal situação, acarretou muitos questionamentos e discussões acerca das características e influências do esporte na formação dos estudantes. Segundo Lazzarotti Filho *et al.* (2005, p. 151), a educação do corpo através do esporte escolar é um dos principais vetores presentes na escola.

Com o intuito de esclarecer o papel e importância do esporte na sociedade, Tubino (2010), apresenta três manifestações (formas) das práticas esportivas e seus princípios norteadores que são apresentados de acordo com cada contexto, cenário e objetivo.

Esporte-Educação (voltado para a formação da cidadania) está dividido em: Esporte Educacional e Esporte Escolar.

O Esporte Educacional, também chamado de Esporte na Escola, pode ser oferecido também para crianças e adolescentes fora da escola (comunidades em estado de carência, por exemplo). Deve estar referenciado nos princípios da: inclusão, participação, cooperação, coeducação e corresponsabilidade.

O Esporte Escolar é praticado por jovens com algum talento para a prática esportiva. Embora compreenda competições entre escolas, não prescinde de formação para a cidadania, como uma manifestação do Esporte-Educação. Está referenciado nos princípios do Desenvolvimento Esportivo e do Desenvolvimento do Espírito Esportivo. O Espírito Esportivo é mais do que “Fair-play”, pois compreende também a determinação em enfrentar desafios e outras qualidades morais importantes.

Esporte-Lazer, também conhecido como Esporte Popular, praticado de forma espontânea, tem relações com a Saúde e as regras. Estas podem ser oficiais, adaptadas ou até criadas, pois são estabelecidas entre os participantes. Também é conhecido como Esporte Comunitário, Esporte-Ócio, Esporte-Participação ou Esporte do Tempo Livre, tem como princípios: a participação, o prazer e a inclusão.

Esporte de Desempenho, conhecido também como Esporte de Competição, Esporte-Performance e Esporte Institucionalizado, é aquele praticado obedecendo a códigos e regras estabelecidos por entidades internacionais. Objetiva resultados, vitórias, recordes, títulos esportivos, projeções na mídia e prêmios financeiros. A ética deve ser uma referência nas competições e nos treinamentos. Os dois princípios do Esporte de Desempenho são: a Superação e o Desenvolvimento Esportivo. Convém esclarecer que o Esporte de Desempenho pode ser: de Rendimento ou de Alto Rendimento (Alta Competição, Alto Nível etc.).

Nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá o esporte também tem seu reconhecimento e destaque, tanto pelo seu aspecto educativo e social, quanto pela representação escolar nos jogos realizados entre as unidades da Rede Federal. Além das aulas de Educação Física (ensino), há também as possibilidades de realização de projetos de extensão e/ou pesquisa que agregam o esporte como ferramenta relevante no processo educacional e na qualidade de vida das pessoas.

Uma das questões frequentemente levantadas, diz respeito à presença da competição dentro dos Institutos Federais. A realização dessas competições reflete a evolução do esporte tanto quanto potencializa discussões. Por um lado, dentro dos Institutos existem aqueles que

são contra a realização de competições e da participação dos alunos, pois alegam que apenas reproduzem os moldes do esporte de alto rendimento, alegando que estas partem do princípio da exclusão e exaltam ânimos podendo gerar brigas e desafetos. Por outro lado, há aqueles que defendem valores morais e componentes educativos associados às experiências esportivas.

No Instituto Federal do Amapá (IFAP), especificamente, o esporte é um grande atrativo, exerce determinada influência e expectativa por parte dos alunos (a) que buscam e/ou participam das equipes esportivas e conseqüentemente, são convocados para representar a Instituição nas competições (estaduais, regionais e nacionais).

Neste sentido, o presente relato de experiência tem como objetivo principal descrever as narrativas sobre os Jogos dos Institutos Federais na perspectiva enquanto professores de Educação Física e atores participante há 3 anos, apontando os pontos positivos e os aspectos que merecem ser melhorados. Adicionalmente, descrever as percepções sobre a influência do esporte no desenvolvimento humano dos alunos e no desempenho escolar.

2 Problemática

Tendo como ponto de partida as observações e experiências cotidianas no âmbito dos Institutos Federais bem como em literaturas sobre o esporte e sua relação com a educação, a presente pesquisa me remeteu alguns questionamentos e reflexões diante do contexto no qual estivemos inseridos. Neste sentido, consideramos que há relevância em aprofundar as reflexões no que tange aos seguintes problemas de pesquisa: a) Quais as contribuições das experiências e aprendizados adquiridos nas vivências relacionadas aos Jogos dos Institutos Federais? b) Quais são os fatores positivos e os que ainda precisam ser aprimorados diante desse contexto? c) Existe relação (positiva e/ou negativa) da prática esportiva com o rendimento acadêmico de alunos (as)/atletas participantes das seleções esportivas do IFAP?

3 Hipótese

Diante do exposto até aqui, é válido destacar que um dos pontos a serem refletidos neste relato de experiência está diretamente relacionado ao desenvolvimento e aprimoramento da qualidade do ensino dos Institutos Federais. Uma vez que, o esporte se constitui como uma

ferramenta que agrega na educação e no desenvolvimento dos alunos (a) conseqüentemente, ele deve ser considerado como um fator se levante e necessário na melhoria da qualidade de vida dos nossos alunos (as). Ou seja, a participação de alunos (as) nos treinamentos e competições, pode gerar uma melhoria em seu desempenho escolar devido aos benefícios que são proporcionados pelo esporte.

4 Objetivo Geral

Relatar as experiências adquiridas durante as participações nos Jogos dos Institutos Federais, apontando os fatores positivos e negativos vivenciados neste processo.

5 Objetivos específicos

- Descrever as percepções no que diz respeito aos benefícios (fatores positivos) do esporte no desenvolvimento humano e do desempenho escolar dos alunos participantes no JIFAP/AP e JIF's.
- Identificar os fatores negativos e/ou pontos que devem ser melhorados para contribuir no desenvolvimento dos alunos que participam dos jogos.

6 Justificativa

As contribuições que este relato de experiência apresenta consistem em elucidar e enaltecer a importância do papel do esporte que tem sido desenvolvido nos Institutos Federais e o seu impacto na vida dos adolescentes e jovens que participam das atividades esportivas. Este trabalho também é importante pois dialoga com os achados na literatura de que o esporte é uma ferramenta essencial no processo de Educação e influencia positivamente no r

Em suma, o presente relato se torna relevante por buscar aprofundar nos conhecimentos sobre as possíveis distinções em relação à prática esportiva e o rendimento acadêmico de modo a elucidar e fornecer informações relevantes no processo de formação e educação dos alunos (as)/atletas, e toda comunidade escolar envolvida no assunto.

7 Referencial Teórico

7.1 O Esporte e os benefícios da prática esportiva escolar

O esporte consiste em um fenômeno que foi historicamente construído, abrangendo diferentes manifestações e sendo transformado pelas necessidades, possibilidades e objetivos de diversos personagens (PAES; BALBINO, 2002). Com o passar dos anos, a configuração do esporte na sociedade e na escola foi articulada diante de influências e contextos sociais, culturais, econômicos, políticos e, sobretudo, educacionais (PRIORE; MELO, 2009), estando assim, cada vez mais presente na vida das pessoas e dentro das escolas.

Os PCN's para a área de Educação Física escolar trazem três aspectos que evidenciam as características básicas do esporte na escola: o da inclusão, que sistematiza objetivos, conteúdos, processos de ensino-aprendizagem e de avaliação com o intuito de inserir o aluno na cultura corporal de movimento; o da diversidade, mais aplicado à construção dos processos de ensino e aprendizagem, assim como uma orientação da escolha de objetivos e de conteúdos, visando a ampliar as relações entre os conhecimentos da cultura corporal de movimento e os sujeitos da aprendizagem. Por último, as categorias de conteúdos (conceitual, atitudinal e procedimental) (BRASIL, 1998).

Os benefícios da prática esportiva têm sido estabelecidos em um contexto amplo, ou seja, não apenas em termos biológicos (saúde física), mas também em aspectos sociais (de convivência/atitudes de perseverança, de disciplina e de cooperação), além de contribuir no desenvolvimento das atividades intelectuais, a saber: o rendimento escolar (FERRAZ, 2009).

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) reconhece o papel do esporte como elemento facilitador do desenvolvimento humano e da cultura de paz, onde sua promoção favorece a tolerância e o respeito entre as comunidades e suas relações com a saúde, a educação e a inclusão social (PNUD, 2017).

No contexto escolar, o esporte foi por um longo tempo, motivo de polêmica, ficando entre a negação e as práticas esportivizadas; tais tensões e mal-entendidos chegaram a deixar dúvidas quanto ao significado e importância do esporte em espaços educacionais. Porém, como o passar dos anos, o reconhecimento e valorização da prática esportiva na escola, têm sido estabelecidos sob a ótica da Pedagogia do Esporte, que busca tratar das possibilidades do esporte na Instituição escolar (REVERDITO *et al.*, 2016).

Sendo assim a relação entre esporte e desempenho escolar provoca grandes discussões. Quando pensamos em esporte na escola, mesmo fora da sala de aula de educação física, precisamos entender que ele deve influenciar positivamente na formação humana e, conseqüentemente na educação dos alunos. Não esquecendo nessa relação o número de atividades que o aluno tem para realizar durante o dia, pois dependendo da quantidade de compromisso o aluno estará super atarefado, sem o devido tempo para realizar com êxito todos os seus compromissos.

Há diversas opiniões em relação às práticas desportivas extracurriculares nas escolas. Muitas pessoas como, professores, diretores e até mesmo pais de alunos, apoiam o esporte na escola, mas muitos são totalmente contra desejando até a extinção desta prática. (VIACELLI, 2002).

Assim, percebe-se que, como as outras disciplinas, a Educação Física tem seu papel na construção de valores e códigos que permeiam a sociedade. Bracht (1997, p. 63), coloca que realmente o esporte educa, porém, pode levar o indivíduo a internalizar valores, normas de comportamento, que possibilitarão adaptar-se à sociedade capitalista. Educação que leva ao comportamento e não ao conhecimento. Segundo Lazzarotti Filho *et al.* (2005, p.151), A educação do corpo através do esporte escolar é um dos principais vetores presentes na escola.

No decorrer da pesquisa verificamos que existem poucas as referências sobre esse assunto específico. Assim, entendemos que o estudo pode despertar o interesse de outros pesquisadores que vivem o ambiente escolar e se defrontam com problemas similares a buscarem realizar novas pesquisas mais aprofundadas, podendo assim, obter resultados mais expressivos sobre o assunto.

8 Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva e caracterizada como um Relato de Experiência. A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização etc. (GOLDENBERG, 1997, p. 34). A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.

Foi realizado uma pesquisa bibliográfica acerca do esporte e seus benefícios no âmbito escolar. As narrativas apresentadas foram adquiridas por meio das vivências cotidianas dos professores de Educação Física do Instituto Federal do Amapá.

Nesse período, de 2016 até junho de 2018, foram realizadas 3 etapas Estaduais e 2 etapas Norte, modelo no qual é dividido os jogos dos Institutos Federais, onde o campeão de cada modalidade na etapa Estadual, realizada em Macapá (campus sede do IFAP) representa o Instituto na etapa Norte, realizada em sede diferente a cada ano, e os campeões dessa etapa participam da etapa Nacional.

Em 2016, a etapa Norte foi realizada em Manaus e 2017 em Belém. No ano de 2016, participaram da etapa Estadual em Macapá 67 alunos, 2017 cerca de 52 e em 2018, 42. Em 2016, esses alunos eram do campus de Laranjal do Jari e 2018 do campus de Porto Grande. Os alunos eram do ensino médio, técnico, profissionalizante e integraram as equipes em diversas modalidades individuais e coletivas, nos nipes: feminino e masculino.

Os relatos apresentados aqui, sustentarão a discussão teórica aprofundadas em diálogo com a literatura existente. Esta pesquisa pode auxiliar a compreender um pouco mais sobre a presença esportiva e da competição no ambiente escolar, observando se ele pode contribuir de maneira significativa para a melhora do rendimento escolar dos alunos participantes.

9 Resultados e Discussão

- Fatores positivos e questões a serem aprimoradas nos jogos dos Institutos Federais

Durante o período no qual participamos dos jogos dos Institutos Federais, observamos que todo esse processo de integração, socialização e concentração dos alunos possibilita melhorias sociais (no relacionamento em equipe), com a família após e principalmente seu desempenho escolar, uma vez que, para participar dos jogos critérios como comportamento, assiduidade nas aulas e bom rendimento acadêmico são levados em consideração para a participação dos alunos e alunas nos jogos.

Neste sentido, é notório perceber uma gama de motivações (intrínseca e extrínseca) sobretudo, por parte dos alunos (as), para realizar uma prática esportiva e poder representar a Instituição nos jogos. Há uma forte e prazerosa construção de sonho coletivo antes, durante e após cada experiência que vivemos nos jogos, seja na etapa estadual ou regional.

Percebemos também que esses alunos (as) desenvolvem um senso de responsabilidade e uma maturidade muito grande devido a disciplinas adquiridas nos treinamentos para os jogos e durante sua realização, aumentando seu interesse em participar das aulas e tirar boas notas para poder participarem das equipes.

Outro ponto interessante observado, foi que a maioria dos alunos treinava cerca de 3 a 5 horas por semana, dentro e fora do Instituto, e essa carga de treinamento não afetou o desempenho acadêmico deles, pelo contrário, a maioria passou a dedicar-se mais aos estudos, pois sabiam que se seu rendimento não fosse satisfatório não poderiam participar das equipes. Alunos que antes eram tímidos, calados, passaram a comunicar-se mais e isso fez com que eles, dentro de sala, tivessem um melhor aproveitamento perante as atividades na qual exigem de um trabalho em equipe ou mesmo individual em apresentações e seminários.

A atividade física auxilia no desenvolvimento do adolescente e na redução dos riscos de futuras doenças, além de exercer importantes efeitos psicossociais e várias outras influências positivas estão relacionadas à atividade física regular, entre eles o aumento da massa magra, diminuição da gordura corporal, melhora dos níveis de eficiência cardiorrespiratória, de resistência muscular e força isométrica, além dos importantes efeitos psicossociais (VIEIRA; PRIORE; FISBERG, 2002 p. 7). Tais fatores estão diretamente relacionados e no cotidiano dos alunos dos Institutos Federais que têm como objetivo a participação nos jogos.

Outro aspecto relevante e agregador durante as experiências vividas nos jogos, foi o fato dos alunos (as) adquirirem um capital cultural que se tornava inesquecível a cada viagem. Percebemos que só o fato de sair da cidade em que moram já é um grande aprendizado e motivo de felicidade para eles. Alguns, nunca haviam saído de suas cidades, muito menos andar de avião, por exemplo.

Sendo assim, o fator motivacional de conhecer lugares diferentes, pessoas novas, novas culturas e viajar para outro Estado, fazem com que a dedicação e aplicação nos treinos, jogos e dentro da escola tenha foco. Isso transmite autoconfiança e satisfação pessoal e os fazem sair da rotina das atividades curriculares, para se sociabilizar e para simular objetivos de vida, já que o esporte pode ser um palco de situações a serem vivenciadas na idade adulta.

Entretanto, mesmo com todos esses fatores positivos, é importante estarmos atentos à algumas situações que podem prejudicar nossos alunos e alunas. O papel do professor de Educação Física é suma importância, sobretudo, na instrução e observação constante daqueles

alunos que procuram se dedicar exclusivamente aos treinamentos do que aos estudos. Os alunos são comumente criticados sobre tais atitudes, no entanto, os educadores devem estar cientes do processo formativo e abordagem ideal para incentivar da melhor forma os estudantes, principalmente, ajudá-los na organização do tempo e das prioridades.

Também é indispensável, que haja uma melhor compreensão da importância dos jogos na vida dos alunos (as), por parte de alguns professores, ou seja, se faz necessário que eles sejam mais empáticos com os alunos e alunas que têm preferência em adquirir a prática esportiva como hábito e filosofia de vida. Infelizmente, presenciamos algumas situações, que são contra a participação dos alunos (as) nos jogos e até a existência de tal evento.

O esporte é constituído como um fenômeno e ferramenta de desenvolvimento humano e educacional essencial para as populações, é importante professores comprometidos busquem aprimorar seus conhecimentos e reconhecer o esporte como um fator agregador e interdisciplinar.

Considerações Finais

Através da participação por 3 anos nos jogos dos Institutos Federais, etapa Estadual – JIFAP em Macapá e etapa Norte – JIF's, Manaus e Belém, tivemos a oportunidade de refletir e observar o quão benéfico, biopsicossocialmente falando, pode ser a participação de um aluno nos treinamentos e jogos. Fatores intrínsecos e extrínsecos foram trabalhados e melhorados neste período pelos alunos, pois acreditamos no esporte como meio de formação humana, e porque consideramos fundamental a presença de práticas esportivas extracurriculares de qualidade nas escolas.

Verificamos que os alunos recebem influência de diversos ambientes, e essas influências são capazes de determinar o bom ou o mau desempenho escolar, como a influência familiar, escolar e socioeconômico e que a grande maioria dos professores conseguem ver os benefícios dessa prática esportiva como algo que pode sim mudar e melhorar o desenvolvimento integral desse aluno.

Observamos também, bons aspectos da prática regular de esportes, e a relação da prática de esporte com a necessidade de um bom desempenho escolar, algo que é exigido para a participação do aluno nos jogos. Verificou-se ainda que com a participação nos jogos e treinos, há uma melhora no relacionamento entre os alunos, melhorando também a disciplina,

a disposição para realizar as tarefas, concentração, responsabilidade e organização. Consideramos então que a melhora destas características representa boa influência para o desempenho escolar. Visto que os adolescentes nesta fase passam por diversos desafios e conflitos sendo muito importante para ele o desenvolvimento destes elementos pelo esporte.

Dessa forma, concluímos que a participação dos alunos nos treinamentos e jogos, pode sim ser um fator agregador de valores biopsicossociais e educacionais que fazem com que esses alunos melhorem seu desempenho escolar e se tornem pessoas melhores dentro e fora do ambiente escolar e que a prática de esporte bem dosado de responsabilidade e bem orientado pelo professor é mais benéfica que prejudicial no rendimento escolar dos alunos.

Referências

FERRAZ, Osvaldo Luiz. O esporte, a criança e o adolescente: consensos e divergências. **Esporte e atividade física na infância e na adolescência** [S.l: s.n.], 2009.

PAES, Roberto Rodrigues; BALBINO, Hermes Ferreira. A pedagogia do esporte e os jogos coletivos. *In*: ROSE JR. **Esporte e atividade física na infância e adolescência**. São Paulo: Artmed, 2002. p. 89-98.

PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional. 2017. **Movimento é Vida: Atividades Físicas e Esportivas para Todas as Pessoas**. Disponível em <http://bit.ly/2y4y5Zg>. Acesso em dez, 2017.

PRIORE, Mary Del; MELO, Victor Andrade de. **História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais**. Editora UNESP, 2009.

TORRI, Danielle; ALBINO, Beatriz Staimbach; VAZ, Alexandre Fernandez. Sacrifices, dreams, culture industry: portraits of bodily education in school sports. **Educação e Pesquisa**, v. 33, n. 3, p. 499-512, 2007.

TUBINO, Manoel José Gomes. **Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação**. Maringá: Eduem, 2010.

VIEIRA, Valéria Cristina Ribeiro, PRIORE, Sílvia Eloiza y FISBERG, Mauro. A atividade física na adolescência. **Adolesc. Latinoam.** [online]. ago. 2002, v.3. Disponível em: <http://ral-adolesc.bvs.br/scielo.php>. Acesso: dez. 2021.

A fitoterapia no controle da ansiedade

Phytotherapy in anxiety control

Submetido em: 10/11/2021

Aprovado em: 15/11/2021

v. 1, n. 12 p. 01-24, dez. 2021

DOI: 10.51473/rcmos.v1i12.256

1

Jackson Machado Silva

Resumo

A ansiedade é um estado psíquico de apreensão ou medo provocado pela antecipação de uma situação desagradável ou perigosa. Suas características são físicas e mentais, quando se é em grande intensidade e intercorrência, também é chamada de síndrome do pânico. Assim o uso de fitoterápicos pode ser bastante eficaz na ansiedade, não provocando sintomas adversos do esperado, como efeitos causados pelos tratamentos farmacológicos convencionais. Diante do exposto, o objetivo deste estudo será a utilização de fitoterápicos na ansiedade, utilizando-se fármacos com atividades ansiolíticas no tratamento da ansiedade, que vem tendo um crescimento como tratamento da ansiedade nos últimos 5 anos. Esse crescimento se dá devido baixo custo, sendo uma opção terapêutica eficaz e culturalmente apropriada, visando a obtenção de segurança na sua utilização pelos usuários da fitoterapia. Foram criadas legislações na ANVISA, PNPIC, SUS E PNPMF que regem sobre a matéria, buscando a regulamentação da fitoterapia, ampliando o acesso a plantas medicinais e fitoterápicas, garantindo segurança e eficácia aos usuários do SUS.

Palavras-chave: Ansiedade; Baixo custo; Eficácia; Fitoterapia.

Abstract

Anxiety is a psychic state of apprehension or fear brought about by the anticipation of an unpleasant or dangerous situation. Its characteristics are physical and mental, when it is in great intensity and intercurrency, is also called panic syndrome. Thus, the use of herbal medicines can be quite effective in anxiety, not causing adverse symptoms than expected, such as effects caused by conventional pharmacological treatments. In view of the above, the objective of this study will be the use of phytotherapy in anxiety, using drugs with anxiolytic activities in the treatment of anxiety, which has been growing as an anxiety treatment in the last 5 years. This growth is due to low cost, being an effective therapeutic option and culturally appropriate, aiming to obtain safety in its use by the users of herbal medicine. Legislation was created in ANVISA, PNPIC, SUS and PNPMF that govern the matter, seeking the regulation of phytotherapy, expanding access to herbal and phototherapeutic plants, guaranteeing safety and efficacy to SUS users.

Keywords: Anxiety; Low cost; Efficiency; Phytotherapy; Regulations.

1 Introdução

A utilização de fitoterápicos vem se destacando nos últimos anos por ser uma opção terapêutica eficaz e de baixo custo, culturalmente apropriada. Sendo assim foram publicadas para a área de plantas medicinais e fitoterápicos a Política Nacional de Práticas Integrativas (PNPIC) no Sistema Nacional de Saúde (SUS) portaria nº 971 de 3 de maio de 2006, Política Nacional de Plantas medicinais e Fitoterápicos (PNPMF), que visam ter mais opções terapêuticas com acesso às plantas medicinais e fitoterápicos, com garantia, segurança e eficácia aos usuários do SUS.

Ansiedade é um estado psíquico de apreensão ou medo provocado pela antecipação de uma situação desagradável ou perigosa. A palavra "ansiedade" tem origem no latim anxietas, que significa "angústia", "ansiedade", de anxius = "perturbado", "pouco à vontade", de anguere = "apertar", "sufocar". A ansiedade é o grande sintoma de características psicológicas que mostra a interseção entre o físico e psíquico, uma vez que tem claros sintomas físicos, como: taquicardia (batedeira), sudorese, tremores, tensão muscular aumento das secreções (urinárias e fecais), aumento da motilidade intestinal, cefaléia (dor de cabeça). Quando recorrente e intensa também é chamada de Síndrome do Pânico (crise ansiosa aguda). Toda esta excitação acontece decorrente de uma descarga de um neurotransmissor chamado Noradrenalina, que é produzido nas suprarrenais, lócus cerúleos e núcleo amigdalóide.

Especificamente no tratamento da ansiedade a fitoterapia pode se tornar uma grande alternativa com verdadeira eficácia. Evidências encontradas na literatura em relação esse tipo de tratamento alternativo. À título de exemplo se destacam a Maticaria recoita, Passiflora incarnata, Valeriana officinalis, Kava-Kava, Melissa officinalis e Eritrina Mulungu pois demonstram ser boas opções terapêuticas e são utilizadas como tratamento alternativo aos transtornos de ansiedade com sucesso.

Este estudo se destina a todo aquele que desejar obter informações acerca das terapias fitoterápicas e seus efeitos em relação ao tratamento da ansiedade, baseado na revisão de alguns estudos anteriores que mostram a eficácia do tratamento com fitoterápicos no controle da ansiedade, poderá trazer ou problematizar a utilização da fitoterapia no tratamento ansiolítico.

Trata-se de uma revisão bibliográfica tendo como base pesquisas em livros, revistas digitais, dissertações e artigos científicos. Foram utilizados para a composição deste estudo materiais pertinentes ao uso dos fitoterápicos, suas funções ansiolíticas, vantagens e

desvantagens encontradas em sites seguros e na biblioteca eletrônica Scientific Electronic Library Online (*SciELO*).

2 Referencial Teórico

2.1 Fitoterápicos

A fitoterapia ou terapia pelas plantas é uma das mais antigas práticas terapêuticas da humanidade. Ela remonta há cerca de 8.500 a.c. e apresenta origens tanto no conhecimento popular (etnobotânico) como na experiência científica (etnofarmacologia). O termo Fitoterapia deriva do grego *therapeia*, tratamento, e *phyton*, vegetal, e diz respeito ao estudo das plantas medicinais e suas aplicações na cura das doenças.

Os fitoterápicos, como todo medicamento, passam por uma **série de pesquisas** para comprovar sua eficácia. Já as plantas medicinais podem ser usadas de outras maneiras, no preparo de “chás”.

De acordo com a Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº48/04 da ANVISA, fitoterápico é definido como: Medicamento obtido empregando-se exclusivamente matérias-primas ativas vegetais. É caracterizado pelo conhecimento da eficácia e dos riscos de seu uso, assim como pela reprodutibilidade e constância de sua qualidade. Sua eficácia e segurança é validada através de levantamentos etnofarmacológicos de utilização, documentações tecnocientíficas em publicações ou ensaios clínicos fase 3. Não se considera medicamento fitoterápico aquele que, na sua composição, inclua substâncias ativas isoladas, de qualquer origem, nem as associações destas com extratos vegetais (BRASIL, 2004).

Fitoterápicos são medicamentos obtidos a partir de plantas medicinais. Eles são obtidos empregando-se exclusivamente derivados de droga vegetal (extrato, tintura, óleo, cera, exsudato, suco e outros). Não é objeto de registro como medicamento fitoterápico, planta medicinal ou suas partes, após processos de coleta, estabilização e secagem, podendo ser íntegra, rasurada, triturada ou pulverizada (ANVISA, 2017)

Segundo a Secretaria de Vigilância Sanitária, em sua portaria nº 6 de 31 de janeiro de 1995:

Fitoterápico é "todo medicamento tecnicamente obtido e elaborado, empregando-se exclusivamente matérias-primas vegetais com finalidade profilática, curativa ou para fins de diagnóstico, com benefício para o usuário. É caracterizado pelo conhecimento da eficácia e dos riscos do seu uso, assim como pela reprodutibilidade e constância de sua qualidade. É o produto final acabado, embalado e rotulado. Na sua preparação

podem ser utilizados adjuvantes farmacêuticos permitidos na legislação vigente. Não podem estar incluídas substâncias ativas de outras origens, não sendo considerado produto fitoterápico quaisquer substâncias ativas, ainda que de origem vegetal, isoladas ou mesmo suas misturas” (VALDIR; ANGELO, et al, 2005).

As plantas contêm princípios ativos capazes de curar diversas doenças e foi a partir do reconhecimento destas propriedades terapêuticas que se deu o surgimento da medicina alopática moderna. As plantas medicinais são aquelas capazes de aliviar ou curar enfermidades e têm tradição de uso como remédio em uma população ou comunidade. Para usá-las, é preciso conhecer a planta e saber onde colher e como prepará-la.

Os Fitoterápicos são também usados como alternativa ao uso de ansiolíticos e antidepressivos, uma vez que estes podem causar efeitos colaterais e dependência. São considerados medicamentos fitoterápicos o obtido com emprego exclusivo de matérias primas ativa vegetal. Não se considera medicamento fitoterápico aquele que inclui na sua composição substâncias ativas isoladas, sintéticas ou naturais, nem as associações dessas com extratos vegetais (BRASIL, 2004).

Os medicamentos fitoterápicos usados para ansiedade são, como qualquer outro medicamento, indicados por médicos e não devem ser utilizados sem prescrição (ANVISA, 2013).

Segundo informações da Anvisa todos os medicamentos à base de vegetais assim como qualquer outro medicamento podem causar reações desagradáveis e até mesmo problemas mais sérios de saúde, deve-se ter uma atenção especial com crianças, idosos e gestantes. O uso de fitoterápicos associados com outros medicamentos também é um risco para a saúde do paciente, principalmente se o médico desconhecer dessa utilização (JÚNIOR; 2008).

2.2 Histórico da fitoterapia

O tratamento de doenças com plantas medicinais está presente em várias culturas ao redor do mundo. As mais antigas que se tem notícias foram achadas em túmulos pré-históricos datando de 60 mil anos atrás (VILLAS BOAS, 2004).

O uso de plantas medicinais é considerado uma das práticas mais utilizadas e mais antiga da humanidade e são usadas com o intuito de curar, prevenir e tratar doenças com compostos biologicamente ativos. (ANDRADE; CARDOSO; BASTOS, 2007).

Uma das mais antigas utilizações foi do tabaco que rapidamente foi transferida a diversas civilizações. Conta a história que desde 3000 a.C, na China o imperador Sheng Nung experimentava o poder do ginseng. Destaca-se que esse imperador viveu 123 anos também na china. O imperador Huang Ti mencionava 252 plantas em seu “Canone das ervas” (2,798 a.C). Um dos herbários mais antigos pode ser encontrado atualmente no Egito, os papiros de Erbs, que catalogou 125 plantas medicinais e 811 receitas. Destacou-se no Egito o médico Imhotep, que usava ervas medicinais em suas curas. Além da cura os egípcios utilizavam plantas no famoso método de preparo das múmias, que até os dias atuais não está totalmente desvendado (MORAES BRAGA, 2011, p. 10).

No período de 2.838- 2698 a C. data os primeiros registros de fitoterápicos com 365 ervas e venenos catalogados pelo chinês Shen Nung, e dependia de dois polos opostos para manter a ordenação do herbário assim como: Esquerdo yang-luz, céu e calor, e direito yin-trevas, terra e frio. (SCHENKEL; SIMON, 2001).

Hipócrates, denominado o “Pai da medicina”, idealizou sua obra “Corpos *Hiprocatium*”, onde, dentre outras informações médicas, apontou para cada doença o remédio vegetal e o tratamento. Já na era cristã, preciosa contribuição foi deixada por Pelácio, médico de Nero, que realizou estudos sobre mais de 500 espécies de plantas medicinais (MORAES BRAGA 2011, pg 10).

A partir do início do século XIX, os medicamentos de origem vegetal começaram a ser estudados de forma científica. A primeira vez em que os métodos químicos e analíticos foram usados para extrair o princípio ativo de uma planta medicinal foi para o isolamento da morfina a partir do ópio (1803-1806). Com isso tornou-se possível realizar estudos farmacológicos e toxicológicos sobre os efeitos da morfina em animais e humanos (SCHOLTZ et al.,2000).

Poucos anos depois Pelletier e Caventou isolaram a estricnina (1818) e a quinina (1820). Em 1828 Wohler foi o primeiro a conseguir a síntese orgânica, a da ureia (FERRO, 2006).

Em 1819, a atropina é isolada da beladona (*Atropa belladonna L.*), utilizada no tratamento de doenças do sistema nervoso. Em 1820 é isolado o quinino, antimalárico obtido da casca da planta peruana Cinchona sp. Em 1827, um químico francês isolou a *salicina* da *espírea* (*Filipendula ulmaria (L.) Maxim.*), sendo que a medicina tradicional vinha, através dos séculos, obtendo o mesmo efeito da casca do salgueiro (*Salix alba L.*). Em 1829 é isolada a emetina da ipecacuanha (*Psychotria ipecacuanha Mull*), um emético valioso. Em 1860, a

cocaína é extraída das folhas de coca (*Erithroxylum coca Lam*), um anestésico local que tornou possível muitas cirurgias. (CRF SP, 2016, p. 9).

No século XIX o processo industrial de medicamentos cresceu deixando para traz os processos de cura por meios de ervas medicinais. Ressalta-se que durante as grandes guerras mundiais com direcionamento da produção a material bélico, a produção industrial em grande escala foi interrompida, fato que novamente favoreceu a utilização de ervas medicinal (MORAES BRAGA 2011 p. 11).

No começo do séc. XX, o filósofo Rudolf Steiner (1861 – 1925), juntamente com a Dra. Ita Wegman, propiciou o surgimento da medicina antroposófica que, além da organização puramente física do homem, considerada pela Medicina Acadêmica, também contempla outras três organizações: a vital, a anímica e a espiritual. Os medicamentos próprios desta forma de Medicina são tomados dos três reinos da natureza, principalmente o vegetal. No mesmo período, a medicina alopática (do grego allos + pathos, método de combater doença por meios contrários à natureza delas) ainda tinha as plantas como principais matérias-primas. (CRF SP 2016, p. 10).

Na década de 1950 até a década de 1970 a plantas medicinais foram marginalizadas em virtude do grande impulso que a química orgânica promoveu na medicina alopática. Entretanto a partir da década de 1980, elas passaram novamente a serem valorizadas como fonte de propriedades curativas e de baixo custo (MATOS, 1987).

Com toda evolução da medicina no século XX as plantas ainda apresentam importantes ações terapêuticas para a manutenção da saúde (SOUZA; FELFILI, 2006). Com poucas condições e falta de acesso aos medicamentos, encontram-se os principais motivos para o uso de plantas com fins medicinais. (VEIGA JUNIOR; PINTO, 2005).

Embora a partir do século XX se tenha observado grande avanço na medicina alopática, o consumo de plantas medicinais, com base na tradição familiar, tornou-se prática generalizada na medicina popular. Atualmente, muitos fatores têm contribuído para o aumento da utilização deste recurso, entre eles, os efeitos colaterais decorrentes do uso crônico dos medicamentos industrializados, o difícil acesso da população à assistência médica, o maior consumo de produtos naturais, bem como a tendência ao uso da medicina integrativa e abordagens holísticas dos conceitos de saúde e bem-estar. Por consequência, surge a suposição de que as plantas medicinais bem como os produtos naturais não apresentam risco à saúde. Esse conceito, sem embasamento científico, apenas passado de geração em geração, acaba por oferecer sérios

riscos à saúde de pessoas menos esclarecidas. Esse dado importante não é considerado pela população, levando à automedicação indiscriminada, agravada pela falta de informações fidedignas sobre os potenciais efeitos tóxicos até mesmo em associações com medicamentos de uso corrente (CRF SP 2016 p. 12).

No Brasil as primeiras referências sobre as plantas medicinais são atribuídas ao padre José de Anchieta e a outros Jesuítas que aqui vieram durante os tempos coloniais. Eles formularam receitas chamadas “Boticas dos colégios”, a base das plantas para o tratamento das doenças. Várias populações indígenas faziam uso insignificativo dessas plantas e mesmo com o processo de extinção desses povos, eles passaram muitas informações acerca do uso das plantas para fins medicinais, que certamente foram transmitidas aos migrantes europeus e aos escravos africanos (LAMEIRA PINTO 2008 p. 22).

Quando os portugueses chegaram ao Brasil, encontraram índios que usavam urucum (*Bixa orellana L.*) para pintar e proteger o corpo das picadas de insetos e também para tingir seus objetos cerâmicos. O Padre José de Anchieta, em suas "Cartas", bem que tentou despertar seus superiores para a riqueza que era a flora e a medicina indígena, mas em vão. Os cientistas, raras exceções, ainda não acordaram totalmente para a riqueza que representa esta flora brasileira (BREVE 2008).

Nos séculos de colonização, a utilização de plantas medicinais para tratamento das patologias era patrimônio somente dos índios e de seus pajés (DUNFORD, 2001). Os conhecimentos dos poderes de diversas ervas eram adquiridos de geração a geração. Com a chegada dos colonizadores europeus, esses conhecimentos também foram repassados a esses, que exploraram as diversas regiões do país. Na verdade, o conhecimento trazido pelos europeus, incentivando ainda mais os estudos e a utilização das ervas (MORAES BRAGA p.11).

Segundo Souza (1995). A medicina popular e o conhecimento específico sobre o uso de planta, são o resultado de uma série de influências culturais, pois é louvável a persistência desses grupos de manter esses ensinamentos entre seus povos. Vale ressaltar que os medicamentos naturais à base de planta, têm apresentado ao longo da história seus efeitos positivos, com vantagens inegáveis, no tratamento de certas afecções.

Em 1978, a Organização Mundial da Saúde reconheceu oficialmente o uso de fitoterápicos. No Brasil, a política de plantas medicinal e fitoterápica remonta de 1981 por meio da Portaria n. ° 212, de 11 de setembro, do Ministério da Saúde que, em seu item 2.4.3, define o estudo das plantas medicinais como uma das prioridades de investigação clínica e, 1982, o

Ministério da Saúde (PPPM/Ceme) lançou o Programa de Pesquisa de Plantas Medicinais da Central de Medicamentos para obter o desenvolvimento de uma terapêutica alternativa e complementar, com embasamento científico, pelo estabelecimento de medicamentos fitoterápicos, com base no real valor farmacológico de preparações de uso popular, à base de plantas medicinais (FARMACOPEA BRASILEIRA, p.5).

Em 1990, o Brasil instituiu a Lei nº 8.080/90 em que se estabelecia a obrigatoriedade do Estado de formular e executar de políticas econômicas e sociais que garantissem o acesso universal e igualitário às ações e aos serviços de saúde. Neste contexto foi formulada a política de medicamentos teve como propósito garantir o uso racional e o acesso da população aos medicamentos. A partir desta lei foram intensificadas iniciativas a partir da década de 1980, no sentido de fortalecer a fitoterapia no SUS. Intensificou-se o estudo de plantas medicinais de investigação clínica (1981) e foi implantado o Programa de Pesquisa de Plantas Medicinais da Central de Medicamentos (1982), que estabeleceu o valor farmacológico de preparações à base de plantas medicinais com o objetivo de inclui-las na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename). (TEIXEIRA, BARBOSA, p. 2)

O ministério da saúde aprovou em 2006 a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, através do decreto lei nº 5.813, de 22 de junho de 2006, sendo através do mesmo em 2009 o que veio a ser o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (TEIXEIRA, BARBOSA, p. 2), conduzindo a presença da ciência fitoterápica no cotidiano das pessoas, aliada ao fato de o Brasil ser o país que detém a maior parcela da biodiversidade mundial, girando em torno de 15 a 20% (TEIXEIRA, BARBOSA, p. 2).

A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPICS), de 2006, foi a última medida desse ciclo de políticas e propôs a inclusão das plantas medicinais e fitoterapia, homeopatia, medicina tradicional chinesa/acupuntura e termalismo social/crenoterapia no SUS. Essa política elaborou a Relação Nacional de Plantas Medicinais e de Fitoterápicos e o provimento do acesso a plantas medicinais e fitoterápicas aos usuários do SUS (TEIXEIRA, BARBOSA, p. 3)

Desde então os estudos sobre as plantas medicinais junto com o aumento do conhecimento da população e ao acesso a esses medicamentos pelo SUS levando ao uso incorreto dos medicamentos foram aumentando, trazendo com isso o surgimento de efeitos colaterais.

2.3 Ansiedade e o tratamento fitoterápico

A origem da palavra ansiedade é derivada do alemão que significa estreitamento ou constrição. No latim, seu sinônimo seria angustus, que expressa desconforto ou angor que significa falta de ar, opressão ou ainda angere significado constrição, sufocação, pânico (NARDI, 2006).

Ansiedade é caracterizada por desconforto derivado de antecipação de algo desconhecido ou estranho, é um sentimento desagradável de medo e apreensão. (ALLEN; LEONARD, 1995). May (1980) definiu ansiedade como uma relação existente entre a pessoa, o ambiente ameaçador e os processos neurofisiológicos decorrentes desta relação. Desse modo, a ansiedade implica na ocorrência de uma condição aversiva, algum grau de incerteza ou dúvida e alguma forma de impotência do organismo em uma dada situação. A ansiedade é considerada normal quando corresponde a respostas psicológica e fisiológica, como uma resposta do organismo. É considerada patológica quando são exagerados e não corresponde à situação que a desencadeia, ou quando não existe um objeto específico ao qual se direcione, ou a partir do momento em que trazer prejuízo à pessoa em funções de seus comportamentos e se abster de situações importantes da vida. (ANDRADE, GORENSTEIN, 1998).

Para diferenciar ansiedade normal de ansiedade patológica é necessário avaliar se a reação ansiosa é de curta duração e se está relacionada ao estímulo do momento ou não. Os transtornos ansiosos se tornam quadro clínico quando não são derivados de outras condições psiquiátricas, ou seja, quando são sintomas primários, quando está exposto ao medo e não constitui um conjunto de sintomas que determina um transtorno típico (BERNTEIN; BORCHARDT; et al, 1996).

A manifestação do transtorno de pânico é um conjunto de manifestações de ansiedade com início súbito e com duração limitada em dez minutos. Seus sintomas típicos são: Sudorese, tremores, taquicardia, sensação de sufocação, dentre outros. Essas manifestações costumam aparecer sem nenhum aviso prévio, surgem a partir de um nível maior de ansiedade quando são precipitados pelo contato com algum tipo de situação (VERSIANI, 2008 p.3)

Do ponto de vista biológico, a ansiedade é um estado do funcionamento cerebral que está ligada a contextos ambientais, relacionados a eventos reforçadores (ou eliciadores) ou de dicas associadas a esses eventos. Esta percepção é comparada com familiaridades estocadas na memória e ativam sistemas cerebrais associados ao sistema de fuga/luta ou sistema cerebral de

defesa. Diferentes vias de neurotransmissão fazem parte dos mecanismos de mediação da ansiedade neste sistema, em especial, os sistemas gabaérgico e serotoninérgico assim como os dopamínicos, neuropeptídicos, entre outros (BERNIK, 1999; GRAEFF, GUIMARÃES, 2000).

Ela é composta por fatores emocionais/comportamentais e fisiológicos. No aspecto emocional o indivíduo pode manifestar sensação de medo, sentimento de insegurança, antecipação apreensiva, pensamento catastrófico, aumento do período de vigília ou alerta. Do ponto de vista fisiológico a ansiedade é um estado de funcionamento cerebral em que ocorre ativação do eixo hipotálamo-hipófise-adrenal (HPA), acarretando sintomas neurovegetativos, tais como insônia, taquicardia, palidez, aumento da perspiração, tensão muscular, tremor, tontura, desordens intestinais, entre outros (MACKENZIE, 1989; ANDRADE, GORESTEIN, 1998; GIUNTINI, 2006).

Os fatores fisiológicos desempenham um papel fundamental nos transtornos da ansiedade, porém não se pode desconsiderar a influência de fatores externos como: condições socioeconômicas e estrutura familiar. (CARLSON, 1998). Os transtornos de ansiedade são os mais frequentes em toda população e suas manifestações surgem involuntariamente, como secura da boca, sudorese, arrepios, tremor, vômitos, palpitações, dores abdominais e outras alterações biológicas e bioquímicas. (ANDRADE; GORENSTEIN, 2013).

De acordo com a DSM-IV (American Psychiatric Association, 1994) e a CID-10 (World Health Organization, 1982):

Os transtornos ansiosos estão classificados em categorias diagnósticas, que são agrupadas em cinco grupos de transtornos: transtorno de ansiedade generalizada, transtorno de pânico, transtorno obsessivo - compulsivo, transtornos fóbicos, e transtornos de estresse pós-traumático.

Os transtornos de ansiedade generalizada (TAG) estão presentes diariamente por longos períodos e se oscilam ao longo do tempo, se apresenta em forma de expectativa apreensiva ou preocupação exagerada, mórbida. Seus sintomas são de inquietude, cansaço, dificuldade de concentração, irritabilidade, tensão muscular e insônia. (DSM-IV, 1994). São transtornos mentais mais frequentes encontrados na clínica, mesmo sendo visto como um transtorno leve em seu início, a TAG é uma doença crônica associada a uma morbidade relativamente alta e a altos custos individuais e sociais. (RAVEN PRESS, 1995 p.1349-59)

O transtorno de pânico (TP) é caracterizado pela presença de ataques súbitos de ansiedade acompanhados de sintomas físicos e afetivos, como tremor, medo de morrer, sensação de irrealidade, atingindo uma população de 3,5% em homens e duas vezes mais em

mulheres ao longo de suas vidas. (FYER, 1999; MANFRO et al, 2002). O TP se inicia com quadro de agorafobia no qual, em determinadas situações o paciente evita estar presente por medo de sofrer um ataque. As situações e locais são: túneis, engarrafamentos, grandes espaços abertos, ficar sozinho, sair sozinho, ficando assim dependente dos outros e com suas atividades cada vez mais limitadas (DSM-IV, 1994).

Transtorno obsessivo compulsivo (TOC) são imagens, pensamentos e impulsos que ocorrem de modo repetitivo e que se torna incontrolável pelo paciente, apesar de reconhecer seu caráter anormal. As compulsões costumam se elaborar em rituais de limpeza, verificação e contagem. Essas obsessões surgem e se tornam perceptíveis na fase adulta e tendem a piorar e ocupar uma parcela de tempo cada vez maior do indivíduo. (DSM-IV, 1994).

Os sintomas do TOC interferem de forma acentuada na vida da família. A doença altera rotinas, exige adaptações aos sintomas. É comum a restrição ao uso de sofás, camas, roupas, toalhas, louças e talheres, bem como ao acesso a determinados locais da casa. Outros sintomas típicos são a demora no banheiro e as lavagens excessivas das mãos, das roupas e do piso da casa. Os portadores do TOC normalmente obrigam os demais membros da família a fazerem o mesmo, mas os medos exagerados, os cuidados excessivos e as exigências nem sempre são compreendidos ou tolerados pelos demais. De modo geral, essa diferença provoca discussões, atritos, exigências irritadas no sentido de não interromper os rituais ou de participar deles, dificuldades para sair de casa e atrasos que comprometem o lazer e as rotinas. Não raramente, as atitudes e dificuldades de relacionamento provocam a separação de casais ou a demissão de empregos. (CORDIOLI, 2004, p. 9).

O transtorno de ansiedade social (Fobia) se apresenta em situações nas quais a pessoa se sente observada por outras pessoas e em contato com elas, o paciente sofre sintomas como tremores, palpitações, sudorese, dificuldade de concentração, diferentemente dos ataques de pânico estes sintomas aparecem em situações sociais. (DSM-IV, 1994; CID-10, 1993).

No transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) o paciente deva ter passado por alguma situação real em que se sentiu exposto ao perigo, e por este motivo passa a se sentir sempre ameaçado, provocando uma resposta de medo desespero ou terror. (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2000.)

As hipóteses etiológicas das fobias apontem para disfunções em circuitos dopaminérgicos e serotoninérgicos, e os transtornos relacionados ao estresse estão envolvidos em aspectos neuroendócrinos relacionado ao eixo do hipotálamo-hipófise-adrenal, por conta da redução dos níveis de cortisol basal e maior regulação de feedback negativo relacionados a diminuição da função serotoninérgica, comprometendo o sistema de inibição comportamental, e o aumento da função dopaminérgica facilitando a hipervigilância, além de alterações nos

sistemas gabaérgico, glutamatérgico e noradrenérgico interferindo na memória emocional relacionada à algum evento traumático. (GRAEFF; HETEM, 2004)

Os neurotransmissores são implicados nos transtornos da ansiedade por participarem da modulação e regulação dos comportamentos defensivos, dentre eles estão as aminas biogênicas como: noradrenalina, serotonina e dopamina, os aminoácidos Ácido α - Amino-butírico- GABA, glicina, peptídeos como fator de liberação de corticotropina, e esteroides como os corticosterona. (RIBEIRO, 1999; GRAEFF, 2004)

A noradrenalina é uma monoamina implicada na defesa e na ansiedade por terem pacientes afetados pela noradrenérgica deficitária com aumento ocasionais de atividades. Os transtornos causados por estresse pós-traumático são os que apresentam anormalidades de função noradrenérgica. (RIBEIRO, BUSNELO et al. 1999)

A serotonina é considerada fundamental no transtorno da ansiedade, porém seu papel ainda é pouco esclarecido na ansiedade. (GRAEFF; HETTEM, 2004). Este neurotransmissor tem atividade tanto estimulatória quanto inibitória, os sinais de perigo estimulam o sistema de defesa por meio da amígdala e ativam neurônios serotoninérgicos situados nos núcleos dorsais da rafe que é a matéria cinzenta periaquedutal que inervam a amígdala tendo por tanto um sentido adaptativo. A serotonina aumenta a ansiedade atuando na amígdala e contém o pânico com a atuação na matéria cinzenta periaquedutal. (RIBEIRO, BUSNELO et al. 1999)

O GABA é encontrado em todo sistema nervoso central, por ser um neurotransmissor com ação inibitória sobre neurônios serotoninérgicos dos núcleos dorsais e da rafe, estes neurônios inibitórios funcionam como controladores do sistema nervoso, garantindo sua ação. (GORESTEIN, POMPÉIA, 1999). Seu papel na ansiedade é sustentado em razão da eficácia dos benzodiazepínicos na diminuição da ansiedade, sobretudo no transtorno de ansiedade generalizada. (SILVA, 2001)

Dentre os principais tratamentos do transtorno da ansiedade estão o uso de medicamento por tempo determinado ou até indeterminado e/ ou a psicoterapia cognitiva-comportamental. (KOBALK, GREIST et al 1998) Para elaborar um plano de tratamento o diagnóstico deve ser bem abrangente, pois existem variações nos diferentes transtornos de ansiedade. Nem sempre os bloqueios dos principais sintomas resultam em melhora significativa. (LIEBOWITZ; 1999)

Os recursos farmacológicos disponíveis para o tratamento dos transtornos da ansiedade são diversificados e incluem as seguintes classes de medicamentos: benzodiazepínicos (como diazepam, clordiazepóxido e lorazepam), antidepressivos (tricíclicos: como imipramina e amitriptilina; Inibidores seletivos da recaptação de serotonina: como fluoxetina e sertralina; Inibidores da monoaminoxidase: como

fenzina e moclobemida e outros), barbitúricos (como amobarbital e mefobarbital), carbamatos (como hidroxifenamato e meprobamato), noradrenérgicos (como clonidina e propanolol), antihistamínicos (como hidroxizina e cinarizina) e outros como o ácido glutâmico e a buspirona (ALMEIDA, BARBOSA FILHO, 2006).

Os benzodiazepínicos potencializam o efeito inibitório do ácido -amino- butírico (GABA) que é o principal neurotransmissor inibitório do SNC. Os receptores benzodiazepínicos, na verdade são um subtipo de receptor GABA A, e sua ativação pelos benzodiazepínicos facilita a ação do GABA, provocando a abertura dos canais de cloro, a entrada do cloro para dentro da célula nervosa, e uma diminuição da excitabilidade nervosa. É, portanto, uma ação indireta e é limitada pela quantidade de GABA disponível (STAHL, 1997; BALLENGER, 1998).

Todos os antidepressivos afetam os sistemas serotoninérgicos (5HT) ou catecolaminérgicos (dopamina ou norepinefrina) do sistema nervoso central, seja por bloquear a recaptação pré-sináptica, estimular sua liberação na fenda, inibir seu catabolismo (IMAO) ou por efeitos agonistas ou antagonistas nos receptores. O aumento da disponibilidade destes neurotransmissores na fenda sináptica é imediato, mas o efeito clínico em geral demora várias semanas, e correlaciona-se com um outro efeito neuroquímico: a down regulation de autoreceptores pré-sinápticos, responsáveis por modularem a liberação dos neurotransmissores na fenda sináptica. É importante assinalar ainda que a ação da maioria dos receptores está ligada à proteína G, substância envolvida numa cascata de eventos intracelulares relacionada com a síntese proteica, como a transcrição genética. Postula-se que através da ação prolongada dos antidepressivos sobre os receptores haveria uma modulação da proteína G e de outros sistemas de segundos mensageiros, e uma alteração na conformação dos novos receptores na medida em que forem sendo sintetizados, tendo como resultante a sua dessensibilização, a qual poderia contribuir tanto para a ação terapêutica dos antidepressivos como para o desenvolvimento de tolerância a muitos dos seus efeitos colaterais (STAHL, 1997; REID et al., 2001).

A buspirona é o primeiro fármaco da classe das azapironas e a única desta classe comercializada no Brasil, foi sintetizada na década de 70 e aprovada pela U.S. Food and Drug Administration em 1986 (Andreatini et al., 2001; Caixeta, 1995). É um composto não benzodiazepínico com propriedades ansiolíticas (Santos et al., 2006) e sem atividade anticonvulsivante, miorelaxante e hipnótica, sendo, por isso, denominado de ansioseletivo (GOA; WARD, 1986). Também difere dos benzodiazepínicos por não causar depressão no Sistema Nervoso Central (SNC) (Lima et al., 2002).

Os ISRSs, citalopram, fluoxetina, fluvoxamina, paroxetina e sertralina são o resultado de pesquisa racional para encontrar medicamentos tão eficazes quanto os ADTs, mas com poucos problemas de tolerabilidade e segurança. Os ISRSs inibem de forma potente e seletiva a recaptação de serotonina, resultando em potencialização da neurotransmissão serotoninérgica. Embora compartilhem o principal mecanismo de ação, os ISRS são estruturalmente distintos

com marcadas diferenças no perfil farmacodinâmico e farmacocinético. A potência da inibição de recaptação da serotonina é variada, assim como a seletividade por noradrenalina e dopamina. Sertralina e paroxetina são os mais potentes inibidores de recaptação. (Goodnick et al.,1998)

Vários medicamentos são usados para o tratamento da ansiedade, como os benzodiazepínicos e trazem com eles vários efeitos colaterais como: dependência, sedação, amnésia, Síndrome de abstinência e interações com agentes depressores do sistema nervoso central. (FAUSTINO et al., 2010).

A fitoterapia vem sendo uma forma alternativa de tratamento de patologias mais antigas e vem sendo muito utilizado pela população pois estão optando por um tratamento menos agressivo ao organismo, procuram por algo natural, porém como todo medicamento há seus perigos e suas interações e deve ser sempre orientado por um profissional. Os medicamentos fitoterápicos usados para ansiedade são, como qualquer outro medicamento, indicados por médicos e não devem ser utilizados sem prescrição (ANVISA, 2013a).

Com aumento da manipulação e venda destes ansiolíticos “naturais” as agências fiscalizadoras têm se mostrado mais cautelosa em relação aos medicamentos que atuam no Sistema Nervoso Central como Hipérico (*Hypericum perforatum*), Valeriana (*Valeriana officinalis*), Kava Kava (*Piper methisticum*). Os que contêm o maracujá (*Passiflora incarnata*) e a Cidreira Carmelitana (*Melissa officinallis L*).

Problemas de saúde se dão por reações adversas e ineficácia da terapêutica, deste modo o uso de plantas medicinais e fitoterápicos devem ser orientados pelo profissional capacitado, visando que o uso inadequado não venha causar uma reação adversa severa. A população deve ser conscientizada sobre seus riscos, e é importante que seja realizado o controle sanitário dos produtos naturais, visto que a ideia disseminada de que o produto natural não faz mal à saúde. (CARVALHO et al.,2007).

2.4 Fitoterápicos com ação ansiolítica

As plantas medicinais que podem ser utilizados no tratamento da ansiedade são: Kava - Kava (*Piper methysticum*) figura 1, Maracujá (*Passiflora incarnata*) figura 3 e a Valeriana (*Valeriana officinalis*) figura 4. Essas são a plantas mais utilizadas para o tratamento ansiolítico e atuam no SNC (FAUSTINO; ALMEIDA; ANDREATINI, 2010). Todos são encontrados na lista de Registro Simplificado de Fitoterápicos da RE 89, de 16 de março de 2004/ ANVISA.

2.5 Kava-Kava (*Piper methysticum*)

James Cook (1768-1771) possivelmente foi o primeiro europeu a ter contato com a kava-kava. A descrição botânica foi realizada pela primeira vez por Johann G. Forster, que denominou Piper, por fazer alusão ao seu sabor picante e Methysticum, seriam uma tradução da palavra em grega methu (bebida embriagante) (ALONSO, 1998).

Durante os anos de 1999 a 2002, a kava- kava esteve na lista dos 10 medicamentos fitoterápicos mais vendidos no Brasil. Esta planta é indicada no tratamento de insônia e ansiedade (Figura 1), atuando como calmante (JUSTO & SILVA, 2008b).

Figura 1: Folha da Kava-Kava



A parte utilizada é o rizoma seco (figura 2), que possui odor fracamente aromático e sabor levemente amargo. Ao mastigar o rizoma de kava- kava provoca dormência na língua e salivação (JUSTO; SILVA, 2008b).

Figura 2: Rizoma



Fonte: Botanical Medicine, 2016.

O extrato da kava-kava ao agir no sistema nervoso central (SNC) proporciona uma sensação de prazer, amenizando as sensações de medo. Perifericamente, age sendo um potente anestésico local, exercendo também efeito protetor contra envenenamento por estricnina, sendo superior a todos os antagonistas não-narcóticos conhecidos (JUSTO; SILVA, 2008b). A atividade farmacológica da kava-kava é devido às kavalactonas (também chamada de kavapironas), kavaína, diidro-kavaína, mestisticina, diidromestisticina e outros. Está comprovado que a kava-kava possui diversos efeitos sobre o SNC, inserindo atividades ansiolíticas, sedativas, anticonvulsivantes, anestésica local, espasmolítica e analgésica; entretanto é desconhecido o mecanismo exato desses feitos (JUSTO; SILVA, 2008b).

A partir da trituração é feita a bebida de kava-kava através do rizoma seco, maceração do mesmo em água fria, em seguida de percolação do líquido. Os extratos são preparados pela extração da droga vegetal com uma mistura de etanol e água, quando se deseja extratos com aproximadamente 30% de princípio ativo. Usa-se mistura de acetona e água para extratos mais concentrados, contendo até 70% de princípio ativo (JUSTO; SILVA, 2008b).

A vantagem da ação ansiolítica da kava-kava que não apresenta os efeitos adversos dos benzodiazepínicos como prejuízo das funções cognitivas, sonolência, redução da coordenação motora e dependência (JUSTO; SILVA, 2008b).

Kava Kava Herbarium possui substâncias chamadas *kavalactonas* que alteram alguns mecanismos cerebrais auxiliando no alívio da ansiedade e insônia. O início de ação deste medicamento se dá uma hora após sua administração. Os efeitos do produto são notados após um período breve, sendo intensificados durante as semanas subsequentes. (HERBARIUM, 2014).

2.6 Maracujá (Passiflora Incarnata)

Segundo ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Resolução RDC nº 48, de 16 de março de 2004, a indicação terapêutica do maracujá (*Passiflora incarnata*) é como sedativo.

Para Gonçalves, 1996; Zatta, 1996; Biazzini, 1994; Panizza, 1997; Sartório, 2000, a *Passiflora incarnata* é utilizada internamente e suas folhas são indicadas para dores de cabeça

de origem nervosa, ansiedade, menopausa, insônia, taquicardia nervosa, doenças espasmódicas, nevralgias, asma, estados depressivos em virtude de alcoolismo, pressão alta, febre, sedativo, menstruação, palpitação, stress, vertigens, vômitos, hemorroidas, reumatismo, inflamações cutâneas, erisipela, histeria.

A passiflora incarnata possui uma substância, chamada de *benzoflavona*, com características sedativas. Essa droga é encontrada em grande quantidade nas folhas do maracujazeiro e em menores quantidades em frutos, flores, como mostra a (figura 3) galhos e tronco. Por isso, se quiser relaxar, deixe o suco de lado e faça um chá. Atualmente, um grupo de cientistas indianos estuda substituir drogas normalmente prescritas para o tratamento de depressão pela *benzoflavona*. (MENEZES, 2004).

Acredita-se que os flavonoides presentes na espécie vegetal sejam os principais responsáveis pelas atividades farmacológicas. Estes constituintes, em sinergismo com os alcalóides também presentes no vegetal, promovem ações depressoras inespecíficas do Sistema Nervoso Central (SNC) contribuindo, assim, para a ação sedativa e tranquilizante. Recentemente, estudos apontaram a molécula de *benzoflavona* tri-substituída como responsável pelos efeitos sedativo e ansiolítico da espécie vegetal. O mecanismo de ação proposto para esta molécula seria a inibição da enzima aromatase, membro da família do citocromo P- 450, responsável pela conversão da testosterona a estrógeno. Este efeito inibitório restabeleceria os níveis normais de testosterona, que, em baixos níveis, seria o causador de sintomas como ansiedade e insônia. No entanto, contínuos estudos tentam elucidar completamente o mecanismo de ação desta molécula no SNC (HERBARIUM, 2013).

Figura 3: Maracujá, Fruto e Flor.



Fonte: Cria saúde, 2016.

2.7 Valeriana (*Valeriana Officinalis*)

É indicado no tratamento de distúrbios do sono associados à ansiedade, sedativo moderado, distúrbios de humor, tais como depressão, distúrbio de déficit de atenção, hiperatividade e antiespasmódico. (Alexandre R. F. et al. 2005).

Extrações da Valeriana são realizadas através da imersão de raiz seca ou rizoma da planta como mostra a (figura 5) em solução (água, etanol e água ou metanol e água), seguida de centrifugação e secagem para extrair e concentrar os componentes da planta. Segundo a Farmacopéia Americana de Ervas, a extração de ácido valerênico exige pelo menos 30% de álcool e a extração de valpotriatos exige 70% de álcool (HERBALIST, 1999).

Seus componentes ativos são: Ácido gama amino butírico (GABA), neurotransmissor relacionado aos efeitos sedativos dessa erva; Ácido valérico; Alcalóides: actinidina, catinina, isovaleramida, valerianina e valerina; Óleo volátil contendo sesquiterpenos ativos (ácido acetoxivalerênico, ácido valerênico); Valepotriatos, ésteres não glicosídeos, principalmente acevaltrato, isovaltrato e valtrato.

A composição química da Valeriana varia de acordo com a subespécie, variedade, idade da planta, condições de crescimento, idade e tipo do extrato (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1999). A raiz de Valeriana contém mais de 150 componentes já idênticas, entre eles estão os monoterpenos bicíclicos (valpotriatos – valtrato e dihidrovaltrato), óleos voláteis (valeranona, valerenal e ácidos valerênicos), sesquiterpenos, lignanas e alcalóides.

Também estão presentes aminoácidos livres, como o gama-aminobutírico (GABA), tirosina, arginina e glutamina (HADLEY PETRY, 2003).

Figura 4: Flor Valeriana



2.8 Valeriana (Valeriana Officinalis)

É indicado no tratamento de distúrbios do sono associados à ansiedade, sedativo moderado, distúrbios de humor, tais como depressão, distúrbio de déficit de atenção, hiperatividade e antiespasmódico. (ALEXANDRE et al. 2005).

Extrações da Valeriana são realizadas através da imersão de raiz seca ou rizoma da planta como mostra a (figura 5) em solução (água, etanol e água ou metanol e água), seguida de centrifugação e secagem para extrair e concentrar os componentes da planta. Segundo a Farmacopeia Americana de Ervas, a extração de ácido valeriânico exige pelo menos 30% de álcool e a extração de valpotriatos exige 70% de álcool (HERBALIST, 1999).

Seus componentes ativos são: Ácido gama amino butírico (GABA), neurotransmissor relacionado aos efeitos sedativos dessa erva; Ácido valérico; Alcaloides: actinídea, catinina, isovaleramida, valerianina e valerina; Óleo volátil contendo sesquiterpenos ativos (ácido acetoxivalerênico, ácido valerênico); Valepotriatos, ésteres não glicosídeos, principalmente acevaltrato, isovaltrato e valtrato.

A composição química da Valeriana varia de acordo com a subespécie, variedade, idade da planta, condições de crescimento, idade e tipo do extrato (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1999). A raiz de Valeriana contém mais de 150 componentes já identificados, entre eles estão os monoterpenos bicíclicos (valpotriatos – valtrato e dihidrovaltrato), óleos voláteis (valeranona, valerenal e ácidos valerênicos), sesquiterpenos,

lignananas e alcalóides. Também estão presentes aminoácidos livres, como o gama-aminobutírico (GABA), tirosina, arginina e glutamina (HADLEY PETRY, 2003).

Considerações finais

A fitoterapia em geral vem crescendo como opção terapêutica e estudo vem demonstrando sua eficácia e sua capacidade de tratamento das doenças com menos produção de efeitos colaterais em relação aos tratamentos farmacológicos convencionais.

Baseado na revisão de alguns estudos anteriores a fitoterapia vem sendo bastante utilizada como alternativa terapêutica para transtornos de ansiedade, e a Matricaria Recutita, Passiflora Incarnata, Valeriana Oficinalis, Kava-Kava, destacam-se como principais ansiolíticos fitoterápicos utilizados.

Ansiedade é um estado psíquico de apreensão ou medo provocado pela antecipação de uma situação desagradável ou perigosa e suas manifestações aparecem como taquicardia, tremores, sudorese, e são utilizados recursos farmacológicos para seu tratamento como os benzodiazepínicos, antidepressivos, inibidores seletivos da recepção de serotonina. Estes fármacos trazem vários efeitos colaterais como: Dependência, sedação, amnésia dentre outros.

Por este motivo a planta medicinal vem sendo optados pela população por ser um tratamento menos agressivo e por ser natural, porém assim como os medicamentos convencionais tem seus perigos, o fitoterápico também tem suas reações e interações, sendo assim seu uso deve ser imprescindivelmente orientado pelo profissional.

Referências

ABRIL SAÚDE. Disponível em: <http://saude.abril.com.br/bem-estar/calmantes-naturais-as-ervas-vendidas-com-a-promessa-de-apaziguar-a-mente/>. Acesso em: 25 mar. 2017.

ANVISA. **Formulário de Fitoterápicos Farmacopeia Brasileira**. Disponível em: http://www.anvisa.gov.br/hotsite/farmacopeiabrasileira/conteudo/Formulario_de_Fitoterapico_s_da_Farmacopeia_Brasileira.pdf Acesso em: 25 mar. 2017.

ARAÚJO et. al. **Contexto histórico, uso popular e concepção científica sobre plantas medicinais**. Disponível em: [http://www.pppg.ufma.br/cadernosdepesquisa/uploads/files/Artigo%2010\(9\).pdf](http://www.pppg.ufma.br/cadernosdepesquisa/uploads/files/Artigo%2010(9).pdf). Acesso em: 27 mar. 2017.

BARBOSA, Layane Lenardon; PARTATA Anette Kelsei: **kava-kava (Piper methysticum)**: Disponível em: <http://www.itpac.br/arquivos/Revista/63/3.pdf> Acesso em: 07 mai. 2017.

BRASIL. Agência nacional de vigilância sanitária. **Resolução-rdc nº. 48, de 16 de março de 2004**. Dispõe sobre o registro de medicamentos fitoterápicos. Determina a lista de registro simplificado de fitoterápicos. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/rdc_48_16_03_04_registro_fitoterapicos%20.p. Acesso em: 26 mar. 2017.

BRAGA, Almeida. **Ansiedade Patológica**: Bases Neurais e Avanços na Abordagem Psicofarmacológica. Disponível em: periodicos.ufpb.br/index.php/rbcs/article/download/8207/5320. Acesso em: 20 mai. 2017

BELEZA E SAÚDE. **Kava Kava**. Disponível em: <http://belezaesaude.com/calmantes-naturais/>. Acesso em: mar. 2017.

BulaTnsart (extrato de passiflora). Disponível em: <http://www.farmadelivery.com.br/media/upload/pdf/BULAS/MYRALIS%20PHARMA/tensart.pdf> Acesso em: 07 mai. 2017.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CFF. **Antidepressivos e ansiolíticos utilizados na terapêutica de problemas relacionadas à saúde mental**: sugerindo terapias alternativas para fatores cognitivos e emocionais. Disponível em: <http://www.cff.org.br/sistemas/geral/revista/pdf/15/inf03a05.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2017.

CASTILO, Recondo. **Transtornos de ansiedade**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbp/v22s2/3791.pdf>. Acesso em 22 mai. 2017

CRFSP, **Comissão Assessora de Plantas Medicinais e Fitoterápicos**. mar.2017.

CRUZ, Mayara T., ALVIM, Marina Neiva. **Fitoterápicos**: estudos com plantas para fins terapêutico e medicinal. Disponível em: <http://docplayer.com.br/18276492-Fitoterapicos-estudos-com-plantas-para-fins-terapeutico-e-medicinal.html>. Acesso em: 27 mar. 2017.

HETEM LA, GRAEFF FG. **Transtornos de ansiedade**. São Paulo: Atheneu; 2004. 435p.

HELDT, ISOLAN. **Ansiedade, medos e preocupações**: transtornos de ansiedade na infância e adolescência. Disponível em: <http://cienciasecognicao.org/neuroemdebate/?p=2437>. Acesso em: 21 mai. 2017

Instrução Normativa nº 5, de 11 de dezembro de 2008. Determina a publicação da "lista de medicamentos fitoterápicos de registro simplificado". Disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2005/int0005_11_12_2008.html Acesso em: 23 mar. 2017.

LAMEIRA, PEREIRA P. **Plantas medicinais:** Plantas medicinais do cultivo de manipulação e uso a recomendação popular. Disponível em: http://livraria.sct.embrapa.br/liv_resumos/pdf/00083138.pdf/. Acesso em: 28 mar. 2017.

LIMA, D. R. **Manual de farmacologia clínica, terapêutica e toxicológica.** Rio de Janeiro. Editora Guanabara Koogan. A, 2004, 874p. Disponível em: http://fio.edu.br/manualtcc/co/7_material_ou_metodos.html. Acesso em: 26 mar. 2017.

MORAES BRAGA. **Histórico da utilização de Plantas medicinais.** Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/1856/1/2011_CarladeMoraisBraga.pdf/ Acesso em: 25 mar. 2017.

NATUROFARMA. Disponível em: <http://www.naturofarma.com.br/farmacia-entrevista/entenda-o-que-e-fitoterapia/>. Acesso em: 27 mar.2017.

TEIXEIRA; BARBOSA; GOMES. **A Fitoterapia no Brasil:** da Medicina Popular à regulamentação pelo Ministério da Saúde. Disponível em: <http://www.ufjf.br/proplamed/files/2012/04/A-Fitoterapia-no-Brasil-da-Medicina-Popular-%C3%A0-regulamenta%C3%A7%C3%A3o-pelo-Minist%C3%A9rio-da-Sa%C3%BAdede.pdf/>. Acesso em: 28 mar. 2017.

VALDIR F.; ANGELO C. **Plantas medicinais: cura segura?** Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40422005000300026. Acesso em: 12 abr. 2017.

HUDZINSKI. **O transtorno obsessivo-compulsivo e a vida cotidiana de seus portadores.** Disponível em: http://www.dombosco.sebsa.com.br/faculdade/revista_4ed/arquivos/pdf/set2009_comunica01.pdf. Acesso em 20 jul. 2017.

SANTANA, Gabriela S., SILVA, Alexsandro M. **O uso de plantas medicinais no tratamento da ansiedade.** Disponível em: http://www.saocamilo-sp.br/novo/eventos-noticias/saf/2015/SAF009_15.pdf. Acesso em: 26 mar. 2017.

SANTOS DA MATA. Disponível em: <http://www2.unifap.br/ppgmdr/files/2011/07/Nely-Dayse-Santos-da-Mata-Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf/>. Acesso em: 24 mar. 2017.

SOARES, Mônica. **Fitoterápicos.** Disponível em: <http://saude.abril.com.br/bem-estar/calmantes-naturais-as-ervas-vendidas-com-a-promessa-de-apaziguar-a-mente/>. Acesso em: 27 mar. 2017.

TABACH, Ricardo. **Fitoterápicos.** Disponível em: <http://saude.abril.com.br/bem-estar/calmantes-naturais-as-ervas-vendidas-com-a-promessa-de-apaziguar-a-mente/>. Acesso em: 27 mar. 2017.

UFJF. Disponível em: <http://www.ufjf.br/proplamed/atividades/fitoterapia/>. Acesso em: 28 mar. 2017

Sites

Psicofármacos nos transtornos mentais. Disponível em: http://www.ufrgs.br/psiquiatria/psiq/Caballo%206_8.pdf. Acesso em: 21 mai. 2017

Psicofarmacologia de antidepressivos. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbp/v21s1/v21s1a06.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2017.

O uso de plantas medicinais no tratamento da ansiedade Disponível em: http://www.saocamilo-sp.br/novo/eventos-noticias/saf/2015/SAF009_15.pdf
Acesso em: 24 abril 2017.

O uso popular de plantas medicinais utilizadas no tratamento da ansiedade Disponível em: <https://ead.ufsc.br/biologia/files/2014/05/Marisa-Szczepanski-Bett.pdf> Acesso em 24 abr. 2017.

Ansiedade Patológica: Bases Neurais e Avanços na Abordagem Psicofarmacológica, abr. 2017.

Aspectos farmacológicos, efeitos anticonvulsivantes e neuroprotetores da bupiriona. Disponível em: http://serv-bib.fcfar.unesp.br/seer/index.php/Cien_Farm/article/viewFile/1684/1232. Acesso em: 20 mai. 2017

Passiflora incarnata L. (**Maracujá**): aspectos históricos, taxonômicos, cultivo e utilização na medicina popular e científica. Disponível em: <http://www.bib.unesc.net/biblioteca/sumario/000028/0000282E.pdf> Acesso em: 07 mai. 2017.

Utilização de fitoterápicos no tratamento da ansiedade: um estudo de caso. Disponível em: <http://www.fjn.edu.br/iniciacaocientifica/anais-v-semana/trabalhos/poster/EN0000000424.pdf>
Acesso em: 27 abr. 2017

Valeriana Officinalis. Disponível em <https://garden.rcplondon.ac.uk/plant/Details/1321>
Acesso em: 14 abr. 2017.

Valeriana extrato seco valeriana officinalis. Disponível em: http://pharmanostra.com.br/uploads/insumos/pdf/v/Valeriana_extrato_seco.pdf Acesso em: 07 mai. 2017

Chá Brasil. Disponível em: <http://chasbrasil.com/cha-de-kava/>. Acesso em: 14 abr. 2017.

Transtornos de ansiedade Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462000000600006 Acesso em: 24 abr. 2017

Transtorno de Pânico. Disponível em: <http://www.itpac.br/arquivos/Revista/31/3.pdf> Acesso em: 20 mai. 2017

Transtornos de ansiedade Disponível em: http://www2.dbd.pucrio.br/pergamum/tesesabertas/0712981_09_cap_02.pdf Acesso em: 24 abr. 2017.

Fitoterápicos no tratamento de transtornos da ansiedade. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ref/article/view/40780/pdf>. Acesso em: 24 abr. 2017

Transtornos de Ansiedade: Diagnóstico e Tratamento. Disponível em: <http://www.abp.org.br/portal/wp-content/upload/2016/06/Transtornos-de-Ansiedade-Diagno%CC%81stico.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2017.

Tratamento farmacológico do transtorno de ansiedade generalizada: perspectivas futuras. Disponível em: <http://www.uesb.br/eventos/farmacologiaclinicasnc/TAG.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2017.

Leis

Resolução RDC nº 95, de 11 de dezembro de 2008. Regulamenta o texto de Bula de medicamentos fitoterápicos.

Resolução RE nº 91, de 16 de março de 2004. Determina a publicação da "Guia para realização de alterações, inclusões, notificações e cancelamentos pós registro de Fitoterápicos".

Resolução RE nº 90, de 16 de março de 2004. Determina a publicação da "Guia para a Realização de Estudos de Toxicidade pré-clínica de Fitoterápicos".

Resolução RE nº 88, de 16 de março de 2004. Determina a publicação da "Lista de referências bibliográficas para avaliação de segurança e eficácia de Fitoterápicos".

Resolução RE nº 88, de 16 de março de 2004. Determina a publicação da "Lista de referências bibliográficas para avaliação de segurança e eficácia de Fitoterápicos".

Decreto nº 5.813, de 22 de junho de 2006. Aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e dá outras providências. Disponível em: <http://www.farmacia.pe.gov.br/sites/farmacia.saude.pe.gov.br/files/23decreton5.813de2dejunhode2006.pdf> acesso em 03 abr. 2017